

Recuperação



Marcelo Camargo - ABR

Pneumonia faz Lula adiar seu embarque à China

O presidente Lula adiou o embarque à China após ser diagnosticado com pneumonia leve. Na quinta-feira (23) à noite, Lula passou por exames no Hospital Sírio Libanês, em Brasília, após retornar de viagens que fez à Paraíba. Na sexta-feira (24), Lula permaneceu na residência oficial do Palácio da Alvorada e as reuniões com ministros que estavam previstas, no Palácio do Planalto, foram canceladas. **PÁGINA 6**

O Brasil deve receber mais investimentos do grupo chinês

Cofco mostra interesse em economia de baixo carbono

A empresa está investindo US\$ 300 milhões na reforma e ampliação do terminal do Porto de Santos para aumentar a capacidade de transporte

A Cofco, principal empresa chinesa de investimentos no agronegócio brasileiro, tem direcionado recursos para infraestrutura logística no Brasil e demonstra, além da comercialização de grãos, interesse em ampliar a relação com foco na economia verde, de baixo carbono. Essas foram algumas das constatações observadas, na sexta-feira, 24, durante reunião, na sede da companhia em Pequim, com a comitiva do Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil. Conforme comunicado do ministério, a Cofco está investindo cerca de US\$ 300 milhões na reforma e ampliação do terminal

arrematado no leilão do Porto de Santos para aumentar a capacidade de transporte de grãos. Nos 15 anos futuros, com o aumento da qualidade de vida do povo chinês nossa cooperação vai se fortalecer mais. Não somente a Cofco, mas também a China precisa de mais parceria com o Brasil", afirmou o chairman da Cofco, Lyu Jun. As operações da Cofco no Brasil representaram a exportação de 33 milhões de toneladas de produtos, sendo que a empresa detém o quinto lugar nas exportações de milho, sexto em soja e sétimo em açúcar, com 7,2 mil funcionários no Brasil, o que representa 60% da força de trabalho da empresa fora da China. **PÁGINA 2**



Divulgação

Brasil avança em metas de qualidade da água

No Brasil, os cursos de água tiveram um padrão de qualidade de referência ao aumentar oito pontos percentuais entre 2017 e 2020. De acordo com as Nações Unidas, o país está entre os três casos de sucesso do mundo pelos progressos alcançados rumo a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, durante o período. **PÁGINA 5**

Alimentos

IPCA-15 registrou aumento de 0,69% no mês de março

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,69% em março, após ter avançado 0,76% em fevereiro. A alta foi a mais branda para o mês desde 2020, quando houve elevação de 0,02%. **PÁGINA 2**

Novo modelo

Pacheco apresenta projeto para lei de impeachment

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou um projeto de lei para renovar a lei de impeachment no Brasil. O texto foi elaborado por uma comissão de 12 juristas. **PÁGINA 6**

DEFASAGEM

Governo fecha acordo para reajuste de 9% aos servidores

José Cruz - Agência Brasil



O governo e os representantes sindicais dos servidores federais assinaram na sexta-feira, 24, o acordo que garante um reajuste linear de 9% nos salários a partir de maio, além de um aumento de R\$ 200 (43,6%) no auxílio-alimentação, que passa de R\$ 458 para R\$ 658. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o acordo cabe na reserva de R\$ 11,2 bilhões no orçamento de 2023 para essa finalidade. A ministra da Gestão, Esther Dweck, adiantou que a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já assinou a proposta que será enviada ao Parlamento. "Sabemos que ainda existe uma defasagem". **PÁGINA 3**

SOJA

SLC Sementes inaugura indústria de sementes

PÁGINA 3

CONGESTIONAMENTO

Metroviários encerram paralisação em São Paulo

PÁGINA 8

ATIVIDADE NORMAL

Bolsonaro marca volta ao Brasil

PÁGINA 7

IBOVESPA 98.829,27 ↑ 0,92%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
BRF SA ON NM	6.18	+11.35%	+0.63
YDUQS PART ON NM	7.23	+10.38%	+0.68
HAPVIDA ON NM	2.25	+8.70%	+0.18
ALIANSCSONAEON NM	17.13	+7.74%	+1.23
BRASKEM PNA N1	17.86	+7.33%	+1.22

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
BRF SA ON NM	6.18	+11.35%	+0.63
YDUQS PART ON NM	7.23	+10.38%	+0.68
HAPVIDA ON NM	2.25	+8.70%	+0.18
ALIANSCSONAEON NM	17.13	+7.74%	+1.23
BRASKEM PNA N1	17.86	+7.33%	+1.22

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON ED NM	78.67	-1.14%	-0.91
PETROBRAS PN N2	22.79	-0.04%	-0.01
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	23.22	+1.28%	+0.29
ASSAI ON NM	14.950	-1.97%	-0.300
BRADESCO PN N1	12.71	+1.11%	+0.14

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.237,53	+0,41%
S&P 500	3.970,99	+0,56%
NASDAQ	11.823,96	+0,31%
DAX 30	14.957,23	-1,66%
FTSE 100	7.405,45	-1,26%
IBEX 35	8.781,40	-2,10%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,250	5,251	↓ -0,73%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,025	0,026	↓ -0,70%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,648	5,651	↓ -1,47%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,420	6,423	↓ -1,06%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
329,60	USD\$ 1.981,00

INFRAESTRUTURA

Cofco mostra interesse de investir em economia de baixo carbono

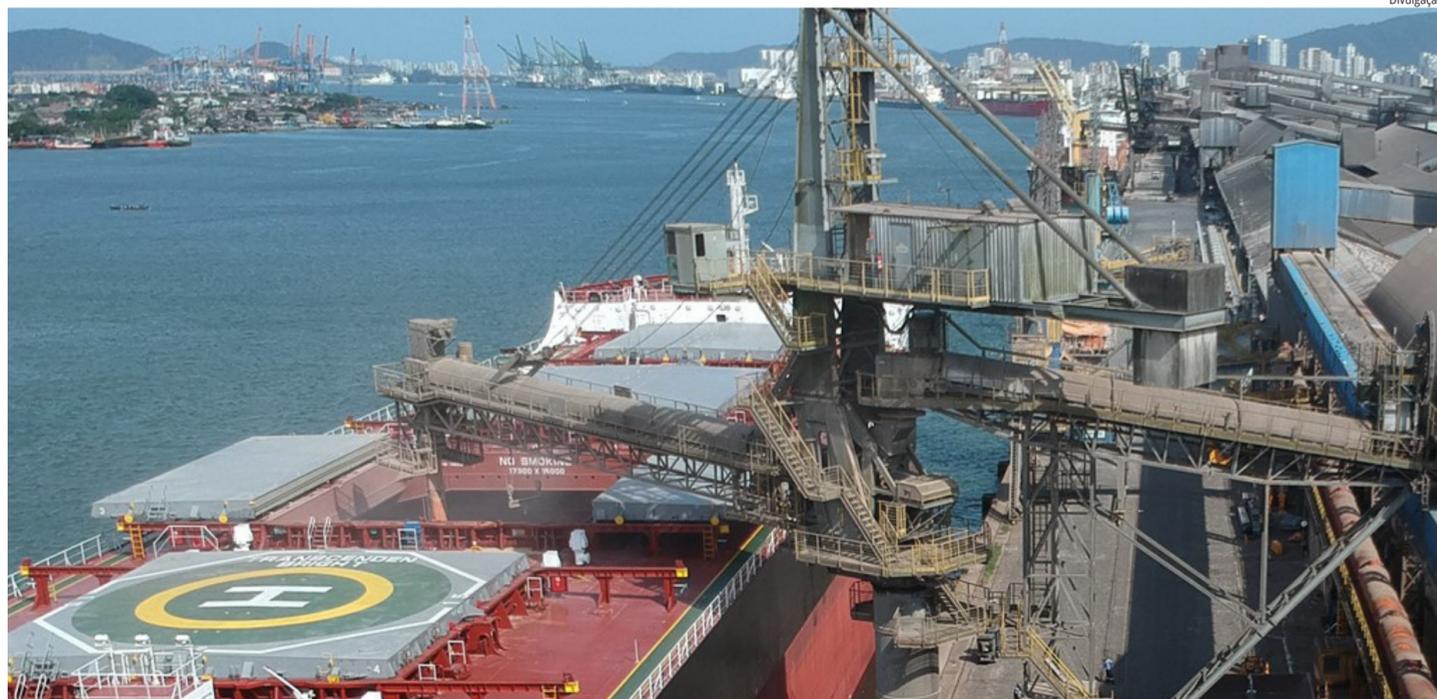
O grupo chinês fecha parceria para a recuperação de pastagens degradadas, dentro do novo programa ABC do Plano Safra, que terá linhas de crédito diferenciadas e com juros mais baixos

ACofco, principal empresa chinesa de investimentos no agronegócio brasileiro, tem direcionado recursos para infraestrutura logística no Brasil e demonstra, além da comercialização de grãos, interesse em ampliar a relação com foco na economia verde, de baixo carbono. Essas foram algumas das constatações observadas, na sexta-feira, 24, durante reunião, na sede da companhia em Pequim, com a comitiva do Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Conforme comunicado do ministério, a Cofco está investindo cerca de US\$ 300 milhões na reforma e ampliação do terminal arrematado no leilão do Porto de Santos para aumentar a capacidade de transporte de grãos.

O Brasil poderá ter também mais investimentos do grupo chinês, inclusive para uma parceria privada, sob coordenação do Ministério, para a recuperação de pastagens degradadas, dentro do novo programa ABC do Plano Safra 2023/24, que terá linhas de crédito diferenciadas e com juros mais atrativos para produtores que investirem em práticas socioambientais. Diante da proposta apresentada, a Cofco organizará uma missão para visitar o Brasil em breve e continuar as negociações, informa o ministério.

"Com toda essa introdução sobre a cooperação, ficamos satisfeitos e com esperança no futuro. O cenário, como o ministro e o embaixador falaram, é muito importante para a Cofco, mas também para os brasilei-



As operações da Cofco no Brasil representaram a exportação de 33 milhões de toneladas de produtos, sendo que a empresa detém o quinto lugar nas exportações de milho e sexto em soja

ros e os chineses. Nos 15 anos futuros, com o aumento da qualidade de vida do povo chinês nossa cooperação vai se fortalecer mais. Não somente a Cofco, mas também a China precisa de mais parceria com o Brasil", afirmou o chairman da Cofco, Lyu Jun.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, comentou sobre as potencialidades brasileiras para ampliação da parceria comercial. "Há um marco sendo estabelecido na nossa missão aqui na China. Além das relações comerciais, a retomada das relações fraternais, consequentemente ampliaram nossa,

parceria para compra e venda de produtos", destacou o ministro.

As operações da Cofco no Brasil representaram a exportação de 33 milhões de toneladas de produtos, sendo que a empresa detém o quinto lugar nas exportações de milho, sexto em soja e sétimo em açúcar, com 7,2 mil funcionários no Brasil, o que representa 60% da força de trabalho da empresa fora da China.

No ano passado, a Cofco International fechou acordo para uma nova linha de crédito rotativo multitranché vinculada à sustentabilidade de US\$ 1,6

bilhão com 19 bancos da China, Austrália, Europa, Japão, Cingapura e Estados Unidos.

Este foi o terceiro empréstimo sindicalizado vinculado à sustentabilidade da Cofco International e eleva o total de compromissos de empréstimos vinculados à sustentabilidade da empresa para US\$ 2,3 bilhões. A empresa assinou seu primeiro empréstimo vinculado à sustentabilidade em julho de 2019, que foi o maior empréstimo vinculado à sustentabilidade para um comerciante de commodities, e um segundo empréstimo vinculado à sustentabilidade em setembro de 2021.

A nova linha consiste em uma parcela de 364 dias e uma parcela de 3 anos e segue as diretrizes baseadas nos Princípios de Empréstimos Vinculados à Sustentabilidade da Associação do Mercado de Empréstimos.

Os credores concordaram em fornecer incentivos financeiros na forma de taxas de juros mais baixas para a Cofco International atingir metas de sustentabilidade pré-acordadas, abrangendo a rastreabilidade e a triagem socioambiental de seus suprimentos de soja no Brasil e a Pontuação de gerenciamento ESG da Sustainalytics.

Cada meta de sustentabilidade será auditada ou avaliada anualmente por um terceiro independente.

Todas as economias de margem serão usadas para financiar os próprios projetos de sustentabilidade, rastreabilidade ou melhoria social e ambiental da empresa.

Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. (BBVA), Bank of China (Hong Kong) Limited e SMBC Bank International plc (SMBC) são coordenadores de sustentabilidade, enquanto o BBVA também é o coordenador global, bem como agente de documentação e instalações.

ALIMENTOS

IPCA-15 teve aumento de 0,69% em março

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,69% em março, após ter avançado 0,76% em fevereiro, informou na manhã de sexta-feira, 24, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou dentro das estimativas dos analistas do mercado financeiro consultados pela reportagem, que esperavam uma alta de 0,58% a 0,81%, mas um pouco acima da mediana positiva de 0,67%. Com o resultado anunciado na sexta-feira, o IPCA-15 registrou um aumento de 2,01% no acumulado do ano. Em 12 meses, a alta foi de 5,36%, ante taxa de 5,63% até fevereiro, de acordo com o IBGE. As projeções, nesse caso, iam de avanço de 5,24% a 5,90%, com mediana de 5,34%.

Alta foi a mais branda para o mês desde 2020, quando houve elevação de 0,02%. No mês de

março de 2022, o IPCA-15 tinha subido 0,95%. Em fevereiro de 2023, havia avançado 0,76%.

O resultado de março de 2023 fez a taxa acumulada em 12 meses descer ao menor patamar desde fevereiro de 2021, quando era de 4,57%. A taxa do IPCA-15 acumulada em 12 meses desacelerou de 5,63%, em fevereiro, para 5,36% em março.

Com o resultado mensal de março de 2023 anunciado na sexta-feira pelo IBGE, o IPCA-15 registrou um aumento de 2,01% no acumulado do ano.

A queda nos preços de proteínas como as carnes e frango voltou a ajudar a desacelerar o ritmo de aumento dos preços de alimentos na passagem de fevereiro para março. O grupo Alimentação e Bebidas passou de uma alta de 0,39% em fevereiro para uma elevação de 0,20%

em março.

O grupo Alimentação e Bebidas deu uma contribuição de 0,04 ponto percentual para a taxa de 0,69% do IPCA-15 deste mês. A alimentação no domicílio subiu 0,02%. Houve quedas de preços na batata-inglesa (-13,14%), tomate (-6,34%), cebola (-12,13%) e óleo de soja (-2,47%).

Quanto às proteínas, as carnes ficaram 0,91% mais baratas, com destaque para a redução no contrafile (-2,04%). O preço da picanha diminuiu 1,43%. O preço do frango em pedaços caiu 1,94% e o frango inteiro reduziu 0,02%. Por outro lado, o ovo de galinha aumentou 8,0% em março. A alimentação fora do domicílio subiu 0,68%. O lanche teve alta de 1,02%, e a refeição fora de casa aumentou 0,50%.

Os gastos das famílias brasileiras com Habitação passa-

ram de uma alta de 0,63% em fevereiro para uma elevação de 0,81% em março. A taxa do IPCA-15 foi de 0,69% em março. A aceleração no grupo foi puxada pela alta de 2,85% na energia elétrica residencial, uma contribuição de 0,11 ponto percentual.

As variações nas contas de luz se estenderam desde uma queda de 1,13% no Rio de Janeiro, onde houve redução de PIS/Cofins, até um aumento de 11,66% em Belo Horizonte, onde as tarifas de uso dos sistemas de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) foram incluídas novamente na base de cálculo do ICMS, movimento que também ocorreu em Porto Alegre (10,76%), Curitiba (10,42%) e em uma das concessionárias de São Paulo (1,12%).

No Rio de Janeiro, houve reajustes de 7,49% e 6,00% nas duas concessionárias pesqui-

sadas, ambos a partir de 15 de março, último dia do período de referência do IPCA-15.

Ainda em Habitação, a taxa de água e esgoto subiu 0,48%, devido a reajustes de 11,81% em Salvador e de 3,54% em Fortaleza.

O gás encanado diminuiu 0,60%, em consequência da redução de 2,86% nas tarifas no Rio de Janeiro a partir de 1º de fevereiro.

Os gastos das famílias brasileiras com Saúde e Cuidados Pessoais passaram de uma alta de 0,55% em fevereiro para uma elevação de 1,18% em março, uma contribuição positiva de 0,15 ponto percentual para o IPCA-15 deste mês.

Os perfumes subiram 5,88% em março, um impacto de 0,06 ponto percentual sobre a inflação.

Com isso, os itens de higiene

pessoal tiveram alta de 2,36% no IPCA-15 de março, influenciados também pelos aumentos nos artigos de maquiagem (3,81%), sabonetes (1,85%) e produtos para cabelo (1,34%).

O plano de saúde aumentando 1,20% em março, incorporando a fração mensal dos reajustes dos planos novos e antigos para o ciclo de 2022 a 2023.

O resultado dos Artigos de Residência foi influenciado pelo recuo de 1,81% de TV, som e informática, em particular os televisores (-1,89%) e os computadores pessoais (-1,68%).

O resultado geral do IPCA-15 em março foi decorrente de altas de preços em todas as 11 regiões pesquisadas.

A taxa mais branda ocorreu em Salvador (0,37%), enquanto as mais acentuadas foram registradas em Porto Alegre (1,13%) e Curitiba (1,13%).

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccom@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Governo anuncia reajuste de 9% para os servidores federais

O acordo garante um reajuste linear de 9% nos salários a partir de maio, além de um aumento de R\$ 200 no auxílio-alimentação, que passa de R\$ 458 para R\$ 658

O governo e os representantes sindicais dos servidores federais assinaram na sexta-feira, 24, o acordo que garante um reajuste linear de 9% nos salários a partir de maio, além de um aumento de R\$ 200 (43,6%) no auxílio-alimentação, que passa de R\$ 458 para R\$ 658. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o acordo cabe na reserva de R\$ 11,2 bilhões no orçamento de 2023 para essa finalidade.

Para que o reajuste entre em vigor, será preciso aprovar um PLN no Congresso Nacional em abril. A ministra da Gestão, Esther Dweck, adiantou que a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já assinou a proposta que será enviada ao Parlamento.

"Hoje (sexta) mesmo já vou conversar com os líderes no Congresso. Trata-se de uma alteração orçamentária simples de uma rubrica para outra, sem aumento de gastos. Sabemos que ainda existe uma defasagem no auxílio-alimentação em relação a outros Poderes, mas estamos felizes de já poder fazer isso hoje para ser pago a partir de maio", afirmou Dweck.

O governo também se comprometeu a articular com o Congresso a retirada da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma administrativa, enviada em ainda em 2020 pela equipe do ex-ministro da Economia, Paulo Guedes.

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, lem-



Esther Dweck: "trata-se de uma alteração orçamentária simples de uma rubrica para outra, sem aumento de gastos. Sabemos que ainda existe uma defasagem"

brou que a mesa de negociação do governo com o funcionalismo é permanente, após seis anos sem acordos. "Depois de um longo e tenebroso inverno, se abre o diálogo com os servidores públicos. Não se constrói uma nação soberana sem um serviço público valorizado e eficiente", afirmou.

O secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do Ministério da Gestão, Sérgio Mendonça, destacou que o acordo foi alcançado após três rodadas de negociação com os servidores. "Foi o acordo possível diante da disponibilidade orçamentária deste ano. Foi um

acordo razoável, bom dentro das nossas limitações", avaliou. "Vamos continuar o diálogo e esse debate nas negociações dos anos vindouros, de 2024 a 2026", garantiu.

O presidente do Fórum Nacional de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques, apontou que a negociação foi a mais célere da história entre os servidores e o governo federal. "Esse processo marca o retorno da civilidade no debate com os servidores, após anos de ataques contra o funcionalismo", acrescentou.

Dweck garantiu ainda que o

governo terá condições de manter negociações salariais com os servidores federais dentro das regras do novo arcabouço fiscal que será apresentado nas próximas semanas. "A nova regra fiscal vai ter uma preocupação com a garantia das políticas públicas, e os servidores fazem parte disso. A nova regra vai impor limitações fiscais, mas não levará a uma redução do Estado", afirmou.

O governo e os representantes sindicais dos servidores federais assinaram na sexta-feira o acordo que garante um reajuste linear de 9% nos salários a partir de maio, além de um

aumento de R\$ 200 (43,6%) no auxílio-alimentação, que passa de R\$ 458 para R\$ 658.

Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o acordo cabe na reserva de R\$ 11,2 bilhões no Orçamento de 2023 para essa finalidade.

Para que o reajuste entre em vigor, será preciso aprovar um PLN no Congresso Nacional em abril.

A ministra da Gestão, Esther Dweck, adiantou mais cedo que a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já assinou a proposta que será enviada ao Parlamento.

CUSTO ALTO

Especialistas divergem sobre o uso da energia nuclear no Brasil

Na última semana, a Eletro-nuclear, estatal brasileira responsável pela geração de energia nuclear no país, foi multada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O motivo da autuação foi o despejo, pela usina Angra 1, de água contaminada com substâncias radioativas no mar, em setembro do ano passado.

O incidente, que virou alvo de ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF), na última terça-feira (21), reacende o debate sobre os custos e benefícios da geração de energia elétrica por meio de termelétricas nucleares no país. A reportagem ouviu especialistas favoráveis e contrários ao uso desta matriz energética no país.

As duas usinas nucleares brasileiras (Angra 1 e 2) respondem por cerca de 2% da geração de energia elétrica produzida no país. Nesta semana, a Eletro-nuclear, estatal responsável pela administração das usinas de Angra, no Rio de Janeiro, divulgou uma nota informando que Angra 1 havia batido seu recorde de geração de energia em um mês, atingindo 485 gigawatts-hora (GWh) em janeiro deste ano.

Em 2022, Angra 1 gerou 4.872 GWh, enquanto sua irmã Angra 2 produziu 9.686 GWh. No total, ambas geraram 14.558 GWh que, segundo a Eletro-nuclear, seria o suficiente para abastecer toda a região Centro-Oeste.



As duas usinas nucleares brasileiras respondem por cerca de 2% da geração de energia elétrica produzida no país

Há, ainda, a previsão de dobrar a produção até 2031, com a inclusão de duas novas usinas no parque gerador no país.

Uma delas, Angra 3, com capacidade instalada de 1,4 GW, está em construção, com 65% das obras concluídas e previsão de entrada em operação em 2028. Outra usina deverá ter 1 GW de potência até 2031, segundo o Plano Decenal de Energia 2022/2031, divulgado no ano passado.

Segundo o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), o engenheiro electricista Celso Cunha, a energia nuclear é uma fonte importante para manter a estabilidade da oferta e garantir a segurança do abastecimento.

Isso porque fontes de energias renováveis, como a hidre-

létrica, eólica e solar dependem do clima para que possam abastecer o sistema elétrico nacional.

"Elas - as usinas nucleares - estão sempre ali, com capacidade de produção contínua, independentemente se chove mais ou se chove menos, se venta ou se faz sol. Elas garantem uma estabilidade do sistema", afirma Cunha.

Segundo ele, além de garantir a estabilidade do sistema, as usinas nucleares - que são um tipo de termelétrica que usa o urânio como combustível -, também são uma fonte de energia limpa, porque não emitem gases do efeito estufa em seu processo de geração, diferente de outras térmicas como aquelas que usam carvão, óleo ou gás natural como combustíveis.

Além disso, ele aponta que as nucleares têm um fator de aproveitamento do potencial gerador melhor do que as eólicas e solares, ou seja, elas conseguem produzir mais energia em relação à capacidade nominal da usina.

Cunha também define como ponto positivo, a possibilidade de construir as próximas aos centros consumidores de energia, evitando custos elevados com linhas de transmissão.

O doutor em energética e professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Heitor Scalabrini Costa, no entanto, discorda da avaliação de Abdan. Para ele, o Brasil não precisa de usinas nucleares, pois é possível abastecer o país com fontes como energia eólica,

hidrelétrica e solar.

"O Brasil, com toda sua diversidade, de água, sol, vento e biomassa, realmente não precisa de uma fonte tão polêmica. O argumento de que as energias eólica, solar e outras fontes seguem ciclos naturais, é inconsistente, do ponto de vista técnico. É possível fazer sistemas híbridos, complementares. Se, à noite, você não tem o sol para fornecer energia, aqui no Nordeste, em particular, os ventos são mais fortes durante a noite. No Sul, se você tem um período de poucas chuvas, é o período que coincide com a colheita da cana, em que você pode queimar o bagaço e produzir energia elétrica".

Além disso, segundo ele, dizer que a energia nuclear é limpa é um mito, já que os processos de produção do combustível emitem gases do efeito estufa.

"Você tem emissão de gases do efeito estufa na mineração do urânio, no transporte, nos processos de enriquecimento e produção das pastilhas".

Há ainda uma questão mais grave, que é a destinação do combustível já usado, o chamado lixo nuclear, que continua emitindo radiação durante anos e apresenta um risco para os seres humanos e o meio ambiente, segundo Scalabrini.

Para Celso Cunha, no entanto, esse combustível não é lixo e pode ser reutilizado, através de um reprocessamento. Segundo ele, o Brasil decidiu não fazer uso desse material, mas poderia gerar recursos vendendo para países que fazem o reprocessamento, como a França e o Japão.

Scalabrini diz que esse resíduo é ainda mais perigoso que o combustível novo, já que contém plutônio e pode ser usado militarmente na produção de bombas atômicas sujas.

SOJA

SLC Sementes e Kothe Agro inauguram indústria

A SLC Sementes e a Kothe Agro inauguraram, na quarta-feira, 22, a indústria de beneficiamento e armazenagem de sementes de soja (IBS), na Fazenda Paiaguás (MT), da SLC Agrícola. Conforme comunicado das empresas, a capacidade inicial de beneficiamento e armazenagem da unidade é de 1 milhão de sacas de 200 mil sementes de soja.

A SLC Sementes é a marca da SLC Agrícola criada em 2018 e leva ao produtor brasileiro acesso às variedades de sementes de soja e algodão com potencial produtivo e qualidade. Na safra 2021/22, foram comercializadas 856 mil sacas de sementes de soja e 116,47 mil sacas de sementes de algodão.

"A nova IBS torna viável a expansão do volume de sementes ofertado ao mercado, bem como a diversificação do nosso portfólio de variedades e o atendimento para Mato Grosso, além de outros Estados", disse no comunicado o diretor de Suprimentos e Produção de Sementes da SLC Agrícola, Gustavo Lunardi.

A IBS tem equipamentos modernos com tecnologia embarcada para os processos 100% automatizados para produção de sementes de soja. Além disso, para manter a qualidade do produto armazenado, as câmaras climatizadas mantêm a temperatura entre 12° C e 13° C.

Conforme o comunicado, iniciado em 2022, o projeto está alinhado com a estratégia asset light da SLC Agrícola, cuja expansão se dá por meio de parcerias com o modelo de contratação de serviços (terceirização) de beneficiamento de sementes.

Na unidade da Fazenda Paiaguás, a companhia entrou como contratante dos serviços de beneficiamento, armazenagem e expedição da Kothe Agro por um período de 15 anos, além de tornar viável a entrada da marca SLC Sementes no mercado de Mato Grosso.

SLC Agrícola deu um passo importante para consolidar sua presença na B3, a bolsa de valores oficial do país. Em janeiro de 2023, a empresa passou a compor a carteira do índice ISE B3, principal indicador de sustentabilidade do mercado, conforme última prévia de composição do índice, divulgada em 16 de dezembro. No início de 2022, a empresa já havia entrado em outros dois índices B3 de sustentabilidade: ICO2 e IGPTW.

O índice ISE B3, lançado em 2006, acompanha o desempenho médio das cotações das ações de empresas que se destacam pelo compromisso com a sustentabilidade empresarial. Um dos objetivos do ISE B3 é apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, uma vez que as práticas ESG (Ambiental, Social e Governança Corporativa) contribuem para a perenidade dos negócios. Atualmente, 46 empresas fazem parte do índice e a nova carteira deverá ter 70 empresas.

Segundo o diretor de RH, Sustentabilidade e TI da SLC Agrícola, Álvaro Dilli, esse é um avanço muito importante, que fará a diferença para o mercado financeiro e para a empresa. "Esta é uma das conquistas mais importantes de 2022, pois impactará diretamente na consolidação e protagonismo da empresa em ESG. Além disso, demonstra o alto nível de governança e gestão da empresa. Índices, e isso é um grande reconhecimento. Parabéns às nossas equipes, lideranças e diretores", afirma.

Para o diretor financeiro e de RI da SLC Agrícola, Ivo Brum, ingressar neste principal índice de sustentabilidade é um marco na história financeira da empresa, inclusive pelo fato de, em 2022, a empresa ter completado 15 anos de presença na Bolsa.

PRODUÇÃO VEGETAL

Ipea mantém a estimativa de expansão de 11% do PIB

A projeção para o VA/PIB da produção vegetal segue sendo de alta de 14,2%, enquanto a da produção animal foi revisada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) informou na sexta-feira, 24, que mantém sua estimativa de aumento do valor adicionado (VA) da agropecuária, ou seja, do Produto Interno Bruto (PIB) do setor, em 2023, em 11,6%. No estudo em que reforça a projeção, o Ipea lembra que o "elevado crescimento" deve ocorrer após queda da atividade econômica da agropecuária em 2022. A projeção para o VA/PIB da produção vegetal segue sendo de alta de 14,2%, enquanto a da produção animal foi revisada, de alta de 1,6% anteriormente para avanço de 0,8% agora.

"A atualização dos pesos dos componentes do setor agropecuário após a divulgação dos resultados no ano passado e a compensação nas revisões das estimativas para 2023 por segmento na produção vegetal motivaram a manutenção da projeção para este ano", explica o Ipea em nota.

De acordo com o Ipea, a participação da produção vegetal no indicador aumentou "significativamente" nos últimos anos e hoje corresponde a cerca de 80% do PIB agropecuário. "Sendo assim, a alta elevada da produção vegetal em 2023 passou a ser mais significativa do que os pesquisado-



As novas estimativas para as produções de milho e café compensaram a revisão para baixo na produção de soja

res do Ipea José Ronaldo Souza Júnior e Pedro Garcia, autores do estudo, haviam previsto anteriormente, na nota nº 26 da Carta de Conjuntura nº 57", informa o instituto no comunicado.

Considerando a produção vegetal, as novas estimativas para as produções de milho e café na safra 2023/24 compensaram a revisão para baixo na produção de soja e mantiveram a perspectiva de alta de 11,4% do PIB do setor. Para este ano, o Ipea considera previsão de crescimento de 21,3% da produção de soja, 10,2% de milho e 5,7% de café. As projeções para

a produção de arroz e trigo, no entanto, são de queda de 6% e 13,8%, respectivamente, conforme o instituto.

"O resultado previsto para o setor agropecuário em 2023 é condicionado, principalmente, à estimativa positiva para a soja", diz o Ipea. O instituto pontua que, apesar da perspectiva positiva para a produção de Mato Grosso, a possibilidade de uma redução da safra de soja do Rio Grande do Sul traz riscos de corte na estimativa de produção brasileira do grão em 2023.

Já em relação à produção animal, a revisão menos otimista do Ipea para 2023 é jus-

tificada por uma desaceleração no crescimento da produção de suínos e na manutenção do cenário adverso para a de leite. Por isso, houve revisão para baixo nos dois segmentos: suínos (crescimento de 5% para 2,2%) e produção de leite (alta de 1,3% para queda de 1,4%). Entre os demais produtos da pecuária, as projeções foram reajustadas para cima: bovinos, de 2,4% para 2,6%; aves, de 3,5% para 4,4%; e ovos, de 1,9% para 3,2%. O Ipea pondera que a possibilidade de um novo ano negativo para a produção leiteira merece atenção em 2023.

CONCESSÕES

Febraban: expansão do crédito deve desacelerar

O crescimento do crédito no Brasil deve desacelerar em fevereiro, com crescimento de 12,9% em relação ao mesmo mês de 2022, de acordo com a Pesquisa Especial de Crédito da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Em janeiro, o crescimento ficou em 13,6%, também no comparativo anual; a variação indica uma acomodação, na visão da entidade.

Em relação a janeiro deste ano, o saldo de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) deve ficar em 0,3%, segundo a pesquisa. O arrefecimento da atividade econômica, a alta na inadimplência, os juros altos e o caso Americanas devem pressionar o crescimento da carteira, ainda de acordo com a Febraban.

Entre fevereiro de 2022 e o mesmo mês deste ano, a maior alta deve ser nas carteiras de crédito com recursos direcionados, em que a projeção é de alta de 14,2%. No crédito com recursos livres, a projeção do setor é de crescimento de 12%. O mesmo descompasso deve ser observado entre janeiro e fevereiro, com alta de 0,6% no crédito direcionado, e de 0,1% no livre.

Entre as empresas, a carteira direcionada deve ter melhor desempenho no comparativo anual, com alta de 7,9%, enquanto a carteira com recursos livres deve crescer 6,4%, abaixo dos 8,1% de janeiro. Os empréstimos sem direcionamento devem ser os mais afetados pelo caso Americanas, em especial nas linhas de desconto de recebíveis, segundo análise da Febraban.

No caso do segmento de pessoas físicas, a entidade

destaca que o melhor desempenho anual deve vir da carteira direcionada, com alta de 17,7%, diante do bom desempenho do crédito rural e da resiliência do crédito imobiliário, mesmo diante da alta dos juros que eleva as taxas cobradas dos tomadores.

Ao todo, o crédito para pessoas físicas deve se expandir 0,2% em um mês, e 17,1% em um ano. O crédito para empresas, por sua vez, deve crescer 0,4% e 7%, respectivamente.

As concessões de crédito devem cair 8,6% entre janeiro e fevereiro, ou 5,8% se feita a média de concessões por dia útil. Em 12 meses, a expectativa é de um crescimento da ordem de 17,2%, puxado pelo crédito para pessoas físicas (+19,1%).

Segundo a federação, o crescimento da média de concessões por dia útil em fevereiro ante janeiro é menor que o visto nos meses de fevereiro da série histórica. Deste modo, os números do Banco Central com ajuste sazonal devem vir próximos da estabilidade ou levemente negativos.

Na visão da entidade, isso mostra que a pesquisa não capturou uma restrição grande nas concessões, mesmo com o efeito do caso Americanas e com a desaceleração da economia do País no período.

A pesquisa da Febraban leva em conta os dados dos principais bancos do País, e serve como uma espécie de prévia da Nota de Crédito do Banco Central. A Nota de fevereiro será conhecida na próxima semana.

SEGUROS

CCS-RJ e Porto homenageiam mulheres em grande evento

Mais de uma centena de mulheres lotaram o salão da Churrascaria Fogo de Chão em Botafogo, na capital fluminense, no último dia 21, para celebrar o mês delas em evento promovido pelo Clube dos Corretores de Seguros do Rio de Janeiro (CCS-RJ) em parceria com a Porto.

A julgar pelos depoimentos das associadas do CCS-RJ, esse foi um dos eventos mais marcantes dessa temporada de 2023.

"Preciso dizer que o evento foi maravilhoso, conheci pessoas incríveis e espero que mais mulheres tenham sido tocadas pelos exemplos que tivemos para que possamos levar um novo olhar para este Clube", disse Sabrina Oliveira. Já Alba Carvalho pontuou que: "foi um evento muito bacana! Recarregamos as energias

para a semana, parabéns ao pessoal do CCS-RJ!"

Andreia Ramos, gerente da sucursal Rio de Janeiro da Porto, participou do talkshow com cinco mulheres de sucesso e empoderadas que contaram as suas histórias de vida, para inspirar as mulheres convidadas.

"No meu caso, a pergunta feita foi sobre a minha trajetória de vida e profissional. Sou uma pessoa de origem humilde, que hoje ocupa um cargo de executiva de alta performance na Porto e reconhecida pelo mercado. Por isso, entendo que esses eventos são importantes para inspirar e encorajar outras mulheres a também ocuparem uma posição de destaque e liderança, nesse nosso mercado que ainda é muito masculino."

População segurada recebeu R\$ 1,2 bi em indenizações

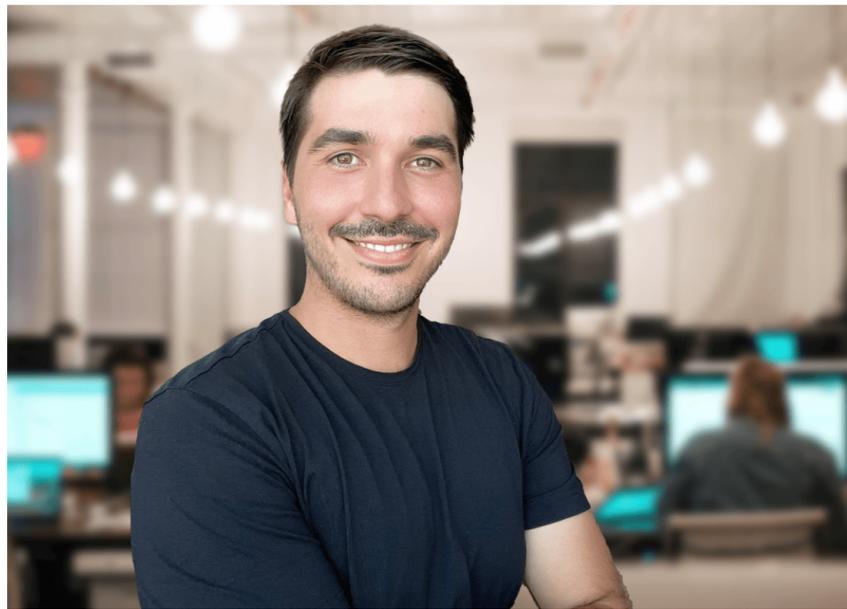
Estudo consolidado pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), com base nos dados da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), mostra que foram pagos R\$ 1,2 bilhão em benefícios aos segurados somente em janeiro de 2023, registrando alta de 9,1% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Desse montante, 56% foi pago em seguro de Vida e 17% na modalidade Prestamista.

Quanto ao pagamento de sinistros, o seguro Via-

gem foi um dos ramos com a maior variação em relação a janeiro de 2022, crescimento de 56,6% fruto da retomada do turismo após um longo período impactado pela pandemia da covid-19.

Outros segmentos que também tiveram alta foram os Dotais (60,1%), Doenças Graves / Terminais (35,7%), Acidentes Pessoais (18,5%) e o Funeral (16,5%), impactando o resultado total do mês.

Foram pagos R\$ 4,8 bilhões em prêmios diretos, aumento de 18,9% em relação ao último janeiro.



O CEO da Baeta Assessoria, Luiz Philippe Baeta Neves, falou sobre a parceria e a oferta do novo produto

Baeta Assessoria e Akad Seguros firmam parceria

A Baeta Assessoria, que presta atendimento comercial técnico e operacional aos corretores de Seguros do estado do Rio de Janeiro e a Akad Seguros pensaram em um produto de RC Profissional para o corretor de Seguros para garantir segurança e proteção no exercício da profissão. Assim nasceu a parceria entre as empresas.

Para o diretor da Baeta Assessoria, João Arthur Baeta Neves, "o Seguro de Responsabilidade Civil Profissional para Corretores de Seguro é um tipo de seguro que protege os corretores de seguros de possíveis responsabilidades legais decorrentes de

erros ou omissões cometidos no exercício de suas atividades profissionais. Uma ferramenta essencial para garantir tranquilidade nas operações do corretor de seguros", afirma.

A Baeta Assessoria é a maior empresa do gênero no país. Opera com mais de quatro mil corretores em todo território nacional.

"A performance que alcançamos em nossa trajetória empresarial, por mais de duas décadas, permite um conhecimento profundo das reais necessidades de nossos colaboradores e da dinâmica do mercado de seguros, cada vez mais tecnológico e alinhado às tendências inovadoras mun-

ciais", afirma o CEO da Baeta Assessoria, Luiz Philippe Baeta Neves.

A parceria vai permitir vender o RC Profissional para Corretores de Seguros em condições exclusivas e excepcionais. "A partir de R\$ 20,00 por mês cobre danos causados a terceiros devido à negligência ou mau desempenho do corretor de seguros", garante o diretor da Baeta Assessoria, João Arthur Baeta Neves.

A simulação e contratação totalmente online do novo produto já está disponível no site: <https://www.baeta.com.br/corretor-protetido>. É só entrar lá para se tornar um "Corretor Protegido".

Transportes: Sompo quer superar R\$ 1 bilhão

A Sompo Seguros S.A., subsidiária da Sompo International, empresa responsável pelas operações de seguro e resseguro do Grupo Sompo Holdings fora do Japão, comemora seu sexto ano consecutivo na liderança do segmento de Seguro de Transporte no Brasil.

A companhia encerrou o ano de 2022 com 17% de market share (4 pp acima do segundo colocado) e emitiu R\$ 917,4 milhões em Prêmios Emitidos ante R\$ 701,6 milhões emitidos em 2021, o que representa um crescimento de 30,8%, índice bem acima dos 23,2% alcançado pela totalidade do mercado nesse ramo, segundo dados da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. A expectativa da companhia é de superar R\$ 1 bilhão em Prêmios de Seguros no ano de 2023.

"Em 2022 observamos a consolidação de um trabalho iniciado há anos, que nos trouxe e mantém na liderança de mercado por conta do reconhecimento alcançado junto aos corretores de seguros, embarcadores e transportadores em relação à qualidade da entrega em termos de coberturas e serviços", observa Adriano Yonamine, diretor Técnico de Transporte e Auto Frota da Sompo Seguros.

Além do crescimento em termos de market share e faturamento, o trabalho de consultoria estratégica está entre os principais fatores para a manutenção da companhia na liderança do mercado.

RESPONSABILIDADE

Brasil foi um dos três países que mais avançaram em metas de água

A avaliação da ONU aponta decisões de investimento positivas para melhorar a qualidade da água e a construção de 900 novas estações de tratamento

A iniciativa ONU Água informa que no Brasil, os cursos de água tiveram um padrão de qualidade de referência ao aumentar oito pontos percentuais entre 2017 e 2020.

De acordo com as Nações Unidas, o país está entre os três casos de sucesso do mundo pelos progressos alcançados rumo a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, durante o período. Os dados foram ressaltados na Conferência da Água, que termina esta sexta-feira, em Nova Iorque.

No evento, o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, disse que a posição do país evidencia também sua responsabilidade perante um dos maiores desafios globais.

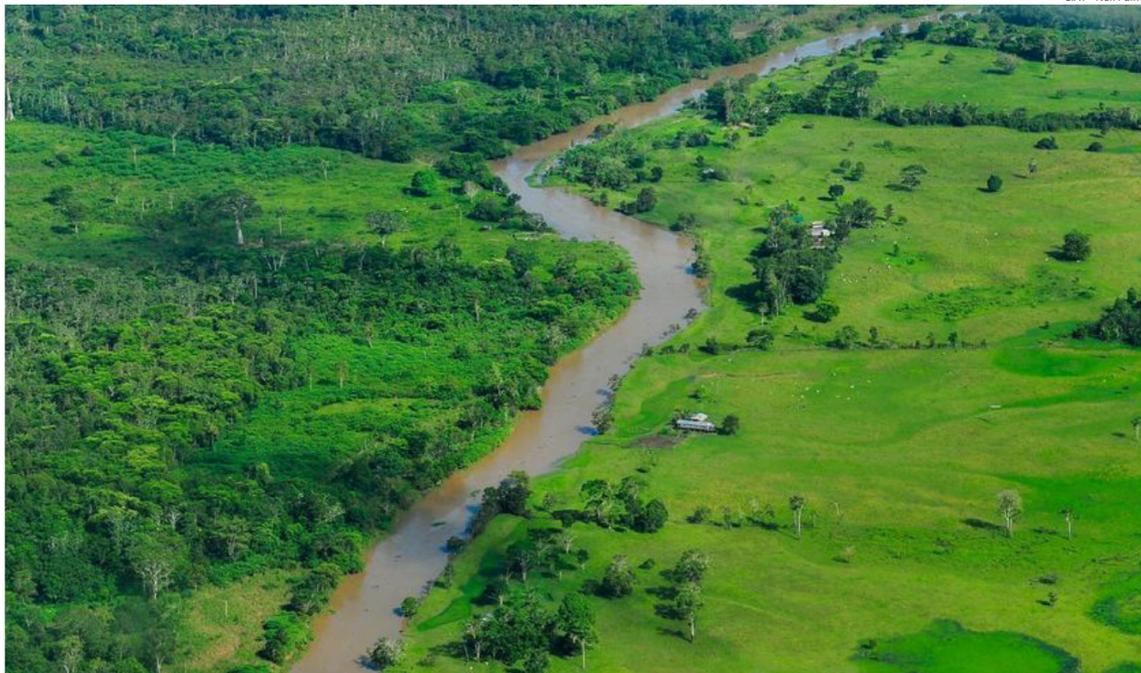
"O Brasil recentemente recebeu uma boa notícia. Foi o fato de estar entre os três países considerados os que mais avançaram na agenda justamente do ODS 6, que é o nosso Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, que trata de água e saneamento. O Brasil, Gana e Cingapura foram considerados pela avaliação das Nações Unidas como os três países que promoveram avanços. E isso é muito positivo."

A avaliação aponta decisões de investimento positivas para melhorar a qualidade da água e a construção de 900 novas estações de tratamento de águas residuais desde 2013.

Os detalhes dos progressos serão apresentados no Fórum Político de Alto Nível da ONU, em julho. Para Capobianco, a água é também uma questão de qualidade de vida.

"Claro que esse reconhecimento por parte das Nações Unidas é muito importante para nos estimular a fazer mais porque nós sabemos o quanto ainda estamos longe do nosso objetivo. De resolvermos esse problema, que para nós é como uma chaga. Como uma mancha na nossa trajetória porque uma pessoa sem a água de qualidade e sem escoamento sanitário não pode ter uma qualidade de vida adequada."

O secretário-executivo



CIAT - Neil Palme

A descentralização baseada em ecossistemas deve ser prioridade para garantir o acesso à água em qualidade, especialmente para as populações mais vulneráveis

aponta um percurso longo para atingir 99% dos brasileiros com acesso à água e 90% com saneamento até 2033, que é o plano do governo.

Para tal, ele ressaltou que políticas públicas devem promover a inovação nesses setores essenciais.

A descentralização baseada em ecossistemas deve ser prioridade para "garantir o acesso à água em qualidade e quantidade para todos, especialmente para as populações mais vulneráveis, povos indígenas e comunidades rurais".

Na Iniciativa de Monitoramento Integrado para o ODS 6, a ONU ressalta o propósito de informar e inspirar com "exemplos concisos e acessíveis" que demonstram, por meio de casos reais, que o progresso acelerado é possível.

O conceito de um Museu da Água existe há quatro anos e nasceu numa associação de engenheiros da companhia que distribui água a mais de 22 milhões de habitantes de São Paulo, no Brasil. Para eles, o novo local de preservação e cultura deve ficar pronto até 2024.

A ideia evoluiu até a ambição de chegar a países de língua portuguesa, de acordo com a presidente da Associação de Engenheiros da Sabesp, Viviana Borges.

"Olha como é importante a água. E como faltava um espaço para as pessoas terem acesso a esse conhecimento. Em 2019, começamos com o conceito de criar um museu para conscientizar a população. Um museu contemporâneo que vai sim mostrar o passado e toda a evolução tecnológica. Mas, para fazer as pessoas refletirem de uma forma interativa."

A especialista contou que a Conferência da Água, em Nova Iorque, é um momento para dar asas a esse potencial e fazer chegar o conceito a outras nações, com destaque para as de língua portuguesa. A iniciativa já recebe apoios para implantação.

"É um museu onde as pessoas interajam e consigam refletir sobre os efeitos causados de poluição e as ações que poderiam dar uma melhor condição de vida para nós mesmos, e para as outras pessoas. Esse museu passou

para fase de construção de um conceito e já nasceu em rede. A gente está falando de uma rede nacional de museus. Queremos aumentá-la aqui nesta conferência com outros parceiros, países, nações de língua portuguesa principalmente, para ter esse intercâmbio entre os diversos museus, os diversos conhecimentos e fazer com que nossa população entenda essa importância para exigir políticas públicas de melhor acesso."

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 6 prevê garantir a disponibilidade de água e sua gestão sustentável e saneamento para todos.

No contexto de uma megacidade há benefícios em partilhar práticas e fatos com outras áreas de menor dimensão, segundo Viviana Borges.

"O benefício é direto a partir do momento em que a gente tem espaço discutindo o tema da água e sua importância. Enfatando o tema, a gente chama a atenção das autoridades de uma forma necessária para que haja investimentos. Então, queremos com isso agregar diver-

sas empresas que estas invistam nesse mundo mais sustentável, com ações que beneficiem a sociedade, o nosso recurso natural e que a gente consiga fazer com que as pessoas racionalizem e usem de modo racional para distribuir para mais pessoas."

No novo espaço de experiências interativas, os visitantes poderão conhecer o histórico e os benefícios da água. Outro propósito dos mentores é registrar fatos sobre a evolução tecnológica por trás do saneamento e refletir sobre como preservar um recurso natural.

"Nós queremos transformar a sociedade brasileira com relação ao pensamento da importância da água. Transformar e levar crianças e as famílias também a chamar a atenção dos decisores para o fato de que precisamos ressaltar a importância da água, o acesso a todas as populações e o investimento. Como falei, no Brasil nós temos um desafio enorme e ainda temos um agravante que são as mudanças climáticas para se discutir e para colocar na pauta."

machucaram não tinham apertado o cinto de segurança", disse, contando que a aeronave foi mil pés para baixo e para cima, o equivalente a 304 metros.

Atualmente, a maioria das companhias aéreas permite que crianças menores de dois anos voem no colo dos pais, sem pagar uma taxa extra pela viagem em território nacional e, no caso das viagens internacionais, pagam uma taxa que varia entre 10% e 15% do valor de uma passagem para um adulto.

Considerando episódios recentes de turbulência severa, comissários de voo têm discutido sobre o tema e defendem que as regras de segurança sejam atualizadas, de modo que todos, inclusive bebês de colo, tenham seu próprio assento nos aviões, como medida para evitar o risco de ferimentos graves em caso de turbulência e pousos forçados.

Uma das organizações que apoia o assento e o cinto de segurança individual é a Associação de Comissários de Voo dos AFA-CWA, que representa 50 mil comissários de bordo em 19 companhias aéreas.

ACIDENTE

Turbulência arremessa comida no teto e deixa 10 feridos em voo

Durante uma viagem área de Luanda, em Angola, para Lisboa, em Portugal, nesta quinta-feira, 23, passageiros faziam suas refeições quando uma turbulência severa abalou o avião e arremessou talheres, pratos, comidas e bebidas em todas as direções. A forte turbulência deixou 10 feridos.

A turbulência foi prevista pelo comandante e os passageiros receberam o alerta aproximadamente duas horas depois da decolagem. De Luanda até Portugal, o voo costumava durar um pouco mais de oito horas.

O episódio aconteceu no voo da companhia aérea Hi Fly, a serviço da TAAG Linhas Aéreas de Angola. A agitação não durou muito tempo, mas os segundos de turbulência foram suficientes para causar ferimentos leves em 10 passa-

geiros, que receberam atendimento médico assim que pousaram no aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

No Twitter, em um vídeo publicado pelo SIC Notícias, é possível ver as bandejas de refeição no corredor do avião, onde também há macarrão no carpete, lanches no chão e garrafas de vidro espalhadas, que caíram com a agitação da aeronave. O teto do avião também foi atingido na turbulência e uma bandeja ficou presa entre o bagageiro.

No tuitte, dezenas de internautas comentaram a importância de usar cinto de segurança. "Imagina bater a cabeça várias vezes entre o teto e o chão", escreveu uma das pessoas.

Outros casos semelhantes, onde há turbulência severa, foram registrados no mês de

março e tem motivado discussões sobre a segurança e exposição dos voos.

Segundo o portal de notícias sobre aviação Simple Flying, no início do mês, um Condor Airbus A330-900 voando de Frankfurt, na Alemanha, para as Ilhas Maurício, na África, passou por uma turbulência aproximadamente duas horas antes de pousar em seu destino. A agitação teria causado ferimentos em 20 dos 272 passageiros. Além disso, os danos sofridos durante o incidente deixaram a aeronave no solo nas Ilhas Maurício durante todo o dia seguinte, 2 de março, o que é incomum, pois as aeronaves que operam esse serviço tendem a ficar um pouco menos de duas horas no solo para retorno a Frankfurt.

Enquanto o Condor Airbus A330-900 aguardava no solo

ILHAS PARACEL

China faz ameaças aos EUA, após navio de guerra

A China fez ameaças aos Estados Unidos depois que a Marinha norte-americana navegou um contratorpedeiro de mísseis guiados ao redor das disputadas Ilhas Paracel, no Mar da China Meridional, pelo segundo dia consecutivo. Pequim disse que o movimento foi uma violação de sua soberania e segurança, e que poderia ter "sérias consequências".

Na quinta, depois que os EUA navegaram pela primeira vez o navio USS Milius perto das Ilhas Paracel, a China disse que sua Marinha e a força aérea forçaram a retirada da embarcação americana - alegação que os militares dos Estados Unidos negaram.

Os EUA navegaram novamente na sexta-feira nas proximidades das ilhas - ocupadas pela China, mas também reivindicadas por Taiwan e Vietnã - como parte do que chamou de "operação de liberdade de navegação", desafiando os requisitos de todas as três nações que exigem uma notificação de antecedência ou permissão antes da passagem de um navio militar.

"Reivindicações marítimas ilegais e abrangentes no Mar do Sul da China representam uma séria ameaça à liberdade dos mares, incluindo as liberdades de navegação e sobrevoo, livre comércio e comércio desimpedido e liberdade de oportunidade econômica para as nações litorâneas do Mar do Sul da China", disse o porta-voz da 7ª Frota dos EUA, tenente Luka Bakic, em uma declaração por e-mail.

O Ministério da Defesa da China respondeu acusando os Estados Unidos de "minar a paz e a estabilidade do Mar da China Meridional" com suas ações. "O ato dos militares americanos violou seriamente a soberania e a segurança da água, violou severamente as leis internacionais e é a evidência mais sólida de que os EUA buscam a hegemonia da navegação e militarizam o Mar do Sul da China", disse Tan Kefei, porta-voz do ministério.

"Solicitamos solenemente que os EUA parem imediatamente com tais ações de provocação, caso contrário, arcarão com as graves consequências de incidentes inesperados causados por isso", afirmou, acrescentando que a China tomaria "todas as medidas necessárias" para garantir sua segurança, sem mais detalhes.

Autoridades invadiram os escritórios do Mintz Group em Pequim, detendo todos os cinco funcionários da empresa de investigação com sede em Nova York, um incidente que provavelmente irá aumentar o nervosismo das empresas internacionais que operam no país. Em um comunicado na sexta-feira, a empresa Mintz disse que cinco empregados chineses foram detidos sem aviso prévio e que o escritório está fechado.

A Mintz também afirmou que está licenciada para fazer negócios na China e que opera de forma transparente e dentro da lei. "O Mintz Group não recebeu nenhum aviso oficial sobre um processo contra a empresa e solicitou que as autoridades libertem seus funcionários", disse o comunicado. "Estamos prontos para trabalhar com as autoridades chinesas para resolver qualquer mal-entendido que possa ter levado a esses eventos."

O fato ocorre quando os chefes de empresas multinacionais, incluindo Apple e Pfizer, devem chegar ao país para se reunir com as principais autoridades chinesas. O Fórum de Desenvolvimento da China, que está marcado para este fim de semana, será o primeiro totalmente presencial desde o início da pandemia de covid-19. O evento ocorre também algumas semanas depois que o país apresentou uma lista de novos líderes governamentais, sinalizando novos esforços para aumentar o investimento estrangeiro.

PRAZO

Pacheco apresenta projeto para uma nova lei de impeachment

A nova proposta prevê como crimes de responsabilidade para o presidente da República e o vice atentar contra a soberania nacional e contra a democracia



Pacheco: "nos dois processos de impeachment de presidentes da República, foi necessária a judicialização do tema, a fim de que o STF fixasse um 'rito' do processo"

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou na quinta-feira, 23, um projeto de lei para renovar a lei de impeachment no Brasil. O texto foi elaborado por uma comissão de 12 juristas, presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, em dezembro do ano passado.

Além de especificar os crimes de responsabilidade, a proposta atualiza o procedimento de deposição, as condutas dos agentes, e delimita um prazo de 30 dias úteis de análise para cada pedido apresentado no Congresso. Hoje, não há um prazo para a avaliação pelo presidente do Senado ou da Câmara dos Deputados.

Passado o prazo, a autoridade competente pode arquivar a denúncia, submeter à

deliberação da mesa diretora, onde pode ser indeferida ou aprovada e enviada a uma comissão especial.

A comissão tem até 20 dias úteis para analisar e poder enviar a matéria para a Casa avaliadora. Caso a denúncia seja rejeitada, um terço de cada Casa - isto é, 171 deputados ou 27 senadores, respectivamente - ou líderes partidários que, juntos, totalizem o número, podem apresentar em recurso em até 10 dias úteis. O pedido então será incluído em pauta de reunião em até 30 dias úteis para deliberação sobre o tema.

Continuarão sendo precisos dois terços - 342 deputados ou 54 senadores - para que a proposta avance em plenário. O processo seguirá então para análise por 180 dias.

A nova proposta prevê como crimes de responsa-

bilidade para o presidente da República e o vice atentar contra a soberania nacional, contra a democracia, contra o exercício dos direitos e garantias fundamentais, contra a probidade na administração e contra a lei orçamentária. São capazes de apresentar uma denúncia por crime de responsabilidade a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cidadãos e entidades de classes ou organizações sindicais.

O texto oficializa a separação da votação final do Senado em caso de impeachment do presidente, assim como aconteceu com Dilma Rousseff, em 2016. "Cometeu a autoridade acusada o crime que lhe é imputado e deve ser condenada à perda do cargo?", questionará o presidente. Após a pergunta, que pode ser respondida com sim ou não, uma nota de votação será realizada

para consultar os senadores sobre a inabilitação para o exercício de cargo público num prazo de até oito anos.

Lewandowski, presidente da comissão elaboradora do projeto, foi também o presidiu o processo de impeachment de Dilma no STF. Pacheco justifica que a atual lei é de 1950 e "foi pensada para um outro contexto social político e constitucional que não o nosso".

"Tanto assim, que, nos dois processos de impeachment de presidentes da República, foi necessária a judicialização do tema, a fim de que o STF fixasse um 'rito' do processo por crime de responsabilidade", argumenta.

Na proposta, estão sujeitos à cassação o presidente e o vice-presidente da República, os ministros de Estado, os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, os Ministros do STF, os mem-

brós do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o procurador-geral da República, o advogado-geral da União, os ministros dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União, os chefes de missões diplomáticas de caráter permanente.

Ainda podem sofrer impeachment os governadores e vice-governadores estaduais e do Distrito Federal, os Secretários dos Estados e do Distrito Federal, os juízes e desembargadores dos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal, os juízes e membros dos Tribunais Militares e dos Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e do Trabalho os membros dos Tribunais de Contas dos estaduais e Distrito Federal e os membros do Ministério Público da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Pneumonia adia viagem do presidente à China

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva adiou o embarque à China após ser diagnosticado com pneumonia leve. Na quinta-feira (23) à noite, Lula passou por exames no Hospital Sírio Libanês, em Brasília, após retornar de viagens que fez à Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Na sexta-feira (24), Lula permaneceu na residência oficial do Palácio da Alvorada e as reuniões com ministros que estavam previstas, no Palácio do Planalto, foram canceladas.

O embarque para a China estava previsto para este sábado (25) e, em publicação nas redes sociais, a Presidência confirmou que ele foi adiado para domingo (26).

"O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, está no Alvorada após exames no hospital Sírio Libanês na quinta à noite. O presidente está com pneumonia leve e irá, por conta disso, adiar para domingo o início da sua viagem para a China", escreveu.

O primeiro compromisso de Lula na China seria um encontro com empresários e agentes públicos sobre desenvolvimento sustentável, na segunda-feira (27), em Pequim. Já os principais eventos diplomáticos da viagem estão previstos para terça-feira (28), quando Lula terá reuniões com o presidente da China, Xi Jinping, com o primeiro-ministro da China, Li Qiang, e com o presidente da Assembleia Popular Nacional, Zhao Leji.

O dia 29 será dedicado a um evento empresarial promovido pela Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível e pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com a participação de mais de 240 empresários brasileiros.

No dia 30, o presidente Lula irá a Xangai, onde visitará a sede do Novo Banco de Desenvolvimento, entidade criada pelos Brics (grupo formado por Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul). Na ocasião, a ex-presidenta Dilma Rousseff tomará posse no comando do banco.

Será a primeira viagem de Lula a um país asiático após assumir seu terceiro mandato. Mas a viagem à China é a terceira internacional de Lula depois da posse no cargo: o presidente já foi à Argentina e aos Estados Unidos. A previsão do Ministério das Relações Exteriores é que pelo menos 20 acordos comerciais serão assinados durante a visita.

Na quinta-feira, o presidente defendeu incentivos públicos aos projetos culturais e a existência do Ministério da Cultura. "Que o governo nunca mais ouse desmontar a experiência e a prática cultural do povo brasileiro", disse, durante evento no Teatro Municipal do Rio.

Acompanhado pela ministra da Cultura, Margareth Menezes, Lula assinou o decreto que restabelece regras da Lei Rouanet e outros incentivos aos projetos culturais. "Vão dizer que a mamata voltou, que a farrá voltou, que o gasto desnecessário voltou. Vocês não devem ficar quietos. A gente não pode permitir que a pauta de costumes possa derrotar a política cultural desse País", recomendou.

No início do discurso, que durou apenas dois minutos, ele justificou a fala curta com bom humor. "Vocês nunca me viram sair de um evento sem falar. Hoje eu estou com a garganta muito ruim e não quero usar a palavra porque eu tenho que embarcar para a China e eu preciso estar com a garganta boa para conversar com o Xi Jinping", afirmou, referindo-se ao encontro que terá com o presidente da China.

No evento de quinta, Lula estava acompanhado pela mulher, Rosângela Lula da Silva, a Janja, e foi prestigiado por vários artistas, como José de Abreu e Antônio Pitanga.

PLANEJAMENTO

Randolfe afirma que está confiante de ter solução para impasse sobre MPs

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou na sexta, 24, que o governo federal trabalhará na instalação das comissões mistas no Congresso para resolver o impasse entre Câmara e Senado sobre o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs).

Randolfe afirmou que é "possível pensar" na instalação da comissão mista já na próxima semana. Neste caso, ele deixaria de viajar à China com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "A gente vai trabalhar na instalação das comissões mistas, estamos nos planejando para isso, nos programando para isso", disse aos jornalistas.

Questionado sobre como resolver o impasse com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que resiste em retornar as comissões mistas para

tramitação das MPs, Randolfe disse que o acordo "está em curso" e que está confiante em ter uma solução para o impasse. De acordo com Randolfe, a relatoria das medidas mais "impactantes politicamente" ficará com a Câmara, como a MP que estabeleceu a reestruturação da Esplanada e a que retomou o voto de qualidade no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf).

Segundo ele, com a retomada da contagem das medidas, as MPs pares ficam com a relatoria da Câmara e as ímpares com a relatoria do Senado. "Não faremos nada que não seja dialogado e construído com o presidente da Câmara dos Deputados. Não tem interesse nenhum do governo, e suas lideranças em atropelar qualquer tipo de procedimento", disse Randolfe.



Randolfe: "é possível a instalação da comissão mista na próxima semana"

Na quinta-feira, 23, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), assinou o ato que determina a volta das comissões mistas para análise

de Medidas Provisórias, em meio a um embate com a Câmara sobre o rito de tramitação. A decisão, publicada em edição extra do Diário Oficial do

Congresso, vale para as MPs editadas no governo Lula, a partir de 1º de janeiro.

Pacheco argumentou que, com o fim da pandemia - período em que as medidas foram votadas diretamente no plenário -, o rito anterior, com as MPs analisadas em comissão mista, deve ser retomado. Lira defende a manutenção do rito adotado na pandemia com a justificativa de que, dessa forma, o processo é mais ágil.

O presidente da Câmara ficou incomodado com a decisão de Pacheco de acatar a questão de ordem do senador Renan Calheiros (MDB-AL) que pedia o retorno imediato das comissões mistas de MPs. A intenção de Lira era negociar um acordo na semana que vem, quando a Câmara analisará as medidas que ainda estão pendentes do governo Bolsonaro.

CONSERVADORISMO

Bolsonaro diz que volta ao Brasil está pré-marcada para o dia 30

O presidente afirmou que vai trabalhar com o PL, vai andar pelo Brasil, vai fazer política e lembrou que é preciso manter de pé a bandeira do conservadorismo

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que deve retornar ao Brasil no dia 30, às 7h, para “trabalhar com o Partido Liberal” e “fazer política”. Em entrevista à Record TV, Bolsonaro disse ainda que não pretendia “sumir” com o conjunto de joias que recebeu de presente do regime da Arábia Saudita.

“Está pré-marcado para dia 30 pousar em Brasília às 7 horas da manhã. Está quase certo. Voltar com atividade normal. Vou trabalhar com o Partido Liberal. Vamos andar pelo Brasil e fazer política. Afinal de contas, o PL é um grande partido. Nós temos como manter de pé essa bandeira do conservadorismo que levantamos ao longo de quatro anos”, afirmou o ex-presidente.

Bolsonaro alegou que não cometeu irregularidades ao receber da Arábia Saudita um estojo que continha um relógio com pulseira de couro, um par de abotoaduras, uma caneta, um anel e um masbaha (rosário islâmico). O ex-presidente disse que não tinha intenção de “sumir” com os materiais e que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro ficou “sabendo pela imprensa” da existência de um segundo conjunto de joias, que foi apreendido no Aeroporto de Guarulhos (SP), que seria destinado a ela.

“Nosso ministro recebeu duas caixas de presente. Uma ficou retida na alfândega, a outra foi para presente. Eu só tomei conhecimento disso um ano depois. A minha esposa tomou conhecimento pela imprensa. Ela não tem nada a ver com isso. A caixa que seria para ela, está na Receita. A minha, desde o primeiro momento falei que está à disposição”, disse. “Tanto é que tem uma liminar do ministro [Augusto] Nardes, do TCU, que caiu agora, de que o material não poderia vender. Desde o primeiro momento não existe a intenção de sumir.”

O ex-presidente atuou pessoalmente para tentar liberar o conjunto de joias preso na alfândega. Ao todo, foram oito tentativas desde a entrada ilegal do



Alan do Santos - ABR

Bolsonaro: “está pré-marcado para dia 30 pousar em Brasília às 7 horas da manhã. Está quase certo. Voltar com atividade normal”

ESTOJO

Advogado de Bolsonaro entrega segundo pacote de joias à Caixa

O advogado Paulo Amador da Cunha Bueno entregou na sexta-feira, 24, o segundo conjunto de joias que foi recebido ilegalmente pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. O estojo é composto por relógio com pulseira em couro, par de abotoaduras, caneta rosa gold, anel e um masbaha (uma espécie de rosário islâmico) rose gold, todos da marca suíça Chopard. O site da loja vende peças similares que juntas somam, no mínimo, R\$ 400 mil.

Bueno levou o conjunto para uma agência da Caixa localizada na Asa Sul, região central de Brasília, seguindo determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). A caixa de joias entrou no País com

a comitiva do governo Bolsonaro em outubro de 2021, sem ser declarada à Receita Federal.

O presidente Jair Bolsonaro recebeu pessoalmente o segundo pacote de joias da Arábia Saudita que chegou ao Brasil pelas mãos da comitiva do então ministro de Minas e Energia (MME), Bento Albuquerque.

O tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ajudante de ordens e “faz-tudo” do ex-presidente, disse que o estojo estava com Bolsonaro, no “acervo privado” dele. A entrada das peças no Brasil sem declaração à Receita e a apropriação pelo presidente estão irregulares. O entendimento do TCU é que os ex-presidentes só podem

ficar com lembranças de “caráter pessoalíssimo” como roupas e perfumes.

A reportagem teve acesso a documentos oficiais que comprovam que o pacote foi entregue no Palácio da Alvorada, residência oficial dos presidentes da República. O recibo indicando que Bolsonaro recebeu as joias de diamantes foi assinado pelo funcionário Rodrigo Carlos dos Santos às 15 horas e 50 minutos do dia 29 de novembro de 2022. O papel da Documentação Histórica do Palácio do Planalto traz um item no qual questiona se o item foi visualizado por Bolsonaro. A resposta: “Sim”.

Bolsonaro requisitou as joias faltando um mês para encerrar seu mandato e deixar o Brasil rumo aos Estados Unidos, onde se refugiou desde 30 de dezembro, quando perdeu a eleição para o seu rival Luiz Inácio Lula da Silva.

Antes, as joias ficaram por mais de um ano nos cofres do Ministério de Minas e Energia.

material, sem declaração. Bolsonaro defende que poderia ficar com os presentes e, se quisesse se desfazer deles, bastaria “pagar os impostos devidos”.

O ex-presidente também disse que vai entregar “com dor no coração” armas recebidas dos Emirados Árabes Unidos. “Eu pagaria por aquelas duas armas, mas não vamos criar qualquer polêmica. A gente vai entregar as armas para a

PF e as joias em uma agência da Caixa.”

Questionado pela reportagem da Record TV sobre a prisão de suspeitos de participar de um ataque contra o senador Sergio Moro (União Brasil-PR), Bolsonaro disse achar “uma tremenda coincidência” a proximidade da operação com a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que, quando estava na cadeia, que-

ria “f***r com o Moro”.

“Eu acho uma tremenda coincidência o cara falar que gostaria de ferrar o atual senador Sergio Moro. Então foram essas prisões. Pelo que tudo indica gente do PCC. Entra o PCC nessa história”, afirmou.

O ex-presidente ainda acusou Lula de ter feito uma “armadilha” nos ataques que depreciam a sede do Poder Público em Brasília, no dia 8 de janeiro.

“Lamento o episódio, realmente inacreditável. Estamos esperando de que haja uma CPMI para botar em pratos limpos isso daí. Foi uma armadilha feita pela esquerda, tanto é que o presidente não quer a CPMI”, disse Bolsonaro. “Vamos abrir uma CPMI para ver até onde vai a minha responsabilidade ou a dele, que eu não chamo de opção, ele no meu entender tem ação nesse evento do dia 8.”

“Uma lei federal (Estatuto do Idoso) se sobrepõe ao ato da Casa. Vamos questionar o presidente e fazer a ação jurídica necessária para garantir o funcionamento dessa CPI”, afirmou o deputado Luiz Cláudio Marcolino (PT).

Por volta das 9h45, a bancada do PT foi ao gabinete do presidente da Alesp, deputado André do Prado (PL), argumentar que Suplicy deveria ser o primeiro a registrar um pedido de CPI. Enquanto isso, as portas do plenário foram abertas e teve início o registro dos requerimentos, seguindo a ordem da fila. Dessa forma, deputados da situação conseguiram emplacar os cinco primeiros pedidos.

1. Thiago Auricchio (PL) - apurar denúncias de problemas técnicos recorrentes na prestação de serviço de energia elétrica pela concessionária Enel na região metropolitana de São Paulo, em especial no ABC paulista.

2. Itamar Borges (MDB) - apurar práticas de golpes envolvendo fraudes tanto por meio de transferências via Pix quanto por clonagem de cartões de crédito e de débito.

3. Gil Diniz (PL) - apurar a conduta de um tratamento realizado no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) para fazer a transição de gênero em crianças e adolescentes. O protocolo foi feito pelo deputado Carlos Cezar, líder do PL.

4. Fabiana Barroso (PL) - apurar quais políticas públicas estão sendo promovidas e quais deveriam ter sido realizadas em relação a deslizamentos de terra em encostas e morros no Estado.

5. Paulo Correia Júnior (PSD) - apurar a “epidemia de crack” na capital paulista, mas também em outras cidades do Estado.

RESTRITA

PCC planejava ações conjuntas em Campo Grande e Porto Velho

Enquanto a frente principal da Operação Sequaz prendia integrantes da quadrilha que planejava sequestrar o senador Sergio Moro, uma outra parte da ofensiva vasculhava endereços nas capitais de Mato Grosso do Sul e Rondônia onde, segundo os investigadores, há registros da presença da ‘Restrita’ - núcleo do PCC encarregado de eliminar ex-integrantes da facção e atacar autoridades e agentes públicos Ao requerer os mandados de busca e apreensão a serem cumpridos em Campo Grande e Porto Velho, a Polícia Federal qualificou os endereços alvo como ‘apartamento PCC/MS’ e ‘chácara PCC/RO’.

A Polícia Federal solicitou as diligências após ver indícios de ações da quadrilha ligada ao PCC nesses locais. As atividades eram anteriores ao plano de sequestrar Moro, indica a representação policial, e foram identificadas durante a análise de anotações interceptadas nas contas em ‘nuvem dos

criminosos’

Ao analisar os pedidos, a juíza Gabriela Hardt, que autorizou a abertura da ‘Sequaz’ destacou que as imagens denotam ‘a existência de outros trabalhos em andamento’. A ofensiva foi batizada em referência ‘ao ato de seguir, vigiar, acompanhar alguém’.

“Tem-se evidente que o plano delituoso sob apuração possui conexão com fatos a serem executados também no estado do Mato Grosso do Sul e na cidade de Porto Velho, de modo que, preenchidos os requisitos legais, se faz pertinente o deferimento da medida a ser cumprida em tais endereços, que se mostram vinculados à consecução dos planos capitaneados pela ‘Restrita’ do PCC”, anotou a magistrada.

A busca realizada em Campo Grande mira um apartamento cujo endereço foi levantado a partir de uma foto encontrada em conta vinculada a Janeferson Aparecido Mariano, o ‘Nefo’, apontado como um dos líderes

da ‘Restrita’ e principal articulador do plano de atentado contra Moro.

A Polícia Federal fez diligências no local antes da abertura da Sequaz, apurando que a locatária do imóvel em questão é esposa de um dos presos na Operação Sicários, por supostas ações que levariam ao ataque de um servidor do presídio federal de Rondônia.

A corporação diz que, como o apartamento continua locado e pago, ‘é possível que lá existam armas e/ou um ‘cofre’, pois normalmente após alguém ser preso os criminosos somem com armas, munições e qualquer material que possa incriminá-los’.

“Como no caso em tela o apartamento ainda está alugado, é possível que tenhamos êxito em encontrar armas e munições. Obviamente, depois dos prováveis cumprimentos de mandados relacionados a esta investigação, se não for cumprida ordem judicial lá, os materiais desaparecerão”, argu-

mentou a PF ao pedir a busca no local.

Os investigadores também lembraram que, entre os códigos listados por ‘Nefo’ havia a indicação de que ‘México’ se referia ao Estado de Mato Grosso do Sul. Em meio as anotações sobre gastos da quadrilha, a PF identificou o uso do código junto da abreviação ‘dd’ e da expressão ‘ferramenta bico e peq’. Segundo a corporação, as indicações são gírias usualmente empregadas no meio criminoso para indicar fuzil e pistolas.

Já em Rondônia, a PF queria localizar uma ‘chácara em local estratégico’ em Porto Velho. A capital do Estado foi mencionada diferentes vezes nas prestações de contas dos investigados e, segundo a juíza Gabriela Hardt, ‘não há dúvidas quanto à consecução de atos criminosos na cidade’.

“A utilização de um sítio na região depreende-se expressamente das imagens das anotações verificadas, estando rela-

TUMULTO

Governo de SP emplaca todas as CPIs na Alesp

Deputados se desentenderam na sexta-feira, 24, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), após Eduardo Suplicy (PT), de 81 anos, usar o Estatuto do Idoso e pedir preferência na ordem de abertura de proposições na Casa por causa da sua idade. Tratava-se de uma estratégia da oposição para conseguir lugar no rito de protocolo das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que funcionarão nos próximos seis meses. A manobra, porém, não prosperou, e parlamentares da base de Tarcísio de Freitas (Republicanos) conseguiram preencher o registro de todos os colegiados do início da legislatura.

Assessores parlamentares estavam “acampados” em uma fila na porta do plenário desde a tarde de terça-feira, 21. Pela norma da Casa, somente cinco comissões de inquérito podem funcionar simultaneamente, o que ocasionou a disputa por um lugar na mesa de protocolo dos pedidos.

A formação da fila gerou um impasse entre os deputados, uma vez que deixou a dúvida se a Mesa Diretora consideraria a ordem de quem estava acampado nos corredores da Alesp ou se, em vez disso, valeria a ordem de registro de proposições no sistema online “Alesp sem papel”, que permite o envio dos requerimentos via internet. A Casa, porém, decidiu pela adoção da via presencial para os registros, alegando que um terço dos deputados está em sua primeira legislatura e não tem acesso ao sistema.

Na manhã de sexta-feira, parlamentares do PT se apresentaram na fila e pediram que Suplicy fosse o primeiro a registrar uma CPI. A ação iniciou um tumulto na porta do plenário. Parlamentares da base do governo acusaram a oposição de tentar furar a fila com Suplicy e gritaram que “não vai ter golpe”. Já a oposição alegava o Estatuto do Idoso para dar preferência ao petista e que atos normativos da Casa “não estão acima da lei federal”.

“Uma lei federal (Estatuto do Idoso) se sobrepõe ao ato da Casa. Vamos questionar o presidente e fazer a ação jurídica necessária para garantir o funcionamento dessa CPI”, afirmou o deputado Luiz Cláudio Marcolino (PT).

Por volta das 9h45, a bancada do PT foi ao gabinete do presidente da Alesp, deputado André do Prado (PL), argumentar que Suplicy deveria ser o primeiro a registrar um pedido de CPI. Enquanto isso, as portas do plenário foram abertas e teve início o registro dos requerimentos, seguindo a ordem da fila. Dessa forma, deputados da situação conseguiram emplacar os cinco primeiros pedidos.

1. Thiago Auricchio (PL) - apurar denúncias de problemas técnicos recorrentes na prestação de serviço de energia elétrica pela concessionária Enel na região metropolitana de São Paulo, em especial no ABC paulista.

2. Itamar Borges (MDB) - apurar práticas de golpes envolvendo fraudes tanto por meio de transferências via Pix quanto por clonagem de cartões de crédito e de débito.

3. Gil Diniz (PL) - apurar a conduta de um tratamento realizado no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) para fazer a transição de gênero em crianças e adolescentes. O protocolo foi feito pelo deputado Carlos Cezar, líder do PL.

4. Fabiana Barroso (PL) - apurar quais políticas públicas estão sendo promovidas e quais deveriam ter sido realizadas em relação a deslizamentos de terra em encostas e morros no Estado.

5. Paulo Correia Júnior (PSD) - apurar a “epidemia de crack” na capital paulista, mas também em outras cidades do Estado.

CONGESTIONAMENTO

Metroviários decidem encerrar a paralisação em São Paulo

Os trabalhadores aceitaram a proposta do Metrô que prevê abono salarial de R\$ 2 mil, além da instituição de um programa de participação nos resultados



Metrô: no segundo dia de greve dos metroviários na cidade de São Paulo, o pico do congestionamento chegou a 615,5 quilômetros por volta das 8h, de acordo com a medição feita pela CET

Os metroviários decidiram em assembleia na manhã de sexta-feira (24) encerrar a greve da categoria, iniciada na quinta-feira (23). Os trabalhadores aceitaram a proposta do Metrô que prevê abono salarial de R\$ 2 mil, além da instituição de um programa de participação nos resultados referente a 2023 com pagamento em 2024. Os funcionários da estatal estadual reivindicavam receber essa participação retroativa aos anos de 2020, 2021 e 2022.

Na quinta-feira, a greve chegou a interromper completa-

mente a operação das linhas Azul, Verde, Vermelha e Prata. Os trabalhadores propuseram que o serviço fosse mantido, mas com liberação das catracas para a população. Em carta encaminhada aos metroviários, a empresa disse que aceitaria abrir as catracas para suspender a greve. O governador Tarcísio de Freitas usou as redes sociais para demonstrar apoio à ideia.

No entanto, ao mesmo tempo em que se manifestava favoravelmente à suspensão da cobrança das tarifas, o governo do estado e o Metrô pediram ao Tribunal Regional do Trabalho, via mandado de segurança, que a Justiça proi-

bisse a adoção da medida.

O pedido foi aceito e deferido pelo desembargador plantonista Ricardo Apostólico Silva, que proibiu a liberação das catracas e estipulou que 80% dos metroviários trabalhassem durante a greve, nos horários de pico.

À noite, em outra decisão, a juíza do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) Eliane Aparecida da Silva Pedrosa autorizou que o serviço funcionasse sem cobrança de passagens. Mesmo assim, a medida não foi adotada.

O governador Tarcísio de Freitas e o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes, decre-

taram ponto facultativo nas repartições públicas estaduais da capital paulista e região metropolitana na sexta-feira.

Ainda na quinta, no final do dia, o metrô retomou a operação parcial das linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha.

Durante a assembleia que encerrou a greve, a presidenta do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Camila Lisboa, disse que a proposta do governo era ruim, mas que a mobilização perderia força se continuasse pelo fim de semana.

“Essa proposta é um desrespeito com a categoria que trabalhou durante a pandemia, que está sofrendo nas estações com

pouquíssimos funcionários. É um desrespeito. A gente merece muito mais do que isso”, disse.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) fez uma proposta intermediária, que sugeria o pagamento do valor de R\$ 2,5 mil de abono por trabalhador, por ano, de 2020 a 2022, o cancelamento de punições, a garantia de não retaliação aos grevistas e a ausência de descontos dos dias parados.

O Metrô e o governo de São Paulo, entretanto, mantiveram na mesa apenas o pagamento de um único abono salarial de R\$ 2 mil. Diante do impasse, Camila Lisboa disse que via pouco espaço para negociação.

“O ambiente de negociação durante a greve não está existindo ou foi muito insuficiente”, disse durante a assembleia.

A recomendação do sindicato é que os trabalhadores retornem imediatamente ao trabalho. Em nota, a empresa diz que vai retomar 100% da operação.

No segundo dia de greve dos metroviários na cidade de São Paulo na sexta-feira, 24, o pico do congestionamento chegou a 615,5 quilômetros por volta das 8h, de acordo com a medição feita pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) em parceria com o aplicativo Waze.

No horário, o trecho com maior quantidade de tráfego lento foi na zona leste, com 182,3 km, seguida por zona sul (180,9 km), norte (103 km), oeste (100,5 km) e centro (45,9 km). Por volta das 9h30, quando foi anunciado o fim da paralisação dos metroviários, a cidade tinha 485,2 quilômetros de lentidão.

No dia anterior (quinta-feira, 23), no primeiro dia de paralisação da categoria, a capital paulista apresentou mais de 800 quilômetros de lentidão. No fim da tarde e início da noite, entre 18h e 19h, a CET/Waze registrou 823 quilômetros de lentidão nas ruas e avenidas da cidade. No período da manhã de quinta-feira, também foram computados mais de 800 quilômetros de lentidão nas vias de São Paulo.

Com a impossibilidade de usar as linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata (Monotrilho) da Companhia do Metropolitan do Estado (Metrô), o rodízio de veículos foi suspenso em ambos os dias. Na sexta-feira, também podem circular pelo centro expandido os carros com placas finais 9 e 0.

Desde o dia 3 de março, a CET divulga, por meio de parceria com o aplicativo de mobilidade Waze, informações de trânsito de todos os 20 mil quilômetros de vias existentes na cidade. Desta forma, a companhia deixou de trabalhar a divulgação de indicadores de congestionamento baseados em um recorte das principais vias e corredores para apresentar ao público os números absolutos de lentidão identificados em todas as ruas e avenidas da capital paulista.

NOVO MODELO

Governo estuda retomar seguro obrigatório para veículos no Brasil

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda reformular e retomar o seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o popular seguro veicular obrigatório. O Executivo já trabalha na elaboração de um novo modelo e pretende anunciar as novidades até o final do ano. Depois de ser extinto em 2021, o seguro pode voltar a ser cobrado dos contribuintes.

“Temos o desafio enorme de refazer o modelo do DPVAT. A gente precisa de um modelo sólido e a gente precisa construí-lo rapidamente, porque tem um ano para fazer isso e ter uma nova arquitetura para esse seguro que é extremamente relevante para a população”, afirmou secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto. A afirmação foi feita em evento de lançamento do Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros, organizado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), em São Paulo, na semana passada.

O Ministério da Fazenda solicitou que o contato fosse feito com a Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia ligada à pasta e que regula o mercado de seguros.



O DPVAT ampara as vítimas de acidentes de trânsito, independentemente do responsável, com coberturas para morte, invalidez permanente e reembolso

O órgão, por sua vez, informou que “tem participado da elaboração de estudos e projeções para propor alternativas para a questão dos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”.

O DPVAT ampara as vítimas de acidentes de trânsito, inde-

pendentemente do responsável, com coberturas para três naturezas: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas. O seguro foi cobrado no licenciamento dos veículos até 2020. Por determinação do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ele foi extinto em janeiro de 2021 a partir de uma recomendação

do Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo da mudança seria evitar fraudes, mas esteve relacionada a uma briga política entre Bolsonaro e o deputado federal Luciano Bivar (União), que presidia o PSL, antigo partido de ambos, e que possui uma empresa no setor.

A época, especialistas criticaram o fim da cobrança, argu-

mentando que seria mais justo para a sociedade —e lucrativo para os empresários do mercado de seguro— que o governo atacasse os casos de corrupção em vez de extinguir uma prática que já havia sido socialmente aceita pelos proprietários de veículos nas últimas décadas.

O governo instituiu um fundo no valor de R\$ 4,3 bilhões

para substituir o consórcio que fazia a gestão do seguro. A gestão dos recursos e pagamentos do DPVAT passou a ser feita pela Caixa Econômica Federal, após contrato com a Susep. O modelo recebeu muitas críticas nas redes sociais. As vítimas de trânsito reclamam que não dispõem de atendimento presencial e são obrigadas a lidar com um aplicativo repleto de inconsistências e falhas de comunicação para solicitar a indenização.

De acordo com dados preliminares do Ministério da Saúde, foram registradas mais de 31 mil mortes no trânsito e quase 300 mil feridos em 2021. A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) afirma que a DPVAT só traz benefícios para a população brasileira como instrumento de proteção social, mas defende a liberdade de preços. “Propomos um modelo de livre concorrência e liberdade de preços, que permitirá a manutenção da cobertura a um custo menor para o brasileiro”, diz a confederação em nota.

Nacionalmente, a indústria do seguro se manteve em alta nos últimos anos, mesmo com a extinção do DPVAT. O pagamento de indenizações, benefícios, resgates e sorteios (sem Saúde e sem DPVAT) somaram mais de R\$ 219,4 bilhões em 2022, volume 15,5% superior a 2021. Em arrecadação, o setor viu a demanda avançar 16,2% em relação ao ano de 2021, com mais de R\$ 355,9 bilhões em arrecadação (sem Saúde Suplementar e sem DPVAT).

INOVAÇÃO

BH Airport se conecta a parceiros estratégicos para atrair soluções

O aeroporto recebeu nove startups internacionais para uma rodada de negócios. Além disso, ocorreu o desafio global, com alunos da Skema Business School, direcionado para a área de varejo e hospitalidade.

O BH Airport promoveu ações voltadas para a inovação aberta. O objetivo foi criar conexões com parceiros estratégicos, com foco em atrair novas soluções para o negócio e para a cadeia da aviação. Nessa semana, o aeroporto recebeu nove startups internacionais para uma rodada de negócios. Além disso, ocorreu o desafio global, com alunos da Skema Business School, direcionado para a área de varejo e hospitalidade.

“A inovação aberta, colaborativa, com o apoio de parceiros estratégicos, é um passo importante para customizar soluções para o setor da aviação. Essas duas ações aproximaram ainda mais o aeroporto do ecossistema de inovação e conhecimento de Belo Horizonte, um dos principais do país, com ideias disruptivas, que podem fazer a diferença nas mais diversas áreas do aeroporto”, ressalta o diretor Comercial e de Novos Negócios do BH Airport, Marcos Mandacaru.

Na primeira ação, o BH Airport recebeu uma delegação de nove startups de Israel, Japão e Singapura em busca de oportunidades de negócios. Em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) e a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP), o BH Airport promoveu um encontro de empresas de destaque com soluções tecnológicas diversas. O evento também contou com a participação da Latam, Azul, CCR, Vivo e Dufry.



Na primeira ação, o BH Airport, em Belo Horizonte, recebeu uma delegação de nove startups de Israel, Japão e Singapura em busca de oportunidades de negócios.

“Temos o pioneirismo como valor e estamos de olho nas oportunidades que contribuem para a inovação aberta, com foco no crescimento e na expansão da nossa competitividade. Estar próximo a essas startups contribui para que possamos ampliar o olhar, a visão crítica e entender quantas soluções podem ser absorvidas pelo aeroporto e também pela cadeia da aviação”, avalia a gestora de Inovação, Mariana Yazbeck. Ela acrescenta que, “em muitos casos, a solução está direcionada a outro setor, mas pode ser

adaptada e customizada ao nosso mercado. Isso permite inovar e desenvolver um novo ecossistema de soluções para a nossa indústria”, conclui.

Outra ação colocada em prática ao longo da semana foi o desafio global do BH Airport, em parceria com a Skema Business School, em busca de ideias que pudessem fortalecer e melhorar ainda mais a área de varejo e hospitalidade. Atualmente, o aeroporto reúne 90 operações comerciais. Nas últimas semanas, o terminal internacional mineiro lançou nove operações em 15

dias. A mais recente foi a abertura da Lotérica, no saguão do aeroporto. “Vivemos um momento favorável de expansão do nosso mix, buscando expandir nossa infraestrutura comercial e tornar toda a área mais eficiente. Ao nos reunir com alunos de diversas nacionalidades, temos a oportunidade de um novo olhar, com novas ideias para o negócio”, avalia Marcos Mandacaru.

Durante o encontro, o diretor Comercial e de Novos Negócios do BH Airport apresentou o aeroporto e propôs desafios aos estudantes da Skema para

adicionar a receita do setor, assim como melhorar a percepção e a experiência dos clientes. “Queremos ampliar esse ecossistema de inovação e conhecimento no nosso terminal. Essa iniciativa foi uma oportunidade de esses alunos pensarem em ações inovadoras e internacionais que possam mudar a nossa forma de trabalhar na área de varejo e hospitalidade. Mais uma vez, posicionamos o BH Airport como um campo de prova de tecnologias do conhecimento”, destaca.

A Skema Business School

é uma instituição de ensino superior global, presente em diversos países. Durante o desafio, estiveram presentes alunos do curso de mestrado em Marketing Internacional e Desenvolvimento de Negócios. Para a coordenadora de Talent & Careers Skema Brasil, Ana Paula Veloso, o desafio aproxima os estudantes da realidade prática local e socioeconômica do país que eles estão.

“Temos o hábito de convidar empresas para que venham à escola, com problemas reais para que os alunos possam desenvolver propostas de soluções. Essa aproximação entre a academia e o mercado contribui para o processo de formação educacional consistente dos nossos alunos e apoio às organizações com novas ideias e práticas. Assim, também alimentamos um ecossistema importante e contributivo para a sociedade local e fortalecemos nossa proposta de desenvolvimento de competências profissionais para a atuação dos jovens profissionais em qualquer lugar do mundo”, avalia.

Com localização estratégica e um dos principais hubs do país, o BH Airport atende a mais de 60 destinos nacionais e internacionais. Desde 2014, o aeroporto é administrado por uma concessão, formada pelo Grupo CCR, uma das maiores companhias de concessão de infraestrutura da América Latina, e por Zurich Airport, operador do Aeroporto de Zurich, o principal hub aéreo da Suíça e considerado um dos melhores aeroportos do mundo, além da Infraero, estatal com experiência de mais de 40 anos na gestão de aeroportos no Brasil.

SEGURANÇA

Estado do RJ quer premiar policial que concluir inquérito com autoria de crime

O governo do Rio de Janeiro criou um grupo de trabalho para atualizar seu Sistema Integrado de Metas (SIM) para a segurança pública. O SIM é usado para premiar financeiramente agentes de segurança que atendam às metas estipuladas.

De acordo com nota divulgada pelo governo fluminense, entre as propostas que serão discutidas pelo grupo, formado por representantes das instituições de segurança estaduais, está premiar policiais civis que concluírem inquéritos com autoria do crime.

A pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) Sílvia Ramos

considera que, se não for bem elaborada, a proposta pode gerar problemas como apressar a conclusão de inquéritos e, consequentemente, imputar a autoria a uma pessoa que não tenha qualquer relação com o crime.

“Se não houver um detalhamento de que são inquéritos policiais concluídos e aceitos pelo Ministério Público, essa meta fica muito questionável. É muito comum que delegados, depois de um roubo, mostre para as vítimas o famoso álbum fotográfico - com rostos de pessoas fichadas - de suspeitos e praticamente induz as vítimas a apontarem algum daqueles suspeitos como provável autor

do crime. E os delegados simplesmente concluem que a investigação elucidada e mandam pro MP”, afirma Ramos.

Segundo ela, muitos desses inquéritos são devolvidos pelo Ministério Público devido à fragilidade das provas ou por que o suspeito apontado pela polícia não é o verdadeiro autor.

“Então, é preciso tomar o máximo de cuidado com essa ideia de inquéritos concluídos, porque, ao colocar isso como meta, pode estar estimulando as delegacias, a apressarem a conclusão de crimes registrados sem o rigor necessário e sem as provas que são necessárias para que algum indiciamento se transforme numa acusação do MP e numa condenação do Judiciário”, disse Ramos.

Outra proposta que deverá ser discutida pelo grupo de trabalho é premiar policiais pela quantidade de fuzis apreendidos. Para a pesquisadora, essa também é uma meta questionável uma vez que, no Rio, segundo ela, a maioria dos fuzis é apreendida em pequena quantidade depois de operações policiais que, não raro, geram mortes.

Para ela, seria mais importante retomar a meta de redução de mortes provocadas pela polícia, que figurou como uma das metas de 2010



O governo fluminense criou um grupo de trabalho para atualizar seu Sistema Integrado de Metas (SIM) para a segurança pública.

a 2019, até ser retirada do SIM pelo governo estadual.

Nota divulgada pelo governo do estado informa que a morte por intervenção de agente do estado está entre as metas propostas.

O grupo de trabalho, presidido pelo Instituto de Segu-

rança Pública, terá 60 dias para finalizar as propostas de atualização do SIM. O prazo poderá ser prorrogado por mais 60 dias. Também integram a equipe representantes das secretarias estaduais da Casa Civil, Polícia Civil, Polícia Militar, Defesa Civil e

Administração Penitenciária, além do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase).

A proposta é que bombeiros, agentes penitenciários e agentes do Degase também passem a receber as gratificações do SIM.

Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 11.165.961/0001-72 / NIRE 35.300.411.889

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, em formato híbrido, fisicamente no endereço da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 3º Andar, Bloco 2, Conjunto 32, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-900, ou telepresencialmente mediante acesso ao link disponibilizado por e-mail para participação remota, com envio no endereço eletrônico cadastrado do acionista em até 24 (vinte e quatro) horas da realização da Assembleia, a ser realizada no dia 03 de abril de 2023, às 17h00, em primeira convocação, e às 17h30, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) Deliberar e aprovar, nos termos da Cláusula 12.4 do Acordo de Acionistas da Companhia, sobre a renúncia e eleição de membros da Diretoria indicados pela acionista Gafisa S.A.; e (ii) A ratificação das publicações legais da Companhia no Jornal Diário Comercial. **Informações Gerais:** O acionista ou seu representante legal deverá comparecer munido de documento que comprove sua identidade ou enviá-lo, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data da Assembleia, para o e-mail wdoliveira@gafisa.com.br. Na hipótese de representação do acionista por procurador, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia a que se refere o presente Edital devem ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail supracitado até 31 de março de 2023.

São Paulo, 22 de março de 2023

Atenciosamente,
Gafisa SPE-113 Empreendimentos Imobiliários S.A.
Administração



INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR - CNPJ Nº 03.758.318/0001-24

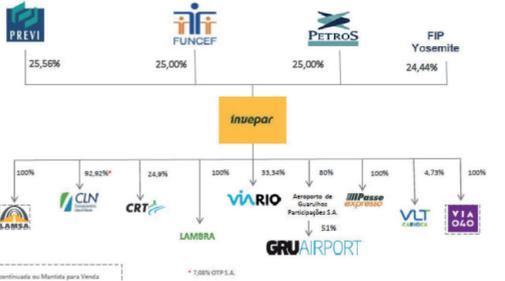
MOBILIDADE INTELIGENTE



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

Apresentação da Companhia

A INVEPAR é uma holding de infraestrutura de transporte, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. O portfólio atual é composto por 7 concessões, incluindo 5 rodovias e o Aeroporto Internacional de Guarulhos.



Ano de 2022

Nos últimos anos, a INVEPAR vem realizando ações para reestruturar sua dívida e otimizar seu portfólio. A Companhia junto da sua controlada LAMSA foi notificada em setembro de 2022 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, autorizando a abertura do processo para a nulidade do 11º aditivo onde trata da prorrogação do prazo de concessão por mais 15 anos.

Como não houve evolução no processo de venda, a administração desclassificou a Concessionária Litoral Norte (CLN) de ativos mantidos para venda e em junho de 2022 ela retornou ao processo de consolidação do grupo INVEPAR.

Em agosto de 2022, a INVEPAR informou que não houve o cumprimento de uma das condições precedentes constantes no contrato celebrado para aquisição, pela Companhia, da participação societária de 20% detida pela Airports Company South Africa (ACSA) no Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR") e que o contrato teve seu prazo vencido e não renovado e, portanto, a aquisição da participação societária não foi efetivada.

Em 19 de janeiro de 2022 a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings, revisou os ratings da Companhia e das 3ª e 5ª Emissões de debêntures da INVEPAR, passando todos de "D" para "CCC+" na Escala Global e de "D" para "brBB" na Escala Nacional e os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures foram elevados para "brB+".

Em 24 de janeiro de 2023 a agência S&P revisou os ratings da Companhia, passando de "CCC+" para "CC" na Escala Global e de "brBB" para "brB" na Escala Nacional. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures"), passando de "brB" para "brCCC", respectivamente, com perspectiva negativa.

Em novembro de 2022 a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão de GRU Airport em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia do Coronavírus para o setor de concessões aeroportuárias. O montante de R\$ 304,2 milhões, será descontado do valor da Outorga Fixa.

Em termos de resultados operacionais, no segmento aeroporto tivemos melhora nos números de passageiros, movimentação de aeronaves e cargas. Em 2022 tivemos um aumento no tráfego das rodovias, efeito propiciado pela retomada da rotina de trabalho e atividades escolares superior ao dos últimos dois anos, período em que fomos afetados pela pandemia.

Em 2023, a Companhia permanece focada na manutenção de suas operações, com segurança e qualidade para nossos colaboradores e usuários, e na conclusão do Acordo de Reestruturação da Dívida. No aspecto regulatório, segue acompanhando as questões envolvendo a Prefeitura do Rio de Janeiro e a LAMSA, bem como a realocação da VIA040. Por fim, reforçamos nosso compromisso de conduzir nossos negócios com ética e transparência, empregando nossa experiência para enfrentar os desafios e oportunidades diante da empresa.

Destques de 2022

Grupo INVEPAR Holding

- Incorporação da HLASA Participações S.A. - HLASA à PEX S.A.; Encerramento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC INVEPAR"), deixando o mesmo de fazer parte das empresas do Grupo INVEPAR.

GRU Airport

- Aumento de 42,6% em passageiros processados, totalizando 34,5 milhões; Aumento de 3% no número de estabelecimentos comerciais comparado com o ano de 2021;

CLN

- Redução de 6% da quantidade de acidentes em relação à 2021; Aumento de 5,7% no pagamento automático de pedágio em relação à 2021; Aumento de 6% no volume de tráfego no último bimestre, em relação ao mesmo período de 2021;

LAMSA

- Revitalização da Sinalização Vertical, ao total foram substituídas 153 placas de sinalização vertical; Nova forma de pagamento de tarifa do pedágio através de PIX;

VIA040

- Redução de 9,8% no número de acidentes fatais comparado com 2019, ano antes da pandemia de Covid-19; Recertificação da ISO 14001:2015.

Sustentabilidade dos Negócios

Gestão 2022 foi o ano para estabilizar os ajustes realizados no Grupo ao longo de 2021 e focar no equacionamento da dívida da Companhia.

Código de Ética e Conduta

Pessoas e equipes atuam em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela VIA040, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores da companhia. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo e anônimo de denúncia. Todos os colaboradores recebem e assinam o Código de Ética no momento de sua integração na Companhia.

Gestão de Riscos e Compliance

O Programa de Compliance/Integridade do Grupo INVEPAR compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa é monitorado por uma área independente, dedicada aos temas da atividade de Compliance e, não estando subordinada a outro departamento da empresa, respondendo diretamente ao Presidente da Companhia. Dentre as atividades da área de Compliance, se encontra a Gestão de Riscos, que tem por objetivo identificar, avaliar, tratar e monitorar e comunicar os riscos de forma adequada, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos. A gestão de Riscos conta com Comitês Semestrais com a participação da Diretoria Executiva.

Relacionamento com a Sociedade

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo INVEPAR bem como no seu direcionamento estratégico. São promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões. A seguir serão listadas algumas dessas iniciativas promovidas pelo Grupo INVEPAR com o apoio de parceiros:

Favela Mundo - Realização de oficinas de teatro, música (violão), danças (brasileira, jazz e de rua) para crianças e jovens, e de capacitação profissional (artesanato e maquiagem) para jovens e adultos.

Escola Criativa - Estimula a cultura por meio de oficinas de artesanato sustentável, brinquedos criativos, desenho/pintura e teatro, sobre conteúdos relacionados às disciplinas de história, geografia, língua portuguesa e artes.

Negócio Sustentável - Promove a qualificação profissional em gestão cultural de organizações de base comunitária para a realização de projetos culturais que beneficiem à comunidade local.

Equilíbrio e Respeito - Busca conscientizar a população sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é a Blitz Educativa, onde motoristas e pedestres recebem orientações e folhetos alertando sobre as consequências da utilização do celular ao volante e outras situações de risco.

Aliança pela Vida - Grupo de trabalho formado pela VIA040 e por representantes do poder público e de entidades do setor, projeto que tem como objetivo discutir e implantar melhorias de segurança para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

Projeção junto à Imprensa e Mídia - Divulgação de dados, orientações e dicas de segurança viária aos usuários do sistema BA-099, através dos meios de comunicação (TV, Rádio, Jornais impressos e Redes Sociais).

Eventos Culturais e Religiosos - Após dois anos sem realizar a tradicional Procissão de Ramos, católicos da região se reuniram para celebrar a data e realizar a procissão de Domingo de Ramos na BA-099, Estrada do Coco. O momento marca o início das celebrações da Semana Santa.

Eventos de Segurança Viária - Ao longo do ano, incluindo a Semana Nacional do Trânsito, foram realizadas Blitz Educativas e eventos que tratam de segurança viária, levando à sociedade e principais instituições parceiras,

informações, fundamentos e melhores práticas, para um trânsito mais seguro. Investimento Social - Subcrédito Social C - Linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais que sejam, preferencialmente, articulados com o poder público local e/ou que visem a somar esforços com programas ou políticas públicas. Até o momento foram aprovados por meio do subcrédito os seguintes projetos: Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH), Afinando o Futuro com Arte, Decolando com Guarulhos, Bioplant (planta de biodiesel) e Instituto Coliseu Boxe Center.

Meio Ambiente

As Companhias do Grupo INVEPAR monitoram e avaliam constantemente os impactos de seus negócios sobre o meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente e acompanhados pelas lideranças do Grupo, através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos. Abaixo estão listadas algumas das iniciativas voltadas para o meio ambiente e desenvolvidas pelo Grupo INVEPAR. Essas iniciativas vêm contribuindo para consolidar a cultura da Companhia de excelência e expertise em todos os temas relacionados à infraestrutura de transportes.

Projeto Plantio Compensatório - Recuperação de áreas degradadas

Entre 2021 e 2022, a CLN seguiu com o projeto de reflorestamento com espécies nativas da Mata Atlântica e concluiu o quantitativo previsto. Além das 26 mil mudas, foram plantadas mais 200 mudas extras em 2022, visando reforçar a recuperação de algumas áreas. Foram contempladas em todo o processo 26 espécies nativas, entre elas a mangaba, o cajueiro e o jenipapo. A ação, que já está presente em áreas dos municípios de Entre Rios, Conde e Jandaíra, integra o programa de revitalização desenvolvido pela empresa na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA Litoral Norte).

Parceria com cooperativa de reciclagem

Em maio de 2022 a CLN fechou parceria com a Cooperativa de Materiais Recicláveis de Camaçari (Coopmarc) para a coleta e reciclagem de alguns dos resíduos gerados pela sede da CLN. Dentre os diversos tipos de resíduos que eles reciclam estão o papel/papelão, o plástico, o metal e o vidro. Com coletas ocorrendo a cada 2 meses, a cooperativa reciclou em 2022 um volume total aproximado de 13,38 toneladas de resíduos.

Indicadores ambientais

Dentre os diversos indicadores ambientais monitorados ao longo de 2022, destaca-se o consumo de água, com redução de 43% do volume consumido quando comparado com 2021, fato que pode ser atrelado, principalmente, à implementação do regime de trabalho home flex. Outro indicador que teve um destaque positivo foi a emissão de gases de efeito estufa, com uma redução de 50% do volume emitido quando comparado com 2021. Dentre os diversos parâmetros avaliados através do inventário de emissões, a redução de consumo de asfalto foi o principal responsável por essa queda.

Projeto Raízes para o Futuro

Desenvolvido pela VIA040, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Goiás (Semad-GO) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o projeto consiste no plantio e manutenção de mudas de árvores nativas relacionadas a cada bioma local. Em Minas Gerais, a iniciativa está em andamento no Parque Estadual de Paracatu (PEP) e no Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato, ambos localizados às margens da BR-040, e na Fazenda Experimental Chapéu D'Uvas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizada no município de Ewbank da Câmara. Já em Goiás, o projeto está em execução no Parque Estadual João Leite, em Goiânia. Estes locais irão receber, ao todo, cerca de 542 mil novas mudas de árvores nativas, contribuindo para a conservação ambiental. A localização dos plantios teve por objetivo potencializar a recarga hídrica dos mananciais das regiões beneficiadas, além da proteção e desenvolvimento da flora e fauna. O projeto, teve início em dezembro de 2019, com previsão de término em 2025, para manutenção e acompanhamento das árvores plantas ao final do projeto.

Resultados

Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 3,1% sendo menor que 2021 que apresentou crescimento de 5%. Pressionado pela alta da inflação, que termina o ano acumulada em mais de 5,79%, o Banco Central elevou a Selic de 10,75%, no início de 2022, para 13,75% ao final do ano, voltando ao patamar de meados de 2017. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2022 com alta de 5,78% e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 5,45%. Para o segmento de rodovias, segundo dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), houve aumento de 12,3% em 2022, no fluxo de veículos. No segmento de aeroportos, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foram transportados, em voos domésticos e internacionais, 97,8 milhões de passageiros em 2022, um aumento de 38,4% em relação ao ano anterior.

Desconsidera passageiros isentos e a origem da informação é https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/consulta-interativa/demanda-e-oferta-origem-destino

Resultados Operacionais

A seguir estão detalhados os resultados operacionais por segmento na ordem Aeroporto, Rodovias e Mobilidade.

AEROPORTO

Table with 6 columns: Indicadores Operacionais, 4T22, 4T21, Δ, 2022, 2021, Δ. Rows include Passageiros Total (Mil), Internacional, Doméstico, Movimento total de Aeronaves, Internacional, Doméstico, and Carga Total (Toneladas).

O GRU Airport registrou 34,4 milhões de passageiros em 2022, aumento de 42,6% em relação ao ano 2021. O segmento internacional foi responsável pelo aumento de 192,1%, reflexo do retorno das atividades pós pandemia. Apesar do aumento, este número ainda é inferior ao verificado no período pré-pandemia. Em 2019, houve registro de 43,0 milhões de passageiros. O Movimento Total de Aeronaves (MTA) também melhorou em relação a 2021. Foram 242,8 mil pousos e decolagens no período, sendo 28,8% maior que o período anterior. O mercado internacional cresceu 88,3% e o doméstico, 16,9%. Em relação ao volume de cargas houve redução de 6,5%. Em 2022, registrou 309,1 mil toneladas, uma redução de 21,5 mil toneladas em relação à 2021.

RODOVIAS

Resultados das Operações Continuadas

Table with 6 columns: Indicadores Operacionais (Mil), 4T22, 4T21, Δ, 2022, 2021, Δ. Rows include CRT, Veículos leves, Veículos pesados, CLN, Veículos leves, Veículos pesados, ViaRio, Veículos leves, Veículos pesados, VEPs das Operações Continuadas, Veículos leves, Veículos pesados.

O tráfego consolidado das operações continuadas atingiu 40,0 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), redução de 3,3% em relação ao ano anterior, que totalizou 41,8 milhões. Os veículos pesados tiveram redução de 14,3%, totalizando 8,0 milhões de VEPs no ano.

A Concessionária Rio Teresópolis registrou 10,0 milhões de VEPs em 2022, variação negativa de 25,3% em relação a 2021, reflexo da redução dos veículos leves de 27,3% no período. O fluxo de veículos pesados também apresentou redução de 23,3% em relação ao mesmo período de 2021.

A CLN apresentou 8,4 milhões de VEPs em 2022, uma redução de 1,2% comparado ao ano anterior que registrou 8,5 milhões, redução de 1,2% em veículos leves e aumento de 3,1% em veículos pesados. A ViaRio apresentou acréscimo de 10,7% no fluxo de veículos pagantes em 2022, totalizando 21,9 milhões, sendo desse total, 10,4% de veículos leves e 14,9% veículos pesados.

Resultados das Operações Descontinuadas e Mantidas para Venda

Table with 6 columns: Indicadores Operacionais (Mil), 4T22, 4T21, Δ, 2022, 2021, Δ. Rows include LAMSA, Veículos leves, Veículos pesados, VIA040, Veículos leves, Veículos pesados, VEPs das Operações Descontinuadas e Mantidas para Venda, Veículos leves, Veículos pesados.

A LAMSA registrou 45,7 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs em 2022, um aumento expressivo de 39,7% em relação ao ano anterior. O ano de 2021 foi muito impactado pelas medidas restritivas de circulação, além disso no 1T21 a LAMSA não registrou VEPs devido à decisão do STJ. A VIA040 registrou 78,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs em 2022, representando um aumento de 0,1% em relação a 2021.

MOBILIDADE URBANA

Table with 6 columns: Indicadores Operacionais (Mil), 4T22, 4T21, Δ, 2022, 2021, Δ. Rows include VLT Carioca, Passageiros Transportados, Passageiros Transportados.

O VLT atingiu 15,3 milhões de passageiros pagantes em 2022, um aumento de 33,5% em relação ao ano anterior.

Resultados Financeiros

Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação, juros e câmbio que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir:

Table with 3 columns: Indicadores, 2022, 2021, Δ. Rows include IPCA Acumulado dos últimos 12 meses, Dólar Final do Período, CDI Final do Período, CDI Acumulado dos últimos 12 meses.

Receitas

Table with 6 columns: Receitas por segmento (R\$ milhões), 4T22, 4T21, Δ, 2022, 2021, Δ. Rows include Receita Bruta, Receitas Tarifárias, Receitas Não Tarifárias, Receita de Construção, Deduções da Receita Bruta, Receita Líquida, Receita Líquida Ajustada.

Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção. A Receita Líquida Ajustada da Companhia foi 50% superior em 2022, atingindo R\$ 2,4 bilhões, sendo o setor aeroportuário o responsável por este aumento.

A Receita Tarifária de GRU Airport apresentou incremento de 42%, em 2022. Esse aumento está diretamente relacionado ao aumento de passageiros e na movimentação de aeronaves para pousos e decolagens, em virtude da retomada de demanda. Isso decorre da maior confiança das pessoas para a realização de viagens, queda dos casos e óbitos decorrentes da Covid-19 e avanço da vacinação no Brasil e no mundo. A Receita Não Tarifária foi 53% maior do que no ano anterior. Os itens que impactaram a performance foram o Duty Free, com impacto do aumento de 192% no volume de passageiros internacionais, com o maior fluxo de PAX, houve aumento do consumo e, consequentemente, da receita variável. Sala VIP: O aumento do PAX Total de 42,6%, o fim dos descontos negociados em função do cenário pandêmico e a inauguração de novas unidades em 2022. Combustíveis (Aeronaves): Aumento do volume de combustíveis em 49%, explicado pelo aumento do MTA de 28,8% e do mix de aeronaves internacional/doméstico mais favorável.

Custos e Despesas

Table with 6 columns: Custos e Despesas (R\$ milhões), 4T22, 4T21, Δ, 2022, 2021, Δ. Rows include Pessoal, Conservação & Manutenção Operacionais, Despesas Adm. e receitas ou despesas operacionais, Custos e Despesas Administráveis, Outorga Variável, Depreciação & Amortização, Custos e Despesas Operacionais Ajustados, Custo de Construção (IFRS), Ganhos (perdas) na alienação investimento Impairment.

Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e Impairment.

Redução de 5% em despesas com pessoal reflexo ainda da Reestruturação e redução do efetivo da INVEPAR.

Conservação e Manutenção houve aumento de 49% comparado com 2021. O aumento de custos se deve pela retomada gradual na demanda e pela reabertura de áreas do Terminal 1 e Terminal 2 Internacional, realizado ao longo de 2022. Em relação a negociação de contratos, o aumento decorre da revisão de escopos e renegociações contratuais junto aos prestadores de serviços, com destaque para os contratos de serviço de limpeza, conservação e manutenção das dependências de todo o sítio aeroportuário.

As despesas operacionais aumentaram 20% sendo que seu maior impacto foi o retorno da CLN ao processo de consolidação.

Redução de 15% em despesas administrativas e receitas ou despesas operacionais devido a redução do reequilíbrio econômico financeiro de GRU Airport.

Aumento de 46% da outorga variável, uma vez que a base de cálculo é a receita tarifária, seu aumento esta em linha com a receita.



EBITDA Em 2022, o EBITDA da Companhia registrou aumento de 3,8%, alcançando R\$ 2,1 bilhões, com Margem EBITDA de 87,6%. Esse resultado reflete o aumento na receita líquida devido ao aumento de passageiros e movimentação de aeronaves.

Table with 6 columns: EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Mil), 4T22, 4T21, Δ, 2022, 2021, Δ. Rows include Lucro (Prejuízo) Líquido, Participação Não-Controladas, Resultado Financeiro, IRPJ & CSLL, Depreciação e Amortização, EBITDA ICVM 527, Margem EBITDA, (-) Receita de Construção (IFRS), (+) Custo de Construção (IFRS), (+) Resultado Mantido p/Venda e Op. Desc., (+) Impairment.

Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e Impairment.

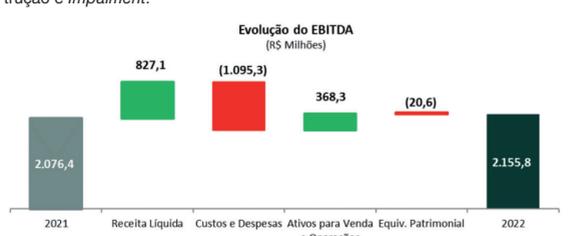


Table with 6 columns: Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhões), 4T22, 4T21, Δ, 2022, 2021, Δ. Rows include Resultado Financeiro, Receita Financeira, Juros, Operações de Hedge, Outros, Despesa Financeira, AVP Outorga GRU, Juros, Outros.

continuação

invepar

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR – CNPJ Nº 03.758.318/0001-24

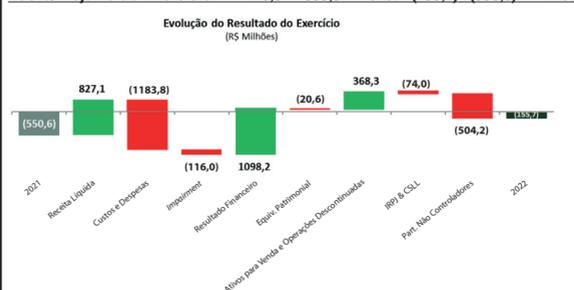
MOBILIDADE INTELIGENTE



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

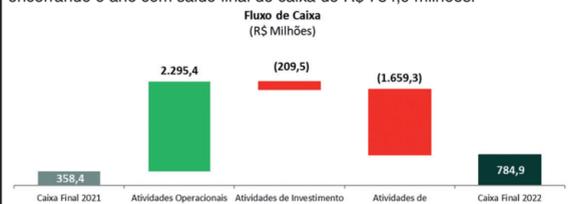
O Resultado Financeiro Líquido de 2022 teve uma melhora de 43,3% com relação ao ano anterior. A Receita de Juros teve um aumento de 331%, redução no AVP Outorga de 23% e Juros de 42% comparado ao ano anterior.

Resultado do Exercício
Exercício (R\$ Milhões) 4T22 4T21 Δ 2022 2021 Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício 78,0 868,6 91% (155,7) (550,6) 72%



O prejuízo da INVEPAR em 2022 foi de R\$ 155,7 milhões, uma melhora de 72%, quando comparado ao prejuízo de 2021 no valor de R\$ 550,6 milhões. Essa variação positiva é resultado do aumento na receita líquida, melhora do resultado financeiro líquido, nos ativos para venda e operações descontinuadas. Em contrapartida, a piora nos custos e despesas, impairment e participações minoritárias.

Fluxo de Caixa
Em 2022, a INVEPAR apresentou aumento de caixa de R\$ 426,5 milhões, encerrando o ano com saldo final de caixa de R\$ 784,9 milhões.



Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	2022	2021	Δ
Dívida Bruta	3.676,9	3.911,3	-6,0%
Curto Prazo	500,6	452,2	10,6%
Empréstimos e Financiamentos	355,7	322,3	10,2%
Debêntures	145,0	129,8	11,6%
Longo Prazo	3.176,3	3.459,1	-8,2%
Empréstimos e Financiamentos	1.723,7	2.047,2	-15,8%
Debêntures	1.452,7	1.411,9	2,9%
Disponibilidades	1.783,5	1.529,6	16,6%
Caixa e equivalentes de caixa	784,9	358,4	119,0%
Aplicações Financeiras	998,5	1.171,2	-14,8%
Dívida Líquida	1.893,5	2.381,8	-20,5%

A Dívida Líquida de 2022 reduziu 20,5% em relação a verificada em 2021, decorrente da amortização de principal do período e aumento de caixa e equivalentes, bem como da remuneração das aplicações financeiras.

Investimentos (R\$ Milhões)	2022
Aeroporto	
GRU Airport	259,2
CLN	0,7
Total Investido¹	259,9

¹ Investimento apresentado sob a ótica de caixa, excluindo os valores de outorga fixa de GRU Airport, assim como outros efeitos não caixa, para aproximar ao máximo do investimento financeiro. Em 2022, os investimentos totalizaram R\$ 259,2 milhões em GRU Airport realizou investimentos na infraestrutura com o objetivo de aprimorar o nível de atendimento, conforto e segurança aos passageiros. Dentre os projetos, destaca-se projeto APM - Automated People Mover, sistema de conexão rápida entre a estação Aeroporto linha 13 - Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP.

Considerações Finais
Perspectivas
O ano de 2022, conforme já abordado foi um ano de consolidação dos ajustes realizados no Grupo INVEPAR e busca por uma solução do endividamento da Companhia.

Para o ano 2023, a Companhia se mantém focada na redução do nível de endividamento com seus credores conforme o Acordo de Reestruturação e na manutenção das atividades da própria Companhia e de seus ativos. A INVEPAR acompanha o processo jurídico entre a Linha Amarela S.A. - LAMSA e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro tanto no Supremo Tribunal Federal após a entrega do laudo pericial emitido pela COPPEAD quanto no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Com a assinatura do 3º Termo Aditivo entre VIAO40 e ANTT e a perspectiva de encerramento do processo até 18 de agosto de 2023, tanto a Companhia quando a controlada, estão acompanhando os próximos passos para a publicação do edital de relicitação. Em relação a GRU Airport, a Companhia obteve uma recuperação na demanda de passageiros com a remoção das restrições de viagens e dos requisitos da quarentena para viajantes assinados para a aviação em geral e para a GRU Airport em particular. Além disso, a Companhia acompanha o processo referente ao Mandado de Segurança da repactuação do cronograma de pagamento da outorga fixa. Em julho de 2022, a ANAC protocolou apelação em fase da referida sentença e apresentou pedido de efeito suspensivo à apelação.

Eventos Subsequentes
Grupo INVEPAR
Decisão Supremo Tribunal Federal
Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC32/IAS12 Tributos sobre o lucro, ICPC22/IFRIC23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

INVEPAR
Em 24 de janeiro de 2023 a agência S&P revisou os ratings da Companhia, passando de 'CCC+' para 'CCC' na Escala Global e de 'brBBB' para 'brB' na Escala Nacional. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR ("Debêntures"), passando de 'brB' para 'brCCC', respectivamente, com perspectiva negativa.

LAMSA
Em audiência realizada no dia 10 de março de 2023 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foram ouvidos os peritos da COPPEAD para esclarecimentos sobre o laudo. Adicionalmente a juíza suspendeu o procedimento administrativo de nulidade do contrato de concessão até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reclamação formulada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). No dia 10 de março de 2023 teve início a sessão virtual no STF em relação a reclamação (RCL 43697) da ABCR sobre o caso da encampação da Linha Amarela autorizada pelo Ministro Humberto Martins no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 16 de setembro de 2020. No dia 14 de março de 2023 o Ministro Luiz Fux pediu vistas no processo suspendendo o mesmo.

Audidores Independentes
O Grupo INVEPAR utiliza os serviços de auditoria independente da Mazars Auditores Independentes desde 01 de abril de 2021. No exercício encerrado em dezembro de 2022, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

Agradecimentos
Registramos os agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. O reconhecimento à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Companhia.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023
Marcus Vinícius Figur da Rosa
Diretor de Relações com Investidores

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)

	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	964,1	696,9	38%	3.344,1	2.289,4	46%
Deduções da Receita Bruta (266,0)	(214,2)	24%	(959,8)	(654,6)	47%	
Receita Líquida	698,0	482,7	45%	2.461,9	1.634,8	51%

Operacionais	(145,0)	1.095,2	-113%	(1.250,1)	49,7	2620%
Pessoal	(41,0)	(31,6)	29%	(147,8)	(154,9)	-4,5%
Conservação & Manutenção	(32,3)	(20,0)	62%	(110,2)	(73,8)	49%
Operacionais	(65,7)	(54,3)	-21%	(235,2)	(195,5)	20%
Despesas Administrativas	318,0	752,3	-58%	550,3	644,3	-15%
Outorga Variável	(70,6)	(51,9)	36%	(261,9)	(180,1)	46%
Depreciação & Amortização (256,2)	(202,9)	26%	(1.018,3)	(813,9)	25%	
Custo de Construção (IFRS) (49,0)	(2,6)	1860%	(54,7)	(32,0)	71%	

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Ganhos (perdas) na alienação investimento	-	711,7	-100%	-	711,7	-100%
Impairment	51,7	(5,5)	(10,6)	279	143,8	81%
Equivalência Patrimonial	(4,6)	3,4	-235,3%	(1,3)	19,3	-106,7%
Resultado Operacional	548,4	1.581,3	-65%	1.210,5	1.703,8	-29%
Resultado Financeiro	(335,6)	(594,4)	-44%	(1.436,3)	(2.534,5)	-43%
Receita Financeira	170,3	(6,4)	-2759%	386,4	109,9	252%
Juros	157,7	6,2	2442%	373,5	86,8	331%
Operações de Hedge	-	14,1	-100%	-	22,0	100%
Outros	12,6	(26,7)	-147%	13,0	1,2	1073%
Despesa Financeira	(505,9)	(587,9)	-14%	(1.822,8)	(2.644,5)	-31%
AVP Outorga GRU	(385,7)	(423,0)	-9%	(1.382,9)	(1.799,5)	-23%
Juros	(83,4)	(127,8)	-35%	(348,8)	(603,7)	-42%
Outros	(36,8)	(37,1)	-1%	(91,1)	(241,3)	-62%
Resultado Antes de Impostos	212,8	987,0	-78%	(225,8)	(830,7)	-73%
IR & CSL	1,6	88,9	-98%	63,0	136,9	-54%
IR e CS Correntes	(14,1)	136,9	100%	(16,9)	136,9	100%
IR e CS Diferidos	15,7	(48,1)	-132,5%	79,9	-	-100,0%
Resultado antes das partic. dos Não-controladores	214,4	1.075,9	-80%	(162,8)	(693,8)	-77%
Operação descontinuada e mantida p/ venda	(15,1)	16,4	-191,5%	(73,1)	(441,3)	-83,5%
Participação não-controladores	121,2	223,7	-46%	(80,2)	(584,5)	-86%
Prejuízo do Exercício	78,0	868,6	91%	(155,7)	(550,6)	72%

Balanco Patrimonial	Ativo (R\$ Milhões)	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		784,9	358,4
Aplicações financeiras		823,5	1.012,8
Contas a receber		304,1	221,1
Estoques		12,2	11,7
Tributos a recuperar		77,9	45,4
Adiantamentos		11,4	7,4
Partes relacionadas		2,7	-
Outros		10,4	1,0
Total do Ativo Circulante		2.027,1	1.657,7
Ativo mantido para venda e operação descontinuada		1.426,0	1.712,4
Ativo Não Circulante			
Aplicações financeiras		175,0	158,4
Contas a receber		179,0	145,6
Tributos a recuperar		312,5	337,0
Impostos diferidos ativos		868,8	787,6
Partes relacionadas		146,0	134,1
Depósitos judiciais		35,4	31,2
Outros		3,6	4,4
Investimentos		94,4	77,7
Imobilizado		17,3	7,8
Intangível		12.265,3	12.766,5
Total do Ativo Não Circulante		14.097,4	14.450,2
Total do Ativo		17.550,5	17.820,3

Passivo (R\$ Milhões)	2022	2021
Passivo Circulante		
Fornecedores	78,9	54,1
Empréstimos e financiamentos	355,7	322,3
Debêntures	145,0	129,8
Tributos a recolher	84,0	147,2
Obrigações com empregados e administradores	27,3	25,5
Concessão de serviço público	2.317,6	2.204,9
Adiantamentos de clientes	6,0	6,8
Receita diferida	55,3	25,4
Outros	182,1	119,4
Total do Passivo Circulante	3.251,8	3.035,5
Passivo mantido para venda e operação descontinuada	1.310,0	1.406,3
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.723,7	2.047,2
Debêntures	1.452,7	1.411,9
Concessão de serviço público	12.402,6	12.521,8
Adiantamentos de clientes	7,0	3,6
Provisão para riscos processuais	48,0	39,0
Dividendos	24,1	24,1
Receita diferida	387,7	152,6
Outros	0,8	0,9
Total do Passivo Não Circulante	16.046,6	16.201,1
Total do Passivo	20.608,4	20.642,9
Patrimônio Líquido		
Capital social	3.867,9	3.867,9
Resultado acumulado exercícios anteriores	(5.136,846)	(4.981,2)
Participação dos não controladores	(1.789,0)	(1.709,3)
Total do Patrimônio Líquido	(3.057,9)	(2.822,6)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	17.550,5	17.820,3

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	272.427	250.810	784.916	358.366
Aplicações financeiras	4	32.489	121.916	823.522	1.012.811
Contas a receber	5.a	-	-	304.106	221.058
Estoques	-	-	-	12.185	11.686
Tributos a recuperar	6.a	9.347	6.005	77.861	45.360
Adiantamentos	-	392	325	11.385	7.411
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7	171.212	154.161	-	-
Partes relacionadas	7	75.648	57.339	2.681	-
Outros	-	10.402	1.013	10.411	1.012
Total do ativo circulante		571.917	591.569	2.027.067	1.657.704
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	8 e 25	183.575	234.434	1.426.010	1.712.425
Total do ativo circulante mantido para vendas e operações descontinuadas		755.492	826.003	3.453.077	3.370.129
Não circulante					
Aplicações financeiras	4	-	-	175.022	158.385
Contas a receber	5.a	-	-	51.047	46.304
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	127.931	99.311	127.931	99.311
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	868.828	787.619
Estoques	-	-	-	3.595	4.396
Tributos a recuperar	6.a	-	-	312.474	336.977
Partes relacionadas	7	256.464	244.878	146.012	134.064
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7	11.075	17.402	-	-
Depósitos judiciais	-	923	1.015	35.363	31.159
Total do realizável a longo prazo		396.393	362.606	1.720.272	1.598.215
Investimentos	8	214.717	77.761	94.445	77.698
Imobilizado	10	3.828	5.868	17.316	7.752
Intangível	11	11.702	17.138	12.265.347	12.766.537
Total do ativo não circulante		626.640	463.373	14.097.380	14.450.202
Total do ativo		1.382.132	1.289.376	17.550.457	17.820.331

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	

continuação



INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR - CNPJ Nº 03.758.318/0001-24

MOBILIDADE INTELIGENTE



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		(82.579)	(68.481)	(225.807)	(830.720)
Ajustes:					
Resultado de operações descontinuadas e mantidos a venda		(73.088)	(441.340)	(73.088)	(441.340)
Depreciações e amortizações	10 e 11	7.212	6.264	1.018.532	813.060
Baixa de imobilizado e intangível (Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	10 e 11	277	-	1.537	75
Perda de valor recuperável investimentos	5a	-	-	(3.914)	(54.942)
Perda de valor recuperável imobilizado		(27.995)	3.063	(27.995)	3.063
Provisões diversas		-	-	-	-
Equivalência patrimonial		39.475	380.818	1.305	(19.313)
Apropriação receita diferida		-	-	(38.941)	(11.163)
Constituição de outorga variável		-	-	-	-
Ajuste de operações de hedge		-	45.386	-	45.386
Provisão para riscos processuais	15	(168)	-	9.032	3.252
Variações monetárias e encargos, líquidos		111.722	471.046	1.798.366	2.853.868
Reequilíbrio econômico financeiro		-	-	(786.772)	(1.607.449)
Participações dos acionistas não controladores		-	-	-	-
Outros créditos		(9.389)	-	(9.399)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(83.877)	(35.906)
Venda de investimento		(28.620)	-	(28.620)	-
Estoques		-	-	302	(1.048)
Impostos a recuperar		(3.342)	(1.327)	(7.998)	16.052
Depósitos judiciais		92	24	(4.204)	(205)
Adiantamentos		-	234	-	838
Partes relacionadas		(29.895)	89.770	(14.629)	2.379
Dividendos e JSCP		-	-	-	-
Outros		(106)	(1.004)	62.567	18.643
(Aumento) redução nos ativos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada		(68.301)	1.227.457	286.415	3.532.984
(Aumento) redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(2.012)	(766)	15.805	3.631
Obrigações com empregados e administradores		(4.196)	(3.891)	1.759	1.494
Impostos a recolher		(39.026)	-	(144.433)	1.617
Impostos pagos		-	-	-	-
Partes relacionadas		13	(123)	-	(649)
Adiantamentos de clientes		-	-	2.655	(13.777)
Obrigações com o poder concedente		-	-	-	-
Outras obrigações e contas a pagar		(67)	(132)	(3.974)	1.278
Outorga Variável	14	-	-	266.343	183.080
Pagamento da outorga variável	14	-	-	(183.077)	-
Receita diferida		-	-	729.561	841.043
(Aumento) redução nos passivos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada		127.766	58.323	(96.264)	(2.159.040)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(82.227)	1.765.321	2.461.187	3.146.191
Imposto de renda e contribuição social pagos/compensados		-	(1.651)	62.993	(1.651)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	(388.618)	(241.852)	(628.756)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(82.227)	1.375.052	2.282.328	2.515.784
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		(13)	1.191	(14.209)	1.266
Aquisição de intangível		-	(392)	(364.880)	(221.607)
Amortização ágio		-	3.985	-	3.985
Aplicações financeiras		89.427	46.734	172.652	(742.705)
Recebimento de dividendos e JSCP		15.373	1.809	9.944	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		104.787	53.327	(196.493)	(959.061)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		57	-	1.040	959
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	(1.450.349)	(412.842)	(1.828.806)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(1.000)	-	-	-
Pagamento de Outorga fixa	14	-	-	(1.247.483)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(943)	(1.450.349)	(1.659.285)	(1.827.847)
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa		21.617	(21.970)	426.550	(271.124)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	250.810	272.780	358.366	629.490
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	272.427	250.810	784.916	358.366
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa		21.617	(21.970)	426.550	(271.124)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES ANUAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR"; "Companhia" ou "Controladora"), cuja sede está localizada Centro Empresarial Mourisco Loja H - Praia Botafogo, 501 - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade por ações". A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria "A", junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A INVEPAR atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias

- Linha Amarela S.A. - LAMSA
- Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
- Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
- Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
- Concessionária BR-040 S.A. - VIA040
- PEX S.A. - PEX
- Linha Amarela Brasil Participações S.A. - LAMBRA

Mobilidade Urbana

- Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

- Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
- Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU Airport

Holdings

- HLASA Participações S.A. - HLASA, foi incorporada à empresa PEX S.A. em julho de 2022.

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados "grupo INVEPAR" ou "grupo".

As demonstrações contábeis das controladas, e das coligadas VIARIO, CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em 07 de março de 2022, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC INVEPAR") foi encerrado, deixando o mesmo de fazer parte das empresas do Grupo INVEPAR.

No que diz respeito à controlada indireta GRU Airport, a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2023 até 10 de julho de 2022 (previsto de término do contrato de concessão) com base no Plano Anual de Negócios de GRU Airport.

O Plano Anual de Negócios foi construído com base em metodologias de mercado do setor de atuação e é anualmente revisado. As projeções de receita, custos, investimentos e reinvestimentos são baseadas em premissas de mercado e indicadores macroeconômicos que permitem a sustentação do ativo de concessão registrado no intangível (nota 11 e 14). Essas mesmas premissas sustentam o lucro tributável futuro permitindo a utilização do imposto ativo diferido constituído no ativo (nota 6b).

Diante de todos esses esforços em busca da melhoria a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, a INVEPAR apresentou um capital circulante líquido de R\$ 565.019 na controladora e um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.224.698 no consolidado. Em 31 de dezembro de 2021 apresentou um capital circulante líquido de R\$ 539.450 na controladora e um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.377.777 no consolidado. Os resultados do capital circulante líquido são impactados no consolidado principalmente pela sua controlada GRU Airport, que tiveram suas demonstrações contábeis preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária GRU Airport gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 10 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

LAMSA

(a) Processo de encampação

Em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela.

Em 06 de novembro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável, assegurando a execução do Contrato de Concessão até que se estabeleça processo administrativo garantindo o direito da Concessionária à ampla defesa e à indenização prévia.

Após diversas liminares favoráveis que garantiram a execução do contrato de concessão, em 16 de setembro de 2020, o Município do Rio de Janeiro obteve liminar (SLS nº 2792) junto Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurando o prosseguimento dos atos de encampação, suspendendo a cobrança de tarifa. E, em 03 de março de 2021, após Reclamação (RCL) 43697 apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, deferiu liminar e suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro.

A cobrança da tarifa foi restabelecida em 09 de abril de 2021, com o valor provisório de R\$ 4,00 (quatro reais), fixado pelo juízo, após audiência de conciliação realizada em 05 de abril de 2021, na qual ficou ajustada a realização de pericia no processo de origem (TJRJ nº 0337389-74.2019.8.19.0001) para apurar os desequilíbrios apontados pelas partes.

A pericia realizada pela Alumni COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, evidenciou um desequilíbrio em favor da Concessionária e evidenciou um eventual sobrepreço nas obras realizadas com base no 11º Termo Aditivo - TA do Contrato de Concessão nº 513/94, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal. Cabe ressaltar que no laudo elaborado pela Alumni COPPEAD a expressão sobrepreço não é qualificadora de ato ilícito, apenas que não encontrou subsídios para diferença orçamentária.

Em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a pericia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, não levando em consideração o desequilíbrio apresentado no referido laudo, notificou a Companhia através do Ofício nº MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o nº 03/000.200/202 para apurar a nulidade do 11º Termo Aditivo - TA do Contrato de Concessão nº 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11º Termo Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1º de janeiro de 1998. Este tema foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, através de fato relevante.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS
FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas		17.222	1.890.329	4.158.555	5.048.643
Receita operacional	17	-	-	3.367.001	2.257.356
Receita de construção	17	-	-	54.715	32.024
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa		-	-	(3.279)	54.483
Outras receitas		17.222	1.890.329	740.118	2.704.780
Insumos adquiridos de terceiros		(39.875)	(1.235.300)	(1.296.692)	(2.037.560)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		-	-	(1.029.598)	(512.329)
Custo de construção		-	-	(54.715)	(32.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(39.028)	(1.215.046)	(208.765)	(1.473.770)
Perda/recuperação de valores ativos		(570)	(20.254)	(3.230)	(19.091)
Outros custos		(277)	-	(384)	(346)
Valor adicionado bruto		(22.653)	655.029	2.861.863	3.011.083
Retenções		(7.212)	(6.264)	(1.018.345)	(813.906)
Depreciação e amortização	10 e 11	(7.212)	(6.264)	(1.018.345)	(813.906)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(29.865)	648.765	1.843.518	2.197.177
Valor adicionado recebido em transferência		87.161	(304.572)	385.113	127.902
Resultado de equivalência patrimonial		(39.475)	(380.818)	(1.305)	19.308
Receitas financeiras	19	126.636	76.246	386.418	108.594
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		57.296	344.193	2.228.631	2.325.079
Valor adicionado das operações mantidas para venda e descontinuadas a distribuir		(73.088)	(441.340)	(73.088)	(441.340)
Total do valor adicionado a distribuir		(15.792)	(97.147)	2.155.543	1.883.739
Distribuição do valor adicionado		(15.792)	(97.147)	2.155.543	1.883.739
Pessoal e encargos		17.509	42.263	127.905	135.656
Remuneração direta		15.241	33.668	91.201	98.440
Benefícios		1.633	4.571	30.905	28.474
FGTS		635	3.998	5.799	8.716
Outros		-	26	-	26
Impostos, taxas e contribuições		9.535	46.691	457.941	317.229
Federais		9.206	46.442	340.611	236.576
Estaduais		161	178	168	3.228
Municipais		168	71	117.162	77.225
Remuneração capital de terceiros		112.831	364.529	1.805.599	2.565.966
Juros		61.352	361.706	350.002	436.099
Variação		50.974	-	52.262	185.698
Aluguéis		213	456	242	5.211
Atualização da outorga	19	-	-	1.382.869	1.857.138
Outras		292	2.367	20.224	81.820
Remuneração de capital próprio		(155.667)	(550.630)	(235.902)	(1.135.112)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(80.235)	(584.482)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(155.667)	(550.630)	(155.667)	(550.630)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A Companhia entende que não é correto falar-se em nulidade do 11º Termo Aditivo do Contrato de Concessão tendo em vista, que não há prova de qualquer ato ilícito praticado quando da sua celebração, e ainda, essa questão é objeto de ações judiciais que tramitam na justiça do Rio de Janeiro, não podendo administrativamente a Prefeitura do Rio de Janeiro decidir sobre essa matéria.

Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo prorrogada para 10 de março de 2023 conforme despacho emitido em 30 de janeiro de 2023.

(b) Rebaixamento Rating

A escritura das debêntures possui como uma das hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "Baa1.br", portanto, maior que a classificação atual. Para que não haja decretação de vencimento antecipado, é necessária convocação de Assembleia Geral de Debenturistas - AGD.

Em 29 de junho de 2021, foi atribuído pela Moody's Local Brasil o rating CCC+ br à 2ª emissão de debêntures privadas da LAMSA, equivalente ao rating atribuído anteriormente.

Em Assembleia Geral de Debenturistas de 04 de novembro de 2021 foi aprovada a renúncia temporária dos efeitos do rating para vencimento antecipado da dívida por 12 (doze) meses a contar de 31 de julho de 2021.

Em 21 de julho de 2022, a Agência de classificação e riscos Moody's elevou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA, passando de "CCC+br" para "BB+br", com perspectiva positiva.

Em 1º de agosto de 2022

continuação

invepar

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR – CNPJ Nº 03.758.318/0001-24

MOBILIDADE INTELIGENTE



(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Receita de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), e está sendo registrada receita de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15). Dessa forma, a Companhia e suas controladas contabilizam receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das Controladas e Controladora.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para o contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com perspectivas de não pagamento e recorrências de atrasos e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas futuras na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo de cada cliente e seu histórico de perdas. Em cada data de balanço, as Controladas e Controladora avaliam se as contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

2.6 Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.7 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo sendo denominado "Provisão para passivo à descoberto".

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear as taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

2.9 Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, exceto GRU Airport que é amortizada pela curva de passageiros, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando não identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia e suas controladas reconhecem um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.10 Benefícios a empregados

As Concessionárias: GRU Airport, CLN, LAMSA, VIA040, além da INVEPAR, concedem benefícios a empregados incluindo plano de previdência complementar, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável. Para os empregados admitidos pela Concessionária, o plano de previdência complementar oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.11 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado de ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas de pedágio e não tarifárias	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65% e 1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3% e 7,6%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	2% e 5% (*)	-	-

(*) A alíquota de Imposto sobre Serviços (ISS) é de 2% para receitas tarifárias do aeroporto e 5% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do

aeroporto. Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%. Quanto a tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime de não cumulatividade.

A Companhia e suas controladas, exceto GRU Airport, adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme o CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

2.14 Cálculo do resultado

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluítivas em suas respectivas ações.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A determinação da apuração do ajuste a valor presente envolve elementos do ativo e passivo de longo prazo. Todos os elementos integrantes do ativo realizável e do passivo exigível devem ser ajustados ao seu valor presente, mediante descontos que considerem os juros embutidos pré-fixados. Os demais ativos e passivos de curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente caso esse ajuste tenha efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Conforme definição do CPC 12, o Ajuste a Valor Presente objetiva efetuar o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro (o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas implícitas em seu valor original, registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras).

2.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

A Companhia possui sistemas de recebimento para notas fiscais para registro de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem despesas já auferidas pela Companhia, mas efetivamente faturadas pelos seus clientes. Essas despesas são registradas provisões, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento do prestador de serviço. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

Estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como exemplo a localização das Concessionárias, pelos municípios terem uma legislação vigente diferente de um outro que tenha praça de cobrança de pedágio.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros. Na nota explicativa 22 estão as premissas e cálculos.

Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão de GRU Airport.

Receita diferida

A Companhia reconhece receita diferida correspondente aos contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita do reequilíbrio econômico financeiro de sua controlada GRU Airport.

2.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem original, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pelas Concessionárias.

Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, as Concessionárias classificam os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.18 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído

para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.19 Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

As Concessionárias da Companhia contabilizam seus contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

2.20 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo, conforme apresentado no CPC 31 - Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados. A moeda funcional do Grupo é o real (R\$).

2.21 Normas e interpretações revisadas e ainda não adotadas.

Uma série de alterações em normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, conforme segue:

- (a) Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) - 1º de janeiro 2023;
- (b) Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2 - 1º de janeiro 2023;
- (c) Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) - 1º de janeiro 2023;
- (d) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) - 1º de janeiro 2023;
- (e) Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture - alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) - 1º de janeiro 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.22 Reapresentação das cifras comparativas - DVA

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações contábeis e atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a Companhia está reapresentando as cifras comparativas de 31 dezembro de 2021 da DVA em decorrência das seguintes reclassificações:

	2021	DVA 2021	Consolidado 2021
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Receitas	4.180.294	868.349	5.048.643
Receita operacional	17	2.257.356	2.257.356
Receita de construção	17	32.024	32.024
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa		54.483	54.483
Outras receitas		1.836.431	1.836.431
Insunhos adquiridos de terceiros		(1.246.881)	(2.037.560)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		(512.329)	(512.329)
Custo de construção		(32.024)	(32.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(683.437)	(790.333)
Perda/recuperação de valores ativos		(19.091)	(19.091)
Outros custos		(346)	(346)
Valor adicionado bruto		2.933.413	3.011.083
Retenções		(813.906)	(813.906)
Depreciação e amortização	10 e 11	(813.906)	(813.906)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		2.119.507	2.197.177
Valor adicionado recebido em transferência		129.252	(1.350)
Resultado de equivalência patrimonial		19.308	19.308
Receitas financeiras	19	109.944	(1.350)
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		2.248.759	76.320
Valor adicionado das operações mantidas para venda e descontinuadas a distribuir		(441.340)	(441.340)
Total do valor adicionado a distribuir		1.807.419	76.320
Distribuição do valor adicionado		1.807.419	76.320
Pessoal e encargos		135.656	135.656
Remuneração direta		97.907	533
Benefícios		28.474	28.474
FGTS		8.716	8.716
Outros		559	(533)
Impostos, taxas e contribuições		242.259	74.970
Federais		161.606	74.970
Estaduais		3.428	3.428
Municipais		77.225	77.225
Remuneração capital de terceiros		2.564.616	1.350
Juros		436.099	436.099
Variação		185.698	185.698
Aluguéis		5.211	5.211
Atualização outorga	19	1.857.138	1.857.138
Outros		80.470	1.350
Remuneração de capital próprio		(1.135.112)	(1.135.112)

invepar INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR - CNPJ Nº 03.758.318/0001-24 MOBILIDADE INTELIGENTE



Em 31 de dezembro de 2022, a taxa média de rentabilidade destas aplicações era de 101,47% do CDI (97,44% em 31 de dezembro de 2021).

(b) Os fundos são remunerados pela taxa média de 100,1% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

(c) As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimentos em direitos creditórios ("FIDC"). Essa aplicação foi encerrada em 07 de março de 2022.

5 Valores a receber

5.a Contas a receber

	Consolidado 2022	2021
Ativo circulante		
Receitas acessórias	198.149	187.928
Aeronaves e passageiros (a)	157.508	93.872
Armazenagem e capatazia (a)	29.619	21.759
Valores a receber de pedágios (b)	5.245	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(86.415)	(82.501)
Total ativo circulante	304.106	221.058

Ativo não circulante

Valores a receber GRU (c)

Cessão de espaço (a)

Total ativo não circulante

51.047 46.304

Total contas a receber

355.153 267.362

(a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU Airport), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.

(b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da controlada Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN.

(c) Refere-se a valores a receber de receitas de GRU Airport junto à INFRAERO decorrentes da transição da operação.

Em 31 de dezembro de 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes demonstrada:

Saldos vencidos

< 30 dias

de 31 - 60 dias

de 61 - 90 dias

de 91 - 120 dias

> 121 - 150 dias

> 151 - 180 dias

> 180 dias*

22.030 212.148 14.985 10.587 6.987 3.143 1.659 78.324

Em dezembro de 2022, o montante foi atualizado pelo CDI e atingiu R\$ 22.615.

6 Impostos, taxas e contribuições

(a) Tributos a recuperar

Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)

Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)

PIS e COFINS (b)

Outros

Total circulante

Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)

PIS e COFINS (b)

Total não circulante

Total tributos a recuperar

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.

(b) Estão representados por créditos de PIS e COFINS da controlada GRU Airport no montante de R\$ 312.466 e decorre, basicamente, da aquisição de bens e serviços sobre os investimentos conforme legislação vigente.

(b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)**

Natureza

Consolidado

2022 2021

Ativo diferido

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis

Total do ativo fiscal diferido

1.327.759 1.330.493

22.787 18.041

1.350.546 1.348.534

Passivo diferido

Amortização do direito de concessão e margem de construção

AVP - Amortização de outorga e reequilíbrio

Outros diferidos passivos

Total do passivo fiscal diferido

(481.718) (560.915)

Impostos diferidos - Ativo

868.828 787.619

As holdings INVEPAR, GRUPAR e LAMBRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$ 874.304, R\$ 7.684 e R\$ 38.343, respectivamente.

O saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos na controlada GRU Airport totaliza o montante de R\$ 1.393.835.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Consolidado 2022	2021
Projeções de resultados tributáveis		
2024	29.169	-
2025	53.493	-
2026	74.023	-
2027 em diante	1.193.861	-
Total dos ativos fiscais diferidos	1.350.546	1.350.546
Total dos passivos fiscais diferidos	(481.718)	(481.718)
Total dos impostos diferidos	868.828	868.828

Parcela substancial do ativo fiscal diferido é advindo da controlada GRU Airport. A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

(c) Tributos a recolher

PIS e COFINS

ISS

IRPJ e CSLL

INSS sobre terceiros

IRRF e CSRF

Circulante

1.466 40.492 83.968 147.192

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Controladora Consolidado

2022 2021 2022 2021

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes

Adições/Exclusões permanentes

Equivalência patrimonial

Subvenções do lucro da exploração (1)

Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos

Outros

Total dos impostos no resultado

Imposto de renda e contribuição social corrente

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Total dos impostos no resultado

Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

- 59,6% -27,9% -16,5%

(*) Redução de 75% do IRPJ calculada sobre o lucro da exploração de toda a capacidade instalada pelo prazo de 10 anos, a contar a partir de 01 de janeiro de 2014. Tal benefício é concedido pelo Governo Federal a empresas de setores considerados prioritários na área da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

7 Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, estes ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas controladas para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor	< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias	de 91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias*
2022	355.153	(86.415)	304.452	33.597	22.909	13.880	11.436	2.377	1.632
2021	267.362	(82.501)	22.030	212.148	14.985	10.587	6.987	3.143	1.659

* Parte do saldo vencido há mais de 180 dias não está provisionado, pois se refere basicamente aos valores a receber da INFRAERO em GRU Airport, nos montantes de R\$ 38.557.

Em 31 de dezembro de 2022, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa era de R\$ 86.415 (R\$ 82.501 em 31 de dezembro de 2021). O montante é substancialmente referente a GRU Airport A redução no montante em aberto refere-se à renegociação de contratos efetuados pela controlada GRU Airport.

Movimentação nas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado 2022	2021
Saldo no início do período	(82.501)	(137.443)
Adições/Reversões	(18.823)	54.829
Baixa	15.544	113
Transferido para "ativos mantidos para venda"	(635)	-
Saldo no fim do período	(86.415)	(82.501)

A controlada indireta GRU Airport avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas.

Tendo em vista, o impacto da Covid-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido à deterioração da situação financeira de alguns clientes, dados históricos dos recebíveis, a Administração mensurou como perda incorrida o valor integralmente provisionado para o ano corrente de 2022, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

5.b Venda de investimento

Em 30 de abril de 2020, a alienação da CART foi realizada por R\$ 783.966, líquida da perda no montante de R\$ 80.241 capturada na avaliação dos ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2019.

Em maio de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 445.376 pela venda da CART ao IBH II e R\$ 81.328 em junho de 2020. Em 28 de setembro de 2020, a INVEPAR recebeu R\$ 93.673 e registrou uma perda adicional de R\$ 53.589 em decorrência do ajuste de preço da venda.

Cronograma de recebimento no longo prazo:

Até 2 anos	R\$ 110.000
Atualização	R\$ 22.615
AVP	(R\$ 4.684)
Total	R\$ 127.931

A avaliação ao valor recuperável do ativo financeiro decorrente da venda das ações da CART considera a expectativa de recebimento do valor de R\$ 110 milhões dado em garantia ao Patria Investimentos. Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) liberação do valor dado em garantia sobre o período 2023 a 2024, conforme condições estabelecidas no contrato de compra e venda; (ii) atualização dos valores das parcelas liberadas com o CDI entre a data do fechamento da transação de compra e venda e as datas das respectivas liberações; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA) e CDI; e (iv) taxa de desconto do capital próprio para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento das parcelas do ativo financeiro.

Composição

Controladora 2022

Ativo Não circulante

Passivo Não circulante

Resultado Receita/Despesa

Parte relacionada Transação Relação Circulante

LAMSA Dividendos / JSCP Controlada 164.173 - - - -

VIAO40 Outorga de garantia (c) Controlada 66.544 - - - - (18.107)

LAMSA JSCP Controlada 4.613 - 265 - - -

CLN JSCP Controlada 7.039 - - - - -

VIARIO Mútuo (d) Coligada 2.681 - - - - -

CLN Compart. Despesas (a) Controlada 1.289 - - - - 1.289

GRUPAR Outros (e) Controlada 521 - 9 - - -

LAMBRA Outros (e) Controlada - 110.451 - - - -

VIARIO Mútuo (d) Coligada - 102.145 - - - - (15.032)

VLT Mútuo (d) Coligada - 43.644 - - - - (27.890)

GRUPAR Dividendos Controlada - 11.075 - - - - -

Instituto INVEPAR Compart. Despesas (a) Controlada - 224 - - - - -

FUNCEF/PETROS/ PREVI/YOSEMITE Dividendos Acionistas - - - 22.841 - -

Total 246.860 267.539 274 22.841 (59.740)

Total de dividendos e JSCP 171.212 11.075 - 22.841 -

Total de partes relacionadas 75.648 256.464 274 - (59.740)

Consolidado 2022

Ativo Não circulante

Passivo Não circulante

Resultado Receita/Despesa

Parte relacionada Transação Relação Circulante

ACSA Dividendos - - - 1.231 - -

FUNCEF/PETROS/ PREVI/YOSEMITE Dividendos Acionista - - - 22.841 - -

Instituto INVEPAR Compart. Despesas (a) Controlada - 224 - - - -

VIARIO Mútuo (d) Coligada - 102.144 - - - - (15.032)

VLT Mútuo (d) Coligada - 43.644 - - - - (27.890)

Total 146.012 - 24.072 (42.922)

Total de dividendos e JSCP - 146.012 - 24.072 -

Total de partes relacionadas - 146.012 - (42.922)

(a) Compartilhamento de despesas: Rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) O AFAC foi incorporado ao capital nas operações de maio de 2022.

(c) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a VIAO40 em 15 de dezembro de 2015 para que a Companhia constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela controlada.

(d) Mútuos: Os contratos de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VIARIO, sendo 2 contratos remunerados a taxa de 130% do CDI (vencimento em 2034), 6 contratos remunerados a TR + 9,89% a.a (vencimento em 2034) e 1 contrato remunerado a CDI + 2,90% a.a (vencimento em 2028).

Os contratos de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VLT, com vencimentos até 2027, são remunerados a taxa de CDI + 5%a.a.

Os contratos de mútuo firmado com a PEX, com remuneração de 130% do CDI com vencimento em 31 de janeiro de 2022. Por não haver expectativa de recebimento, o montante foi baixado em 31 de dezembro de 2022.

(e) Correspondem em sua maioria a ajustes intermediários e à quitação do Contrato de Compra e Venda de Debêntures com Opção de Revenda entre LAMBRA e Mubadala.

FIDC INVEPAR

O FIDC INVEPAR iniciou suas atividades em 28 de julho de 2020, com o objetivo de captar recursos para aquisição preponderantemente em direitos creditórios, nos termos da política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo. Essa operação foi encerrada em 07 de março de 2022.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Pró-labore	5.005	3.558	12.670	9.327
Bônus Variáveis	1.664	2.649	1.834	2.649
Encargos	1.334	1.231	2.883	2.349
Outros benefícios	371	2.430	1.089	3.383
Total	8.374	9.868	18.476	17.708

Em 30 de abril de 2022 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores da INVEPAR Holding de até

R\$ 9.534 para o exercício de 2022.

Programa de Incentivos de Longo Prazo

O presente programa de incentivo de longo prazo - *Performance Phantom Stock Options* da INVEPAR não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pois não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações da Companhia.

O programa é baseado na concessão de opções virtuais aos elegíveis (grupo de executivos aprovado pelo Conselho de Administração da INVEPAR). Ele visa estimular o alcance de metas desafiadoras para a Companhia, por meio de uma gestão eficiente e a fim de obter resultados sustentáveis, alinhar interesses dos acionistas e executivos e reter os executivos-chave para alcance dos objetivos estratég

continuação



INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR - CNPJ Nº 03.758.318/0001-24

MOBILIDADE INTELIGENTE



Movimentação consolidada

Investida	Controle	2021		Participação da INVEPAR %	Movto. Mantido para venda	Equivalência Patrimonial	Dividendo e JSCP	Impairment	Baixa de investimento pela Venda	investi-mento	2022	
		Mantido para Venda / Op. descontinuada	Investimento								Mantido para venda/Op. descontinuada	investi-mento
CRT	Coligada	36.419	-	24,92%	-	7.998	(9.944)	(267)	-	34.206	-	-
VLT	Coligada	53.842	-	4,73%	-	(1.200)	-	(25.580)	-	27.062	-	-
VLT - Impairment	Coligada	(53.842)	-	4,73%	-	-	-	53.842	-	-	-	-
VIARIO	em conjunto	41.279	-	33,34%	-	(8.102)	-	-	-	33.177	-	-
CLN	Controlada	-	115.563	92,92%	101.318	17.498	(3.253)	-	-	-	-	-
LAMSA	Controlada	-	141.424	100%	210.407	-	-	-	-	-	-	351.831
PEX	Controlada	-	607	100%	(340)	-	-	-	-	-	-	267
V040	Controlada	-	48.537	100%	(284.655)	-	-	-	-	-	-	(236.118)
		77.698	306.131		26.730	16.194	(13.197)	27.995		94.445		115.980

Investida	Controle	2020		Participação da INVEPAR %	Movto. Mantido para venda	Equivalência Patrimonial	Dividendo e JSCP	Impairment	Baixa de investimento pela Venda	investi-mento	2021	
		Mantido para Venda / Op. descontinuada	Investimento								Mantido para venda/Op. descontinuada	investi-mento
CLN	Controlada	98.163	-	92,92%	17.400	-	-	-	-	-	-	115.563
HMOBI	Controlada	169	-	100%	(142)	-	-	-	(27)	-	-	-
CRT	Coligadas	38.143	-	24,92%	-	15.146	(12.885)	(3.985)	-	36.419	-	-
VLT	Coligadas	50.779	-	8,35%	-	3.063	-	-	-	53.842	-	-
VLT - Impairment	Coligadas	(50.779)	-	8,35%	-	-	-	(3.063)	-	(53.842)	-	-
VIARIO	em conjunto	40.173	-	33,34%	-	1.106	-	-	-	41.279	-	-
LAMSA	Controlada	-	247.322	100%	-	(105.898)	-	-	-	-	-	141.424
PEX	Controlada	-	694	100%	-	(87)	-	-	-	-	-	607
VIA040	Controlada	-	(69.274)	100%	-	11.781	-	-	-	-	-	48.537
MetrôRio	Controlada	-	1.250.487	100%	(259.859)	-	-	-	(990.628)	-	-	-
MetrôBarra	Controlada	-	100.026	100%	(69.405)	-	-	-	(30.621)	-	-	-
CRA	em conjunto	-	18.697	50%	105.261	-	-	-	(123.958)	-	-	-
CBN	em conjunto	-	28.901	50%	3.678	-	-	-	(32.579)	-	-	-
		176.648	1.576.853		(203.067)	31.141	(12.885)	(7.048)		(1.177.813)		77.698
												306.131

Investida	Controle	2021		Participação da INVEPAR %	Transfe-rência	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada
		Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada						
LAMBRA	Controlada	83.857	-	100%	-	-	(1.043)	82.814	-
GRUPAR	Controlada	1.191.194	-	80%	-	(1.000)	56.560	1.246.754	-
VIA040	Controlada	-	174.895	100%	-	-	127.766	-	302.661
HLASA	Controlada	-	-	100%	(151)	-	151	-	-
		1.275.051	174.895		(151)	(1.000)	183.434	1.329.568	302.661

Investida	Controle	2020		Participação da INVEPAR %	Transfe-rência	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada
		Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada						
LAMBRA	Controlada	83.584	-	100%	-	-	273	83.857	-
GRUPAR	Controlada	791.485	-	80%	-	-	399.709	1.191.194	-
VIA040	Controlada	-	116.572	100%	-	-	58.323	-	174.895
		875.069	116.572				458.305	1.275.051	174.895

Informações sobre os investimentos da controladora Participações acionárias vigentes em 31/12/2022

(a) CRT
A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT") - foi constituída em 7 de novembro de 1995, sob a forma de "sociedade anônima", com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, com início em 22 de março de 1996. Em 18 de março de 2021 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao contrato de concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022. O Processo de Haveres e Deveres foi iniciado atendendo a Resolução da ANTT nº 5.926, de 2 de fevereiro de 2021. Em 21 de setembro de 2022, às 00:00 hs, o novo concessionário ECORioMinas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT.
A CRT continua em tratativas com a ANTT, na esfera administrativa, para apuração final do processo de Haveres e Deveres e a definição de forma e prazo de pagamento dos créditos devidos à CRT.

(b) CLN
A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA 099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde. Em 14 de maio de 2015 foi assinado o 2º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN ampliando o prazo de concessão em 15 anos. Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Como não houve evolução no processo de venda, e seguindo orientação do CPC 31 item 8, em 30 de junho de 2022, a Administração desclassificou a Concessionária Litoral Norte (CLN) de ativo mantidos para venda, retornando o saldo para Investimentos e reconhecendo a equivalência patrimonial do período.
(c) GRUPAR
Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "GRU Airport" da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação na GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 anos.
(d) LAMBRA
A INVEPAR obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da *Linea Amarilla* Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez era detentora de 100% do capital social da *Linea Amarilla* S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009, com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009, junto a Municipalidade Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.
Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU para a Vinci Highways S.A.S. ("VINCI").

(e) VIARIO
A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

(f) PEX
A Empresa tinha como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações. Em novembro de 2016, suas operações foram descontinuadas e desde a data-base de 31 de março de 2017 a controlada encontra-se classificada em operações descontinuadas e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

(g) VLT
Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início. O Município do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura juntamente com Concessionária do VLT Carioca S.A., assinaram o 5º e 6º Termo Aditivo ao contrato de concessão no qual o poder concedente se comprometeu a retomar os pagamentos das contraprestações (CAT-A). Por este motivo a Administração entende que não há risco para continuidade e reverteu o impairment que havia constituído.

(h) LAMSA
A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 1º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010 - Vide informações sobre o processo de encampação da Linha Amarela na Nota explicativa nº 1.1. Em função do processo de reestruturação da Companhia, que se iniciou em 30 de setembro de 2020, a Companhia passou em 31 de dezembro de 2020, a ser classificada como ativo disponível para venda e o resultado de suas operações está apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

(i) VIA040
Em 31 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção. Em 30 de julho de 2015, a VIA040 iniciou a cobrança de pedágio.
Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI. Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023. Conforme a cláusula segunda do respectivo termo aditivo.

(j) HLASA
HLASA Participações S.A. ("HLASA") foi fundada em 23 de setembro de 2020 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior; e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia. A Companhia encontra-se em estágio pré-operacional, registrada na Instrução CVM nº 480/09, na categoria "A" Em decorrência do processo de reestruturação do Grupo foi solicitado a CVM a baixa no registro da Companhia, o qual foi processado em 10 de janeiro de 2022.

Em 18 de julho de 2022, a empresa HLASA Participações S.A. foi incorporada à empresa PEX.S.A.

9 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas controladas, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupadas da seguinte forma: (i) rodovias (mantidas para venda); (ii) aeroportos; e (iii) holding.
As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e de suas controladas correspondentes a 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2022

	2022				
	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	2.333.463	73.718	-	-	2.407.181
Receita de construção	54.715	-	-	-	54.715
Custo de serviços prestados	2.388.178	73.718	-	-	2.461.896
Custo de construção	(1.613.411)	(41.440)	-	-	(1.654.851)
Lucro bruto	(54.715)	-	-	-	(54.715)
Despesas gerais e administrativas	720.052	32.278	-	-	752.330
Equivalência patrimonial	(131.107)	(15.165)	-	(43.973)	(190.245)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	(39.475)	(1.305)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	654.675	2.259	-	(7.175)	649.759
Receitas financeiras	1.243.620	19.372	(90.623)	38.170	1.210.539
Despesas financeiras	253.529	6.253	126.636	-	386.418
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.702.341)	(1.831)	(118.592)	-	(1.822.764)
Imposto de renda e contribuição social	(205.192)	23.794	(82.579)	38.170	(225.807)
Correntes	66.911	(3.918)	-	-	62.993
Diferidos	(12.549)	(4.345)	-	-	(16.894)
Prejuízo do período das operações continuadas	79.460	427	-	-	79.887
Prejuízo de operações descontinuadas	(138.281)	19.876	(82.579)	38.170	(162.814)
Resultado do período após ativos mantidos para venda e operação descontinuada	(138.281)	19.876	(155.667)	38.170	(235.902)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	(80.235)
Atribuível aos acionistas controladores	(138.281)	19.876	(155.667)	-	(155.667)
Informações complementares:					
Depreciação e amortização	(1.005.125)	(6.195)	(7.212)	-	(1.018.532)
Adição ao imobilizado	300	736	13	-	1.049
Adição ao intangível	394.954	4.145	-	-	399.099

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

Balanco patrimonial em 31 dezembro de 2022

Ativo	Operação				
	Aeroportos	Mobilidade	Holding	descontinuada	Eliminações (*) Consolidado
Ativo circulante	1.630.746	68.593	571.917	-	(244.189)
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	183.575	1.242.435	-
Ativo não circulante	14.056.737	137.521	627.639	-	(724.517)
Total do ativo	15.687.483	206.114	1.383.131	1.242.435	(968.706)
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	3.222.916	31.074	(295.764)	-	2.958.126
Passivos classificados como operações descontinuadas	-	-	302.661	1.007.369	-
Passivo não circulante	17.058.844	126.961	2.645.161	235.066	(4.019.422)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(4.594.277)	48.079	(1.268.927)	-	(2.757.177)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.687.483	206.114	1.383.131	1.242.435	(968.706)

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2021

	2021				
	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	1.602.775	-	-	-	1.602.775
Receita de construção	32.024	-	-	-	32.024
Custo de serviços prestados	1.634.799	-	-	-	1.634.799
Custo de construção	(1.255.344)	-	-	-	(1.255.344)
Lucro bruto	(32.024)	-	-	-	(32.024)
Despesas gerais e administrativas	347.431	-	-	-	347.431
Equivalência patrimonial	(69.072)	-	(96.550)	(4.395)	(170.017)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	(380.818)	400.126	19.308
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	700.370	-	806.707	-	1.507.077
Receitas financeiras	978.729	-	329.339	395.731	1.703.799
Despesas financeiras	43.105				

continuação



INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR – CNPJ Nº 03.758.318/0001-24

MOBILIDADE INTELIGENTE



Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2020			2021		
	Adições	Baixas	Transfe-rências	Adições	Baixas	Transfe-rências
Custo						
Instalações	1.436	-	-	-	-	1.436
Máquinas e equipamentos	4.671	-	-	-	-	2.749
Móveis e utensílios	4.660	13	(1.228)	-	-	2.605
Veículos	5.728	-	(110)	-	-	2.295
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	5.512	-	-	-	-	489
Equipamentos de informática	15.970	1	(10)	53	-	1.870
Imobilizado em andamento	19	68	-	(53)	-	34
Outros	14	-	-	-	-	14
	38.010	82	(1.348)			(8.458)
						28.286
Depreciação acumulada						
Instalações	13,6	(582)	(143)	-	-	(725)
Máquinas e equipamentos	9,2	(2.313)	(153)	-	-	745
Móveis e utensílios	9,2	(2.789)	(269)	886	-	445
Veículos	19,1	(3.424)	(135)	110	-	1.051
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	(2.820)	(367)	-	-	19
Equipamentos de informática	19,6	(10.454)	(1.633)	6	-	1.286
Outros	-	(15)	-	-	-	15
	(22.397)	(2.700)	1.002			3.561
						(20.534)
	15.613	(2.618)	(346)			(4.897)
						7.752

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

11. Intangível (Consolidado)

Taxas anuais de amorti-zação %	2021			2022		
	Adições	Baixas	Transfe-rências (*)	Adições	Baixas	Transfe-rências (*)
Custo						
Software	77.107	107	-	1.309	1.706	80.229
Direito de concessão - investimento CLN	-	-	-	10.676	154.332	165.008
Direito de concessão - investimento GRU	15.057.078	136.062	-	-	-	15.193.140
Investimento para concessão	4.312.418	8.841	(1.728)	42.744	7.535	4.369.810
Andamento (c)	10.616	254.089	(38)	(54.715)	-	209.952
	19.457.219	399.099	(1.766)	14	163.573	20.018.139

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões em que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos juros R\$ 4.295 (R\$ 772 em 31 de dezembro de 2021).

Especificamente com relação à Outorga GRU Airport - com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.

Segundo orientações contidas na OCP 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., e terá a sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar se há necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados indicadores de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em agosto de 2023 e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período atual até o momento da devolução da concessão.

No que diz respeito à GRU Airport a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. O valor

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)

Empresas	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos	Garantia	2022		2021	
							Circulante	Total não Circulante	Circulante	Total não Circulante
GRU Airport	Finem Repasse direto	Real	dez/27	TJLP	2,88% e 3,40%	(a)	350.545	1.712.970	2.063.515	2.361.695
GRU Airport	Arrendamentos	Real	ago/25	CDI	7,71%	(a)	1.986	4.685	6.671	7.864
GRU Airport	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(a)	145.981	467.227	613.208	669.951
GRU Airport	(-) Custo de captação	Real	dez/25 e out/26	-	-	-	(1.026)	(1.907)	(2.933)	(3.893)
CLN	BNB - FNE	Real	dez/24	-	4,12%	(a)	6.100	6.003	12.103	-
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez/24	-	-	-	(15)	(5)	(20)	-
INVEPAR	Debêntures	Real	abr/21 e out/24	IPCA	6,50%	(a)	-	987.459	987.459	875.881
INVEPAR	(-) Custo de captação	Real	abr/21 e out/24	-	-	-	-	(106)	(106)	(163)
							503.571	3.176.326	3.679.897	3.911.335
							(2.959)	-	(2.959)	-
							500.612	3.176.326	3.676.938	3.911.335

(a) Garantia de projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva. Para caso de execução de garantia de ações de uma Companhia, deverá ser observado o pacto comissório do Código Civil. Ou seja, após a execução da garantia e a transferência da propriedade das ações garantidas ao credor, as mesmas deverão ser vendidas a terceiros, de maneira pública ou privada, sendo vedada a venda por preço vil. Logo, havendo recursos suficientes para pagar a dívida com a venda das ações a terceiros, o sobejo retornaria para a Companhia. No entanto, caso a venda das ações não seja suficiente para quitar a dívida, a Companhia continuaria sendo devedora.

	2022		2021	
	Total circulante	Total não circulante	Total	Total
Empréstimos	355.657	1.723.653	2.079.310	2.079.310
Debêntures	144.955	1.452.673	1.597.628	1.597.628
	500.612	3.176.326	3.676.938	3.676.938
Empréstimos	322.347	2.047.212	2.369.559	2.369.559
Debêntures	129.849	1.411.927	1.541.776	1.541.776
	452.196	3.459.139	3.911.335	3.911.335

Empresas	Pagamento		Provisão Juros *	Juros capita- lizados	Custo de capta- ção incorrido	Custo de capta- ção amortizado	Variação Monetária	Passivo manti- do para venda	2021
	2021	Principal							
GRU	3.035.617	(407.428)	(241.044)	288.062	4.295	959	-	-	2.680.461
CLN	-	(5.414)	(808)	620	-	24	-	17.661	12.083
INVEPAR	875.718	-	-	60.753	-	57	-	50.825	987.353
Total dívida	3.911.335	(412.842)	(241.852)	349.435	4.295	1.040	-	50.825	3.679.897
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.959)
Dívida líquida	3.911.335								3.676.938

Empresas	Pagamento		Provisão Juros *	Juros capita- lizados	Custo de capta- ção incorrido	Custo de capta- ção amortizado	Variação Monetária	Passivo manti- do para venda	2021
	2020	Principal							
GRU	3.346.725	(378.457)	(240.138)	305.756	772	959	-	-	3.035.617
INVEPAR	2.243.638	(1.450.349)	(388.618)	277.691	-	(167)	-	193.523	875.718
Total dívida	5.590.363	(1.828.806)	(628.756)	583.447	772	792	-	193.523	3.911.335

Dívida líquida 5.590.363

*Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

INVEPAR

Em 08 de novembro de 2021 foi assinado a transferência e atualização de custódia da 3ª emissão realizada em 15 de outubro de 2015, em que foi atualizada para a quantidade de 9.946 (nove mil, novecentos e quarenta e seis), totalizando R\$ 232.890, pelo PU 23.415.41757 em 31 de dezembro de 2022. A divisão entre os titulares dos debenturistas atualizada ficou da seguinte forma:

Titular	Quantidade	%	Valor (milhares)
Mubadala	4.974	50,01%	116.468
Previ	2.486	24,99%	58.211
Petros	2.486	24,99%	58.211
Total	9.946	100%	232.890

Em 08 de novembro de 2021 foi assinado a transferência e atualização de custódia da 5ª emissão realizada em 27 fevereiro de 2019, em que foi atualizada para a quantidade de 43.429 (quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e nove), totalizando R\$ 754.569, pelo PU 17.374.76957 em 31 de dezembro de 2022. A divisão entre os titulares dos debenturistas atualizada ficou da seguinte forma:

Titular	Quantidade	%	Valor (milhares)
Mubadala	22.576	51,98%	392.253
Funcef	10.849	24,98%	188.499
Previ	10.004	23,04%	173.817
Total	43.429	100%	754.569

Essa atualização e transferência de contrato com a Mubadala Capital, ocorreu em função da venda dos investimentos dos Metrô Rio e Barra, em que foram liquidadas debêntures no total de R\$ 1.867.967 entre principal e juros (Nota 1.2 e 8), da 3ª e 5ª emissões. Desta forma, o valor foi reduzido.

recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2023 e 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em setembro de 2023; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período atual até o momento da devolução da concessão; (iii) valor da indenização referente à adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados, descontado do excedente tarifário e multas administrativas; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (v) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária até a devolução; (vi) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTN-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização.

Informamos que as premissas adotadas nas projeções utilizadas para o teste, são as mais adequadas para a presente data e que estão baseadas em lei federal (lei das concessões). As regras para mensuração do valor de indenização será objeto de normativa própria para o evento ainda não publicada / divulgada pela autarquia responsável (ANTT). Informamos ainda que quando da publicidade da normativa que regulamentará o cálculo da indenização, a Companhia irá reavaliar as premissas e projeções para o cálculo do impairment.

Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU Airport que é amortizada pela curva estimada de passageiros, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

12. Fornecedores

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Fornecedores nacionais	836	2.848
Fornecedores internacionais	-	388
Circulante	836	2.848

Taxas anuais de amorti-zação %	2021			2022		
	Adições	Baixas	Transfe-rências (*)	Adições	Baixas	Transfe-rências (*)
Custo						
Software	77.433	392	-	529	1.247	77.107
Direito de concessão - investimento CLN	143.783	-	-	-	-	(143.783)
Direito de concessão - investimento GRU	14.828.895	196.763	(75)	31.495	-	15.057.078
Investimento para concessão	4.326.333	4.448	-	-	-	(18.363)
Andamento	22.636	20.004	-	(32.024)	-	10.616
Outros	2.683	-	-	-	-	(2.683)
	19.401.763	221.607	(75)	-	(166.076)	19.457.219

Intangível líquido

(a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

(b) A Amortização é de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

(c) O incremento no saldo em andamento refere-se ao projeto People Mover.

Taxas anuais de amorti-zação %	2021			2022		
	Adições	Baixas	Transfe-rências (*)	Adições	Baixas	Transfe-rências (*)
Custo						
Software	33.325	6.416	-	-	-	1.060
Direito de concessão - investimento CLN (a)	(43.268)	-	-	-	-	43.268
Direito de concessão - investimento GRU (a)	(4.554.215)	(553.524)	-	-	-	(5.107.739)
Investimento para concessão	(1.292.839)	(251.449)	26	-	-	(1.544.262)
Outros	(157)	-	-	-	-	157
	(5.923.804)	(811.389)	26	-	-	44.485
						(6.690.682)
	13.477.959	(589.782)	(49)	-	-	(121.591)
						12.766.537

Intangível líquido

(a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

(b) A Amortização é de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

* Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR e GRU Airport

continuação

invepar

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR – CNPJ Nº 03.758.318/0001-24

MOBILIDADE INTELIGENTE



A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (ESA - Equity Support Agreement) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável;

Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos
Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

14. Concessão de serviço público

	2021	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamentos	2022
Outorga variável	183.077	266.343	-	-	-	-	(183.077)	266.343
Outorga fixa	1.983.354	-	196.338	19.318	1.430.411	(314.011)	(1.247.483)	2.067.927
(-) Reequilíbrio	38.433	(351.570)	(17.557)	-	-	314.011	-	(16.683)
Circulante	2.204.864	(85.227)	178.781	19.318	1.430.411	-	(1.430.560)	2.317.587
Outorga fixa	12.624.248	-	1.186.531	116.744	(1.430.411)	-	-	12.497.112
(-) Reequilíbrio	(102.452)	-	7.946	-	-	-	-	(94.506)
Não Circulante	12.521.796	-	1.194.477	116.744	(1.430.411)	-	-	12.402.606
Total	14.726.660	(85.227)	1.373.258	136.062	-	-	(1.430.560)	14.720.193

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.
(b) Compensação de Outorga Fixa conforme Ofício 158/2022 - ANAC.

	2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamentos	2021
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	(156.002)	-	183.077
Outorga fixa	1.293.640	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	-	1.983.354
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.079.651	-	(38.433)
Circulante	1.207.381	(580.709)	216.983	26.715	1.334.494	-	-	2.204.864
Outorga fixa	12.183.712	-	1.604.984	170.046	(1.334.494)	-	-	12.624.248
(-) Reequilíbrio	(94.560)	(9.504)	1.612	-	-	-	-	(102.452)
Não Circulante	12.089.152	(9.504)	1.606.596	170.046	(1.334.494)	-	-	12.521.796
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	196.761	-	-	-	14.726.660

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.
(b) Compensação de Outorga Fixa conforme Decisão nº 191, nº 138 e nº 215 da ANAC.

(a) GRU Airport

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a Orientação Técnica OCP 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Devido aos reflexos da pandemia da Covid-19, houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Repactuação da outorga fixa

Repactuação – Termo Aditivo nº 006/2020

Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, onde prevê nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia da Covid-19. Mediante esta alteração, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Termo Aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
 - Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.
- As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Pleito de Repactuação

Em 07 de dezembro de 2021, a Concessionária protocolou um novo pedido de repactuação da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme Portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Concessionária impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar.

Em 06 de julho de 2022, a ANAC protocolou apelação em face da referida sentença e apresentou pedido de efeito suspensivo à Apelação, ainda não apreciado até a presente data de divulgação desse relatório.

Em 15 de dezembro de 2022, a ANAC publicou o Ofício nº 158/2022/GERE/SRA, informando que o valor da contribuição fixa referente a 2021, encontra-se parcialmente quitada e suspensa a exigibilidade do pagamento remanescente, por meio de decisão judicial sujeita à revisão futura.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Em 11 de maio de 2022, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 183.077, referente a parcela de 2021.

Reequilíbrio econômico financeiro – Cargas importadas em trânsito

(Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016)

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico financeiro – Novas exigências para alfandegamento
(Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020)

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpsôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento "Novas exigências para alfandegamento". A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro. A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%,

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão.

CLN
Empréstimos e financiamentos

Em 2014, foi captado o montante de R\$ 35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidem juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses são pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período o pagamento de juros ocorre mensalmente junto com as parcelas de principal.

	2021	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamentos	2022
Outorga variável	183.077	266.343	-	-	-	-	(183.077)	266.343
Outorga fixa	1.983.354	-	196.338	19.318	1.430.411	(314.011)	(1.247.483)	2.067.927
(-) Reequilíbrio	38.433	(351.570)	(17.557)	-	-	314.011	-	(16.683)
Circulante	2.204.864	(85.227)	178.781	19.318	1.430.411	-	(1.430.560)	2.317.587
Outorga fixa	12.624.248	-	1.186.531	116.744	(1.430.411)	-	-	12.497.112
(-) Reequilíbrio	(102.452)	-	7.946	-	-	-	-	(94.506)
Não Circulante	12.521.796	-	1.194.477	116.744	(1.430.411)	-	-	12.402.606
Total	14.726.660	(85.227)	1.373.258	136.062	-	-	(1.430.560)	14.720.193

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.
(b) Compensação de Outorga Fixa conforme Ofício 158/2022 - ANAC.

	2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação (b)	Pagamentos	2021
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	(156.002)	-	183.077
Outorga fixa	1.293.640	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	-	1.983.354
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.079.651	-	(38.433)
Circulante	1.207.381	(580.709)	216.983	26.715	1.334.494	-	-	2.204.864
Outorga fixa	12.183.712	-	1.604.984	170.046	(1.334.494)	-	-	12.624.248
(-) Reequilíbrio	(94.560)	(9.504)	1.612	-	-	-	-	(102.452)
Não Circulante	12.089.152	(9.504)	1.606.596	170.046	(1.334.494)	-	-	12.521.796
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	196.761	-	-	-	14.726.660

estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro – Covid-19

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da Covid-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. (Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020)

O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 60.889 foi deduzido da parcela da outorga fixa paga em 18 de dezembro de 2021.

Em 25 de agosto de 2021, conforme Decisão nº 404, o qual aprovou a revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio concedido decorrente dos impactos da pandemia da Covid-19 para o ano de 2020, dos meses de outubro a dezembro de 2020, devido as projeções utilizadas. Em decorrência dessa atualização o montante de desequilíbrio devido à Concessionária passou a corresponder R\$ 832.281, portanto uma redução correspondente a R\$ 22.633.

(Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021)

O valor do desequilíbrio verificado em 2021, corresponde ao montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. Em 30 de maio de 2022 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós Covid-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2021 o montante de R\$ 750.866. Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2021 com vencimento em 18 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 799.675. O saldo remanescente a recolher de R\$ 48.809 foi atualizado pelo IPCA e acrescido a parcela da outorga fixa de 2022.

(Decisão nº 563 da ANAC de 04 de novembro de 2022)

O valor do desequilíbrio verificado em 2022, corresponde ao montante de R\$ 304.218, a valores de 18 de dezembro de 2022, concedido com base em valores realizados dos meses janeiro a setembro de 2022 e projetados dos meses de outubro a dezembro de 2022. Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2022 com vencimento em 18 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 304.218 que será revisado no decorrer do ano de 2023 pela ANAC.

Reequilíbrio econômico financeiro – Automated People Mover

(Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022)

Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Minfra, para (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 - Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal. (vide nota explicativa nº 15)

O projeto denominado APM - *Automated People Mover* terá o investimento relativos à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

(Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 16 de dezembro de 2022) Em 16 de dezembro de 2022 passou a vigorar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com vistas a: (i) destinar o valor residual do reequilíbrio econômico-financeiro relativo à elaboração do projeto e construção do APM após a extinção da contribuição mensal trazida pela Lei nº 14.368 de 14 de Junho de 2022, o montante de R\$ 49.273 compensado com a contribuição fixa de 2022 e (ii) incluir no montante a ser reequilibrado após o início da operação do APM, o valor de R\$ 1.242 ao mês, atualizado a partir de dezembro de 2020 pelo IPCA, para ser compensado da contribuição fixa.

15. Provisão para riscos processuais

O grupo INVEPAR é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

continuação

invepar

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR – CNPJ Nº 03.758.318/0001-24

MOBILIDADE INTELIGENTE



Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Operações continuadas:

	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(27.526)	(55.053)	(82.579)	(36.430)	(72.860)	(109.290)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(0,192)	(0,192)		(0,255)	(0,255)	

	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(27.526)	(55.053)	(82.579)	(36.430)	(72.860)	(109.290)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	-	-	-	(307)	(615)	(922)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(27.526)	(55.053)	(82.579)	(36.737)	(73.475)	(110.212)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(0,192)	(0,192)		(0,257)	(0,257)	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

Operações descontinuadas

	2022			2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Prejuízo das operações descontinuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(24.363)	(48.725)	(73.088)	(147.113)	(294.227)	(441.340)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,170)	(0,170)		(1,028)	(1,028)	

21. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas mantêm seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Moeda	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora
INVEPAR	Responsabilidade Civil Geral	BRL	10.000	01/08/2022	01/08/2023	Fairfax Brasil
INVEPAR	Riscos Operacionais	BRL	1.139	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
CLN	Garantia ao Poder Concedente	BRL	7.881	24/03/2022	24/03/2023	BMG
	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	100.000	04/05/2022	04/05/2023	Berkley Internacional
CLN	Responsabilidade Civil Geral	BRL	40.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
CLN	Riscos Operacionais	BRL	100.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
CLN	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro
LAMSA	Garantia ao Poder Concedente	BRL	34.687	18/12/2022	18/12/2023	BMG
LAMSA	Responsabilidade Civil Geral	BRL	60.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	100.000	04/05/2022	04/05/2023	Berkley Internacional
LAMSA	Riscos Operacionais	BRL	280.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
LAMSA	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro
V040	Garantia ao Poder Concedente	BRL	401.338	24/03/2022	24/03/2023	BMG
V040	Responsabilidade Civil Geral	BRL	30.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
V040	Riscos Operacionais	BRL	280.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
V040	Veículos	BRL	100% da tabela FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro
V040	Fiança Locatícia	BRL	955.826	02/03/2022	12/03/2023	Pottencial
V040	Fiança Locatícia	BRL	324.000	29/08/2021	30/04/2023	Pottencial
CRT	Responsabilidade Civil Geral	BRL	10.000	14/09/2021	14/03/2023	Fairfax Brasil
CRT	Riscos Operacionais	BRL	55.000	14/07/2022	14/01/2023	Generalli
CRT	Garantia ao Poder Concedente	BRL	32.548	21/09/2022	21/03/2023	Pottencial
	Responsabilidade civil administradores D&O	BRL	25.000	21/07/2022	14/07/2023	Starr
CRT	Veículos	BRL	4.546	30/01/2022	30/01/2023	Tokio Marine
GRU	Riscos operacionais	BRL	1.742.350	24/05/2022	24/05/2023	Tokio Marine
	Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	USD	500.000	31/12/2022	31/12/2023	International AXA Seguros
	Responsabilidade civil de proprietários e operadores - Excesso cargas de aeroportos	USD	90.000	31/12/2022	31/12/2023	S/A
GRU	Garantia de obrigações públicas	BRL	835.197	04/06/2022	04/06/2023	Pottencial
GRU	Seguro de frota	BRL	600	24/05/2022	24/05/2023	Tokio Marine
GRU	Aeronáutico - Drones	BRL	2.000	10/11/2022	10/11/2023	Mapfre

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 2021. Esses valores estão representados substancialmente por aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos Financeiros	2022		2021	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	784.916	-	358.366	-
Aplicações financeiras	998.544	-	1.171.196	-
Contas a receber	-	355.153	-	267.362
Venda de investimento	-	127.931	-	99.311
Partes relacionadas	-	148.693	-	134.064
Total do ativo	1.783.460	631.777	1.529.562	500.737
Passivos				
Fornecedores	-	78.879	-	54.077
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	3.676.938	-	3.911.335
Dividendos e JSCP propostos	-	24.072	-	24.072
Concessão de serviço público	-	14.720.193	-	14.726.660
Obrigações com empregados e administradores	-	27.291	-	25.532
Total do passivo	-	18.527.373	-	18.741.676

Instrumentos Financeiros	2022		2021	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	272.427	-	250.810	-
Aplicações financeiras	32.489	-	121.916	-
Venda de investimento	-	127.931	-	99.311
Partes relacionadas	-	332.112	-	302.217
Dividendos e JSCP propostos	-	182.287	-	171.563
Total do ativo	304.916	642.330	372.726	573.091
Passivos				
Fornecedores	-	836	-	2.848
Partes relacionadas	-	274	-	261
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	987.353	-	875.718
Dividendos e JSCP propostos	-	22.841	-	22.841
Obrigações com empregados e administradores	-	4.322	-	8.518
Total do passivo	-	1.015.626	-	910.186

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

• *Empréstimos, financiamentos e debêntures*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado".

As debêntures em 31 de dezembro de 2022 tinham o montante de R\$ 1.597.628 (R\$ 1.541.776 em 31 de dezembro de 2021).

• *Concessão de serviço público*

Os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Em relação ao passivo de concessão de GRU *Airport* a exposição de risco é relacionada ao IPCA.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, Nota explicativa nº 5.

(d) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

	2022	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	78.879	-	-	-	-	78.879
Empréstimos e financiamentos	535.374	1.033.655	1.017.918	-	-	2.586.947
Debêntures	135.041	1.407.080	239.857	-	-	1.781.978
Concessão de serviço público	2.067.927	4.953.774	3.556.496	7.765.974	18.344.171	
	2.817.221	7.394.509	4.814.271	7.765.974	22.791.975	

(e) Análise de sensibilidade de variações e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic ativa (% ao ano)	13,75%	10,31%	6,88%
DI Ativo (% ao ano)	13,65%	10,24%	6,83%
DI Passivo (% ao ano)	13,65%	17,06%	20,48%
TR Passivo (% ao ano)	1,47%	1,84%	2,21%
TJLP (% ao ano)	7,20%	9,00%	10,80%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$5,22	R\$3,91	R\$2,61
IPCA Ativo (% ao ano)	5,79%	4,34%	2,90%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,79%	7,24%	8,69%

Os indicadores utilizados para 2022 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário. *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros.*

Em 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

(e.1) Ativo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Resultado		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR	CDB	DI	304.888	41.617	31.213	20.809
TOTAL Consolidado			304.888	41.617	31.213	20.809
Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Resultado		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
GRUPAR	CDB	DI	1.404.745	191.748	143.811	95.874
INVEPAR	CDB	DI	304.888	41.617	31.213	20.809
LAMBRA	CDB	DI	24.330	3.321	2.491	1.661
CLN	CDB	DI	30.699	4.190	3.143	2.095
GRUPAR	CDB	DI	950	130	97	65
TOTAL Consolidado			1.765.612	241.006	180.755	120.504

(e.2) Passivo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR	Debêntures	IPCA	987.353	57.168	71.460	85.752
TOTAL Consolidado			987.353	57.168	71.460	85.752
Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B

continuação

invepar

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR – CNPJ Nº 03.758.318/0001-24

MOBILIDADE INTELIGENTE

**23. Transações não caixa**

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	2022	2021
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	-	772
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	136.063	196.761
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	8.997	5.006
Compensação outorga	314.011	1.079.651
Total	459.071	1.282.190

24. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego

Em abril de 2014, GRU Airport tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de licitação nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item "15.3".

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para o patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

25. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia mantém ativos mantidos para venda e operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, descrito o momento das quais foram classificadas como mantidas a venda e operações descontinuadas, discriminadas em Nota 8. Abaixo segue demonstrativo da forma como estão distribuídos os ativos e passivos das Companhias:

Ativo mantido para venda e operação descontinuada:

Controladas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo - PEX				
Circulante	-	-	2.256	2.806
Investimento - PEX	267	607	-	-
Total	267	607	2.256	2.806
Ativo - VIA040				
Circulante	-	-	75.444	61.029
Não circulante	-	-	850.249	926.799
Investimento - VIA040	-	-	126.458	-
Total	-	-	925.693	1.114.286
Ativo - LAMSA				
Circulante	-	-	154.027	73.372
Não circulante	-	-	344.034	360.023
Investimento - LAMSA	183.308	127.949	-	-
Total	183.308	127.949	498.061	433.395
Ativo - CLN				
Circulante	-	-	-	30.112
Não circulante	-	-	-	131.826
Investimento - CLN	-	-	105.878	-
Total	-	-	105.878	161.938
Total	183.575	234.434	1.426.010	1.712.425

Passivo mantido para venda e operação descontinuada:

Controladas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo - PEX				
Circulante	-	-	1.989	2.199
Total	-	-	1.989	2.199
Passivo - VIA040				
Circulante	-	-	1.045.682	978.651
Não circulante	-	-	116.129	87.098
Investimento - VIA040	302.661	174.895	-	-
Total	302.661	174.895	1.161.811	1.065.749
Passivo - LAMSA				
Circulante	-	-	63.669	189.395
Não circulante	-	-	82.561	102.576
Total	-	-	146.230	291.971
Passivo - CLN				
Circulante	-	-	-	28.858
Não circulante	-	-	-	17.517
Total	-	-	-	46.375
Total	302.661	174.895	1.310.030	1.406.294

Resultado das operações mantidas para venda e operação descontinuada:

Controladas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado do período				
Controlada CLN	-	-	-	(10.473)
Controlada PEX	251	26	251	26
Controlada VIA040	127.766	149.323	127.766	149.323
Controlada LAMSA	(54.929)	(18.805)	(54.929)	(18.805)
Controlada METRORIO	-	-	-	238.738
Controlada METROBARRA	-	-	-	81.475
Coligada CRA	-	-	-	752
Ativo alienado CRA	-	-	-	(1.002)
Coligada CBN	-	-	-	1.306
Total	73.088	441.340	73.088	441.340

PEX

Em 7 de novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX. Até a data de 31 de dezembro de 2022, a mesma continua com a empresa descontinuada.

VIA040

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia decidiu descontinuar as operações da Controlada VIA040 apoiada no Decreto nº 9.957/2019 que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário (Vide Notas explicativas 1.a, 2.23 e 8). Diante das documentações e aditivos mencionados na Nota nº 1, com o processo de relicitação as operações da Concessão continuam descontinuadas, a Companhia está aguardando nova relicitação pelo Poder Concedente. Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040, assinou aditivo ao Contrato de Concessão Originário, do 1º termo aditivo, pelo prazo de 18 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda. Na cláusula terceira o valor da tarifa de pedágio a ser praticada desse termo aditivo será de R\$ 5,80

DIRETORIA

TITULAR	CARGO
Gustavo Soares Figueiredo	Diretor Presidente
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

CONSELHO FISCAL

TITULAR	SUPLENTE
Eslei José de Moraes	Patricia Valente Stierli
Artemio Bertholini	Clovis Antonio Pereira Pinto
Felipe Guidi	Marcelo Fichera Lourenzi
Jorge Andrade Costa	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, destacando o

parágrafo do Relatório dos Auditores Independentes sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da INVEPAR e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da INVEPAR é um órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atualmente composto por quatro membros.

No período de 23 de março de 2022 a 14 de março de 2023 realizou 16 reuniões, com participação dos auditores independentes, auditoria interna, diretores e executivos e, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, avaliou o escopo do plano anual dos auditores independentes e da auditoria interna e as recomendações emitidas nos seus respectivos relatórios, tratou do monitoramento dos trabalhos de gerenciamento de riscos, controles internos e

do canal de denúncias, dos ativos e passivos contingentes, dos aspectos legais e regulamentares relativos às demonstrações financeiras intermediárias e anual. Com base nas atividades desenvolvidas, análises e debates realizados no transcorrer das reuniões, julgando que os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente apresentados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e relatório emitido pela Mazars Auditores Independentes, sem ressalvas, entende que os mesmos estão em condições de serem apreciados

(cinco reais e oitenta centavos) fixada pela ANTT no âmbito de reajuste sobre a tarifa no 1º termo aditivo do Contrato de Concessão Originário para fins de cálculo da tarifa.

LAMSA

Em 08 de novembro de 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da INVEPAR com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo, descrita na nota explicativa nº 8 (c). A Companhia, aguarda decisão judicial referente à tarifação, para finalizar o Acordo de Reestruturação que foi assinado em 28 de setembro de 2020.

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia foi notificada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro através do Ofício nº MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o nº 03/000.200/2022 para apurar a nulidade do 11º Aditivo - TA do Contrato de Concessão nº 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11º Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1º de janeiro de 1998. Este tema foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, através de fato relevante.

A Companhia já vem adotando todas as providências para o fim de exercer com plenitude seu amplo direito de defesa quer na esfera administrativa, quer judicialmente.

CLN

Em 08 de junho de 2021, a INVEPAR informou ao mercado em geral que contratou assessor financeiro para a busca de potenciais investidores para aquisição de toda a sua participação (92,92%) na sua Controlada Concessionária Litoral Norte (CLN). Em 30 de junho de 2022, a Administração em cumprimento ao CPC 31 Item 8 desclassificou de ativos mantidos para venda, por não ter havido evolução no processo de venda.

26. Eventos subsequentes**Rating**

Em 24 de janeiro de 2023 a agência S&P revisou os ratings da Companhia, passando de 'CCC+' para 'CCC' na Escala Global e de 'brBBB' para 'brB' na Escala Nacional. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures da INVEPAR (Debêntures), passando de 'brB' para 'brCCC', respectivamente, com perspectiva negativa.

Decisão Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TITULAR	SUPLENTE
Aldo Luiz Mendes (Presidente)	Carmelo Fernandez Moldes
Marcio Guedes Pereira Junior	Celio Fernando Bozola
Roberto Emilio Patriarca	Debora Santille
Olivier Michel Colas	Ivanryra Maura Medeiros Correia
Ricardo Reisen de Pinho	Carlos de Camargo Penteado Braga
Fabio Bonini Tararam	Julio Cezar Troiano Zogbi
Lucas Bitencourt Lacerda	João Martins Felcar
Fernando Sabbi Melgarejo	

Paula Ketty Lima Villalobos
Contadora - CRC 1SP268694/O-7

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023.

Jorge Andrade Costa
Presidente
Artemio Bertholini
Membro Titular
Felipe Guidi
Membro Titular
Eslei José de Moraes
Membro Titular

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores
Investimentos e Participações em Infraestrutura - INVEPAR
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Investimentos e Participações em Infraestrutura - INVEPAR** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1, 13 e 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia: (i) incorreu no prejuízo de R\$ 155.667 (R\$ 550.630 em 31 de dezembro de 2021) (individual) e de R\$ 235.902 (R\$ 1.135.112 em 31 de dezembro de 2021) (consolidado) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) naquela data, o passivo circulante da Companhia, desconsiderando os ativos e passivos mantidos para venda, excedeu o ativo circulante em R\$ 1.224.698 (R\$ 1.377.777 em 31 de dezembro de 2021) (consolidado), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos, debêntures e passivos de concessão de serviço público no montante de R\$ 2.818.199 (R\$ 2.657.060 em 31 de dezembro de 2021) (consolidado); e (iii) a Companhia possuía o saldo de passivo a descoberto no valor de R\$ 1.268.927 (R\$ 1.113.260 em 31 de dezembro de 2021) (individual) e R\$ 3.057.948 (R\$ 2.822.582 em 31 de dezembro de 2021) (consolidado) em 31 de dezembro de 2022. Esses eventos e condições juntamente com outros assuntos descritos e mencionados nas notas explicativas de nº 1, 13 e 14, indicam, em 31 de dezembro de 2022, a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 - "Impostos, taxas e contribuições" subitem (b), a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 868.828 (R\$ 787.619 em 31 de

dezembro de 2021) provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram reconhecidos com base em estudos elaborados pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança da controlada sobre o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para realização. A estimativa de lucros tributáveis futuros foi preparada com base no plano de negócios e orçamentos preparados e aprovados pela Administração da Companhia e controlada indireta.

Esse tema foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à subjetividade, ao julgamento envolvido e incertezas inerentes ao processo na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas, baseadas em estratégias, no cenário macroeconômico, no desempenho atual e passado e no crescimento esperado das operações.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios e premissas e sua consistência com dados históricos e informações disponíveis de mercado; (ii) avaliação da consistência matemática das projeções e razoabilidade dos principais componentes do estudo de lucro tributável futuro, com a participação dos nossos especialistas internos em avaliações econômico-financeiras e especialistas em imposto de renda e contribuição social; (iii) avaliação sobre suficiência de lucros tributáveis futuros em relação aos tributos diferidos reconhecidos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia e controladas na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Avaliação da classificação e do valor recuperável dos ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas e avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25, a Companhia possui ativos mantidos para venda, que compreendem as operações de negócio representadas pelas controladas Concessionária BR-040 S.A. - VIA040, Linha Amarela S.A. - LAMSA e, PEX S.A. - PEX, e operações descontinuadas, Concessionária BR-040 S.A. - VIA040 e PEX S.A. - PEX. O saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 183.575. Adicionalmente, a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU Airport, conforme descrito na nota explicativa nº 11 - "Intangível", possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 12.231.719.

Em 31 de dezembro de 2022, a situação financeira das Companhias indicava que os valores contábeis desses ativos poderiam exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável.

Esse tema foi considerado uma área crítica e, devido aos impactos da pandemia, um assunto ainda de maior risco em nossa abordagem de auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da Administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis
Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) avaliamos os critérios de classificação dos ativos mantidos para venda; (ii) efetuamos discussões com a Administração sobre as perspectivas para concretização das vendas dos ativos, bem como a inspeção de evidências que suportem a manutenção dos ativos classificados como "ativos mantidos para venda e operações descontinuadas"; (iii) avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (iv) revisamos a metodologia adotada

pelo Conselho de Administração, para posterior deliberação da Assembleia de Acionistas.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.

Aldo Luiz Mendes
Coordenador
Roberto Emilio Patriarca
Almir Alves
Wilman Sanchez

continuação

invepar INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. – INVEPAR – CNPJ Nº 03.758.318/0001-24

MOBILIDADE INTELIGENTE

LAMSA CLN BAHIA NORTE CRT GRU AIRPORT VIA RIO VLT CARIOCA VIA O&O

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Guarulhos, 23 de março de 2023
Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8
Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

mazars

www.invepar.com.br

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.
CNPJ nº 41.508.382/0001-46 - NIRE nº 33.3.0033749-1

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Rodovias do Brasil Holding S.A. ("Emissão", "Debentures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Rodovias do Brasil Holding S.A.", celebrado em 11 de maio de 2021, entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado em 17 de maio de 2021 ("Escritura de Emissão") para se reunirem em 1ª (primeira) convocação, no dia 13 de abril de 2023, às 11:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", com o link de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados, nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia:** (1) a autorização para a alteração do Anexo I da Escritura de Emissão, a fim de alterar a definição de Serviço das Dívidas, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Serviço das Dívidas = valores pagos a título de juros e principal das Debentures, incluindo eventual ajuste positivo ou negativo de swap de indexador relacionado à operação de swap nº SWP000EXQ8Q realizada em 14 de maio de 2021 decorrente do Contrato Global de Derivativos celebrado em 10 de maio de 2021 entre a Companhia e o Banco BTG Pactual S.A., e de quaisquer outras dívidas, empréstimos, financiamentos, debentures e demais títulos de dívida da Companhia dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD"; (2) a autorização para a alteração da Cláusula 6.3(ii) do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 11 de maio de 2021 entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a fim de alterar a definição de Prestação do Serviço da Dívida das Debentures, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Prestação do Serviço da Dívida das Debentures" significa, conforme aplicável de acordo com a respectiva data de apuração, até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, o valor estimado para as parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debentures e de pagamento dos Juros Remuneratórios nos próximos 12 (doze) meses, incluindo eventual ajuste positivo ou negativo de swap de indexador relacionado à operação de swap nº SWP000EXQ8Q decorrente do Contrato Global de Derivativos celebrado em 10 de maio de 2021 entre a Emissora e o Banco BTG Pactual S.A., calculados nos termos da Escritura de Emissão"; (3) a autorização para a alteração da Cláusula 6.3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, a fim de estabelecer a fonte da projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o cálculo do eventual ajuste positivo ou negativo de swap de indexador, de forma que referida cláusula passará a vigorar com a seguinte redação: "6.3.1. O cálculo dos montantes a serem mantidos na Conta Vinculada para fins do cálculo do Saldo Mínimo da Conta Vinculada dependerá do valor da Prestação do Serviço da Dívida das Debentures devida nos próximos 12 (doze) meses. O valor estimado para as parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debentures e de pagamento dos Juros Remuneratórios será estimado pelo Agente Fiduciário, considerando a Taxa Diária (conforme definido na Escritura de Emissão) disponível à época da apuração, e o ajuste positivo ou negativo de swap de indexador deverá ser calculado com base nas projeções mais recentes dos valores médios das expectativas de mercado para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), consolidadas e publicadas pelo Banco Central do Brasil, disponível em https://www3.bcb.gov.br/expectativas2/#/consultaSeriesEstatisticas, na maior periodicidade disponível para o período de cálculo."; (4) a autorização à Companhia para praticar, em conjunto com o Agente Fiduciário, todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com os itens (1), (2) e (3) acima, incluindo a celebração de aditamento à Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço eletrônico "andre.y@rbholding.com.br", com cópia para o Agente Fiduciário por meio do endereço eletrônico "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website "www.rbholding.com.br" e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), observado que a instrução de voto deverá ser enviada à Companhia e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos "andre.y@rbholding.com.br" e "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", com antecedência de até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debentures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomendar-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Validação a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá da Companhia, até 24 horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Microsoft Teams". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail "andre.y@rbholding.com.br", com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelo e-mail "andre.y@rbholding.com.br" e/ou pelo telefone (11) 99236 1827, ou com o Agente Fiduciário, por meio do e-mail "af.assembleias@oliveiratrust.com.br". A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o link de acesso à plataforma "Microsoft Teams" estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em até 30 (trinta) minutos antes do início da AGD, conforme artigo 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação o voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://webapp.oliveiratrust.com.br/home), da Companhia (www.rbholding.com.br) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 23 de março de 2023. Nome: André de Paula Yusiasu; Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.
CNPJ/MF nº 10.476.221/0001-94 - NIRE 33.3.0030540-8
AVISO AOS ACIONISTAS

Os documentos a que se referem o Art. 133 da Lei nº 6.404/76., relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022, acham-se à disposição dos acionistas da Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 10.476.221/0001-94, na sede da Companhia, localizada na Rua da Assembleia, nº 10, sala 3611, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20011-901. **Ivo Correia Pereira** - Diretor Presidente, **Rosilene Silva Cardoso Marques** - Diretora Financeira.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL
CNPJ/MF nº 33.127.002/0001-03 - NIRE 2130000173-5
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA Companhia DE NAVEGAÇÃO NORSUL REALIZADA EM 09/03/2023. 1. DATA, HORA E LOCAL: Com base no disposto no parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, regulamentado pelo Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 C/TN DREI 813, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Navegação Norsul ("Companhia") foi realizada de forma digital, por meio de plataforma eletrônica, no dia 09/03/2023, às 10:00 horas. **2. MESA:** Presidente o Sr. Luciano Puccini Medeiros, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e secretário o Sr. Pedro Mello Mares-Guia. **3. CONVOCAÇÃO:** Realizada por meio de publicação de edital de convocação nos dias 28 de fevereiro, 01 e 02/03/2023 no jornal de grande circulação "Diário Comercial". O acionista Sr. Hugo de Pedro Figueiredo foi devidamente convocado pela Companhia no dia 01/03/2023, para comparecimento a esta assembleia geral. **4. PRESENÇA:** Presentes os acionistas representando o quórum legal necessário para a instalação desta assembleia, mediante atuação remota e registro por meio de plataforma digital, nos termos da IN DREI 81. **5. ORDEM DO DIA:** Eleição dos membros do Conselho de Administração. **6. DELIBERAÇÕES. 6.1.** Incialmente, consignar os agradecimentos pelos acionistas e administradores da Companhia, aos relevantes serviços prestados pelo conselheiro Sr. André Luiz Bento de Mello e a sua valiosa contribuição para o desenvolvimento da Companhia e suas subsidiárias, que lamentam o seu falecimento. **6.2.** Aprovar, pela unanimidade dos votos presentes, a lavratura da ata em forma de sumário, na forma do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. **6.3.** Em função do falecimento do Sr. André Luiz Bento de Mello, nos termos do art. 141, §3º, da Lei nº 6.404/76, consignar o recebimento do pedido dos acionistas Hugo de Pedro Figueiredo e Suzana Adelina Jost Figueiredo, titulares, em conjunto, de ações representativas de mais de um décimo do capital social, para eleição de conselheiros através de voto múltiplo, na forma prevista no art. 141, §1º, da Lei nº 6.404/76. Informada pela mesa desta assembleia geral a quantidade mínima de votos necessários para eleição de membro, foram eleitos: (i) Sr. **Luciano Puccini Medeiros**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 85.658, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.124.397-14, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e domiciliado na Rua Lauro Muller nº. 116, salas 3902 e 3903, para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) Sra. **Domenica Eisenstein Noronha**, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade RG nº. 11131025-6, expedida pelo IFF e inscrita no CPF/MF 090.448.297-93, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e domiciliada na Rua Lauro Muller nº. 116, salas 3902 e 3903, para exercer o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; (iii) Sr. **Marcus Vinicius Botrel Berto**, brasileiro casado, contador, portador da carteira de identidade nº M4071.409 e passaporte nº YE087101, inscrito no CPF/MF sob o nº 771.691.056-53, residente e domiciliado na 780 Harbor Drive Key Biscayne, Florida, Estados Unidos da América, 33149; e (iv) Sr. **Hugo Pedro de Figueiredo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 021.182.480, expedida pelo IFF/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.603.597-87, residente e domiciliado na Rua Poeta Khalil Gibran, nº 299, para exercerem os cargos de membros do Conselho de Administração, cujo mandato será de 03 (três) anos, contados a partir da presente data. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termos de posse no livro próprio, em até 30 (trinta) dias a contar desta data, oportunidade em que farão ou ratificarão, conforme o caso, a declaração de desimpedimento prevista em lei. **7. EFEITOS:** Para todos os fins legais, esta assembleia digital é considerada como realizada na sede da Companhia, na forma da IN DREI 81. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente e o Secretário deram por encerrada a assembleia, mandando lavrar a presente ata, que foi lida e assinada pelo Presidente e Secretário da Mesa. O Secretário certifica ainda, para o atendimento da IN DREI 81, que foram atendidos todos os requisitos para a realização da presente ata, e consolida a lista dos presentes à assembleia conforme abaixo. **9. PRESENTES: Mesa:** Presidente - Luciano Puccini Medeiros; Secretário - Pedro Mello Mares-Guia. **Acionistas:** Lorentzen Empreendimentos S.A. (por procuração); Suzana Adelina Jost de Figueiredo (por procuração); e Hugo Pedro de Figueiredo (por procuração). Rio de Janeiro, 09/03/2023. Luciano Puccini Medeiros - Presidente, Pedro Mello Mares-Guia - Secretário. Jucerja em 24/03/2023 sob o nº 00005388060. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

ANGRA DOS REIS

Mais 500 famílias são beneficiadas com o Cartão Recomeçar

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, entregou na sexta-feira (24), o Cartão Recomeçar a 500 famílias vítimas de temporais em Angra dos Reis, na Região da Costa Verde, no Sul Fluminense. Cada beneficiário receberá a quantia de R\$ 3 mil.

O objetivo é ajudar os moradores a adquirir material de construção, móveis e eletrodomésticos para retomar suas vidas. A entrega simbólica foi realizada no Estádio Municipal Jair Carneiro Toscano de Brito.

Mais de 22 mil beneficiários do Programa Recomeçar já receberam o cartão desde maio passado em todo o Estado. O valor total de investimento, até o momento, é de R\$ 67,8 milhões. Apenas em Angra, ao todo, foram entregues 2.265 cartões.

"Essa entrega é muito importante para quem perdeu tudo. Ajuda vítimas a recomeçarem a vida de forma digna, o que me deixa muito feliz. Além disso, aquece o comércio local", comemorou o governador.

Adilza Ventura Ribeiro, 26 anos, aprovou a iniciativa. Vítima dos alagamentos causados pelas fortes chuvas, a dona de casa pretende agora repor boa parte do que perdeu.

"Ser contemplada me deixou muito feliz porque vai ajudar a mim e a outras pessoas que passaram pelos mesmos problemas. Vamos poder comprar as nossas coisas. Só tenho a agradecer, disse Adilza.

CEDAE GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ 33.352.394/0001-04
JUCERJ/NIRE 33.3.000.8797-4
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Por meio desta convocação, os Senhores Acionistas da COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE estão convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na Sede Social da Companhia, situada na Avenida Presidente Vargas, 2.655, Cidade Nova - Rio de Janeiro, no dia 18 de abril de 2023, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária:
I. Eleição de Membros do Conselho de Administração da CEDAE.
Encontra-se à disposição dos Acionistas, na sede social e no endereço eletrônico da Companhia, a Proposta da Administração referente à matéria objeto da Ordem do Dia.
Os acionistas deverão exibir documento de identidade para comprovar a qualidade de acionista e participar da referida Assembleia Geral Extraordinária. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo, neste caso, ser apresentado também instrumento de procuração com os poderes específicos para o ato.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.
Sérgio Cabral de Sá
Presidente do Conselho de Administração

Empresa de Transportes Limousine Carioca S/A
CNPJ/MF 29.330.594/0001-80
Convocação: Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 27/04/2023, às 11hs., na Av. Governador Leonel de Moura Brizola, 540, Duque de Caxias, RJ., a fim de deliberarem sobre a seguintes Ordens do Dia: 1.Aprovação do Balanço Patrimonial exercício findo em 2022; 2. Destinação do Resultado do exercício; 3. Fixação da honorários da Diretoria para o exercício de 2023; e 4.Assuntos Gerais. Duque de Caxias, 27/03/2023. A Diretoria.

EMPRESA AUTO VIAÇÃO JUREMA S/A
CNPJ (MF) nº 29.336.674/0001-43
Convocação: Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 27/04/2023, às 10hs., na Av. Governador Leonel de Moura Brizola, 559, Duque de Caxias, RJ., a fim de deliberarem sobre a seguintes Ordens do Dia: 1. Aprovação do Balanço Patrimonial exercício findo em 2022; 2. Destinação do Resultado do exercício; 3. Fixação da honorários da Diretoria para o exercício de 2023; e 4. Assuntos Gerais. Duque de Caxias, 27/03/2023. A Diretoria.

GYPOLITE DO BRASIL S/A
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GESSO
CNPJ: 33.965.146/0001-20
Aviso aos Acionistas
Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31.12.2022. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa. Duque de Caxias, 22/03/2023. **A Diretoria.**



Banco Genial S.A. e suas Controladas

(Anteriormente denominado Plural S.A. Banco Múltiplo)
Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000 | Rua Surubim, 373, 1º andar Vila Olímpia SP Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancoplural.com
CNPJ nº 45.246.410/0001-55

Relatório da Administração - Banco Genial S.A.

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Genial S.A. ("Banco") de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as normas do Banco Central do Brasil - "Bacen", relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O Banco Genial é um Banco Múltiplo com foco em operações estruturadas de financiamento, assessoria financeira e asset management, além de contar com forte atuação no mercado de distress asset e real state, possuindo capacidade ímpar de distribuir produtos de todas as suas áreas de atuação no atacado e no varejo. As Sociedades do Conglomerado atuam integradamente no mercado financeiro, buscando sinergias e complementaridade dos negócios. O Conglomerado conta, operacionalmente, com as Corretoras Genial Investimentos e Genial Institucional, as Gestoras Plural Investimentos, Plural Gestão de Recursos e Occam Brasil Gestão de Recursos, além da Genial Seguros. Em atendimento a Resolução CMN 4.966/21, alterada pela Resolução 5.019/22, estão sendo elaboradas e divulgadas demonstrações contábeis individuais do Banco por ocasião dos encerramentos semestrais e anuais de acordo com práticas emanadas do Cosif, ficando facultada a apresentação das demonstrações consolidadas em IFRS em função do encerramento de cada exercício social. Ao final do exercício, os ativos do "Banco" totalizavam R\$2,2 bilhões, o patrimônio líquido montava R\$191,7 milhões, o índice de baseleia 13,57% e o resultado foi de lucro de R\$78 milhões (R\$63,5 milhões em 2021). A retrospectiva 2022 do mercado financeiro pode ser contada através dos fatos ocorridos ao longo do ano. Um dos principais eventos foi a inflação persistente nos mercados nacional e global. Nos EUA, a inflação atingiu patamar recorde em 40 anos. Europa e Brasil também sofreram efeitos semelhantes. O fator que mais contribuiu para aceleração da inflação no contexto global foi a escalada de preços das commodities, devido entre outras coisas, a guerra entre Rússia e Ucrânia, impactando as economias com aumento de preço do petróleo e do gás natural. No Brasil, entretanto, tivemos 3 períodos consecutivos de deflação entre julho e setembro, com a intervenção do governo reduzindo impostos sobre os combustíveis. A taxa de juros básica da economia brasileira passou de 9,25% no início do ano para 13,75% no encerramento do exercício, o que eleva o custo do crédito e desestimula o investimento. A performance da Bolsa de Valores no exercício foi marcada pela volatilidade, onde os investidores demonstraram preocupações em relação a inflação, eleições e recessão dos mercados globais. Além disso, os temores sobre eventual risco fiscal no

ambiente doméstico acabaram por impactar seu resultado. Com base nisso, os investimentos menos arriscados foram as opções mais procuradas pelos investidores. Apesar do cenário de investidores com apetite reduzido para ativos de risco, em um ano de eleições no Brasil, nossas Corretoras figuraram, permanentemente, entre as maiores Corretoras no ranking da B3 ao longo do exercício, sempre ocupando as primeiras colocações, mantendo seu patamar sustentável na geração de receitas. O faturamento das nossas Corretoras alcançou R\$271,3 milhões (R\$288,2 milhões em 2021). Em 2022, alcançamos a marca de 1 milhão de clientes, fomos líderes em privatizações, contribuímos com os brasileiros através de uma das melhores pesquisas eleitorais, lançamos versões cada vez mais tecnológicas e completas do nosso App, desenvolvemos novos produtos e aprimoramos ainda mais nossa governança. A transformação digital e a utilização de ferramentas diferenciadas são destaques importantes para alcançar a satisfação de nossos clientes e nesse ponto a Genial vem buscando cada vez mais o pioneirismo e a oferta de produtos inovadores. Nesse exercício, tivemos a oportunidade de oferecer ao mercado uma visita ao nosso escritório que replica a realidade num espaço virtual e coletivo, instalado no metaverso, propiciando aos nossos clientes a experiência de viver o futuro. Os investimentos em tecnologia, mão de obra qualificada e a inovação em diversos segmentos no mercado financeiro permitiram ao Banco oferecer uma plataforma de serviços financeiros completa com agilidade, contando com áreas de investment banking, corporate banking, assessoria financeira, gestão de recursos, seguros, entre outras. Através da conta digital, o cliente tem acesso a uma ampla prateleira de investimentos, Pix, TEDs, pagamentos, cartão de crédito, câmbio, acessos a home broker e demais produtos de renda fixa e variável. Os investimentos pontuais em marketing para difusão da nossa marca, inovação com tecnologia de ponta e mão de obra especializada conjugados com a retração do mercado em função de cenários econômicos, interferiram no resultado do exercício. Nosso propósito é oferecer aos nossos clientes a melhor experiência do mercado na condução dos seus investimentos, estar presente de forma relevante nas mídias sociais, ser uma marca reconhecida por um serviço de alto padrão, atrair e reter os melhores talentos do mercado, além de atingir crescimento exponencial na captação de recursos e de clientes. A todos, obrigado pelo apoio e confiança que contribuíram para as nossas realizações. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	
Circulante		1.633.680	998.679	
Disponibilidades	4	20.965	67.728	
Aplicações interfinanceiras de liquidez		155.459	172.859	
Aplicações no mercado aberto	5	130.066	163.996	
Aplicações em moeda estrangeira	5	25.393	8.863	
Instrumentos financeiros		1.457.256	758.092	
Títulos e valores mobiliários	6	1.048.824	580.939	
Carteira própria		287.079	353.431	
Vinculados a compromisso de recompra		748.692	148.662	
Vinculados à prestação de garantias		13.053	78.846	
Instrumentos financeiros derivativos	7	9.924	12.903	
Operações de crédito	8	111.427	27.553	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.d	(467)	(17)	
Relações interfinanceiras		215.668	88.712	
Outros créditos		66.592	43.523	
Carteira de câmbio	9	8.891	5.803	
Rendas e serviços a receber	10	31.180	13.838	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	10	(6.540)	(4.544)	
Negociação e intermediação de valores	11	3.982	1.014	
Títulos e créditos a receber	12	7.722	2.058	
Diversos	13	21.357	25.354	
Outros ativos		5.288	4.479	
Bens de não uso próprio		5.600	5.600	
Provisão para redução ao valor recuperável de outros ativos		(950)	(1.439)	
Despesas antecipadas	14	638	318	
Realizável a longo prazo		301.331	697.982	
Instrumentos financeiros		301.331	697.982	
Títulos e valores mobiliários	6	207.748	672.496	
Vinculados a compromisso de recompra		-	594.467	
Vinculados à prestação de garantias		207.748	78.029	
Operações de crédito	8	48.159	25.898	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.d	(688)	(442)	
Outros créditos		46.098	30	
Créditos tributários	22	40.900	-	
Diversos	13	5.198	30	
Outros ativos		14	-	
Despesas antecipadas	14	14	-	
Permanente		298.363	322.978	
Investimentos	15	280.688	305.198	
Participações societárias em controladas		280.688	305.198	
Imobilizado de uso	16	13.834	13.623	
Imobilizado de uso		3.703	2.684	
Outras imobilizações de uso		13.397	11.578	
Depreciações acumuladas		(3.266)	(639)	
Intangível	17	3.841	4.157	
Outros ativos intangíveis		3.841	3.841	
Ágio		63.014	63.014	
Amortizações acumuladas - ágio		(63.014)	(62.698)	
Total do ativo		2.233.374	2.019.639	
Passivo		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		1.671.558	1.636.378	
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.484.932	1.503.467	
Captações no mercado aberto	18	747.028	741.510	
Recursos de aceites e emissão de títulos	18	40.748	9.601	
Depósitos	18	688.583	739.610	
Instrumentos financeiros derivativos	7	8.573	12.746	
Relações interfinanceiras		25.455	49.159	
Pagamentos e compensações a liquidar		25.455	49.159	
Outras obrigações		160.982	83.506	
Carteira de câmbio	9	8.883	5.807	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		597	498	
Negociações e intermediação de valores	11	2.396	-	
Sociais e estatutárias	19	-	7.923	
Fiscais e previdenciárias	20	108.234	9.064	
Fiscais diferidas	22	25.644	45.736	
Diversas	21	15.228	14.478	
Provisões		189	246	
Provisão para passivos contingentes	23	189	246	
Exigível a longo prazo		370.073	184.443	
Depósitos e demais instrumentos financeiros		369.474	183.477	
Depósitos	18	369.474	183.477	
Outras obrigações		599	966	
Fiscais e previdenciárias	20	-	79	
Diversas	21	599	887	
Patrimônio líquido	24	191.743	198.818	
Capital social		144.795	144.795	
Reserva de lucros		16.120	8.279	
Outros resultados abrangentes		30.828	45.744	
Total do passivo e patrimônio líquido		2.233.374	2.019.639	

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022

Demonstrações dos resultados exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022				
(Em Milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		131.829	219.595	154.257
Rendas de aplicações financeiras de liquidez	5	3.116	12.814	36.541
Resultado de títulos e valores mobiliários	6	70.469	120.950	33.145
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	7	13.316	16.419	4.787
Operações de crédito	8	16.801	23.793	34.475
Operações de câmbio	9	28.127	45.619	45.309
Despesas da intermediação financeira		(78.782)	(147.696)	(86.409)
Operações de captação no mercado	18	(78.158)	(146.919)	(91.363)
Operações de empréstimos e repasses		-	(64)	(17)
(-) Reversão/provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(624)	(713)	4.971
Resultado bruto da intermediação financeira		53.047	71.899	67.848
Outras receitas (despesas) operacionais		(33.644)	(77.208)	(24.506)
Receitas de prestação de serviços	10 e 25	74.474	122.321	87.395
Despesas de pessoal	26.a	(29.375)	(55.587)	(44.292)
Despesas administrativas	26.b	(79.414)	(131.125)	(37.939)
Despesas tributárias		(9.903)	(15.671)	(12.188)
Depreciação e amortização	16 e 17	(1.446)	(2.945)	(994)
Outras receitas operacionais	27	19.586	19.444	2.437
Outras despesas operacionais	27	(6.216)	(11.666)	(17.286)
(-) Reversão/provisão para perdas esperadas associadas a outros créditos/ativos		(1.350)	(1.979)	(1.639)
Resultado de participação societária em controladas		8.569	(24.510)	40.883
Despesas de provisões		(46)	(58)	(108)
Provisões para passivos contingentes		(46)	(58)	(108)
Resultado operacional		27.926	(29.877)	84.117
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		27.926	(29.877)	84.117
Tributos sobre o lucro		(5.669)	42.127	(12.324)
Provisão para imposto de renda	22	250	250	(6.301)
Provisão para contribuição social	22	278	278	(5.944)
Ativo fiscal diferido	22	(6.197)	41.599	(79)
Participação estatutária no resultado		(1.704)	(4.409)	(8.327)
Resultado líquido do semestre/exercício		20.553	7.841	63.466
Quantidade de ações no final do semestre/exercício		2.368.287	2.368.287	2.368.287
Resultado líquido do semestre/exercício por ação - R\$		8,68	3,31	26,80

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022 (Em Milhares de Reais)

Demonstrações dos resultados abrangentes exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022 (Em Milhares de Reais)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Lucro líquido do semestre/exercício		20.553	7.841	63.466
Varição de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda		1.020	(34.394)	91.488
IR/CSLL diferidos sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		(1.034)	19.478	(45.744)
Lucro líquido abrangente do semestre/exercício		20.539	(7.075)	109.210

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	144.786	-	229	-	(55.187)	89.828
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	63.466	63.466
Aumento de capital	9	-	-	-	-	9
Reserva legal	-	-	-	414	(414)	-
Reserva estatutária	-	-	-	7.865	(7.865)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	45.515	-	-	45.515
Saldos em 31 de dezembro de 2021	144.795	-	45.744	8.279	-	198.818
Mutações do exercício	9	-	45.744	8.279	55.187	108.990
Saldos em 1º de julho de 2022	144.795	-	30.842	-	(4.433)	171.204
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	20.553	20.553
Reserva legal	-	-	-	1.028	(1.028)	-
Reserva estatutária	-	-	-	15.092	(15.092)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(14)	-	-	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	144.795	-	30.828	16.120	-	191.743
Mutações do semestre	-	-	(14)	16.120	4.433	20.539
Saldos em 1º de janeiro de 2022	144.795	-	45.744	8.279	-	198.818
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.841	7.841
Reserva legal	-	-	-	392	(392)	-
Reserva estatutária	-	-	-	7.449	(7.449)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(14.916)	-	-	(14.916)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	144.795	-	30.828	16.120	-	191.743
Mutações do exercício	-	-	(14.916)	7.841	-	(7.075)

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2021 (Em Milhares de Reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2021 (Em Milhares de Reais)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		20.553	7.841	63.466
Lucro do semestre/exercício		20.553	7.841	63.466
Ajustes do lucro do semestre/exercício:		6.197	(41.599)	79
Constituição de créditos tributários		(528)	(528)	12.245
Imposto de renda e contribuição social		(1.001)	1.704	8.327
Reversão da provisão para participações dos empregados		(8.569)	24.510	(40.883)
Resultado de participações societárias		624	713	(4.971)
Reversão/provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		1.350	1.979	1.639
Provisão para perdas esperadas associadas a outros créditos/ativos		46	58	108
Constituição de provisões para contingências		1.446	2.945	994
Depreciação e amortização		20.118	(2.377)	41.004
Varição de ativos e passivos:		(235.530)	(121.226)	(89.871)
(Aumento) em instrumentos financeiros - ativo		(129.467)	(157.296)	1.058
(Aumento)/redução em outros créditos e outros ativos		373.060	167.462	(432.149)
Aumento/(redução) em depósito e demais instrumentos financeiros		94.329	62.393	74.824
Aumento				



Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000 | Rua Surubim, 373, 1º andar Vila Olímpia SP Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancogenial.com.br CNPJ nº 45.246.410/0001-55

Banco Genial S.A. e suas Controladas

(Anteriormente denominado Plural S.A. Banco Múltiplo)
www.bancogenial.com.br CNPJ nº 45.246.410/0001-55

Conforme a Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, alterou a lei 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001. A majoração afetou a Contribuição Social corrente de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 elevando-a de 20% para 25%. A Medida Provisória nº 1.115/2022 de 30/08/2022, alterou a lei 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001. A majoração afetou a Contribuição Social corrente de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022 elevando-a de 20% para 21%. Os créditos tributários e os passivos diferidos, apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias", são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo. Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros conforme previsto na regulamentação vigente (Resolução Bacen 4.842, de 30.07.2022). Os impostos são calculados às alíquotas a seguir discriminadas:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda Adicional de Impostos de Renda	15%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de janeiro de 2019 até 29 de fevereiro de 2020	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de 01 de março de 2020 até 30 de junho de 2021 e após 31 de dezembro de 2021	15%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021	20%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de 01 de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022	25%
PIS/PASEP	21%
COFINS	0,65%
ISS	4%
	5%

(o) O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço. (p) Resultado recorrente e não recorrente: Considera-se resultado recorrente: I. o resultado oriundo das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco. Considera-se resultado não recorrente: o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e III. não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. (q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN: Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. (r) As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (s) Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados: • Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes). • Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que não originam ajustes). (t) Novas normas aprovadas em 2021 de aplicação futura. **Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros:** Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil. Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual do Banco, além da revisão das atividades impactadas, identificação das diferenças entre o modelo utilizado atualmente e os novos requisitos trazidos pela norma, desenvolvimento do novo modelo a ser praticado, ambiente de testes e plano de implementação para ambiente de produção.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidade		
Depósitos bancários	19.213	66.733
Depósitos em moeda estrangeira	1.752	995
Total	20.965	67.728
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações no mercado aberto (NE nº 5)	130.066	163.996
Aplicações em moeda estrangeira (NE nº5)	25.393	8.863
Total	155.459	172.859
Total	176.424	240.587

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a operações compromissadas lastreadas em títulos públicos. As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras em outras instituições, a uma taxa de 100% do CDI em aplicações pós-fixadas, com vencimentos variados, sendo o mais distante em 1º de setembro de 2027 (1º de setembro de 2027 para o exercício de 2021), entretanto, as operações compromissadas são liquidadas conforme vencimento da operação em 2 de janeiro de 2023 (3 de janeiro de 2022 para o exercício de 2021) e não do papel. **Aplicações no mercado aberto**

	31/12/2022	31/12/2021
Por posição/título		
Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	130.066	13.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	149.997
Aplicação no mercado aberto	130.066	163.996
Aplicações em moeda estrangeira	25.393	8.863
Total	155.459	172.859

O resultado com as aplicações interfinanceiras de liquidez atribuídos às operações do Banco em títulos públicos e moedas estrangeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de lucro R\$ 12.814 (R\$ 36.541 em 31 de dezembro de 2021). **6. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria do Banco estão apresentados por tipo de papel e prazo de vencimento contratual da carteira: **a. Títulos disponíveis para venda**

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria		
Títulos de renda variável		
Ações de companhias fechadas	203	95
Total	203	95
Cotas de fundos de investimentos		
Porto - Fundo de Investimento em Participações	8.013	65.112
Multiestratégia (*)	8.013	65.112
Total	16.026	130.224

(*) Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os investimentos do Porto - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia estão avaliados conforme abaixo: **Portfólio** Método de avaliação avaliação

	31/12/2022	31/12/2021
2TM Holding Company LTD (I) Transação recente e múltiplos comparáveis NM GAP II Participações S.A. Custo		
(1) O Porto - FIP Multiestratégia é titular de participação equivalente a aproximadamente 1,17% do capital social da Companhia (em uma base totalmente diluída), que por sua vez é controladora da 2TM Participações S.A., empresa controladora do Mercado Bitcoin, investimento realizado no primeiro trimestre de 2021. A Mercado Bitcoin é a maior plataforma de ativos digitais da América Latina, com mais de 3 milhões de clientes e mais de R\$ 30 bilhões negociados. b. Títulos para negociação		
Carteira própria (livres)		
Títulos de renda fixa		
Letras Financeiras do Tesouro	76.612	76.656
Letras do Tesouro Nacional	1.745	1.733
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	1.912	1.757
Certificado de recebíveis imobiliário - CRI	30.065	30.129
Total	80.034	80.275
Cotas de fundos de investimentos		
Brasil Plural Especial		
Situations FIM CP	-	-
FIP ABL Shopping	-	-
FII Green Towers	1.700	1.254
JFL Living FII	14.010	9.208
Plural Logística FII	474	371
Sugo FIM CP IE	85.000	84.840
Leste LLF FIDC	2.524	3.571
Total	88.178	90.044
Títulos de renda variável		
Ações de companhias abertas	26.851	12.353
Total	26.851	12.353
Vinculados a compromisso de recompra		
Títulos de renda fixa		
Letras Financeiras do Tesouro	687.970	688.459
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	60.754	60.233
Total	748.724	748.692
Vinculados à prestação de garantias		
Títulos de renda fixa		
Letras Financeiras do Tesouro	207.550	207.748
Total	207.550	207.748
Cotas de fundos de investimentos(*)		
	15.068	13.053

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de Investimento		
Liquidez da Camara - B3 Multimercado	15.068	13.053
Investimento no Exterior	1.212.235	1.191.365
Total	1.227.303	1.204.418

7. Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração na data do início da operação, levando em consideração se a finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. São classificados de acordo com os critérios definidos pelo Banco Central na Circular nº 3.082/2002. Os critérios utilizados para apuração do valor de mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos são: • Futuros: valor do ajuste diário das operações; e • Swaps e Termo: estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros. A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, e técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são avaliados periodicamente pela área de Fisco e área de Crédito, e por tipos de instrumento e concentração de contraparte.

a. Por valor de custo e mercado

	31/12/2022	31/12/2021
SWAP		
Posição ativa	(2)	412
Posição passiva	-	-
Non-Deliverable Forward - NDF		
Posição comprada - ativa	(1.391)	9.512
Posição vendida - passiva	(871)	8.573
Ativo	(1.393)	9.924
Passivo	(871)	8.573

b. Registrados em contas de compensação e patrimoniais: Os valores de notional das operações com instrumentos financeiros são registrados em contas de compensação e os ajustes/prêmios em contas patrimoniais. As pontas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de Swap e Non-Deliverable Forward (NDF) no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
SWAP		
IPC+ 14%a.a	-	4.999
DI x VCP	-	-
Non-Deliverable Forward		
Posição ativa	643.972	1.963
Posição passiva	577.657	-

c. Valor notional por contraparte

	31/12/2022	31/12/2021
SWAP		
Posição ativa	-	4.999
Posição passiva	-	-
Non-Deliverable Forward		
Posição ativa	547.858	3.355
Posição passiva	26.088	-

As operações envolvendo todos instrumentos financeiros derivativos estão registradas na CETIP S.A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 os compromissos assumidos decorrentes dessas operações estão indexados a CDI, moeda, ações e taxa pré-fixada. Os resultados com derivativos alcançados nos exercícios foram:

	31/12/2022	31/12/2021
Semestre findo em 31/12/2022		
Swaps	412	416
Non-Deliverable Forward	96.012	97.532
Termos	-	-
Futuros	(83.108)	(81.529)
Opções	-	-
Total	13.316	16.419

A garantia depositada na B3 S.A. em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 50.615 (R\$ 22.463 em 31 de dezembro de 2021). **8. Operações de crédito:** As operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do CMN. Essa classificação leva em consideração entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. A provisão para perdas em operações de crédito é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução.

a. Por modalidade de crédito e setor de atividade

	31/12/2022	31/12/2021
Modalidade		
Empréstimos - CCB	0%	0%
Empréstimos - CCB	0%	0%
Empréstimos - CCB	0,5%	0,5%
Empréstimos - CCB	0,5%	0,5%
Empréstimos - CCB	1%	1%
Empréstimos - CCB	1%	1%
Empréstimos - CCB	3%	3%
Empréstimos - CCB	3%	3%
Empréstimos - CCB	10%	10%
Empréstimos - CCB	10%	10%
Empréstimos - CCB	30%	30%
Empréstimos - CCB	50%	50%
Empréstimos - CCB	70%	70%
Empréstimos - CCB	100%	100%
Total	4.706	154.880

	31/12/2022	31/12/2021
Modalidade		
Empréstimos - CCB	0%	0%
Empréstimos - CCB	0%	0%
Empréstimos - CCB	0,5%	0,5%
Empréstimos - CCB	0,5%	0,5%
Empréstimos - CCB	1%	1%
Empréstimos - CCB	1%	1%
Empréstimos - CCB	3%	3%
Empréstimos - CCB	3%	3%
Empréstimos - CCB	10%	10%
Empréstimos - CCB	10%	10%
Empréstimos - CCB	30%	30%
Empréstimos - CCB	50%	50%
Empréstimos - CCB	70%	70%
Empréstimos - CCB	100%	100%
Total	53.451	53.451

O resultado com crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de lucro R\$ 23.793 (lucro de R\$ 34.475 em 31 de dezembro de 2021).

b. Por vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos - CCB		
A Vencer		
Vencidas	4.706	65.441
Até 180 dias	65.441	41.280
De 181 a 360 dias	41.280	18.159
Após 360 dias	18.159	5.992
Total	130.224	159.586

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram renegociadas e/ou renovadas 26 operações de crédito (18 operações de crédito no exercício findo em 31 de dezembro 2021), no montante de R\$ 40.316 (R\$ 49.134 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). **d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas a operações de crédito**

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(459)	(5.430)
Constituição de provisão	(2.169)	(8.182)
Reversão de provisão	1.473	13.153
Saldo final	(1.155)	(459)
Circulante	(467)	(17)
Não circulante	(688)	(442)
Efeito no resultado	(696)	4.971
Baixa para prejuízo	-	(7.556)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi registrado baixa de crédito (no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi registrado um crédito baixado como prejuízo no montante de R\$ 7.556).

9. Carteira de câmbio

	31/12/2022	31/12/2021
Câmbio comprado/vendido a liquidar		
Direitos sobre vendas/obrigações para compras de câmbio	5.310	3.556
Total	5.310	3.556

	31/12/2022	31/12/2021
Câmbio comprado/vendido a liquidar		
Direitos sobre vendas/obrigações para compras de câmbio	2.697	3.124
(-) Adiantamento em moeda nacional recebida	(129)	-
Total	5.803	5.807

As receitas auferidas envolvendo a carteira de câmbio em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 45.619 (R\$ 45.309 em 31 de dezembro de 2021).

10. Rendas e serviços a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Assessoria técnica		
Taxa de Administração	18.194	4.545
Comissões	8.173	6.934
Custódia	246	246
Outros (*)	1.881	1.393
Total	29.594	13.921

(*) O montante de R\$ 1.319 referente aos contratos de rebates apresentados em 31 de dezembro de 2021 na rubrica "Outros créditos - Diversos" foram reclassificados para a linha de Outros dentro desta rubrica para melhor apresentação. As receitas auferidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com prestação de serviços, conforme a Nota Explicativa nº 25, totalizaram R\$ 122.321 (R\$ 87.395 em 31 de dezembro de 2021). A movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(4.544)	(3.144)
Constituição de provisão	(2.482)	(1.952)
Reversão de provisão	486	552
Saldo final	(6.540)	(4.544)

11. Negociação e intermediação de valores

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa de registro e liquidação		
Operações em bolsa	3.982	



Banco Genial S.A. e suas Controladas

(Anteriormente denominado Plural S.A. Banco Múltiplo)
Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000 | Rua Surubim, 373, 1º andar Vila Olímpia SP Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancogenial.com.br
CNPJ nº 45.246.410/0001-55

	31/12/2022				31/12/2021			
	Pessoas jurídicas	Pessoas físicas	Pessoas ligadas	Total	Pessoas jurídicas	Pessoas físicas	Pessoas ligadas	Total
Segregação por segmento								
Depósito à vista	281.790	260.157	26.695	568.642	362.846	255.441	30.536	648.823
Depósito à prazo	411.323	11.585	66.507	489.415	70.007	12.485	191.772	274.264
Letra de crédito imobiliário	40.748	-	-	40.748	-	-	9.601	9.601
Captações no mercado aberto	671.083	-	75.945	747.028	741.510	-	-	741.510
Total	1.404.944	271.742	169.147	1.845.833	1.174.363	267.926	231.909	1.674.198

	Semestre findo em			Despesas com processamento de dados	Semestre findo em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Despesas depósitos interfinanceiros	(230)	(230)	(1.755)	(35.001)	(55.679)	(13.144)	
Despesas depósitos à prazo	(35.659)	(72.952)	(20.007)	(6.636)	(9.243)	(4.534)	
Recursos de Letra de Crédito Imobiliário	(1.301)	(1.688)	(37.274)	(12)	(24)	(22)	
Despesas de contribuição com FGC	(627)	(1.300)	(1.874)	(90)	(165)	(27)	
Despesas captações no mercado aberto	(40.341)	(70.749)	(30.453)	(229)	(662)	(508)	
Total	(78.158)	(146.919)	(91.363)	(993)	(1.711)	(1.009)	

19. Sociais e estatutárias
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve acordo para pagamento de participação nos lucros para os funcionários (R\$ 7.923 em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impostos de renda retido na fonte de fundos	95.890	475	95.890	475
Impostos e contribuições sobre salários	1.959	1.795	1.959	1.795
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	532	400	532	400
Impostos e contribuições sobre o lucro	140	652	140	652
Pis e Cofins	975	811	975	811
Imposto de renda retido na fonte	7.797	4.340	7.797	4.340
Outros	941	670	941	670
Total	108.234	9.143	108.234	9.143

	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações por aquisições de bens e direitos	365	598	365	598
Provisões para despesa de pessoal	4.130	3.645	4.130	3.645
Outros fornecedores a pagar	8.498	4.690	8.498	4.690
Provisões para pagamentos	235	194	235	194
Débitos com ligadas	87	5.358	87	5.358
Outros	2.512	880	2.512	880
Total	15.827	15.365	15.827	15.365

22. Imposto de renda e contribuição social
Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal.

	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da Tributação e Participações	(29.877)	84.117	(29.877)	84.117
Participações estatutárias sobre o lucro	(4.409)	(8.327)	(4.409)	(8.327)
Lucro antes dos impostos	(34.286)	75.790	(34.286)	75.790

	31/12/2022		31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquota vigente	(17.486)	37.895	(17.486)	37.895
Corrente – Alíquota Vigente	(17.486)	37.895	(17.486)	37.895
Ajustes Permanentes	24.806	(41.094)	24.806	(41.094)
Resultado de Equivalência Patrimonial de Controladas	24.510	(40.883)	24.510	(40.883)
Outras	295	(211)	295	(211)
Ajustes Temporários	11.122	3.216	11.122	3.216
Ajustes temporários sobre produtos	11.122	(1.907)	11.122	(1.907)
Outras	3	5.079	3	5.079
Contingências e Tributos suspensos	(57)	44	(57)	44
Lucro/Prejuízo Antes das Compensações	1.641	37.912	1.641	37.912
Compensação	(492)	(11.373)	(492)	(11.373)
Lucro Real do Exercício	1.149	26.539	1.149	26.539
Incentivos Fiscais	-	309	-	309
PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	-	159	-	159
Operações de Caráter Cultural e Artístico	-	100	-	100
Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	-	25	-	25
Doações e Patrocínios ao Desporto	-	25	-	25
Despesa efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	42.127	(12.324)	42.127	(12.324)
Corrente	(497)	(12.245)	(497)	(12.245)
Exercícios anteriores	1.025	-	1.025	-
Diferido	41.599	(79)	41.599	(79)

Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos. O Banco Genial constituiu no 1º semestre de 2022 créditos tributários passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente. Os ativos e passivos fiscais estão integralmente registrados.

	Com pen-são		Rever-Consti-tuição		31/12/2022
	31/12/2021	sação	sação	31/12/2022	
Ativo fiscal constituído	-	-	(37.743)	78.643	40.900
Prejuízos fiscais	-	-	(10.643)	25.397	14.754
Base negativa de contribuição social	-	-	(8.963)	20.734	11.771
Ajuste Temporários	-	-	(3.378)	6.841	3.462
Diferenças temporárias – MTM	-	-	(14.759)	25.671	10.913
Passivo fiscal constituído	45.736	-	(27.118)	7.026	25.644
Diferenças temporárias – MTM	79	-	(3.868)	3.168	(621)
Ativos disponíveis para Venda	45.657	-	(23.250)	3.858	26.265

Com base nas projeções de rentabilidade devidamente aprovadas pelos órgãos da administração, estima-se que os créditos tributários, oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados como segue:

Exer-cício	Saldo Prejuízo Fiscal /		Ativo IRPJ	Ativo CSLL	Valor Presente	Valor Presente (SELIC)
	Base Negativa	Ativo				
2023	4.158	1.040	832	1.872	1.668	12,25%
2024	5.908	1.477	1.182	2.659	2.228	9,25%
2025	6.086	1.522	1.217	2.739	2.174	8,00%
2026	6.270	1.568	1.254	2.822	2.074	8,00%
2027	6.459	1.615	1.292	2.907	2.025	7,50%
2028	6.654	1.664	1.331	2.995	1.941	7,50%
2029	6.855	1.714	1.371	3.085	1.859	7,50%
2030	7.061	1.765	1.412	3.177	1.781	7,50%
2031	9.565	2.389	1.880	4.269	2.227	7,50%
TOTAL	59.016	14.754	11.771	26.525	17.977	

23. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações. Para as contingências classificadas como "prováveis", são constituídos provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica "Provisões para riscos fiscais" e "Provisões para passivos contingentes".

	Fiscais				Trabalhistas				Cíveis				Outros			
	Garan-tia	Provi-são	Garan-tia	Provi-são	Garan-tia	Provi-são	Garan-tia	Provi-são	Garan-tia	Provi-são	Garan-tia	Provi-são	Garan-tia	Provi-são	Garan-tia	Provi-são
Em 31 de Dezembro/2021	-	131	30	106	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Constituições	-	-	-	115	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	(267)	-	(117)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualizações	-	317	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Realizações / Pagamentos	-	-	(10)	(105)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro/2022	-	181	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8

Abaixo segue demonstrado os tipos de processos com probabilidade "possível":

	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Em 31 de Dezembro/2021	9.331	491	491	425	425	425
Em 31 de Dezembro/2022	10.164	612	612	850	850	850

24. Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 144.795 representado por 2.368.287 ações. Aos acionistas é assegurado pelo Estatuto Social um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor. Não houve distribuição de dividendos até 31 de dezembro de 2022.

	Semestre findo em		
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Comissão de colocação de títulos	44	143	86
Administração de fundos de investimentos	32.871	62.456	47.573
Assessoria técnica (*)	17.056	20.961	9.735
Corretagem de bolsa	32	78	113
Serviço de custódia	9.575	17.967	12.489
Tarifas bancárias	3.667	7.067	11.495
Outros serviços	11.229	13.649	5.904
Total	74.474	122.321	87.395

(*) Os valores de receita com Assessoria técnica em 2022 e 2021 referem-se ao serviços prestados de intermediação e estruturação de operações.

	Semestre findo em		
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Honorários da diretoria	(3.931)	(7.455)	(6.524)
Benefícios	(4.381)	(7.959)	(6.129)
Encargos sociais	(5.836)	(11.241)	(8.954)
Proventos	(14.525)	(27.865)	(22.076)
Trainamentos/estagiários	(702)	(1.067)	(609)
Total	(29.375)	(55.587)	(44.292)

	Semestre findo em			Despesas operacionais	Semestre findo em		
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com processamento de dados	(35.001)	(55.679)	(13.144)	Reversão de provisão (a)	3.375	3.636	496
Despesas de alugueis	(6.636)	(9.243)	(4.534)	Recuperação de encargos e despesas	12	16	93
Despesas de arrendamentos	(12)	(24)	(22)	Receitas financeiras	4.064	4.845	718
Despesas com contribuições filantrópicas	(90)	(165)	(27)	Custos administrativos compartilhados (b)	11.196	9.906	-
Despesas com comunicações	(229)	(662)	(508)	Outras	939	1.041	1.130
Despesas manutenção e material	(993)	(1.711)	(1.009)	Total	19.586	19.444	2.437
Despesas promoções e relações públicas	(1.441)	(2.805)	(494)	(a) Refere-se a reversões de provisões, principalmente contingências.			
Despesas de publicações	(1)	(53)	(91)	(b) Refere-se a custos administrativos compartilhados entre empresas do grupo.			
Despesas de serviços do sistema financeiro	(874)	(1.579)	(2.632)				
Despesas de seguros	(16)	(16)	(23)				
Despesas de serviço de terceiros	(168)	(439)	(281)				
Despesas de transportes	(109)	(212)	(86)				
Despesas de propaganda e publicidade	(22.056)	(37.376)	(2.463)				
Despesas de serviços técnicos especializados	(8.184)	(14.222)	(7.102)				
Despesa com viagens	(579)	(1.224)	(302)				
Outras despesas administrativas	(3.025)	(5.715)	(5.221)				
Total	(79.414)	(131.125)	(37.939)				

	Semestre findo em			Despesas operacionais	Semestre findo em		
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Repasses com intermediação de operações (a)	(5.443)	(10.171)	(8.537)	Reversão de provisão (a)	3.375	3.636	496
Outras despesas operacionais	(34)	(65)	(31)	Recuperação de encargos e despesas	12	16	93
Despesas financeiras sobre obrigações	-	-	(7.636)	Receitas financeiras	4.064	4.845	718
Custos administrativos compartilhados (b)	-	-	(1.082)	Custos administrativos compartilhados (b)	11.196	9.906	-
Outras	(739)	(1.430)	(1.082)	Outras	939	1.041	1.130
Total	(6.216)						


Banco Genial S.A. e suas Controladas
(Anteriormente denominado Plural S.A. Banco Múltiplo)
 www.bancogenial.com.br
 CNPJ nº 45.246.410/0001-55

Praia de Botafogo, 228, 9º andar Botafogo RJ Tel: 55 21 3923-3000 | Rua Surubim, 373, 1º andar Vila Olímpia SP Tel: 55 11 3206-8000 | www.bancogenial.com.br

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Ilmos. Srs. Membros do Comitê de Auditoria do Banco Genial S.A. Introdução: De acordo com o estabelecido em seu Regulamento, compete ao Comitê de Auditoria ("Comitê") zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Genial S.A. ("Banco Genial") e de suas controladas, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Diretoria Executiva do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises. A KPMG Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das demonstrações financeiras do Banco Genial S.A. e de suas controladas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil e normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo ao Comitê, uma visão crítica da qualidade dos processos e do monitoramento dos riscos. **Atividades do Comitê:** O Comitê reuniu-se no dia 17 de Março de 2022 às 15h00min. Nesta sessão, foram avaliadas as demonstrações financeiras juntamente com o parecer referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022. **Sistema de Administração de Riscos:** O Comitê avaliou o gerenciamento e controle dos riscos de crédito, mercado, de liquidez e operacional, tendo acompanhado, também, os procedimentos que estão sendo adotados pela Diretoria Executiva com relação ao projeto que visa à adequação do Banco aos requerimentos do Novo Acordo de Capital de Basileia ("Basileia III"). Na avaliação do Comitê, a abordagem que o Banco vem utilizando para preparar-se para a utilização de modelos internos nas condições estabelecidas pela Basileia III está bem estruturada e a modelagem, assim como as ações adotadas para o gerenciamento de riscos, nos seus aspectos gerais, estão bem estabelecidas e adequadamente direcionadas. **Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas:** Os relatórios requeridos pelos reguladores e preparados pela Auditoria Interna, concluíram que o sistema de Controles Internos do Banco Genial e de suas controladas estão adequadamente estruturados para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros. Os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem colocar em risco a continuidade das operações do Banco Genial e de suas controladas. Na visão do Comitê de Auditoria, considerados os esforços empregados pela Diretoria Executiva, o sistema de controles internos do Banco e de suas controladas

vem sendo aprimoradas continuamente. Os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda em fase de implantação, são compatíveis com o porte e a complexidade das operações. **Auditoria Externa:** O Comitê mantém com os auditores externos um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados dos seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras e relatórios financeiros. A fim de melhor evidenciar o que aqui se registra, o Comitê procedeu à avaliação formal dos trabalhos desenvolvidos pela auditoria externa. Foram analisados aspectos relativos ao desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, à elaboração e entrega dos relatórios, à independência dos auditores e ao seu relacionamento com a Diretoria Executiva do Banco e de suas controladas com o próprio Comitê. A avaliação foi aprovada nesta reunião e comunicada a Diretoria Executiva. Com base na avaliação procedida e nas informações fornecidas pela KPMG Auditores Independentes, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria externa. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. **Auditoria Interna:** O planejamento estratégico e tático da Auditoria Interna e a análise dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos foram analisados pelo Comitê de Auditoria. O resultado desse processo não trouxe ao Comitê, preocupações no tocante aos pontos examinados. O Comitê avalia positivamente a cobertura e qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. O Comitê entende que não há riscos residuais que possam afetar o grau de solidez e a continuidade das operações do Banco Genial e de suas controladas. **Demonstrações Financeiras:** O Comitê de Auditoria analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como oviu, a respeito, a auditoria interna, externa e Diretoria Executiva. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco Genial e por suas controladas na elaboração das demonstrações financeiras, verificando-se que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil e normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Conclusão:** O Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação, das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas auditadas do Banco Genial S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Rio de Janeiro, 17 de Março de 2023. Original assinado por: **Alexandre Moreira Conde - Membro; Aldeir Salvadori - Membro Qualificado.**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas do Banco Genial S.A. - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Genial S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para Opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A Administração da Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 17 de março de 2023. KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Igor Calheiros Nogueira da Gama - Contador CRC RJ-106531/0-6.

EMPRESA DE TRANSPORTES LIMOUSINE CARIOCA S/A

CNPJ/MF nº 29.330.594/0001-80

Relatório da Diretoria. Srs. Acionistas: Temos a grata satisfação de apresentar à V.Sas. o resultado das nossas atividades comerciais no decorrer do exercício findo em 31/12/2022. As cifras dos referidos documentos apresentam a situação no período mencionado, entretanto, estamos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários ao bom entendimento do assunto em pauta. Duque de Caxias, 27/03/2023. A Diretoria.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 e 2022 (em Reais)			Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício Findo em 31/12/2022	
ATIVO	2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante				
Bens Numerários	327.924,72	231.571,45		
Depósitos Bancários à vista	2.549,85	2.549,85		
Aplicações Financeiras	8.891.579,58	5.559.443,13		
Créditos Societários	475.012,15	903.587,32		
Operações a Receber	654.423,10	0,00		
Veículos em Formação	4.171.700,00	0,00		
Impostos a Recuperar	33.030,19	41.039,74		
Estoques Almoxarifado	39.143,17	276.015,91		
	14.595.362,76	7.014.207,40		
Ativo Não Circulante				
Depósitos Cauções em Garantia	22.262,58	22.262,58		
Depósitos Judiciais	40.824,66	51.739,19		
	63.087,24	74.001,77		
Ativo Permanente				
Bens Imobilizados	30.877.241,01	31.508.756,18		
(-) Depreciação Acumulada	(23.519.781,25)	(22.747.087,15)		
	7.357.459,76	8.761.669,03		
Total do Ativo	22.015.909,76	15.849.878,20		
PASSIVO				
Passivo Circulante				
Fornecedores	1.565.049,74	521.034,30		
Obrigações Sociais	624.127,39	490.968,30		
Obrigações Tributárias	86.430,72	220.513,68		
Indenizações Cíveis a Pagar	1.057.585,75	0,00		
Indenizações Trabalhistas a Pagar	524.569,22	0,00		
Créditos de Acionistas	1.691.385,62	1.320.000,00		
Outras Obrigações	5.703,28	32.339,68		
Provisões para Contingências	1.250.361,77	291.335,25		
Antecipações Vale Transporte	2.540.959,40	730.058,19		
	9.346.172,89	3.606.249,40		
Patrimônio Líquido				
Capital Social	10.602.900,00	10.602.900,00		
Capital Social Subscrito	1.096.013,20	992.207,80		
Reserva Legal	970.823,67	648.521,00		
Reservas de Lucro	12.669.736,87	12.243.628,80		
	22.015.909,76	15.849.878,20		
Total do Passivo	22.015.909,76	15.849.878,20		
Demonstrações do Resultado dos Exercícios Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 e 2022 (em Reais)				
	2022	2021		
Receita Operacional				
Receita Operacional Bruta	33.537.048,50	23.813.568,60		
(-) Impostos Incidentes	0,00	0,00		
	33.537.048,50	23.813.568,60		
Outras Receitas				
Outras Receitas Operacionais	123.808,85	612.056,82		
Receitas Financeiras	1.062.852,26	145.130,90		
	1.186.661,11	757.187,72		
Custos e Despesas Operacionais				
Custos e Despesas Operacionais	(22.453.214,85)	(15.837.196,75)		
Despesas Administrativas	(7.471.647,48)	(4.936.322,45)		
Despesas Tributárias	(1.592.928,18)	(1.353.407,57)		
Despesas Financeiras	(30.828,62)	(151.575,07)		
Outras Despesas Operacionais	(47.749,06)	0,00		
	(31.596.368,19)	(22.278.501,84)		
Resultado Operacional	3.127.341,42	2.292.254,48		
Receitas não Operacionais	0,00	0,00		
Despesas não Operacionais	0,00	0,00		
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	3.127.341,42	2.292.254,48		
(-) Provisão para IRPJ e CSLL	(1.051.233,35)	(793.595,04)		
Lucro Líquido do Exercício	2.076.108,07	1.498.659,44		

Notas Explicativas: 1. Objetivos Sociais: A Empresa de Transportes Limousine Carioca S/A atua no campo de transporte coletivo de passageiros. 2. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apresentação das Demonstrações Financeiras elaboradas consoante aos critérios estabelecidos na Lei 6.404/76 e na Lei 7.799/69; b) Depreciação: Aplicadas de maneira consistente obedecendo os prazos de vida útil de bens e o regulamento do Imposto de Renda; c) Receitas e Despesas registradas pela competência e suportadas por documentação comprobatória. 3. Estes Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado abrangem o período de 01/01/2022 a 31/12/2022. Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2022.

Diretoria:
Fernando Dias de Carvalho
 Diretor Presidente
Fernando da Costa Alves
 Diretor Financeiro Administrativo
José Marcelo Faria Rodrigues
 Contador
 CRC 092102/O-4 – RJ CPF 073.522.817-54

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Histórico	Capital	Reservas de Lucros	Reserva Saldo a disp. Legal Assembleia	
Sdo em 31/12/2021	10.602.900,00	648.521,00	992.207,80	202.935,91
Lucro do Exercício	-	-	-	0,00
Reservas de Lucro	- 1.972.302,67	-	-	1.972.302,67
Reserva Legal	-	-	103.805,40	0,00
Saldo em 31/12/2022	10.602.900,00	2.620.823,67	1.096.013,20	2.175.238,58

EMPRESA AUTO VIAÇÃO JUREMA S/A

CNPJ/MF nº 29.336.674/0001-43

Relatório da Diretoria. Srs. Acionistas: Temos a grata satisfação de apresentar à V.Sas. o resultado das nossas atividades comerciais no decorrer do exercício findo em 31/12/2022. As cifras dos referidos documentos apresentam a situação no período mencionado, entretanto, estamos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários ao bom entendimento do assunto em pauta. Duque de Caxias, 27/03/2023. A Diretoria.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 e 2022 (em Reais)			Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício Findo em 31/12/2022	
ATIVO	2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante				
Bens Numerários	365.762,99	992.470,86		
Depósitos Bancários à vista	20,00	20,00		
Aplicações Financeiras	3.769.765,99	1.812.903,68		
Créditos Societários	986.293,00	840.784,91		
Operações a Receber	3.817,77	1.089,00		
Veículos em Formação	1.080.640,00	0,00		
Impostos a Recuperar	42.474,85	67.110,38		
Estoques Almoxarifado	806.399,00	683.975,27		
	7.055.173,60	4.398.354,10		
Ativo Não Circulante				
Depósitos Cauções em Garantia	4.382,53	4.382,53		
Depósitos Judiciais	556.289,35	360.082,81		
	560.671,88	364.465,34		
Ativo Permanente				
Incentivos Fiscais	107,51	107,51		
Bens Imobilizados	26.290.464,85	26.290.464,85		
(-) Depreciação Acumulada	(18.646.094,59)	(18.645.394,81)		
	7.644.477,77	7.645.177,55		
Total do Ativo	15.260.323,25	12.407.996,99		
PASSIVO				
Passivo Circulante				
Fornecedores	1.293.047,06	134.710,64		
Obrigações Sociais	411.602,20	368.231,78		
Obrigações Tributárias	71.431,21	115.956,19		
Financiamentos Permanentes	0,00	110.832,00		
Créditos de Acionistas	845.704,45	660.000,00		
Outras Obrigações	77.337,82	302.915,44		
Provisões para Contingências	509.418,90	0,00		
Antecipações Vale Transporte	2.115.465,53	495.603,02		
	5.324.007,17	2.188.249,07		
Passivo Exigível a Longo Prazo				
Parcelamentos IRPJ/CSLL	260.803,73	384.797,21		
	260.803,73	384.797,21		
Patrimônio Líquido				
Capital Social	8.966.100,00	8.966.100,00		
Capital Social Subscrito	210.051,77	174.038,67		
Reserva Legal	499.360,58	694.812,04		
Reservas de Lucro	9.675.512,35	9.834.950,71		
	15.260.323,25	12.407.996,99		
Total do Passivo	15.260.323,25	12.407.996,99		
Demonstrações do Resultado dos Exercícios Encerrado em 31 de Dezembro de 2021 e 2022 (em Reais)				
	2022	2021		
Receita Operacional				
Receita Operacional Bruta	24.098.881,10	17.285.033,45		
(-) Impostos Incidentes	0,00	0,00		
	24.098.881,10	17.285.033,45		
Outras Receitas				
Outras Receitas Operacionais	0,00	285.926,00		
Receitas Financeiras	248.929,73	19.490,21		
	248.929,73	305.416,21		
Custos e Despesas Operacionais				
Custos e Despesas Operacionais	(18.090.158,90)	(12.402.365,60)		
Despesas Administrativas	(1.168.561,30)	(1.175.501,62)		
Despesas Tributárias	(1.307.982,44)	(952.831,80)		
Despesas Financeiras	(94.562,44)	(70.649,85)		
Outras Despesas Operacionais	(2.647.166,09)	(1.753.256,36)		
	(

ICATU ASSESSORIA S.A.
 CNPJ 00.905.036/0001-14

 www.icatuseguros.com.br
 Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares,
 Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores acionistas,
1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras (Demonstrações) da Icatu Assessoria S.A. (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nessas Demonstrações, a Icatu Assessoria S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas.

2. Desempenho

A Icatu Assessoria S.A. é uma Companhia do Grupo Icatu, com sede no Rio de Janeiro, especializada em assessoria e consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado

financeiro e de capitais, inclusive de valores imobiliários, podendo, ainda, participar do capital de outras sociedades, empreendimentos e consórcios no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista, quotista ou consorciada. O faturamento da Icatu Assessoria S.A. 2022 foi de R\$ 185.050 (R\$ 150.685, em 2021), representando um aumento de 22,81% no ano de 2022. O resultado de equivalência patrimonial, referente a controlada Icatu Seguridade S.A., foi de R\$ 25.808 em 2022 (R\$ 1.078 em 2021). O sustentável resultado de longo prazo da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia tem um papel no Grupo Icatu, que tem uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

3. Política de distribuição de dividendos e distribuição de resultados

A distribuição do resultado de 2022 ocorreu da seguinte forma: R\$ 11.196 de prejuízo foi compensado com o resultado apurado de R\$ 13.547. Do valor restante de R\$ 2.351, destinou-se R\$ 117 para a reserva legal, R\$ 558 para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, de 25% do resultado conforme estabelecido no estatuto da Companhia, e por fim, R\$ 1.675 para a reserva estatutária.

4. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

5. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários, parceiros e pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência e aos acionistas pela confiança.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023.

A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	
ATIVO			PASSIVO			
CIRCULANTE	70.064	29.488	CIRCULANTE	16.747	15.603	
Disponível	198	175	Contas a pagar	16.747	15.603	
Caixa e bancos	198	175	Obrigações a pagar	Nota 9	13.695	
Aplicações	Nota 5	46.449	11.353	Impostos e encargos sociais		
Quotas de fundos de investimentos	46.449	11.353	a recolher	Nota 10	1.175	
Outros créditos operacionais	16.953	12.794	Encargos trabalhistas	880	754	
Clientes a receber	Nota 6	16.953	12.794	Impostos e contribuições	997	706
Títulos e créditos a receber	6.464	5.166	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	210.364	205.348	
Títulos e créditos a receber	6.464	5.166	Contas a pagar	210.364	205.348	
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	6.418	4.430	Empréstimos e financiamentos	Nota 9.1	208.174
Outros créditos	46	71	Obrigações a pagar	Nota 9	72	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	224.793	206.221	Outras contas a pagar	Nota 9	2.118	
Realizável a longo prazo	7.976	6.397	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.746	14.757	
Títulos e créditos a receber	7.976	6.397	Capital social	Nota 12	65.953	
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	7.971	25.954	Reservas de lucros	Nota 12	1.793
Despesas antecipadas	5	—	Prejuízos acumulados	Nota 12	—	
Investimentos	216.343	199.824	TOTAL DO PASSIVO E DO	294.857	235.708	
Participações societárias	Nota 8	216.343	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	294.857	235.708	
Intangível	474	—				
TOTAL DO ATIVO	294.857	235.708				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 01 de janeiro de 2021	953	—	10.977	—	11.930
Aumento de capital - AGE 03/2021	5.000	—	—	—	5.000
Aumento de capital - AGE 07/2021	10.000	—	—	—	10.000
Aumento de capital - AGE 10/2021	10.000	—	—	—	10.000
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	(22.173)	(22.173)
Reserva estatutária	—	—	(10.977)	—	10.977
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.953	—	—	(11.196)	14.757
Aumento de capital - AGE 30/12/2022	Nota 12.1	25.000	—	—	25.000
Aumento de capital - AGE 30/12/2022	Nota 12.1	15.000	—	—	15.000
Lucro líquido do exercício	—	—	—	13.547	13.547
Destinação do lucro líquido					
Dividendo mínimo obrigatório	Nota 12.3	—	—	(558)	(558)
Constituição da reserva legal	Nota 12.2	118	—	(118)	—
Constituição de reserva estatutária	Nota 12.2	—	1.675	(1.675)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022	65.953	118	1.675	—	67.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Assessoria S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima, com capital fechado, com sede na Avenida Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 1, sala 1801, Edifício *Agwa Corporate*, Santo Cristo, Rio de Janeiro. A Companhia é uma prestadora de serviços de assessoria e consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, gestão desses empreendimentos, bem como a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A Companhia é investida integral da Icatu Seguros S.A.

Valor do capital social	Quantidade de ações	Valor nominal
R\$ 65.953.546,00	65.953.546	R\$ 1,00
Acionista	Quantidade de ações	Percentual
Icatu Seguros S.A.	65.953.546	100%
Total	65.953.546	100%

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e os pronunciamentos, as interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), doravante denominadas, em seu conjunto, práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelos administradores da Companhia em 20 de março de 2023.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa (nota 3.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 3.4).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondadas em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- As receitas são recebíveis relativas à remuneração pela prestação de serviços de consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, gestão desses empreendimentos e intermediação de negócios.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

• Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, dado que têm a intenção de ser frequentemente negociados, independente da data de vencimento dos instrumentos financeiros.

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou aqueles definidos em leis específicas.

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. No entanto, há exceções para alguns instrumentos financeiros que não são ativa e frequentemente negociados, mas são classificados nessa categoria, de acordo com a estratégia de investimentos da Companhia.

3.4.2. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.3. Redução ao valor recuperável
3.4.3.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode

incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.5. Benefícios a empregados

Plano de contribuição variável sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado.

A Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) tendo como base a contribuição das equipes e desempenho da Companhia. A metodologia utilizada leva em consideração o resultado do Lucro Líquido Antes do Imposto (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio estabelecidos para o exercício. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas estabelecidas e revista a cada exercício social, respeitando o regime de competência. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.6. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no resultado do exercício. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros; e (ii) ativo diferido fiscal.

3.7. IRPJ e CSLL correntes e diferidos

Ativos e passivos tributários correntes dos exercícios de 2022 e 2021 foram mensurados ao valor recuperável esperado a pagar. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 9%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias e prejuízos fiscais na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

4. Gestão de riscos
4.1. Estrutura de Gestão de Riscos (EGR)

A Companhia utiliza EGR da Icatu Seguros para apoiá-la no atingimento de seus objetivos estratégicos atuando de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o Sistema de Controles Internos (SCI), que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas de defesa e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia.

4.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação a emissões de companhias financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

4.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado decorrem da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura do Grupo Icatu.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos.

O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(i) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida operacional	Nota 13.1	159.404
Outras despesas operacionais		(133)
Despesas administrativas	Nota 13.2	(146.211)
Despesas com tributos	Nota 13.3	(1.065)
Resultado financeiro		(25.790)
Resultado patrimonial		25.808
Resultado operacional	12.013	(28.570)
Ganhos e perdas não correntes		(40)
Resultado antes dos impostos e participações	11.973	(28.570)
Imposto de renda	Nota 14	1.157
Contribuição social	Nota 14	417
Lucro líquido do exercício	13.547	(22.173)
Quantidade de ações	65.953.546	25.953.546
Lucro/(prejuízo) líquido por ações (R\$)	0,21	(854)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	13.547	(22.173)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	13.547	(22.173)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
--	------------	------------

ATIVIDADES OPERACIONAIS
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício 13.547 (22.173)

Ajustes para:

Custos de transação de títulos emitidos 345 288

Juros e correção monetária de debêntures 28.672 11.603

Resultado positivo de equivalência patrimonial (25.808) —

Variação nas contas patrimoniais:

Aplicações financeiras (35.096) 4.508

Clientes a receber (4.159) —

Créditos tributários e previdenciários (3.562) (10.288)

Outros ativos 685 (2.370)

Impostos e contribuições 291 (2.209)

Outros passivos 1.939 2.416

Caixa consumido pelas operações (2



ICATU ASSESSORIA S.A.
CNPJ 00.905.036/0001-14

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares,
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica créditos tributários e previdenciários:

Ativo - não circulante	Realização/reversão 31/12/2021		Realização/reversão 31/12/2022			
	Const. tução	Realização/reversão	Const. tução	Realização/reversão		
Imposto de renda diferido	10.966	(6.262)	4.704	3.887	(2.729)	5.862
Diferenças temporárias	358	(76)	282	536	(74)	744
Prejuízo fiscal	10.608	(6.186)	4.422	3.351	(2.655)	5.118
Contribuição social diferida	3.948	(2.254)	1.694	1.399	(983)	2.110
Diferenças temporárias	129	(27)	102	193	(27)	268
Base negativa	3.819	(2.227)	1.592	1.206	(956)	1.842
Total de créditos fiscais diferidos	14.914	(8.517)	6.397	5.286	(3.712)	7.971

Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias da Companhia estão classificados no Ativo não circulante, sendo compostos, em sua

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos eram os seguintes:

	% de Participação	Capital Ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Investimento		Resultado patrimonial		
						31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Icatu Seguridade S.A. (a)	199.000.000	100%	216.345	199.001	190.535	25.808	216.343	199.824	25.808	1.078
Total de Investimentos							216.343	199.824	25.808	1.078

(a) Em 2021, a Companhia celebrou a aquisição de 199.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, representativas de 100% do capital social da Icatu Seguridade S.A. A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia.

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Dividendos	Equivalência	Saldo em 31/12/2021	Dividendos	Equivalência	Saldo em 31/12/2022
Icatu Seguridade S.A.	-	199.001	(256)	1.078	199.824	(9.289)	25.808	216.343
Total	-	199.001	(256)	1.078	199.824	(9.289)	25.808	216.343

9. Obrigações a pagar

A composição do saldo das obrigações a pagar está constituída da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Dividendos a pagar	558	-	811	14
Participação nos lucros a pagar	12.165	12.679	161	227
Demais obrigações	210.364	205.348	208.174	204.244
Empréstimos e financiamentos	72	-	378	197
Participação nos lucros a pagar	1.740	907	-	-
PIS exigibilidade suspensa	-	-	-	-
COFINS exigibilidade suspensa	-	-	-	-

9.1. Empréstimos e financiamentos - debêntures a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos estão representados exclusivamente por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, em série única, da emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, conforme identificadas no quadro a seguir, no montante de R\$ 208.174 (R\$ 204.244 em 31 de dezembro de 2021) sendo integralmente alocado no passivo não circulante. O valor justo das debêntures, em 31 de dezembro de 2022, identificadas no parágrafo anterior, de acordo com o preço unitário (PU) no mercado secundário disponibilizado pela ANBIMA era de R\$ 209.268 (R\$ 205.684 em 31 de dezembro de 2021).

Características	1ª emissão Série única	
	Descrição	Índice requerido
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Igual ou inferior a 5%
Especie	Quirográfrica	
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	
Quantidade de títulos	200.000 debêntures simples	
Valor nominal	R\$ 1.000,00	
Data de emissão	10 de março de 2021	
Vencimento inicial	10 de março de 2024	
Vencimento final	10 de março de 2026	
Atualização monetária	Sem atualização	
Remuneração	DI + 2,25%	
Exigibilidade de juros	Semestral	
Amortizações	Em três parcelas anuais	

11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com as companhias ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Icatu Seguros S.A. (a)	-	-	(11.007)	(13.728)	-	-	(126.932)	(124.157)
Icatu Capitalização S.A. (a)	-	-	(1.427)	-	-	-	(5.145)	(5.420)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (b)	8.747	8.938	-	-	102.378	95.369	-	-
Rio Grande Capitalização S.A. (b)	5.335	3.856	-	-	57.066	49.805	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (a)	-	-	(6)	-	-	-	(144)	(77)
Icatu Fundo Multipla-trocado - FMP (c)	-	-	-	-	-	-	(205)	(108)
Ilumbiara Participações Ltda. (a)	-	-	(280)	(68)	-	-	(1.307)	(1.666)
Icatu Consultoria Investimentos S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	(91)	(1.132)
XS4 Capitalização S.A. (b)	2.871	-	-	-	25.605	5.502	-	-
Vanguardacap Capitalização (a)	-	-	(3)	-	-	-	(50)	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (a)	-	-	-	-	-	-	(65)	-
Total	16.953	12.794	(12.723)	(13.797)	185.049	150.677	(133.939)	(132.560)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.
- (b) Valores referentes a prestação de serviços compartilhados com a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A. e XS4 Capitalização S.A..
- (c) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários.
- (d) Dividendos a pagar referente às movimentações oriundas do resultado de Companhia.

Diretoria

Diretor Presidente
Luciano Snel Corrêa

Diretores
Alexandre Petrone Vilardi
Marcio de Moraes Palmeira

Contador
Ivandro de Almeida Oliveira
CRC-RJ nº 076.168/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Assessoria S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião:

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Assessoria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Assessoria S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria:

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures a pagar

Principais assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado na nota explicativa nº 9.1 às demonstrações financeiras, a Companhia teve em março de 2021 a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 200.000.000,00 e com a duração de cinco anos, a partir da data de emissão.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - obtenção e leitura do contrato de coordenação e distribuição pública da emissão de debêntures. - entendimento dos critérios adotados para a apuração dos custos da transação e recálculo dos juros envolvidos na transação. - conciliação dos registros analíticos suporte as debêntures a pagar com os respectivos saldos contábeis. - obtenção de confirmação diretamente com o agente fiduciário com as informações contidas no contrato de coordenação e distribuição e confirmação sobre o pagamento de juros efetuado no período. - teste da liquidação financeira dos juros pagos no exercício, por meio do confronto dos dados contidos nos registros analíticos com os extratos bancários. - análise da movimentação das debêntures a pagar e confronto dos saldos de captação, despesas de juros e custo de transação com o contrato de coordenação e distribuição mencionado anteriormente e respectivos saldos contábeis. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, não identificamos ajustes que pudessem afetar a mensuração e divulgação das debêntures a pagar no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar

maioria, de Outras provisões, Participação nos lucros e Provisões judiciais fiscais.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias.

Prejuízo fiscal e base negativa - 2023 e 2024		
2023	3.405	49,00%
2024	3.554	51,00%
Total	6.959	100%

Diferenças temporárias - 2022 a 2031

2022	629	0%
2023	110	10,87%
2024	110	10,87%
2025	113	11,17%
2026	117	11,56%
2027	121	11,96%
2028 a 2031	441	43,58%
Total	1.012	100%

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 65.953 (R\$25.953 em 31 de dezembro de 2021), sendo representado por 65.953 ações (25.953 em 31 de dezembro de 2021) no valor de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital de R\$ 40.000, mediante a emissão de 40.000 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada.

12.2. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, as reservas de lucros de R\$ 1.793 são compostas por:

(i) Reserva legal de R\$ 118, constituída ao final do exercício com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja o limite legal.

(ii) Reserva estatutária de R\$ 1.675, constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e dividendos.

12.3. Política de distribuição de dividendos e distribuição e resultados

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	13.547	(22.173)
Compensação de prejuízos do exercício	(11.196)	-
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício após compensações	2.351	(22.173)
Constituição da reserva legal	(118)	-
Base para a distribuição de dividendos	2.233	(22.173)
Dividendos mínimos obrigatórios	558	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	558	-
Constituição de reservas estatutárias	1.675	-
Compensação do prejuízo com reservas estatutárias	-	10.977

13. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

13.1. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	185.050	150.685
(-) Deduções da receita	(25.646)	(20.770)
ISS faturado	(9.253)	(7.527)
PIS sobre receita	(2.919)	(2.363)
COFINS sobre receita	(13.474)	(10.880)
Total	159.404	129.915

13.2. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(72.771)	(71.031)
Despesas com serviços de terceiros	(16.513)	(13.362)
Despesas com localização e funcionamento	(18.894)	(15.008)
Despesas com propaganda e publicidade	(1.826)	(3.522)
Participação nos lucros	(10.495)	(11.337)
Outras despesas (a)	(25.712)	(32.280)
Total	(146.211)	(146.540)

(a) Anualmente as métricas de rateio são revisadas e alteradas, quando necessário, conforme previsto em contrato.

13.3. Despesas com tributos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IPTU	(18)	(29)
COFINS	(833)	(622)
PIS	(181)	(134)
Outros tributos	(33)	(9)
Total	(1.065)	(794)

13.4. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	3.163	620
Atualização monetária - Créditos tributários	329	4
Quotas de fundos de investimento - Não exclusivos	2.834	616
Despesas financeiras	(28.953)	(12.782)
Debêntures	(28.890)	(12.636)
IOF	(46)	(146)
Outras despesas financeiras	(17)	-
Total	(25.790)	(12.162)

14. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	22.469	22.469	(28.070)	(17.233)
Participação nos lucros	(10.496)	(10.496)	(500)	(11.337)
Resultado antes dos tributos	11.973	11.973	(28.570)	(28.570)
Adições	11.677	11.677	12.065	12.065
Adição permanente	167	167	10.837	10.837
Outras provisões	167	167	1	1
Participações nos lucros	10.496	10.496	500	500
Tributos com exigibilidade suspensa	1.014	1.014	727	727
Exclusões	(26.430)	(26.430)	(1.182)	(1.182)
Exclusão permanente	(2)	(2)	(2)	(2)
Equivalência patrimonial	(25.808)	(25.808)	(1.079)	(1.079)
Participações nos lucros	(620)	(6		

ICATU VANGUARDA

ICATU VANGUARDA
GESTÃO DE RECURSOS LTDA.
CNPJ 68.622.174/0001-20www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras (Demonstrações) da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Empresa), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dispositivos da Lei 11.638/07 e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2. Desempenho

A Empresa é especializada na gestão de recursos de fundos de investimento e faz parte do Grupo Icatu. Com sede no Rio de Janeiro, a Empresa faz a gestão de uma família completa de fundos de investimento que atende a variados perfis de investidores (Fundos de Pensão, Seguradoras, Cooperativas, RPPS, pessoas jurídicas e físicas).

A Icatu Vanguarda tem cerca de R\$ 37 bilhões em ativos sob gestão, é um player de médio-grande porte no mercado interno, de acordo com a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. A Empresa conta com uma oferta de produtos bem diversificada, oferecendo estratégias de renda fixa, crédito privado, investimento no exterior, imobiliário, multimercado e ações, além de fundos

de fundos e previdência.

Em 2022, alcançou o faturamento de R\$ 114.400 (R\$ 107.992, em 2021), um aumento de 5,93% no ano de 2022. A Empresa atingiu um resultado bruto de intermediação financeira de R\$101.023 (R\$ 96.043 em 2021), um aumento de 5,2% no ano de 2022. O lucro líquido de 2022 foi de R\$ 36.680 (R\$ 40.443 em 2021).

Ao longo dos últimos anos, foram realizados diversos investimentos tanto em equipe, quanto em infraestrutura. Com isso, a Empresa poderá aumentar significativamente os ativos sob gestão sem qualquer prejuízo, nem para a performance dos fundos nem para a parte operacional.

A Empresa possui, desde 2017, o rating MQ1 "Manager Quality Assessments" que é o rating máximo de excelência em qualidade de gestão emitido pela Moody's.

O sustentável resultado da Empresa é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, elevada qualificação dos colaboradores e a supervisão e apoio da administração no desenvolvimento de suas atividades. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos

resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

3. Política de distribuição de dividendos e distribuição de resultados

A Empresa apresentou um lucro líquido do exercício de R\$ 36.680 em 2022 (R\$ 40.443 em 2021), pagou dividendos intermediários durante o ano de 2022 de R\$ 10.000 (R\$ 19.276 em 2021), e destinou R\$ 26.680 de dividendos adicionais propostos (R\$ 21.167 em 2021) para a reserva estatutária.

4. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria externa à Empresa, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

5. Agradecimentos

A Empresa aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários e colaboradores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência e aos acionistas pela confiança e apoio.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023.

A Administração.

Balanços patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
CIRCULANTE	56.745	39.513
Disponível	33	36
Caixa e bancos	33	36
Aplicações Nota 5	39.251	26.422
Outros créditos operacionais	17.384	12.941
Clientes a receber Nota 6	17.384	12.941
Títulos e créditos a receber	77	114
Títulos e créditos a receber	-	58
Créditos tributários e previdenciários	7	7
Outros créditos	70	49
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.864	5.433
Títulos e créditos a receber	8.828	5.428
Créditos tributários diferidos Nota 7	8.828	5.428
Despesas antecipadas	1	-
Imobilizado	35	5
TOTAL DO ATIVO	65.609	44.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por quota)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de intermediação financeira Nota 12.1	101.023	96.043
Outras receitas (despesas) operacionais	(49.890)	(37.048)
Despesas de prestação de serviços	(126)	(46)
Despesas administrativas Nota 12.2	(49.440)	(36.722)
Despesas tributárias Nota 12.3	(324)	(280)
Resultado operacional	51.133	58.995
Resultado financeiro	3.772	1.474
Receitas financeiras	3.795	1.482
Despesas financeiras	(23)	(8)
Resultados antes dos impostos	54.905	60.469
Imposto de renda e contribuição social	(18.225)	(20.026)
Imposto de renda Nota 13	(13.218)	(14.501)
Contribuição social Nota 13	(5.007)	(5.525)
Lucro líquido do exercício	36.680	40.443
Quantidade de quotas	159.600	159.600
Lucro líquido por quotas (R\$)	230	253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO		
CIRCULANTE	13.426	15.992
Contas a pagar	13.426	15.992
Obrigações a pagar Nota 8	5.613	10.838
Impostos e encargos sociais a recolher	850	690
Encargos trabalhistas	1.095	1.014
Impostos e contribuições	5.868	3.450
Imposto de renda	2.996	1.489
Contribuição social	1.285	811
COFINS	1.305	945
PIS	282	205
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	22.000	7.451
Contas a pagar	22.000	7.451
Obrigações a pagar Nota 8	21.338	7.103
Outras contas a pagar	662	348
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.183	21.503
Capital social	160	160
Reserva de capital	145	145
Reservas de lucros	29.878	21.198
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.609	44.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	36.680	40.443
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	36.680	40.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendos adicionais propostos		
Saldo em 01 de janeiro de 2021	158	-	32	42.507	-	-	42.697
Composição reserva de capital - AGE 04/2021	-	145	-	-	-	-	145
Dividendos intermediários pagos - AGE 31/03/2021	-	-	-	(36.784)	-	(12.261)	(49.045)
Aumento de capital - AGE 04/2021	2	-	-	-	-	-	2
Dividendos intermediários pagos - AGE 25/08/2021	-	-	-	(5.724)	-	(19.276)	(25.000)
Reversão de reserva legal não obrigatória	-	-	(32)	32	-	-	-
Destinação do lucro líquido							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	40.443	40.443
Destinação para a reserva estatutária	-	-	-	21.167	-	(8.906)	12.261
Saldo em 31 de dezembro de 2021	160	145	-	21.198	-	-	21.503
Dividendos adicionais pagos referentes a 2021 - AGE 22/03/2022	-	-	-	(18.000)	-	-	(18.000)
Dividendos intermediários pagos - AGE 11/2022	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Destinação do lucro líquido							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	36.680	36.680
Dividendos adicionais propostos para aprovação em AGO	-	-	-	-	26.680	(26.680)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	160	145	-	3.198	26.680	-	30.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Empresa), é uma sociedade limitada, com capital fechado, com sede na Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º andar, edifício *Agwa Corporate*, Santo Cristo. A Empresa é uma gestora de recursos com R\$ 43.000.000 de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 34.900.000 em 2021), de acordo com a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, podendo, ainda, participar do capital de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

O principal acionista da Empresa é a Nalbrapar Participações Ltda. (Nalbrapar), com 94% de participação societária.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Empresa cumpre os requisitos para enquadramento no Pronunciamento Técnico PME por se tratar de uma sociedade limitada que não é caracterizada pela Lei 11.638/07 como sociedade de grande porte.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelos administradores da Empresa em 20 de março de 2023.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 3.3).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Empresa são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- A Empresa efetua a gestão de fundos de investimento constituídos no Brasil, fazendo jus a percentuais, definidos contratualmente, das taxas de gestão e de performance devidas pelos respectivos fundos de investimento. As taxas de gestão e administração são geradas de acordo com o percentual fixo e/ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando os fundos atingem determinada rentabilidade, conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas quando há a certeza do seu valor e recebimento.

3.2. Balanço patrimonial

- A Empresa efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, dado que têm a intenção de ser frequentemente negociados, independente da data de vencimento dos instrumentos financeiros.

- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou índices definidos em leis específicas.

- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Empresa é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. No entanto, há exceções para alguns instrumentos financeiros que não são ativa e frequentemente negociados, mas são classificados nessa categoria, de acordo com a estratégia de investimentos da Empresa.

3.3.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros, ainda em poder da Empresa, são registradas contabilmente em conta própria do patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as

contrapartidas são refletidas em resultados abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido.

3.3.3. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Empresa tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.3.4. Redução ao valor recuperável

3.3.4.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.5. Benefícios a empregados

Plano de contribuição variável sob o qual a Empresa paga contribuição definida para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado.

A Empresa, adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) tendo como base a meritocracia, a contribuição das equipes e o desempenho da Empresa. A metodologia utilizada leva em consideração o resultado do Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio estabelecidos para o exercício. A Empresa efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas estabelecidas e revista a cada exercício social, respeitando o regime de competência.

Adicionalmente, dependendo da senioridade e nível de contribuição do colaborador ao *core business* da empresa, ele passa a fazer jus a um percentual do lucro líquido da empresa.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.6. Receita de intermediação financeira

A Empresa efetua a gestão de fundos de investimento constituídos no Brasil, fazendo jus a percentuais, definidos contratualmente, das taxas de gestão e de performance devidas pelos respectivos fundos de investimento. As taxas de gestão e administração, previstas nos regulamentos dos fundos, são geradas de acordo com o percentual fixo e/ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando os fundos atingem determinada rentabilidade, conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas quando há a certeza do seu valor e recebimento.

3.7. Estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no resultado do exercício. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros; e (ii) ativo fiscal diferido.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes dos exercícios de 2022 e 2021 foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 9%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na

extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

4. Gestão de riscos

4.1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos (EGR)

A Icatu Vanguarda é uma gestora independente, inserida em um ambiente de alta governança corporativa, especializada em gestão de fundos regulados pela ICVM 555/14 com foco em clientes institucionais: fundos de pensão, seguradoras, RPPS, distribuidores, alocadores e pessoas físicas, este através de parcerias com *private banks*, *family offices* e agentes autônomos.

Os fundos são administrados em sua grande maioria pela BEM DTMV, empresa do Grupo Bradesco que presta serviço de administração fiduciária. Além disso, a custódia dos fundos também é centralizada, principalmente, junto ao Banco Bradesco.

O processo de avaliação e gerenciamento de risco da Empresa permeia todo o processo de decisão de investimento, criação de novos produtos e modificação dos já existentes. Há uma área específica que tem como escopo de trabalho identificar, medir e informar os riscos, bem como, assegurar que os parâmetros operacionais sejam observados.

4.2. Risco operacional

O risco operacional mede o risco de perdas resultantes de falha sistêmica, inadequação de processos internos, fatores humanos ou eventos externos. Esses eventos podem, ou não, resultar em perdas financeiras, multas regulatórias, descumprimentos legais ou que possam trazer prejuízo reputacional à Empresa. Desta forma, a Empresa envida os maiores esforços para prevenir e combater tais situações.

Os riscos operacionais mapeados, considera os principais processos da empresa, e análise dos pontos críticos, compõem uma matriz de risco, a qual é revisada periodicamente de forma a manter todos os processos e controles atualizados.

De modo a mitigar os riscos operacionais, a Empresa possui uma área Jurídica e de *Compliance* integralmente focada nas demandas da Empresa, tendo inclusive um Comitê anual, onde ambas as áreas e especialistas de empresas relacionadas se reúnem para discussão de temas relevantes e melhores práticas de mercado. No que se refere à estratégia de continuidade da Empresa, existe o programa de gestão de continuidade de negócios que é elaborado conjuntamente para todo o Grupo Icatu e tem como objetivo responder a incidentes de interrupção, estabelecendo procedimentos sobre como irá continuar ou recuperar as atividades dos processos críticos dentro de um período previamente definido, alinhado às necessidades e objetivos do negócio.

5. Aplicações

A Empresa possui aplicações em fundos não exclusivos no valor de R\$ 39.251 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 26.422 em 31 de dezembro de 2021), classificadas na categoria mensuração ao valor justo, nível 2, apresentando valores de mercado iguais aos valores contábeis.

	Valor justo por Nível 2	meio do resultado
Saldo em 01 de janeiro de 2021	57.324	
(+) Aplicação	108.920	
(+) Rendimentos	1.482	
(-) Resgate	(141.304)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.422	
(+) Aplicação	123.630	
(+) Rendimentos	3.795	

7. Créditos tributários diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

A seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários":

Ativo - não circulante	31/12/2021	Consti- tuição	31/12/2022
Imposto de renda diferido	3.991	2.500	6.491
Diferenças temporárias	3.991	2.500	6.491
Contribuição social diferida	1.437	900	2.337
Diferenças temporárias	1.437	900	2.337
Total de créditos fiscais diferidos	5.428	3.400	8.828
Total de créditos e débitos diferidos	5.428	3.400	8.828

Imposto de renda/contribuição social	31/12/2021	31/12/2022
Outras provisões	27	111
Participação nos lucros e resultados	15.727	25.328
COFINS exigibilidade suspensa	172	431
PIS exigibilidade suspensa	37	93
Total das provisões temporárias	15.963	25.963
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	3.991	6.491
Alíquota aplicada - CSLL - 9%	1.437	2.337
Total	5.428	8.828

Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias da Empresa estão classificados no ativo não circulante, sendo compostos, em sua maioria, de outras provisões, participação nos lucros e provisões judiciais fiscais.

8. Obrigações a pagar

A composição do saldo das obrigações a pagar está constituída da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	5.613	10.838
Participação nos lucros a pagar (a)	5.128	9.761
Ratêio de despesas administrativas a pagar (b)	285	1.046
Demais obrigações	200	31
Não circulante	21.338	7.103
Participação nos lucros a pagar (c)	21.338	7.103

(a) Participação nos lucros a pagar a curto prazo baseada a medição periódica do cumprimento das metas estabelecidas e revista a cada exercício social;

(b) Anualmente as métricas de ratêio são revisadas e alteradas, quando necessário, conforme previsto em contrato. Adicionalmente, em 2020 a Empresa criou uma conta contábil específica para o registro da operação de ratêio, com o objetivo de melhorar o controle sobre a operação;

(c) A participação nos lucros a pagar a longo prazo é composta por programas com vigência de 7 (sete) anos. Anualmente começa um novo programa, algumas regras dos programas permitem que os participantes possam fazer saques/resgates parciais a partir do 3º (terceiro) ano. A partir do 5º (quinto) ano os participantes podem sacar/resgatar o valor integral que possuem, caso desejem e no 7º (sétimo) ano do programa o saque/resgate é compulsório para os participantes.

9. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições a pagar são compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda - ano corrente	2.996	1.489
Contribuição social - ano corrente	1.285	811
COFINS	1.305	945
PIS	282	205
Total	5.868	3.450

10. Partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas são como segue:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Icatu Seguros S.A. (Ligada) (a)	41	23	(244)	-	403	206	(3.206)	(4.406)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a) (d)	86	53	(33)	-	774	669	(79)	(162)
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	65	-	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Ligada)(a)	1	-	-	-	8	-	-	-
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (a)	-	-	(7)	(3)	-	-	(33)	(62)
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (a)	1	-	-	-	6	5	(2)	(3)
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	4	-	(3)	(22)
VanguardaCap Capitalização S.A. (Ligada) (d)	4	4	-	-	48	48	(1)	-
Rio Grande Capitalização S.A. (Ligada) (d)	-	-	-	-	1	1	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (d)	2	1	-	-	11	5	-	-
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (c)	-	-	-	-	-	-	(275)	(225)
Administradores (b)	-	-	-	-	-	-	(10.149)	(6.128)
Total	135	81	(284)	(3)	1.320	934	(13.748)	(11.008)

(a) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a ratêio de despesas comuns a Empresa e suas ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.

(b) refere-se ao montante global da remuneração dos Administradores.

(c) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinada pela Empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários.

(d) Valores referentes a taxa de gestão cobrada pela gestão dos fundos.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 159.600, sendo representado por 159.600 quotas no valor de R\$ 1 (um real) cada.

11.2. Reserva de capital

A Reserva de capital foi constituída em abril de 2021 no valor de R\$ 145.216.

11.3. Reserva estatutária

Reserva Estatutária de R\$ 3.198 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 21.198 em 31 de dezembro de 2021) que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

11.4. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Empresa tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu contrato social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do ano	36.680	40.443
Base para distribuição de dividendos	36.680	40.443
Dividendo mínimo obrigatório	9.170	10.111
Dividendos intermediários pagos	10.000	19.276
Dividendos adicionais propostos	26.680	-
Constituição de reservas estatutárias	-	21.167

12. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

12.1. Resultado bruto na intermediação financeira

O resultado bruto na intermediação financeira está composto conforme apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita com taxa de administração (a)	100.917	91.989
Receita com taxa de performance (b)	13.483	16.003
Total da receita bruta	114.400	107.992
PIS	(1.865)	(1.746)
COFINS	(8.627)	(8.043)
ISS	(2.885)	(2.160)
Total	101.023	96.043

(a) Taxa de administração – é a remuneração recebida pela prestação de serviços de gestão e administração dos fundos, podendo também ser destinada a remunerar os demais prestadores de serviço que operacionalizam o fundo de investimento;

(b) Taxa de performance – é cobrada sobre uma parcela da rentabilidade do fundo de investimento que exceda a variação de um índice de desempenho previamente determinado, chamado de *benchmark*.

Diretores

Administradores

Bernardo Schneider Goulart de Oliveira

Bruno Horowitz

Marcelo Rodrigues de Souza Coutinho

Marco Antônio Fernandes Rodrigues Pereira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC-RJ nº 076.168/O-7

Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

CNPJ: 68.622.174/0001-20

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da

Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras": Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

ESCOLA BRETANHA E JARDIM TIO CARECA LTDA.

CNPJ/MF: 34.156.620/0001-36

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE SÓCIOS

2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista ausência de quórum, em 22/03/2023, para instalação da Assembleia em 1ª convocação, ficam convocados os sócios da ESCOLA BRETANHA E JARDIM TIO CARECA LTDA., com sede à Rua Miritiba nº 317, Freguesia, RJ, CEP 21911120 e Rua Marau nº 96 e 122, Freguesia - Ilha do Governador, RJ, CEP 21911-130, inscrita no CNPJ sob o nº 34.156.620/0001-36, a reunirem-se, em 2ª convocação, em Assembleia de Sócios a ser realizada na forma exclusivamente digital (art. 1.080-A, parágrafo único do Código Civil), por meio de plataforma digital cujo link de acesso e respectivas instruções de utilização serão disponibilizados por e-mail que será enviado aos sócios com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência à data da assembleia. A assembleia será realizada no dia 04 de abril de 2023, às 14:30h, com os seguintes itens de pauta para deliberação: 1) aprovação das contas da administração e do balanço patrimonial de 2022; 2) ratificação das antecipações de distribuição de lucros realizadas em 2021, ainda pendentes de aprovação, e ratificação e aprovação das antecipações de lucros já distribuídas em 2022 (R\$ 630.000,00); 3) remuneração do administrador 4) deliberação sobre a distribuição de lucros auferidos em 2022; 5) Devolução imediata dos automóveis ou venda de veículos de propriedade da Escola aos sócios; 6) assuntos gerais. Solicita-se que os sócios ou seus representantes que desejarem participar da assembleia enviem, para os e-mails sonia@bretanha.com.br; tiemy@tavaresborba.com.br; raia@easyvote.com.br e cristiano@easyvote.com.br com antecedência de, pelo menos, 120 (cento e vinte) minutos ao horário previsto de início da assembleia, a documentação com a prova da identificação do sócio e, se for o caso, do instrumento de mandato com firma reconhecida ou assinatura digital daqueles sócios que desejarem se fazer representar por procurador, juntamente com documento de identificação deste. Esclarecemos, por fim, que o contador da sociedade estará presente na assembleia para responder eventuais dúvidas dos sócios sobre temas relacionados à contabilidade da escola. O balanço patrimonial e de resultado econômico de 2022 já foi enviado a todos os sócios e se encontra disponível na sede da sociedade. SONIA BRETANHA - Administradora.

HOTÉIS OTHON S.A.

(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

CNPJ/MF 33.200.049/0001-47

NIRE 33300096302 - COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam os senhores acionistas convocados a se

reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, marcada para o dia 28.04.2023, às 9:30 horas, na Sede da Companhia, localizada à Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 995, 2º andar (parte), Copacabana, Rio de Janeiro/RJ., a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1) **AGO: 1.1** - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022, considerando o Parecer dos Auditores Independentes; 1.2 - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2022; 1.3 - Eleger/Reeleger os membros para o Conselho de Administração; 1.4 - Na forma do artigo 141, da Lei 6.404/76, (alterado pela Lei 14.195/21), na eleição dos conselheiros é facultado aos acionistas que representem, no mínimo 10 (dez por cento) do capital social com direito a voto, a requerer a adoção do processo de voto múltiplo; 1.5 - Deliberar sobre a remuneração dos Conselheiros e Diretores. 2) **AGE: 2.1** - Alterar o artigo 3º do Estatuto Social para inclusão das seguintes atividades: o fornecimento de alimentos e bebidas em suas dependências, espaços administrados e também a empresas e para consumo domiciliar; serviços de reservas; de organização de feiras, congressos, exposições, festas e festivais; espaço para lazer infantil. Achem-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, situada na Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 995, 2º andar (parte), Copacabana/RJ, os documentos referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022. 3) **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante, bem como os documentos que comprovem a titularidade das ações do Outorgante. Rio de Janeiro, 27 de março de 2023. Renato Bezerra de Mello de Vasconcelos - Presidente do Conselho de Administração.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.397.078/0001-01 - NIRE 33300339779

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da GSH Corp Participações S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei nº 6.404/76"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 27/04/2023, às 11 horas, na sede da Companhia, localizada na Praia do Flamengo nº 154, 13º andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Extraordinária (i) Aprovar a alteração do número de membros do Conselho de Administração da Companhia de 3 para até 5 membros, com a consequente modificação do Artigo 12 do Estatuto Social; Em Assembleia Geral Ordinária (ii) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31/12/2022; (iii) Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2022 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iv) Fixar o número e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Deliberar sobre a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **Informações Gerais:** Encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia, no website www.gshcorp.com.br e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022, acompanhados do parecer dos auditores independentes, que foram publicados no jornal "Diário Comercial do Rio de Janeiro" em edição de 27/03/2023. Os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega, até o dia 20/04/2023, do boletim de voto à distância. O boletim preenchido e assinado deverá ser enviado por correio eletrônico para o endereço ri@gshcorp.com.br, Rio de Janeiro, 27/03/2023. **Carlos Eduardo da Matta** - Presidente do Conselho de Administração. (27.28.29)



Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.
CNPJ nº 27.652.684/0001-62

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras da Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. ("Genial Investimentos") de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as normas do Banco Central do Brasil - "Bacen", relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Genial Investimentos tem como atuação principal a negociação de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, além de realizar operações no mercado bolsos de valores e de mercadorias e futuros. Ao final do exercício, os ativos da "Genial Investimentos" totalizavam R\$420 milhões, o patrimônio líquido montava R\$280,6 milhões e o resultado apresentado foi de prejuízo de R\$24,5 milhões (lucro de R\$40,8 milhões em 2021). O faturamento alcançado foi de R\$190 milhões (R\$220 milhões em 2021). A Genial Investimentos tem como objetivo a busca permanente pela excelência no atendimento ao cliente, utilizando de tecnologia de ponta para que sua experiência seja sempre o nosso maior benchmark. Baseado nessa premissa, a Corretora vem realizando diversos investimentos em plataformas, ferramentas e produtos que lhe permitiram figurar entre as maiores corretoras no ranking da Bolsa, apresentando menor latência de execução, alta disponibilidade, estabilidade na execução de ordens e nos acessos aos sistemas de negociação da B3. A Genial Investimentos é parte

de uma plataforma de serviços completa do Grupo Genial que oferece a seus clientes uma gama completa de produtos como conta digital, cartão de crédito, assessoria financeira, gestão de recursos e acessos a vários mercados globais. Parte desses produtos foram desenvolvidos recentemente e demandaram investimentos importantes em infraestrutura, tecnologia e sistemas antifraude. A performance da Bolsa de Valores no exercício foi marcada pela volatilidade, onde os investidores demonstraram preocupações em relação à inflação e recessão dos mercados globais. Além disso, os temores sobre eventual risco fiscal e as eleições no ambiente doméstico acabaram por impactar seu resultado. Com base nisso, os investimentos menos arriscados foram as opções mais procuradas pelos investidores, diante do panorama de guerra entre Ucrânia e Rússia, com rescaldo de pandemia e aperto monetário pelos bancos centrais para controle da inflação. Os investimentos em tecnologia e mão de obra qualificada conjugados com a procura reduzida por ativos de renda variável negociados em bolsa, em função do cenário econômico global, traduzem o resultado do exercício. Aos nossos clientes, obrigado pelo apoio e confiança que contribuíram para as nossas realizações. A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		227.150	295.620
Disponibilidades	4	6.412	5.827
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	26.404	26.394
Aplicações no mercado aberto		26.404	26.394
Instrumentos financeiros		194.334	263.399
Títulos e valores mobiliários		124.077	207.952
Carteira própria	6.a	124.077	207.952
Instrumentos financeiros derivativos	7	144	-
Outros créditos		66.791	51.452
Rendas e serviços a receber	8.a	19.363	7.321
Negociação e intermediação de valores	8.b	33.531	30.931
Diversos	8.c	26.244	12.190
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	8.c	(14.261)	(338)
Financiamento conta margem	8.d	1.914	1.348
Outros ativos		3.322	3.995
Despesas antecipadas	9	3.322	3.995
Realizável a longo prazo		6.422	9.322
Instrumentos financeiros		6.422	9.322
Títulos e valores mobiliários	6	1.248	8.005
Vinculados à prestação de garantias		1.248	8.005
Outros créditos		1.065	1.317
Diversos	8.c	1.065	1.317
Outros ativos		4.109	-
Despesas antecipadas	9	4.109	-
Permanente		186.447	184.614
Investimentos	10	171.475	174.181
Participações societárias em controladas		171.475	174.181
Imobilizado de uso	11	2.364	1.676
Imobilizado de uso		7.846	6.523
Depreciações acumuladas		(5.482)	(4.847)
Intangível	12	12.608	8.757
Outros ativos intangíveis		15.318	10.860
Amortizações acumuladas - intangíveis		(2.710)	(2.103)
Total do ativo		420.019	489.556
Passivo		420.019	489.556
Circulante		139.362	178.461
Depósitos e demais instrumentos financeiros		79.529	146.757
Depósitos	13.a	79.529	146.757
Outras obrigações		59.833	31.704
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		10	6
Negociações e intermediação de valores	8.b	30.655	12.159
Passivos fiscais e previdenciários	13.b	7.041	-
Sociais e estatutárias	13.c	-	7.088
Diversas	13.d	22.127	12.451
Exigível a longo prazo		-	5.938
Outras obrigações		-	5.644
Passivos fiscais e previdenciários	13.b	-	5.644
Provisões		-	294
Provisão para passivos contingentes	15	-	294
Patrimônio líquido	16	280.657	305.157
Capital social		322.596	322.596
Prejuízos acumulados		(41.939)	(17.439)
Total do passivo e patrimônio líquido		420.019	489.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") tem por objeto principal, negociar títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e operar em bolsos de valores e de mercadorias e futuros. A Corretora está sediada na Praia de Botafogo, nº 228, 9º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e possui local principal de seus negócios na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, conjunto 92 parte, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Genial. A Corretora tem como controladora a Genial Holding Financeira S.A. e o Grupo é controlado pela Holding Plural S.A. **2. A apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Corretora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020. Para a contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Corretora baseie-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de títulos e valores mobiliários, provisão para contingências e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Corretora em continuar suas atividades nos próximos 12 (doze) meses. A Administração, representada pela Diretoria, autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 17 de março de 2023. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Moeda funcional e de apresentação.** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora. **b. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor e incluem caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez. Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e retificadas por provisão ao valor de mercado quando aplicável. **c. Apuração do resultado.** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. **d. Segregação de curto e longo prazo.** Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. **e. Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Títulos e valores mobiliários.** Nos termos da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: **(i) Títulos para negociação.** Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. A Corretora tem como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários e mantê-los para negociação, proporcionando, desse modo, rentabilidade de suas disponibilidades e participação transitória no mercado de derivativos sem, contudo, assumir posições que comprometam a sua solidez patrimonial, liquidez ou que venham a representar risco de crédito. As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização da cotação média do último dia em que foram negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados nas demonstrações do resultado. As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e/ou desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas nas demonstrações do resultado. O valor de mercado dos Certificados de depósito bancários foram apurados, utilizando-se os preços e taxas divulgados pela Anbima. **(ii) Títulos mantidos até o vencimento.** Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período. **(iii) Títulos disponíveis para venda.** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada "ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos", líquidos dos efeitos tributários. **Instrumentos financeiros derivativos.** As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma: Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas. Os prêmios pagos ou recebidos nas operações realizadas no mercado de opções são registrados em contas patrimoniais pelos valores efetivamente pagos ou recebidos e ajustados a mercado em contrapartida do resultado. Os valores de referência desses contratos são registrados em contas de compensação. Os valores de mercado das operações de termo são registrados individualmente em contas patrimoniais ativas ou passivas, em contrapartida às respectivas contas de receitas e despesas. **f. Negociação e intermediação de valores.** Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **g. Investimentos em participações em controladas.** As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. **h. Imobilizado de uso / Intangível.** O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e ajustado pela depreciação Ativo

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		20.423	42.699	29.587
Rendas de aplicações financeiras de liquidez	5	2.662	4.981	5.186
Resultado de títulos e valores mobiliários	6	17.438	37.125	22.336
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	7	(6)	(7)	(100)
Rendas de operações de financiamento		329	600	2.165
Despesas da intermediação financeira		(266)	(13.923)	8
Operação de empréstimo e repasse		-	-	(1)
(-) Reversão/provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(266)	(13.923)	9
Resultado bruto da intermediação financeira		20.157	28.776	29.595
Outras receitas (despesas) operacionais		(24.338)	(81.846)	(30.620)
Receitas de prestação de serviços	17a	110.337	189.943	220.050
Despesas pessoais	17b	(49.357)	(96.705)	(66.114)
Despesas administrativas	17c	(66.434)	(122.138)	(118.903)
Despesas tributárias	17d	(9.662)	(17.388)	(19.679)
Depreciação e amortização	11 e 12	(705)	(1.243)	(769)
Outras receitas operacionais	17e	19.525	22.755	23.409
Outras despesas operacionais	17f	(28.042)	(57.700)	(68.614)
Resultado de participação societária em controladas	10	13.918	34.124	49.888
Despesas de provisões	15	-	1	(198)
Provisões para passivos contingentes		-	1	(198)
Resultado operacional		9.737	(18.945)	48.665
Resultado não operacional		-	(4)	(634)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		9.737	(18.949)	48.031
Tributos sobre o lucro		55	55	(55)
Provisão para imposto de renda	14	27	27	(27)
Provisão para contribuição social	14	28	28	(28)
Participação estatutária no resultado	19	(1.217)	(5.606)	(7.088)
Resultado líquido do semestre/exercício		8.575	(24.500)	40.888
Quantidade de ações no final do semestre/exercício		272.532.587	272.532.587	272.532.587
Resultado líquido do semestre/exercício por ação - R\$		0,0315	(0,0899)	0,1500
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022 (Em milhares de Reais)				
		Semestre findo em	31/12/2022	31/12/2021
Lucro / (prejuízo) líquido do semestre / exercício		8.575	(24.500)	40.888
Outros resultados abrangentes no semestre/exercício		-	-	-
Lucro / (prejuízo) líquido abrangente do semestre / exercício		8.575	(24.500)	40.888
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022 (Em milhares de Reais)				
		Semestre findo em	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social		322.596	322.596	322.596
Aumento de capital		-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2021		107.601	(58.329)	49.272
Aumento de capital		214.995	-	214.995
Lucro líquido do exercício		-	40.888	40.888
Incorporação da Holding		-	2	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021		322.596	(17.439)	305.157
Mutações do exercício		214.995	40.888	255.883
Saldo em 1º de julho de 2022		322.596	(50.514)	272.082
Lucro líquido do semestre		-	8.575	8.575
Saldo em 31 de dezembro de 2022		322.596	(41.939)	280.657
Mutações do semestre		-	8.575	8.575
Saldo em 1º de janeiro de 2022		322.596	(17.439)	305.157
Prejuízo líquido do exercício		-	(24.500)	(24.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		322.596	(41.939)	280.657
Mutações do exercício		-	(24.500)	(24.500)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	8.575	(24.500)
Lucro / (Prejuízo) do semestre/exercício	8.575	(24.500)
Ajustes do (prejuízo)/lucro do semestre/exercício:		
Imposto de renda e contribuição social	(55)	(55)
Constituição/reversão provisão para participações dos empregados	(2.709)	1.680
Resultado de participações societárias	(13.918)	(34.124)
Reversão/provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	266	13.923
Constituição de provisões para contingências	-	1
Depreciação e amortização	705	1.243
(Prejuízo)/lucro líquido ajustado antes das variações de ativos e passivos	(7.136)	(41.832)
Varição de ativos e passivos:		
Redução(aumento) em instrumentos financeiros - ativo	29.910	76.565
Redução(aumento) em outros créditos e outros ativos (Redução) em depósitos e demais instrumentos financeiros	(36.106)	(18.523)
Aumento em outros passivos	(25.714)	(67.228)
Participações dos empregados	25.581	31.332
Impostos pagos	(1.216)	(8.768)
Caixa líquido (utilizado nas) pelas atividades operacionais	(14.681)	(28.454)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(313)	(1.331)
Baixa de imobilizado de uso	4	7
Aquisição de intangível	(4.427)	(4.457)
Aquisição de investimentos	-	-
Dividendos recebidos	22.289	34.830
Caixa líquido gerado pelas/aplicado nas atividades de investimento	17.553	29.049
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	214.995
Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.872	595
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	29.944	32.221
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	32.816	32.816
Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.872	595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 e semestre findo em 31/12/2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021	
Caixa	5	5	
Depósitos bancários	6.407	5.827	
Aplicações no mercado aberto (nota explicativa nº 5)	26.404	26.394	
Total	32.816	32.221	
5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue: Aplicações no mercado aberto.			
	31/12/2022	31/12/2021	
Por posição/título - Posição Bancada			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	26.404	26.394	
Total	26.404	26.394	
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, com vencimento em 2 de janeiro de 2023 (2021: 3 de janeiro de 2022) e não do papel. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez geraram ganhos de R\$ 4.981 (R\$ 5.186 em 2021). 6. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria da Corretora estão apresentados por tipo de papel e prazo de vencimento contratual da carteira: a. Títulos para negociação			
	Sem Venci- mento/ até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado
Custo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Carteira própria (livres)	124.272	124.077	116.597
Títulos de Renda Fixa (livres)	123.271	122.869	111.389
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	111.175	111.188	110.648
Letras do Tesouro Nacional - LTN	512	444	-
Notas do Tesouro Nacional-B - NTN-B	642	620	77
Notas			



Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.
CNPJ nº 27.652.684/0001-62

8. Outros créditos: a. Rendas a receber:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados (*)	12.000	-
Taxa de administração de fundos	3.500	4.535
Outros	3.863	2.786
Total	19.363	7.321

(*) Refere-se a utilização da plataforma da Genial Investimentos para serviços de trader. As receitas auferidas no exercício com a administração de recursos conforme a Nota Explicativa nº 17.a. totalizaram R\$39.367 (R\$ 51.972 em 2021). **b. Negociação e intermediação de valores:**

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Ativo		Passivo	
Caixa de registro e liquidação	8.789	-	35	2.018
Devedores/credores - liquidações pendentes	24.742	30.931	30.620	10.141
Total	33.531	30.931	30.655	12.159

c. Diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda a compensar	6.083	5.190
Devedores por depósito em garantia	1.065	1.317
Valores a receber de sociedades ligadas	678	5.576
Adiantamento salarial	156	223
Outros (*)	19.327	1.201
Total	27.309	13.507
Circulante	26.244	12.190
Não circulante	1.065	1.317

(*) O saldo é composto por adiantamento a fornecedores, reembolsos de fundos, clientes com operações pendentes, entre outros. A movimentação da provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(338)	(347)
Constituição de provisões	(17.553)	(531)
Reversão de provisões	3.630	540
Saldo final	(14.261)	(338)

d. Financiamento de conta margem: As operações em conta margem são as operações de financiamento realizadas com pessoas físicas, na compra de novas ações no mercado à vista, regulamentadas pela Instrução CVM nº 51/86, de clientes de *Home Broker*. A remuneração destas operações são de até 2,99% a.m. O limite de crédito concedido no produto conta margem possui garantia mínima de 140%. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa conta é de R\$ 1.914 (R\$ 1.348 em 31 de dezembro de 2021).

9. Despesas antecipadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Licença de uso	4.602	2.901
Assessoria técnica	60	180
Outras	2.769	914
Total	7.431	3.995
Circulante	3.322	3.995
Não Circulante	4.109	-

10. Investimentos em participações em controladas: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu investimento:

	Patri- líquido	Lucro preju- zado	Partici- pação %	Saldo em 31/12/2021	Dividen- dos	Equiva- lência patri- patr- Saldo em 31/12/2022
Genial Institucional						
CCTVM	135.901	2.847	100	133.054	-	2.847
Plural Investimentos						
Gestão de Recursos(*)	18.570	7.323	100	19.747	(8.500)	7.323
Plural Gestão de Recursos(*)	6.365	2.721	100	9.144	(5.500)	2.721
Genial Corretora de Seguros Ltda (*)	4.429	1.491	100	2.938	-	1.491
Occam Brasil						
Gestão de Recursos(*)	31.056	70.754	20	9.298	(22.830)	19.742
Total				174.181	(36.830)	34.124

(*) As empresas são investidas diretas da Corretora, porém, não são consideradas para fins de consolidação conforme regras estabelecidas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - Circular nº 1.273/87. Em 1º de março de 2021, a Genial Investimentos Holding aumentou o capital social da Genial Investimentos Holding Financeira no valor de R\$99.994 mediante a emissão de 16.384.139 ações ordinárias. As novas ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas mediante a conferência de 9.200 quotas da Plural Investimentos Gestão de Recursos no valor de R\$9.100.000 quotas da Plural Investimentos Gestão de Recursos no valor de R\$6.229. Em 1º de março de 2021, a Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. incorporou reversamente a sua controladora imediata Genial Investimentos Holding Financeira com sua consequente extinção. Devido a incorporação a Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. passou a ser detentora de: • 10.000 quotas do capital social da Plural Investimentos Gestão de Recursos Ltda. no valor total de R\$ 3.756; • 3.600.000 quotas do capital social da Plural Gestão de Recursos Ltda. no valor de R\$ 6.229; • 9.100 quotas de Classe A e 100 quotas de Classe B da Occam Brasil Gestão de Recursos Ltda. no valor de 9. As operações acima foram aprovadas em 1º de agosto de 2021. Abaixo segue a nova estrutura societária:



	Saldo em 31/12/2020	Aumento de capital	Incorpo- ração	Dividen- dos	Equiva- lência patri- patr- Saldo em 31/12/2021
Genial Institucional					
CCTVM	89.536	35.000	-	-	8.518
Genial Corretora de Seguros Ltda (*)	2.462	-	-	-	476
Plural Gestão de Recursos(*)	-	-	6.229	-	2.915
Plural Investimentos Gestão de Recursos(*)	-	-	3.756	-	15.991
Occam Brasil Gestão de Recursos(*)	-	-	9	(12.699)	21.988
Total	91.998	35.000	9.994	(12.699)	49.888

11. Imobilizado: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Movimentação			Saldo 31/12/2022
		Saldo 31/12/2021	Aqui- sições	Depre- ciação	
Mobiliário		1.259	6	-	1.265
(-) depreciação acumulada	10%	(564)	-	(95)	(659)
Equipamentos de comunicação e segurança		765	-	-	765
(-) depreciação acumulada	10%	(721)	-	(15)	(736)
Equipamento de informática		4.499	1.325	(8)	5.816
(-) depreciação acumulada	20%	(3.562)	-	(526)	(4.087)
Total		1.676	1.331	(7)	2.364

Descrição	Taxa	Movimentação			Saldo 31/12/2022
		Saldo 31/12/2021	Aqui- sições	Depre- ciação	
Mobiliário		1.187	72	-	1.259
(-) depreciação acumulada	10%	(474)	-	(90)	(564)
Equipamentos de comunicação e segurança		765	-	-	765
(-) depreciação acumulada	10%	(710)	-	(11)	(721)
Beneficiária		2.235	(2.235)	-	-
(-) depreciação acumulada (i)	10%	(1.339)	-	(284)	(1.623)
Equipamento de informática		4.284	321	(106)	4.499
(-) depreciação acumulada	20%	(3.287)	-	(86)	(3.562)
Total		2.661	393	(632)	1.676

(i) As beneficiárias são amortizadas de acordo com a vigência dos contratos de aluguel que são de 60 meses. **12. Intangível:** Durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	Movimentação			Saldo 31/12/2022
		Saldo 31/12/2021	Aqui- sições	Amorti- zação	
Sistema de processamento de dados		1.966	31	-	1.997
(-) amortização acumulada	20%	(1.844)	-	(64)	(1.908)
Direitos de exclusividade ou preferência (*)		8.894	4.427	-	13.321
(-) amortização acumulada		(259)	-	(543)	(802)
Total		8.757	4.458	(607)	12.608

(*) Em 07 de junho de 2021 foi assinado o contrato de parceria comercial entre BRB e a Corretora para realização de parceria estratégica nos negócios de gestão e administração de recursos de terceiros e das atividades de distribuição e corretagem de títulos e valores mobiliários pelo período de 20 anos. O contrato estabelece remuneração por meio de *profit sharing* e a possibilidade de constituição de uma *Joint Venture* entre a Corretora e o BRB, a depender do atingimento de determinadas condições.

13. Outras obrigações: a. Depósitos:

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos disponíveis de clientes (*)	79.529	146.757
Total	79.529	146.757

(*) De acordo com a Resolução 4.871/2020, a Corretora deverá manter conta de registro utilizada exclusivamente com saldos dos recursos líquidos de clientes disponível, enquanto não comprometido em operações de cada cliente.

b. Passivos fiscais e previdenciários:

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre salários	2.801	2.510
Imposto de Renda retido na fonte	2.355	872
Pis e Cofins	808	1.034
ISS	582	618
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	495	610
Total	7.041	5.644

c. Passivos sociais e estatutárias:

	31/12/2022	31/12/2021
Participações estatutárias	-	7.088

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Corretora distribuiu a seus colaboradores o montante de R\$ 8.768 (R\$ 5.255 em 2021), de acordo com o instrumento particular aprovado junto ao Sindicato da categoria. **d. Diversas:**

	31/12/2022	31/12/2021
Débitos com ligadas (*)	10.760	-
Provisões para despesa de pessoal(**)	6.205	6.135
Outros fornecedores a pagar	3.124	5.199
Provisões para pagamentos	500	-
Outros	1.538	1.117
Total	22.127	12.451

(*) Refere-se aos custos compartilhados com o Banco Genial S.A. (**) Devido a pandemia do Covid-19, a Medida Provisória nº 1.046/2021 autoriza o empregador a suspender, sem multas ou encargos, o recolhimento do FGTS das competências referentes a abril, maio, junho e julho de 2021. Essas competências serão recolhidas ao FGTS parceladamente entre setembro e dezembro de 2021, sem impacto na regularidade dos empregadores junto ao FGTS (CRF).

14. Imposto de renda e contribuição social: Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal:

RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da Tributação e Participações	(18.949)	48.031
Participações dos empregados no resultado	(5.606)	(7.089)
Lucro antes dos impostos	(24.555)	40.942

Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquota vigente

	31/12/2022	31/12/2021
Corrente - Alíquota Vigente	(10.068)	18.424
Ajustes Permanentes	(32.730)	(47.353)
Resultado de Equivalência Patrimonial de Controladas e Coligadas	(34.124)	(49.888)
Outras	1.394	2.535
Ajustes Temporários	6.858	6.678
Ajustes temporários sobre produtos	14.240	94
Outras	(7.382)	6.584
Lucro/Prejuízo Antes das Compensações	(50.427)	267
Compensação	-	80
Lucro/Prejuízo do Exercício	(50.427)	187

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social
A Corretora não realizou o registro contábil de ativo ou passivo tributário em conformidade com Resolução 3.059/12 do Bacen que define as regras para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias.

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Ajustes Temporários	MTM	Total
Ativos fiscais não constituído	27.768	16.656	-	5.833	50.257
Genial Investimentos CVM	27.768	16.656	-	5.833	50.257

15. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações. Para as contingências classificadas como "prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica "Provisões para riscos fiscais" e "Provisões para passivos contingentes". Eventuais desembolsos dependerão da evolução e do êxito de cada um dos processos, não sendo possível estimar quando ocorrerão.

	Trabalhistas	Cíveis
Em 31 de Dezembro/2021		
Constituições	434	294
Reversões	251	2
Realizações / Pagamentos	(505)	(263)
Em 31 de Dezembro/2022	180	885

Abaixo segue demonstração dos tipos de processos com probabilidade "positiva" em que a Corretora figura no polo passivo.

Passivos Contingentes - Risco Possível

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras
Em 31 de Dezembro/2021	4.260	7.621	5.105	326
Em 31 de Dezembro/2022	4.624	4.736	5.717	326

Existem passivos contingentes incluídos no quadro acima, cujo ônus em caso de perda são dos antigos controladores da Corretora, nos montantes R\$100 a contingências trabalhistas. **16. Patrimônio líquido: Capital Social** - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social é de R\$ 322.596 e está representado por 272.532.587 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas pela Genial Holding Financeira S.A. Em 25 de junho de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi realizado o aumento de capital social da Corretora, no valor de R\$ 205.000 mediante a emissão de 2.350.917.431 novas ações. No mesmo ato, foi deliberado o grupamento da totalidade das ações da Corretora, de forma que cada 12 ações ordinárias passaram a corresponder a 1 ação ordinária. Dessa forma, o capital social da Corretora passou a ser de R\$ 322.596 representado por 272.532.587 ações ordinárias e foram aprovadas em 03 de agosto de 2021. Em 1º de março de 2021, através

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Disponibilidades	4.358	4.553
Aplicações no mercado aberto	26.404	26.394
Carteira própria	-	-
Negociação e intermediação de valores	10.992	-
Rendimentos e serviços a receber	-	-
Outros créditos - diversos	-	3.857
Passivo		
Negociação e intermediação de valores	-	-
Diversas	(10.760)	-
Resultado		
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras de liquidez	4.981	5.186
Outras receitas operacionais	-	9.485
Outras despesas operacionais	6.293	(480)

Remuneração do pessoal-chave da Administração. O pessoal-chave da administração foi remunerado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Honorários da diretoria	1.314	1.608
Encargos sociais	296	362
Total	1.610	1.970

De acordo com o CPC 33 (R1), a remuneração total dos Diretores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração não existem outros benefícios de curto prazo. **19. Participações estatutárias:** O resultado de participações dos empregados sobre o lucro para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.606 (R\$ 7.088 em 2021). **20. Resultado líquido por ação: Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)**

	31/12/2022	31/12/2021
Operações continuadas	(24.500)	(24.500)
Operações Total	(24.500)	(24.500)
(Prejuízo)/lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias	40.888	40.888
(+) Ajustes ao prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	-	-
(Prejuízo)/ Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias	(24.500)	(24.500)

Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído)

	31/12/2022	31/12/2021
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	272.532.587	752.901.535
Efeito das ações emitidas	-	(198.541.455)
Média ponderada de ações ordinárias	272.532.587	554.360.081

(Prejuízo)/lucro básico por lote de mil ações: (0,0899) / 0,0738
A Corretora não identificou efeitos diluidores que afetem o cálculo e apresentação do prejuízo líquido por ação. **21. Resultados recorrentes e não recorrentes:** A Corretora considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o seu objeto social. Além disso, a Administração considera como não recorrentes, os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Corretora e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado da Corretora foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **22. Gerenciamento de riscos:** A gestão de risco está sujeita aos padrões do acionista controlador, Banco Genial S.A. Desse modo, atua como instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas buscando estabelecer estratégias e

continuação

genial
investimentos

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.
CNPJ nº 27.652.684/0001-62

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados da análise de sensibilidade dos piores cenários por fator de risco para a Carteira de Negociação (Trading) do Conglomerado Prudencial, composta por títulos e valores mobiliários:

Fator de Risco	Cenário	A Resultado (R\$ mil)	B Resultado (R\$ mil)	C Resultado (R\$ mil)
PRE	Otimista	(742)	(940)	(1.142)
Ações (IBOVESPA)	Pessimista	(626)	(783)	(940)
Câmbio	Otimista	(412)	(516)	(619)
Cupom de IPCA	Pessimista	(426)	(517)	(603)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. A carteira é composta por operações de créditos, captações, ações de cia. Fechada e derivativos com seus respectivos hedges. **b. Risco operacional.** O gerenciamento de risco operacional abrange identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles internos, o framework de risco operacional é divulgado em política, e prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades das áreas que participam dessa estrutura. A metodologia utilizada pela Conglomerado está em linha com o framework definido nos documentos *Integrated Framework: Application Techniques*, publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*; e no *Principles for the Sound Management of Operational Risk*, emitido pelo *Basel Committee on Banking Supervision*. Outra questão no Contexto de Riscos Operacionais é a implementação do Novo Programa de Gestão de Continuidade de Negócios, com estratégias para responder tempestivamente a eventos abruptos que coloque em risco as vidas dos funcionários e colaboradores, o patrimônio e a imagem do grupo, assegurando em níveis aceitáveis os processos críticos de negócios. A infraestrutura tecnológica contempla redundâncias e contingências para mitigar o risco de indisponibilidade e, em decorrência da Pandemia de COVID-19, todos os colaboradores possuem notebooks corporativos com acesso remoto, via VPN, à toda infraestrutura do Grupo. Os eventos de perdas e incidentes de risco são monitorados, identificados e armazenados em base de dados conforme determinado pela Resolução nº 4.557/2017. **c. Risco de crédito.** O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito da Instituição possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de

operações de crédito e instrumentos financeiros derivativos. Ainda, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros. O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Limites Operacionais e pelo Manual de Crédito que abordam de forma detalhada diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para pagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência). O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera. A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Com isso, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações corporative com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses. **d. Risco de liquidez.** O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas para garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O modelo de negócio do Conglomerado Genial compreende a manutenção de estoques de ativos de alta liquidez e proeminentes saídas líquidas de curto prazo, principalmente em decorrência de intermediação financeira realizada pelas corretoras do grupo. Diante disso, a estratégia adotada pela Diretoria Financeira é utilizar fontes diversificadas de captação de curto prazo, conforme

condições mercadológicas e cenário econômico vigente, a fim de garantir a autossuficiência do funding da carteira de ativos. A captação de longo prazo, quando necessária, é condicionada a entrada de ativos de igual maturidade a fim de se evitar descasamento entre Ativos e Passivos. **e. Gestão de Capital.** Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: i. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; ii. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. O objetivo da Instituição no que tange ao gerenciamento de capital é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado através de uma postura prospectiva. **23. Limites operacionais.** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 4.958/2021 e legislação complementar. A decomposição do limite operacional está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência	13,57%	19,07%
Índice de Basileia	81.087	96.342
Limite de imobilização	55.858	60.709
Valor da situação para o limite de imobilização	34,44%	31,51%
Índice de imobilização	25.228	35.632
Margem/Insuficiência	162.174	192.684
Patrimônio de Referência (PR)	162.174	192.684
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	162.174	192.684
Total da parcela RWA ^{BAN}	10.917	291
Total da parcela RWA ^{CRAD} (Crédito)	481.117	389.509
Total da parcela RWA ^{MPIAD} (Mercado)	67.407	126.161
Total da parcela RWA ^{CAM}	435	2.269
Total da parcela RWA ^{JUR1}	21.338	2.704
Total da parcela RWA ^{JUR2}	274	439
Total da parcela RWA ^{JUR3}	13.185	58.003
Total da parcela RWA ^{JUR4}	25.080	61.287
Total da parcela RWA ^{OPC}	7.095	1.459
Total da parcela RWA ^{OPAD} (Operacional)	646.595	494.532
RWA total (crédito+mercado+operacional)	1.195.119	1.010.202

A resolução nº. 4.958/2021 dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nºs. 3.644/2013, 3.809/2016, 3.848/2017 e 3.904/2018 para risco de crédito, das Circulares nºs. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nºs 3.498/2011 e 3.499/2011 para risco de mercado, e das Circulares nº. 3.640/2013 e das Cartas-Circulares nºs. 3.315/2008, 3.316/2008 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem o indicador básico para mensuração do risco operacional.

Rodolfo Riechert Diretor Presidente	Aldeir Salvadori Diretor
Simone B. Amaral Contadora CRC/RJ nº 087.175/O-0	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para Opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A Administração da Corretora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações**

financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 17 de março de 2023. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Igor Calheiros Nogueira da Gama - Contador CRC RJ-106531/O-6.

IPO e FOLLOW ON

A Luz Capital Markets oferece soluções completas para IPO e FOLLOW ON. Conta com mais de 400 ofertas e possui um time ágil e especializado.

- Formulário de Referência
- Prospecto e Offering Memorandum
- ITR e DFP
- Data Room Venue® by DFIN
- Atendimento 24h



www.luzcm.com





ICATU CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ 22.315.180/0001-33

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas conforme os dispositivos da lei das sociedades por ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nessas Demonstrações, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas.

2. Desempenho

A Icatu Consultoria de Investimentos S.A. é uma Companhia do Grupo Icatu, com sede no Rio de Janeiro, especializada em consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, inclusive de valores imobiliários, podendo, ainda, participar do capital de outras sociedades, empreendimentos e consórcios no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista, quotista ou consorciada.

Em 2022, o faturamento da Companhia foi de R\$ 199.650 (R\$ 270.263, em 2021), representando uma redução de 26,12% no ano, justificada pela transferência de alguns fundos para a gestão da Icatu Seguros.

O patrimônio líquido da Companhia atingiu em 2022 R\$ 14.425 (R\$ 11.398 em 2021).

O resultado com equivalência patrimonial, em 2022, foi de R\$ 65.844 (R\$ 12.956 em 2021). Conforme nota explicativa 8, o investimento foi adquirido pela Companhia em setembro de 2021.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu estatuto social.

Em 2022, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 146.027 (R\$ 157.080 em 2021), tendo pago R\$ 125.004 de dividendos intermediários (R\$ 121.000 em 2021) e destinado R\$ 21.023 para a reserva de lucros (R\$ 36.080 em 2021). Em 2021, destinou R\$ 60 para a reserva legal, R\$ 25.085 para reserva estatutária e pagou R\$ 10.935 de dividendos adicionais.

4. Auditores independente

A KPMG Auditores Independentes Ltda presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais.

5. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários, parceiros e pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência e aos acionistas pela confiança.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023.

A Administração

Balancos patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
CIRCULANTE	43.157	76.302
Disponível	537	291
Caixa e bancos	518	291
Equivalente de caixa	19	-
Aplicações	Nota 5	13.549
Clientes a receber	Nota 6	17.062
Títulos e créditos a receber	12.008	14.781
Dividendos a receber	11.553	14.426
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.1	456
Outros créditos	-	5
ATIVO NÃO CIRCULANTE	259.150	273.094
Realizável a longo prazo	1.836	2.801
Cliente a receber	Nota 6	561
Títulos e créditos a receber	1.275	879
Créditos tributários diferidos	Nota 7.2	1.275
Investimentos	Nota 8	120.670
Intangível	Nota 9	136.644
TOTAL DO ATIVO	302.307	349.396

	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO		
CIRCULANTE	6.213	62.361
Contas a pagar	6.213	62.361
Obrigações a pagar	Nota 10.1	1.186
Impostos e encargos sociais a recolher	-	965
Encargos trabalhistas	-	268
Impostos e contribuições	Nota 11	3.794
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	281.669	275.637
Contas a pagar	281.669	275.637
Empréstimos e financiamentos	Nota 10.2	278.524
Outras contas a pagar	Nota 10.1	3.145
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 13	14.425
Capital social	-	301
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(6.959)
Reservas de lucros	-	21.083
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	302.307	349.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2021	301	-	29.915	-	-	-	30.216
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	-	-	-	-	102	-	102
Dividendos intermediários declarados e pagos - AGE 10/03/2021	-	-	-	-	-	(37.000)	(37.000)
Dividendos intermediários declarados e pagos - AGE 21/05/2021	-	-	(20.000)	-	-	-	(20.000)
Dividendos intermediários declarados e pagos - AGE 29/07/2021	-	-	(35.000)	-	-	-	(35.000)
Dividendos intermediários declarados e pagos - AGE 26/08/2021	-	-	-	-	-	(17.000)	(17.000)
Dividendos intermediários declarados e pagos - AGE 28/10/2021	-	-	-	-	-	(12.000)	(12.000)
Dividendos intermediários declarados e pagos - AGE 30/12/2021	-	-	-	-	-	(55.000)	(55.000)
Destinação do lucro líquido							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	157.080	157.080
Reserva legal	-	60	-	-	-	(60)	-
Dividendo adicionais propostos	-	-	-	10.935	-	(10.935)	-
Reserva estatutária	-	-	25.085	-	-	(25.085)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	301	60	-	10.935	102	-	11.398
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	-	-	-	-	(7.061)	-	(7.061)
Dividendo adicional proposto pago declarados e pagos - AGE 31/03/2022	-	-	-	(10.935)	-	-	(10.935)
Dividendos intermediários declarados e pagos - AGE 24/06/2022	-	-	-	-	-	(37.000)	(37.000)
Dividendos intermediários declarados e pagos - AGE 31/10/2022	-	-	-	-	-	(68.000)	(68.000)
Dividendos intermediários declarados e pagos - AGE 14/12/2022	-	-	-	-	-	(20.004)	(20.004)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	146.027	146.027
Destinação do lucro líquido							
Dividendo adicionais propostos	-	-	-	21.023	-	(21.023)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	301	60	-	21.023	(6.959)	-	14.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima com capital fechado, com sede na Avenida Oscar Niemeyer, 2000, bloco 1, sala 1801, edifício *Agwa Corporate*, Santo Cristo, Rio de Janeiro. A Companhia é prestadora de serviços especializada em assessoria e consultoria nas áreas de seguros, previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, inclusive de valores imobiliários, podendo, ainda, participar do capital de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

Nessas demonstrações financeiras, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., é tratada pelo termo (Companhia) e o termo (Grupo Icatu) é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte. O acionista da Companhia é a Icatu Seguros S.A.

Valor do capital social:	Quantidade de ações:	Valor nominal:
R\$ 301.200	301.200	R\$ 1,00
Acionista:	Quantidade de ações:	Percentual:
Icatu Seguros S.A.	301.200	100%
Total	301.200	100%

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme os dispositivos da lei das sociedades por ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e os pronunciamentos, as interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), doravante denominadas, em seu conjunto, práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 20 de março de 2023.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (nota 3.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 3.4).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondadas em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- As receitas são recebíveis relativas à remuneração pela prestação de serviços de consultoria nas áreas de seguros e previdência complementar aberta e fechada, capitalização, mercado financeiro e de capitais, inclusive de valores imobiliários.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

• Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, dado que têm a intenção de ser frequentemente negociados, independente da data de vencimento dos instrumentos financeiros.

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três

meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Valor Justo por meio do Resultado - (VJR)

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. No entanto, há exceções para alguns instrumentos financeiros que não são ativos e frequentemente negociados, mas são classificados nessa categoria, de acordo com a estratégia de investimentos da Companhia.

3.4.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
Os instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros, ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em resultados abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido.

3.4.3. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Redução ao valor recuperável

3.4.4.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.5. Benefícios a empregados

Plano de contribuição variável sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade ligada, no caso a Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado.

A Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) tendo como base a contribuição das equipes e desempenho da Companhia. A metodologia utilizada leva em consideração o resultado do Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio estabelecidos para o exercício. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas estabelecidas e revista a cada exercício social, respeitando o regime de competência.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.6. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no resultado do exercício. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros; e (ii) créditos tributários e previdenciários.

3.7. IRPJ e CSLL correntes e diferidos

Ativos e passivos tributários correntes dos exercícios de 2022 e 2021 foram mensurados ao valor recuperável esperado a pagar. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 9%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	Nota 14.1	171.786
Despesas com prestação de serviços	-	(84)
Despesas administrativas	Nota 14.2	(18.561)
Despesas com tributos	Nota 14.3	(925)
Resultado financeiro	Nota 14.4	(31.300)
Resultado patrimonial	65.844	12.956
Resultado operacional	186.760	229.076
Resultado antes dos impostos e participações	186.760	229.076
Imposto de renda	Nota 15	(29.201)
Contribuição social	Nota 15	(10.918)
Participações sobre o lucro	-	(614)
Lucro líquido do exercício	146.027	157.080
Quantidade de ações	301.200	301.200
Lucro líquido por ações (R\$)	484,81	521,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	146.027	157.080
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	146.027	157.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	146.027	157.080
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	10.661	3.554
Juros e atualização monetária de debêntures	37.572	6.236
Amortização no custo de transação de debêntures	539	135
Custos de transação de títulos emitidos	-	(2.695)
Imposto de renda e contribuição social provisionados	40.119	71.525
Resultado positivo com equivalência patrimonial	(65.844)	-

Variação nas contas patrimoniais:

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	13.071	(25.210)
Outros créditos operacionais	11.848	1.392
Títulos e créditos a receber	2.874	(


ICATU CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS S.A.
 CNPJ 22.315.180/0001-33

 www.icatuseguros.com.br
 Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
 Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.

(II) DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico.

- A perda com a oscilação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de risco	31/12/2022				31/12/2021			
	DIV-01	EWMA	VaR	Exposição	DIV-01	EWMA	VaR	Exposição
Pré-fixado - DI	1	0,95	-	(7)	-	0,88	1	59
IPCA	-	0,95	2	100	-	0,99	9	467

4.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Companhia entende que, para o pagamento dos juros e da amortização da dívida, a Companhia conta com estimativas de fluxos de recebimentos em função de sua própria operação, bem como dos dividendos a serem recebidos em função dos investimentos realizados com os recursos captados pelas debêntures. As premissas que respaldam esses fluxos são periodicamente discutidas e definidas em comitê de investimentos.

4.2. Gestão de capital

Gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e stress.

5. Aplicações financeiras

A Companhia possui um total de aplicações no valor de R\$ 13.549 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 33.681 em 31 de dezembro de 2021), classificadas na categoria mensuração ao valor justo, nível 2, apresentando valores de mercado iguais aos valores contábeis.

	Valor justo por meio	
	Nível 2	do resultado
Saldo em 01 de janeiro de 2021		8.471
(+) Aplicação	257.920	
(+) Rendimentos	1.494	
(-) Resgate	(234.204)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		33.681
(+) Aplicação	265.600	
(+) Rendimentos	7.244	
(-) Resgate	(292.976)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		13.549

As aplicações são alocadas em fundos não exclusivos no valor de R\$ 11.132 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 31.558 em 31 de dezembro de 2021) e em Recibos de Depósito Cooperativo no valor de R\$ 2.416 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.123 em 31 de dezembro de 2021) com remuneração de 110,25% do CDI e liquidez diária.

6. Clientes a receber

Os créditos operacionais a receber da Companhia estão classificados no ativo circulante e não circulante e são originados exclusivamente da receita com prestação de serviços de consultoria de administração e performance de fundos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	17.062	27.549
taxa de administração e performance - fundos	17.062	27.549
Não Circulante	561	1.922
taxa de administração e performance - fundos	561	1.922
Total	17.623	29.471

O saldo de clientes a receber está distribuído da seguinte forma:

Aging	31/12/2022
0 a 30	16.519
31 a 90	119
91 a 180	50
181 em diante	935
Total	17.623

7. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

7.1. Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos apurados e lançados no sistema da Receita Federal do Brasil (RFB), que podem ser recuperados integral e imediatamente, dependendo da necessidade da Companhia, e são apresentados a seguir:

Impostos a recuperar	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	122	123
PIS	-	1
IOF a compensar	5	5
ISS a recuperar/restituir	328	221
COFINS	1	-
Total de créditos fiscais	456	350

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os créditos tributários diferidos:

Ativo - não circulante	31/12/2022	Consti- tuição	Realização/ reversão	31/12/2021
Imposto de renda diferido	646	710	(419)	937
Diferenças temporárias	646	710	(419)	937
Contribuição social diferida	233	250	(146)	338
Diferenças temporárias	233	250	(146)	338
Total de créditos fiscais diferidos	879	960	(565)	1.275

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais cíveis e fiscais. Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A seguir, a composição dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

Diferenças temporárias	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda/contribuição social		
Outras provisões	27	2
Participação nos lucros e resultados	577	622
COFINS exigibilidade suspensa	2.584	1.611
PIS exigibilidade suspensa	561	350
Total das provisões temporárias	3.748	2.585
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	937	646
Alíquota aplicada - CSLL - 15% e 20%	337	233
Total	1.275	879

8. Investimentos

A Companhia adquiriu em 22 de setembro de 2021, por R\$ 124.355, 50,01% das ações da Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR), que por sua vez possui a totalidade do controle das empresas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A.. O restante das ações da BIPAR, 49,99%, é de propriedade do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL).

Os saldos do investimento em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, eram:

Investimentos	Quantidade de ações ON	% de participação	Ativo	Passivo líquido de provisões judiciais	Capital social	Patri mônio líquido	Investimento		Resultado patrimonial		
							Receitas	Despesas	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	31/12/2021	31/12/2022
Banrisul Icatu Participações S.A.	44.448	50,01%	264.425	156.280	91.024	(238.560)	131.662	120.670	122.987	65.844	12.956
Total de Investimentos							120.670	122.987	65.844	12.956	

A seguir, a movimentação da participação acionária da Companhia:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas / transfe- rências	Divi- dendos	JSCP	Ajuste TVM	Equiva- lência pa- trimonial	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas / transfe- rências	Divi- dendos	JSCP	Ajuste TVM	Equivalên- cia patri- monial	Saldo em 31/12/2022
Total	-	124.354	-	(14.426)	-	102	12.957	122.987	1.366	-	(66.134)	-	(3.393)	65.844	120.670

9. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do intangível era de R\$ 136.645 (R\$ 147.306 em 31 de dezembro de 2021).

Em setembro de 2021, a Companhia adquiriu da Icatu Seguros, o intangível referente a exclusividade nos balcões de vendas do Banrisul, para a comercialização de seguros de vida e previdência, bem como capitalização, via investidas indiretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., totalizando R\$150.860. O intangível adquirido tem amortização linear de acordo com a vigência dos contratos que variam em 20 anos.

10. Contas a pagar

As contas a pagar, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estavam basicamente representadas por "Obrigações a pagar", "Outras contas a pagar" e "Empréstimos e financiamentos"; como apresentados a seguir:

10.1. Obrigações e outras contas a pagar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	1.186	55.695
Participação nos lucros a pagar	563	467
Dividendos e bonificações a pagar	-	55.000
Rateio de despesas administrativas a pagar	569	226
Demais obrigações	54	2
Não circulante	281.669	275.637
Empréstimos e financiamentos	278.524	273.676
PIS exigibilidade suspensa	561	350
COFINS exigibilidade suspensa	2.584	1.611

10.2. Empréstimos e financiamentos - debêntures a pagar

A Companhia emitiu em setembro de 2021, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, da emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, no valor de R\$ 270.000. A emissão dessas debêntures teve como principal objetivo a aquisição da participação na Banrisul Icatu Participações S.A. e do intangível

A movimentação das debêntures, anteriormente identificada, é a seguinte:

Emissão	Série	Saldo em 01/01/2021	Captação	Juros pagos	Amortização do principal	Despesas de juros e custo de transação	Saldo em 31/12/2021
1ª Emissão	Série única	-	267.305	-	-	6.371	273.676
Total		-	267.305	-	-	6.371	273.676

Emissão	Série	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros pagos	Amortização do principal	Despesas de juros e custo de transação	Saldo em 31/12/2022
1ª Emissão	Série única	273.676	-	(33.263)	-	38.111	278.524
Total		273.676	-	(33.263)	-	38.111	278.524

O custo de transação, contabilizado reduzindo o custo total das debêntures, no passivo, foi de R\$ 539.

A escritura de emissão das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado e o controle é feito através de determinados índices financeiros previamente estabelecidos (covenants financeiros). Os covenants financeiros são apresentados a seguir:

Descrição dos covenants	Índice requerido
Índice financeiro I - novos endividamentos da emissora	Igual ou inferior a R\$ 30.000.000,00
Índice financeiro II - venda ou promessa de venda de participações societárias dos fiadores na Icatu Seguros S.A. sem a anuência dos Debenturistas em Assembleia Geral	Igual ou inferior a 5%

Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Icatu Seguros S.A. (Controlada Indireta) (a)	-	-	(488)	(262)	-	-	(2.531)	(741)
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a)	-	-	(67)	-	11	7	(246)	-
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (a)	-	-	-	-	90	1.132	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Controlada) (a)	-	-	-	-	3	72	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (a)	-	-	-	-	3	22	(4)	-
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (a)	-	-	(13)	(1)	-	-	(33)	(12)
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (a)	-	-	-	-	-	-	(6)	(1)
Vanguarda Cap Capitalização S.A. (Controlada) (a)	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (b)	-	-	-	-	-	-	(82)	(41)
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controlada) (c)	11.552	-	-	-	-	-	-	-
Total	11.552	-	(568)	(263)	107	1.233	(2.903)	(795)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: (a) Reembolsos de custos administrativos - referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes; (b) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários; (c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da companhia. **13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social:** O capital subscrito e integralizado é de R\$ 301, sendo representado por 301.200 ações no valor de R\$ 1,00 (um real) cada. **13.2. Ajustes de avaliação patrimonial:** Em 31 de dezembro de 2022, os ajustes de avaliação patrimonial são de R\$ (6.960) (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2021). **13.3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual:** A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido no ano	146.027	157.080
Constituição de reserva legal	-	(60)
Base para distribuição de dividendos	146.027	157.020
Dividendo mínimo obrigatório	36.507	39.255
Dividendos intermediários pagos	125.004	121.000
Dividendos adicionais propostos	21.023	10.935
Constituição de reserva estatutária	-	25.085

14. Detalhamento de contas da demonstração do resultado
14.1. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	199.650	270.263
(-) Deduções sobre a receita	(27.864)	(37.595)
ISS faturado	(9.983)	(13.612)
PIS s/ receita	(3.177)	(4.275)
COFINS s/ receita	(14.704)	(19.708)
Total	171.786	232.668

14.2. Despesas administrativas

As despesas administrativas estão compostas conforme apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal (a)	(4.734)	(2.624)
Despesas com serviços de terceiros	(250)	(39)
Despesas com localização e funcionamento (b)	(11.177)	(3.575)
Publicidade e propaganda	(181)	1
Publicações	(76)	(59)
Donativos e contribuições	(1.321)	(2.860)
Outras despesas	(822)	88
Total	(18.561)	(9.068)

(a) Variação oriunda da contratação de novos funcionários. (b) Variação devido a alteração nos critérios de rateio.

referente a exclusividade de vendas de seguros de vida, previdência e capitalização no canal bancário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos estão representados exclusivamente por debêntures, conforme identificadas no quadro a seguir, no montante de R\$ 278.524 (R\$ 273.676, em 31 de dezembro de 2021), sendo integralmente alocado no passivo não circulante. O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2022, identificadas no quadro anterior, de acordo com o preço unitário (PU) no mercado secundário disponibilizado pela ANBIMA era de R\$ 280.545 (R\$ 276.235, em 31 de dezembro de 2021).

Características 1ª emissão - série única

Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária, com garantia fidejussória adicional
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	270.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	24 de setembro de



ICATU CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ 22.315.180/0001-33

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Consultoria de Investimentos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Consultoria de Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Consultoria de Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures a pagar

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado na nota explicativa nº 10.2 às demonstrações financeiras, a Companhia teve em março de 2021 a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 270.000.000,00 e com a duração de cinco anos, a partir da data de emissão. Devido à importância das debêntures a pagar para o entendimento das demonstrações financeiras por parte dos usuários e a relevância quantitativa da rubrica, que representa 97% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - obtenção e leitura do contrato de coordenação e distribuição pública da emissão de debêntures. - entendimento dos critérios adotados para a apuração dos custos da transação e recálculo dos juros envolvidos na transação. - conciliação dos registros analíticos suporte as debêntures a pagar com os respectivos saldos contábeis. - obtenção de confirmação diretamente com o agente fiduciário contratado pela Companhia com as informações contidas no contrato de coordenação e distribuição e confirmação sobre o pagamento de juros efetuado no período. - teste da liquidação financeira dos juros pagos no exercício, por meio do confronto dos dados contidos nos registros analíticos com os extratos bancários. - análise da movimentação das debêntures a pagar e confronto dos saldos de captação, despesas de juros e custo de transação com o contrato de coordenação e distribuição mencionado anteriormente e respectivos saldos contábeis. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, não identificamos ajustes que pudessem afetar a mensuração e divulgação das debêntures a pagar no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6



MARINA PORTO BRACUHY S.A.
CNPJ Nº 29.808.359/0001-71
(Em milhares de reais)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Atendendo às disposições legais, a administração da Marina Porto Bracuchy S.A. ("Companhia" ou "Marinha") apresenta-lhes, a seguir, o relatório da administração e as notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ressaltamos que as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas obedecendo aos princípios fundamentais da contabilidade, observando os preceitos da Lei nº 6.404/76, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e obedecendo aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Relatório da Administração:**

1. Informações sobre a Companhia: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Angra dos Reis - RJ. A atual controladora da Companhia é a BR Marinas S.A., holding do Grupo BR Marinas ("Grupo BR Marinas"). A Companhia possui participação de 50% na BR Marinas JL Bracuchy S.A., a qual explora: (a) comercialmente

uma marina para guarda de embarcações de recreio em geral com aproximadamente 430 vagas entre vagas "secas" e "molhadas" as quais estão alugadas no momento. (b) a locação de 10 pontos comerciais (lojas) estando, atualmente, todas alugadas. (c) espaços e máquinas que permitam a prestação de serviços relacionados às embarcações. (*) As informações de 2022 são os valores da Companhia adicionados aos valores da participação na BR Marinas JL (50%). **2. Principais Fatos do Exercício de 2022:** **2.1. Empréstimos de Terceiros:** A Companhia, face a necessidade de caixa para cumprir seus compromissos financeiros, manteve (em 2022 e 2021), a título de empréstimo junto à acionista BR Marinas S.A., o saldo de 6.357, o qual deverá ser quitado quando houver excesso de geração de caixa. Registre-se, ademais, que a Companhia continua se beneficiando, temporariamente, do comodato de equipamento de titularidade de Companhia integrante do Grupo BR Marinas, realizado em favor da Companhia. Tal equipamento é utilizado no içamento de embarcações na marina, sendo o mesmo denominado "TravellLift", de propriedade da Marina Verolme S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro 2022 e 2021				Demonstração dos Resultados dos Exercícios de 2022 e 2021				Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2022 e 2021						
	Individual		Consolidado			Individual		Consolidado			Individual		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Ativo	2.126	2.813	3.232	2.813	Receitas operacionais	5.236	5.599	6.392	5.599	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.054	1.050	2.054	1.050
Circulante	2.126	2.813	3.232	2.813	Receitas líquidas de locações e serviços	5.236	5.599	6.392	5.599	Lucro do exercício	2.054	1.050	2.054	1.050
Caixa e equivalente de caixa	1.589	2.549	2.568	2.549	Custos dos serviços prestados	(2.589)	(2.398)	(2.877)	(2.398)	Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa				
Contas a receber	81	221	168	221	Lucro bruto	2.647	3.201	3.515	3.201	Depreciações e amortizações	884	819	884	819
Adiantamento a fornecedor	-	12	13	12	Receitas e (despesas) operacionais					Provisão de juros	292	205	292	205
Tributos a recuperar	456	2	456	2	Despesas administrativas e gerais	(870)	(1.241)	(927)	(1.241)	Provisão para devedores duvidosos	(6)	(10)	(6)	(10)
Despesas antecipadas	-	29	26	29	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1)	(72)	-	(72)	Baixas de contas a receber	68	32	68	32
Créditos diversos	-	-	1	-	Resultado de equivalência patrimonial	684	-	-	-	Resultado de equivalência patrimonial	(682)	-	-	-
Não circulante	18.330	17.910	17.687	17.910	Lucro antes do resultado financeiro	2.460	1.888	2.588	1.888	Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Investimentos	832	-	-	-	Resultado financeiro	174	99	188	99	Contas a receber	79	(41)	(8)	(41)
Imobilizado	17.498	17.910	17.687	17.910	Receitas financeiras	(338)	(263)	(341)	(263)	Impostos a recuperar	(455)	4	(455)	4
Total do ativo	20.456	20.723	20.919	20.723	Despesas financeiras					Adiantamento a fornecedores	12	(2)	-	(2)
					Lucro antes do Imposto Renda e Contrib. Social	2.296	1.724	2.435	1.724	Despesas antecipadas	26	(6)	-	(6)
Passivo					Imposto de Renda e Contribuição Social	(242)	(674)	(381)	(674)	Créditos diversos	4	-	4	-
Circulante	1.487	2.277	1.942	2.277	Correntes	(242)	(674)	(381)	(674)	(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Empréstimos e financiamentos	486	873	486	873	Lucro líquido do exercício	2.054	1.050	2.054	1.050	Fornecedores	(35)	19	53	19
Fornecedores	12	47	100	47	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2022 e 2021					Obrigações trabalhistas	(236)	70	(103)	70
Obrigações trabalhistas	-	236	131	236						Obrigações tributárias	(336)	273	(140)	273
Obrigações tributárias	15	352	211	352	Saldos em 31/12/2020	6.200	159	3.740	- 10.099	Adiantamento de clientes	(11)	(31)	28	(31)
Dividendos a pagar	488	470	488	470	Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.050	Partes relacionadas	-	(20)	-	(20)
Transações partes relacionadas	288	288	288	288	Constituição da reserva legal	-	53	-	(53)	Outras contas a pagar	186	-	194	-
Adiantamento de clientes	-	11	40	11	Constituição da reserva de lucros	-	748	-	(748)	Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.844	2.362	2.863	2.362
Outras contas a pagar	198	-	198	-	Distribuição de dividendos	-	-	-	(249)	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Não circulante	7.914	7.546	7.922	7.546	Saldos em 31/12/2021	6.200	212	4.488	- 10.900	Aquisição do imobilizado	(150)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.557	1.177	1.557	1.177	Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.054	Aquisição do imobilizado	(472)	(628)	(662)	(628)
Transações partes relacionadas	6.357	6.357	6.357	6.357	Constituição da reserva legal	-	103	-	(103)	Caixa usado nas atividades de investimento	(622)	(628)	(662)	(628)
Outras contas a pagar	-	12	8	12	Constituição da reserva de lucros	-	1.951	-	(1.951)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Patrimônio líquido	11.055	10.900	11.055	10.900	Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.899)	Obtenção de financiamentos	2.000	-	2.000	-
Capital social integralizado	6.200	6.200	6.200	6.200	Saldos em 31/12/2022	6.200	315	4.540	- 11.055	Amortização de financiamentos	(1.799)	(457)	(1.799)	(457)
Reserva legal	315	212	315	212						Juros pagos	(501)	(48)	(501)	(48)
Reserva de lucros	4.540	4.488	4.540	4.488						Dividendos pagos	(1.882)	-	(1.882)	-
Passivo e patrimônio líquido	20.456	20.723	20.919	20.723						Caixa usado nas atividades de financiamento	(2.182)	(505)	(2.182)	(505)

Notas Explicativas. 1. Ativo: a. Caixa e equivalentes de caixa: Representa, basicamente, as aplicações financeiras de resgate imediato.

Rúbrica	2022
Saldo no caixa em espécie	1
Saldo conta corrente BBM	-
Saldo aplicação Banco Itaú	2.567
Total	2.568

b. Contas a receber: Representa os valores a receber dos clientes por serviços prestados e valores a receber de operadoras de cartão de crédito.

Rúbrica	2022
Clientes	152
Cartão de Crédito	16
Outros valores a receber	-
Total	168

c. Adiantamento a fornecedores: São adiantamentos para o desenvolvimento das atividades operacionais cotidianas da Companhia, cujo saldo era de 13.

d. Tributos a recuperar: Refere-se a créditos constituídos de PIS e COFINS relativos ao PERSE (Programa Especial de Recuperação do Setor de Eventos) no montante de 456.

e. Seguros de responsabilidade civil: Refere-se à contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, cujo saldo era de 26.

f. Imobilizado líquido: Representado, basicamente, pelas edificações e terrenos, deduzindo-se a depreciação.

Rúbrica	2022	Taxa de Depreciação
Edificações	7.730	4% a.a.
Terrenos	8.188	n/a
Forklift	1.296	10% a.a.
Outros	473	#
Total	17.687	

2. Passivo e Patrimônio Líquido: a. Empréstimos e financiamentos: Empréstimo obtido junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., nas seguintes condições: Valor total da Operação: 2.000. Taxa: CDI + 3,109% a.a.

Data da contratação: 20/10/2022
Vencimento final: 20/10/2026
Saldo no passivo circulante em 31/12/2022: 486
Saldo no passivo não circulante em 31/12/2022: 1.557

b. Fornecedores
Representa as mercadorias e serviços adquiridos a prazo, cujo saldo era de 100.

c. Obrigações trabalhistas: Representa os salários, provisões de férias e respectivos encargos a serem pagos.

Rúbrica	2022
Salários a pagar	31
Provisão de férias a pagar	68
Participação nos resultados a pagar	4
Encargos a pagar	28
Total	131

d. Obrigações tributárias: Representa, basicamente, os tributos sobre receitas e sobre lucros.

Rúbrica	2022
COFINS a recolher	20
ISS a recolher	32
IRPJ a recolher	109
CSLL a recolher	41
PIS a recolher	9
Total	211

e. Adiantamento de clientes: Representa o valor recebido antecipadamente dos clientes, para serviços a serem prestados, cujo saldo era de 40.

f. Dividendos a pagar: Representa a provisão de 25% dos lucros de 2022, cujo saldo era de 488.

SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. CNPJ/ME nº 01.704.513/0001-46 - NIRE 3330027743-9. **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2022.** Data, Hora e Local: No dia 27 de dezembro de 2022, às 9h, por meio de videoconferência. **Presença:** Única acionista representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Patrick de Larragoiti Lucas; Secretária: Fernanda Bezerra. **Ordem do Dia:** I. Aprovar a extinção do Conselho de Administração da Companhia; II. Aprovar a exclusão dos artigos 9º, 10, 11 e 12 do Estatuto Social da Companhia; III. Aprovar as alterações do artigo 7º e dos novos artigos 9º, 10, 12, 13 - parágrafo único, 16, 17, 19 (incisos I e X), 21, 24 e 25 do Estatuto Social da Companhia; IV. Nomear a Companhia como instituição líder do grupo segurador SulAmérica, para fins de constituição de Comitê de Auditoria único; V. Consignar as renúncias dos atuais membros do Comitê de Auditoria da Companhia; e VI. Aprovar a consolidação do Estatuto Social, conforme itens acima. **Deliberações:** Matérias aprovadas pela única acionista da Companhia, sem quaisquer emendas ou ressalvas: I. Aprovada a extinção do Conselho de Administração da Companhia, ficando automática e imediatamente destituídos de seus cargos a totalidade de seus membros, passando a administração a ser exercida pela Diretoria da Companhia. II. Aprovada a exclusão dos artigos 9º, 10, 11 e 12 do Estatuto Social da Companhia, que trata exclusivamente sobre o Conselho de Administração, de forma a refletir a deliberação do item I acima, renumerando-se as seções e os artigos subsequentes. III. Em decorrência das mudanças na administração da Companhia constantes no item I acima, aprovar a alteração do artigo 7º e dos novos artigos 9º, 10, 12, 13 - parágrafo único, 16, 17, 19 (incisos I e X), 21, 24 e 25 do Estatuto Social da Companhia, os quais passam a vigorar com a seguinte redação: **"Art. 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, quando convocada na forma legal ou estatutária, sendo presidida por um Diretor e secretariada por um dos acionistas presentes ou advogado escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral."** **Art. 9º. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 40 (quarenta) membros, dentre eles 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação especial, todos pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição. §1º. A Assembleia Geral poderá atribuir a um ou mais membros da Diretoria a função de Vice-Presidente. §2º. A remuneração global e anual da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral, podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação. §3º. Além da remuneração de que trata o §2º acima, os Diretores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos do artigo 26 deste Estatuto e observado o disposto no artigo 152, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. §4º. Os Diretores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar qualquer garantia em razão do exercício de suas funções. §5º. O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. §6º. Nos impedimentos e ausências do Diretor Presidente, este indicará o Diretor substituto, que o substituirá em suas funções e terá todos os poderes, deveres e direitos do substituído ressalvados os casos previstos neste estatuto. Os demais Diretores se substituirão entre si, na forma estabelecida pelo Diretor Presidente. §7º. No caso de vacância de cargo de Diretor, a Assembleia Geral poderá eleger novo Diretor para o restante do mandato, devendo sempre fazê-lo quando se tratar de vacância do cargo de Diretor, em reunião a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias."** **Art. 10. A Diretoria, quando em reunião conjunta de seus membros, tem plenos poderes para resolver quaisquer assuntos ou negócios de interesse da Companhia, salvo os previstos em lei ou no estatuto social como de competência privativa da Assembleia Geral. Desta forma, compete a Diretoria, dentre outros assuntos: I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II. aprovar o orçamento geral anual da Companhia; III. aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia, fixar os níveis de vencimentos, salários e outras vantagens dos empregados, podendo cometer a um dos Diretores quaisquer dessas atribuições; IV. manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; V. autorizar a aquisição, doação, alienação e oneração de bens do ativo permanente, constituição de ônus reais sobre os mesmos, bem como a cessão de direitos reais, ou a renúncia de direitos, dos quais a Companhia seja titular; e VI. decidir sobre a abertura ou encerramento de filiais, sucursais, agências e escritórios dentro e fora do país."** **Art. 12. A Assembleia Geral designará um diretor estatutário como responsável pelos controles internos."** **Art. 13. (...) Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições que a Assembleia Geral vier a designar para os demais Diretores, o Diretor Presidente poderá fixar outras atribuições para os mesmos."** **Art. 16. A Companhia assegurará aos Diretores e Conselheiros Fiscais, caso instalado, a defesa técnica jurídica, em processos judiciais e administrativos, que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais no curso normal dos negócios, podendo a Companhia manter um contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos."** **Art. 17. A Companhia disporá de um Comitê de Auditoria, composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato máximo de 5 (cinco) anos, nomeados pela Assembleia Geral."** **§1º. A Companhia é a instituição líder do grupo segurador do qual faz parte, tendo o seu Comitê de Auditoria a condição de comitê único do grupo segurador, na forma da regulamentação vigente. §2º. Para nomeação de membros para compor o Comitê de Auditoria, serão observadas pela Assembleia Geral as normas estabelecidas pela regulamentação em vigor, o regimento interno do Comitê de Auditoria, currículo profissional do candidato, devendo pelo menos um dos nomeados possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a sociedade supervisionada opera. §3º. A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, destituir membros do Comitê de Auditoria e, observando o limite mínimo de sua composição, nomear ou não o substituto. §4º. Os membros do Comitê de Auditoria receberão a remuneração que lhes for atribuída pela Assembleia Geral."** **Art. 19. (...) I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, formalizadas por escrito, que, após aprovadas pelo Diretor-Presidente, serão colocadas à disposição dos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; (...) X - reunir-se, a qualquer tempo, com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, tanto por solicitação dos mesmos quanto por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (...) "** **Art. 21. A Companhia deve manter a disposição da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Diretor-Presidente o Relatório do Comitê de Auditoria, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos de sua elaboração."** **Art. 24. O exercício social corresponderá ao ano civil, devendo a Companhia elaborar as demonstrações financeiras em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, podendo ser levantados balanços em períodos menores observados os critérios da regulamentação em vigor. §1º. A Diretoria poderá, obedecidos os limites legais, declarar dividendos intercalares à conta do lucro apurado nos balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores. §2º. A Diretoria também poderá deliberar por creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais."** **Art. 25. Levantado o balanço, com observação das prescrições legais, apurado o resultado do exercício, feitas as deduções e a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, poderá autorizar a compensação de eventuais prejuízos acumulados e, observadas as disposições legais vigentes, o pagamento de participação nos lucros aos empregados e administradores, distribuindo o lucro da seguinte forma: I. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, destinada a garantir a integridade do capital social, até o limite de 20% (vinte por cento) deste; II, o necessário, quando for o caso, para constituição de reservas para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76; III, o necessário para a eventual constituição de reserva dos lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76; IV, o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, conforme decidir a Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, observadas as disposições legais e estatutárias; e V. observadas as destinações dos itens anteriores, até 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, e que tem por finalidade: (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (b) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (c) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia;" **Parágrafo único.** O saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais não poderá ultrapassar o capital social. A Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento de capital ou distribuição de dividendos aos acionistas. IV. Nomeada a Companhia como instituição líder do grupo segurador composto por Traditio Companhia de Seguros, Rio's Capitalização S.A. e pela própria Companhia, mantendo o Comitê de Auditoria da Companhia como o único para as supervisações, conforme artigo 128 da Resolução CNSP nº 432/2021, inclusive para o atendimento ao disposto na Resolução CNSP nº 416/2021 no que tange às atribuições de um comitê de riscos. V. Tomar conhecimento das renúncias, a partir desta data, dos atuais membros do Comitê de Auditoria da Companhia, Srs. Domingos Carelli Netto, Jorge Augusto Hirs Saab e Jorge Roberto Manoel, conforme cartas apresentadas pelos mesmos, devidamente arquivadas na sede da Companhia. V.1. Em razão das renúncias apresentadas no item V acima, declarar que a composição do Comitê de Auditoria será restabelecida tão logo os nomes dos novos membros indicados sejam aprovados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. VI. Aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que constitui o Anexo I desta ata. **Documento anexo:** Estatuto Social consolidado. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos lavrando-se a presente ata no livro próprio, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pela acionista. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2022. **Assinaturas:** Patrick de Larragoiti Lucas, Presidente da Assembleia; Fernanda Bezerra, Secretária da Assembleia. Acionista: Sul América Companhia de Seguro Saúde, representada por sua procuradora**

Fernanda Bezerra, advogada. JUCERJA nº 00005383784 em 22/03/2022. **Secretário Geral:** Jorge Paulo Magdaleno Filho. **ANEXO I - SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.** CNPJ/ME nº 01.704.513/0001-46 - NIRE 3330027743-9. **ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Objeto e Duração. Art. 1º. SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.** é uma sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Governo Federal e se regerá pelo presente estatuto e dispositivos legais aplicáveis. **Art. 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, Ala Sul, 1º andar, parte, podendo criar, manter, encerrar e suprimir agências, filiais, sucursais e escritórios no Brasil e no exterior por deliberação da Diretoria, satisfeitas as formalidades legais. **Art. 3º.** A Companhia tem por objeto a exploração das operações de seguros de pessoas e de planos de previdência privada aberta, em qualquer de suas modalidades ou formas, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. **Art. 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - Capital Social e Ações. Art. 5º.** O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$378.350.424,28 (oitocentos e setenta e oito milhões, trezentos e cinquenta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos) dividido em 101.194.810 (cento e um milhões, cento e noventa e quatro mil e oitocentas e dez) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Art. 6º.** A cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **CAPÍTULO III - Assembleias Gerais. Art. 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, quando convocada na forma legal ou estatutária, sendo presidida por um Diretor e secretariada por um dos acionistas presentes ou advogado escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral. **Art. 8º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais, por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, com a restrição contida no § 1º, in fine do artigo 134, da Lei nº 6.404/76, ou por advogado. **CAPÍTULO IV - Administração. Art. 9º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 40 (quarenta) membros, dentre eles 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação especial, todos pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição. **§1º.** A Assembleia Geral poderá atribuir a um ou mais membros da Diretoria a função de Vice-Presidente. **§2º.** A remuneração global e anual da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral, podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação. **§3º.** Além da remuneração de que trata o §2º acima, os Diretores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos do artigo 26 deste Estatuto e observado o disposto no artigo 152, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. **§4º.** Os Diretores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar qualquer garantia em razão do exercício de suas funções. **§5º.** O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **§6º.** Nos impedimentos e ausências do Diretor Presidente, este indicará o Diretor substituto, que o substituirá em suas funções e terá todos os poderes, deveres e direitos do substituído ressalvados os casos previstos neste estatuto. Os demais Diretores se substituirão entre si, na forma estabelecida pelo Diretor Presidente. **§7º.** No caso de vacância de cargo de Diretor, a Assembleia Geral poderá eleger novo Diretor para o restante do mandato, devendo sempre fazê-lo quando se tratar de vacância do cargo de Presidente, em reunião a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. **Art. 10.** A Diretoria, quando em reunião conjunta de seus membros, tem plenos poderes para resolver quaisquer assuntos ou negócios de interesse da Companhia, salvo os previstos em lei ou no estatuto social como de competência privativa da Assembleia Geral. Desta forma, compete a Diretoria, dentre outros assuntos: I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II. aprovar o orçamento geral anual da Companhia; III. aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia, fixar os níveis de vencimentos, salários e outras vantagens dos empregados, podendo cometer a um dos Diretores quaisquer dessas atribuições; IV. manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; V. autorizar a aquisição, doação, alienação e oneração de bens do ativo permanente, constituição de ônus reais sobre os mesmos, bem como a cessão de direitos reais, ou a renúncia de direitos, dos quais a Companhia seja titular; e VI. decidir sobre a abertura ou encerramento de filiais, sucursais, agências e escritórios dentro e fora do país. **Art. 11.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião cabendo ao Diretor Presidente, além do voto pessoal, o de qualificação, em caso de empate. **Art. 12.** A Assembleia Geral designará um diretor estatutário como responsável pelos controles internos. **Parágrafo único.** Compete ao diretor responsável pelos controles internos, de que trata o caput: I. orientar e supervisionar: (a) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos (SCI) e da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), promovendo a integração de que trata o art. 14, inciso I, da Resolução CNSP nº 416/2021; e (b) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; II. prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; e III. informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Auditoria de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: (a) riscos novos ou emergentes; (b) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionadas a sua mensuração; (c) ações relativas à gestão de riscos; e (d) deficiências relativas à EGR e ao SCI e seu respectivo saneamento. **Art. 13.** Compete ao Diretor Presidente coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia. **Parágrafo único.** Sem prejuízo das atribuições que a Assembleia Geral vier a designar para os demais Diretores, o Diretor Presidente poderá fixar outras atribuições para os mesmos. **Art. 14.** A Companhia será representada por quaisquer 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em ambos os casos agindo em conjunto, exceto nas hipóteses mencionadas nos §§ 1º e 2º acima. **§1º.** A Companhia poderá ser representada por 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto, na prática dos seguintes atos: I. representação da Companhia em atos relacionados à demissão e à admissão de empregados, realização de anotações em carteiras de trabalho e na contratação de estagiários e aprendizes; II. celebração de contratos de câmbio e realização de operações de pagamento, cadastro, e outras transações de natureza bancária, realizadas com instituições financeiras, por meio da internet ou carta, de acordo com a política de alçadas da Companhia aprovada pela Diretoria; e III. celebração de contratos e outros documentos para transferência de veículos, e assinatura de acordos para ressarcimento de prejuízos causados por terceiros. **§2º.** A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, agindo isoladamente, na prática dos seguintes atos: I. representação ativa e passiva da Companhia perante órgãos e entes da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; II. representação da Companhia na qualidade de acionista ou quotista, em assembleias gerais de sociedades nas quais participe; III. representação da Companhia perante associações civis e sindicatos patronais; e IV. representação da Companhia em vigor. **§3º.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, devendo especificar os poderes outorgados. Todas as procurações *ad judicia* e para a defesa de processos administrativos, salvo as demais deverão ser limitadas ao prazo de 1 (um) ano. As procurações outorgadas a empregados da Companhia serão automaticamente revogadas com o término dos seus respectivos contratos de trabalho. **§4º.** E vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia. **SEÇÃO I - Responsabilidade dos Administradores. Art. 15.** Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente estatuto. **Art. 16.** A Companhia assegurará aos Diretores e Conselheiros Fiscais, caso instalado, a defesa técnica jurídica, em processos judiciais e administrativos, que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais no curso normal dos negócios, podendo a Companhia manter um contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos. **§1º.** A garantia de defesa será assegurada mesmo após os administradores terem, por qualquer motivo, deixado o cargo ou cessado o exercício da função. **§2º.** A Companhia e o administrador interessado deverão escolher em conjunto o responsável pela defesa dos interesses do último, podendo a mesma ser patrocinada pelos advogados integrantes do quadro funcional da Companhia, desde que não haja conflito de interesses. **§3º.** Além da defesa técnica jurídica, a Companhia arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **§4º.** O administrador que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando ao interesse social. **CAPÍTULO V - Comitê de Auditoria. Art. 17.** A Companhia disporá de um Comitê de Auditoria, composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato máximo de 5 (cinco) anos, nomeados pela Assembleia Geral. **§1º.** A Companhia é a instituição líder do grupo segurador do qual faz parte, tendo o seu Comitê de Auditoria a condição de comitê único do grupo segurador, na forma da regulamentação vigente. **§2º.** Para nomeação de membros para compor o Comitê de Auditoria, serão observadas pela Assembleia Geral as normas estabelecidas pela regulamentação em vigor, o regimento interno do Comitê de Auditoria, currículo profissional do candidato, devendo pelo menos um dos nomeados possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a sociedade supervisionada opera. **§3º.** A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, destituir membros do Comitê de Auditoria e, observando o limite mínimo de sua composição, nomear ou não o substituto. **§4º.** Os membros do Comitê de Auditoria receberão a remuneração que lhes for atribuída pela Assembleia Geral. **Art. 18.** O Comitê de Auditoria reunir-se-á, no mínimo semestralmente ou quando necessário nos termos do Estatuto Social da Companhia, regulamentação em vigor e do seu regimento interno. **§1º.** O quórum para qualquer reunião do Comitê de Auditoria

corresponde à presença da maioria simples de seus membros. Não havendo quórum em primeira convocação, nova reunião poderá ser convocada, observado, no entanto, prazo não inferior a 2 (dois) dias de comunicação por escrito aos seus membros. O quórum para reunião em segunda convocação corresponde à presença da metade de seus membros. **§2º.** As decisões do Comitê de Auditoria serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes. Em caso de empate, caberá ao presidente do Comitê de Auditoria o voto de desempate. **Art. 19.** Compete ao Comitê de Auditoria: I. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, formalizadas por escrito, que, após aprovadas pelo Diretor-Presidente, serão colocadas à disposição dos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; II. recomendar, à administração da Companhia, a empresa para prestação de serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição desta, caso considere necessário; III. revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras; IV. avaliar a efetividade das auditorias contábeis independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; V. avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes ou internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; VI. avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêm efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; VII. recomendar ao Diretor Presidente, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII. reunir-se, no mínimo semestralmente, com o Diretor Presidente da Companhia, com os responsáveis pela auditoria contábil independente e pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no artigo 19 e no inciso VIII acima, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Companhia; X. reunir-se, a qualquer tempo, com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, tanto por solicitação dos mesmos quanto por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; XI. avaliar periodicamente a efetividade da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), em especial quanto a: (a) a observância do apetite por risco e da política de gestão de riscos; (b) o desempenho do diretor responsável pelos controles internos; (c) o desempenho da unidade de gestão de riscos; e (d) a efetividade de ações adotadas para o saneamento de deficiências; XII. avaliar, sob o enfoque de riscos, o plano de negócio da supervisionada, e auxiliar na definição do correspondente apetite por risco; XIII. auxiliar nos processos de tomada de decisões estratégicas relacionadas à gestão de riscos; XIV. revisar a política de gestão de riscos, formulando e avaliando propostas de alterações; e XV. outras atribuições determinadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Art. 20.** O Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final de cada semestre, em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria contendo, no mínimo, as seguintes informações: I. atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período; II. avaliação da efetividade dos controles internos da Companhia, com evidência das deficiências detectadas; III. descrição das recomendações apresentadas ao Diretor Presidente, com descrição daquelas não acatadas e respectivas justificativas; IV. avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, com evidência das deficiências detectadas; e V. avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados e pela SUSEP, com evidência das deficiências detectadas. **Art. 21.** A Companhia deve manter a disposição da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Diretor-Presidente o Relatório do Comitê de Auditoria, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos de sua elaboração. **Art. 22.** A Companhia deve divulgar, em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias e anuais, resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações contidas naquele documento, nos termos da regulamentação em vigor. **CAPÍTULO VI - Conselho Fiscal. Art. 23.** A Companhia terá um Conselho Fiscal que não terá caráter permanente e somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da lei. **§1º.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§2º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais. **§3º.** O Conselho Fiscal tem a competência prevista na Lei nº 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 10.303/01. **§4º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lavradas no livro próprio. **§5º.** Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão o cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição e poderão ser reeleitos. **CAPÍTULO VII - Exercício Social, Lucros e Dividendos. Art. 24.** O exercício social corresponderá ao ano civil, devendo a Companhia elaborar as demonstrações financeiras em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, podendo ser levantados balanços em períodos menores observados os critérios da regulamentação em vigor. **§1º.** A Diretoria poderá, obedecidos os limites legais, declarar dividendos intercalares à conta do lucro apurado nos balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores. **§2º.** A Diretoria também poderá deliberar por creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Art. 25.** Levantado o balanço, com observação das prescrições legais, apurado o resultado do exercício, feitas as deduções e a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, poderá autorizar a compensação de eventuais prejuízos acumulados e, observadas as disposições legais vigentes, o pagamento de participação nos lucros aos empregados e administradores, distribuindo o lucro da seguinte forma: I. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, destinada a garantir a integridade do capital social, até o limite de 20% (vinte por cento) deste; II, o necessário, quando for o caso, para constituição de reservas para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76; III, o necessário para a eventual constituição de reserva dos lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76; IV, o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, conforme decidir a Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, observadas as disposições legais e estatutárias; e V. observadas as destinações dos itens anteriores, até 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, e que tem por finalidade: (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (b) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (c) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. **Parágrafo único.** O saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais não poderá ultrapassar o capital social. A Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento de capital ou distribuição de dividendos aos acionistas. **Art. 26.** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, fica assegurado aos acionistas um dividendo obrigatório igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Art. 27.** Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório. **Art. 28.** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **CAPÍTULO VIII - Acordo de Acionistas. Art. 29.** Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Companhia, que, dentre outras pactuações, estabeleçam cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e por sua administração. **Parágrafo único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverá declarar a invalidez do voto proferido pelo acionista ou pelo Conselheiro em contrariedade com os termos de tais acordos, ou ainda, no caso de ausência ou abstenção de acionistas ou Conselheiros, os outros acionistas prejudicados ou Conselheiros eleitos pelos acionistas prejudicados poderão votar com as ações ou votos pertencentes aos acionistas ou Conselheiros ausentes ou omissos, conforme o caso, nos termos do artigo 118, §§ 8º e 9º da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01. **CAPÍTULO IX - Liquidação. Art. 30.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. (Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2022).

SERVIÇOS DE PRINTER

PARA IPO E FOLLOW ON

Formulário de Referência

Prospecto e Offering Memorandum

ITR e DFP

Data Room Venue® by DFIN

Agilidade e Atendimento 24h



www.luzcm.com



Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 267A-165B-8874-ACFO.

NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A.
CNPJ/MF nº 33.495.365/0001-93 - NIRE 333.0033.032-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da NAVARRA RJ SERVIÇOS ONCOLÓGICOS S.A., localizada na Estrada Francisco da Cruz Nunes, 5.599, Parte, Itaipu, CEP: 24.340-000, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro ("Companhia") convocados, na forma do artigo 11º, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") e da Cláusula 3.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 27 de dezembro de 2019 ("Acordo de Acionistas"), a integrar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO") que se realizará às 10:00 horas do dia 03 de abril de 2023, na sede da Companhia, a fim de deliberar as seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos administradores da Companhia; (ii) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e da proposta da administração da Companhia acerca da destinação do resultado apurado no exercício; e, (iii) Remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.

Observações Gerais: 1. Nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1975 ("Lei das Sociedades por Ações"), a Companhia disponibiliza aos Acionistas os documentos relacionados aos itens incluídos na ordem do dia mencionada acima. 2. Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, solicita-se aos Acionistas que se fizerem representar por procuração a entrega de mandato e dos documentos que comprovam os poderes do respectivo representante legal, preferencialmente com antecedência de 5 (cinco) dias da data de realização da AGO.

Niterói/RJ, 24 de março de 2023.
Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva
Presidente do Conselho de Administração



O Conselho de Administração da VIBRA ENERGIA S.A. ("Companhia") convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 14 horas, de modo exclusivamente digital e à distância, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (i) apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) aprovação da proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo a distribuição de dividendos; (iv) eleição de 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia; (v) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (vi) fixação do montante global da remuneração dos administradores, da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, bem como dos membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. **Instruções e Informações Gerais:** Conforme autorizado pelo artigo 28, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, a AGO será realizada de modo exclusivamente digital e à distância, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. Observados os procedimentos previstos neste edital de convocação da AGO ("Edital de Convocação") e na proposta da administração para a AGO ("Proposta da Administração"), para participar e votar na AGO, por meio do sistema eletrônico, cada acionista deverá acessar o link <https://qicentral.precisao-i.com/m/ago-vibra-energia-2023>, até às 14 horas do dia 25 de abril de 2023, preencher o seu cadastro, seguir as instruções a serem disponibilizadas pelo sistema eletrônico e/ou por e-mail e encaminhar, por meio do sistema eletrônico, todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGO, incluindo (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade e/ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia; (ii) documentos para comprovação de identidade e poderes do acionista ou do representante, conforme indicados na Proposta da Administração; e (iii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia, na hipótese de representação por procurador ("Cadastro"). Os instrumentos de mandato deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista por ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (ii) ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso. **Os acionistas que não enviarem a solicitação de Cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGO.** Após a análise e confirmação de que a documentação apresentada cumpre os requisitos necessários para validar a participação e, conforme o caso, representação do acionista na AGO, o acionista receberá, por e-mail, a confirmação de que seu Cadastro foi devidamente concluído. Caso o acionista não receba tal confirmação, o acionista poderá entrar em contato com a Companhia por meio do e-mail <ri@vibraenergia.com.br>, com até 3 (três) horas de antecedência do horário da AGO. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar, por meio de sistema eletrônico, na AGO e observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81, no Formulário de Referência da Companhia e as instruções contidas na Proposta da Administração, o acionista poderá exercer o seu respectivo direito de voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (ri.vibraenergia.com.br), da CVM (https://www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **A Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto** para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO. Tendo em vista que, no âmbito da AGO, será eleito apenas 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, exclusivamente em decorrência de renúncia divulgada pela Companhia em 10 de fevereiro de 2022, a Companhia informa que não serão aplicáveis à AGO as disposições relativas à adoção do processo de voto múltiplo. Todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGO, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como cópia dos demais documentos exigidos nos termos da Resolução CVM 81, encontram-se disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Companhia (ri.vibraenergia.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 27 de março de 2023. **Sérgio Agapito Lires Rial** - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CITAÇÃO - Com o prazo de vinte dias

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Alexandre Oliveira Camacho de Franca - Juiz Titular do Cartório da 13ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Erasmo Braga, 115 Salas236/240/242 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3153-2207 e-mail: cap13vciv@trj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Execução de Título Extrajudicial - CPC - Locação de Imóvel - Inadimplimento de nº 0407485-90.2014.8.19.0001, movida por COMBRACENTER SHOPPING CENTERS LTDA. em face de PINKBIOU FRANCHISING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES; DANIEL DIEDRICH; DANIELLE CAURIN DIEDRICH; LEONEL CAURIN e GIOVANE MARIA DE ANDRADE CAURIN, objetivando Cobrança. Assim, pelo presente edital CITA o réu PINKBIOU FRANCHISING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES; DANIEL DIEDRICH; DANIELLE CAURIN DIEDRICH; LEONEL CAURIN; GIOVANE MARIA DE ANDRADE CAURIN, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para: a) no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida (cf. artigo 829, caput, do CPC/2015) no valor de R\$2.215.244,79 (dois milhões, duzentos e quinze mil, duzentos e quatro reais e setenta e nove centavos), acrescido de custas e 10% de honorários; b) ou, no prazo de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do comprovante de citação (A. R.), apresentar embargos à execução (cf. artigo 915 do CPC/2015). A parte executada fica ciente de que, efetuando o pagamento integral da dívida, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (cf. artigo 827, §1º do CPC/2015). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, vinte e cinco de janeiro de dois mil e vinte e três. Eu, Cristina da Silva Novais - Subst. do Resp. pelo Expediente - Matr. 01/30779, digitei. E eu, Marcelo Souza do Carmo - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/25583, o subscrevo.

GRUPO DE MODA SOMA S.A.
CNPJ nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27/02/23: 1. Data, Horário e Local: No dia 27/02/23, às 14 horas, por videoconferência, considerada realizada na sede do Grupo de Moda SOMA S.A. ("Companhia"), nos termos do parágrafo único artigo 19, § 1º do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Marcel Sapir; Secretária: Fernanda Lessa Barreto de Freitas. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: **4.1.** a convocação dos acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral extraordinária a ser realizada no dia 30/03/23, às 16h00 horas, para deliberar sobre: (i) no contexto da incorporação da ByNV Comércio Varejista de Artigos de Vestuário Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Avenida Cem, sem número, sala 1, Terminal Intermodal da Serra, CEP 29.161-384, inscrita no CNPJ sob o nº 34.526.105/0001-09 ("ByNV"), nos termos e condições do "Protocolo e Justificação de Incorporação da ByNV Comércio Varejista de Artigos de Vestuário Ltda. pelo Grupo de Moda Soma S.A.", celebrado em 27/02/23 ("Protocolo e Justificação" e "Incorporação", respectivamente), a nomeação da MRU Auditoria e Contabilidade Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humaitá, nº 275, sala 601, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.073.904/0001-42, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº CRC-RJ 006.688/O ("Empresa Avaliadora"), para a elaboração do laudo de avaliação contábil da ByNV ("Laudo de Avaliação da ByNV"), nos termos do Protocolo e Justificação; (ii) a avaliação contábil da ByNV nos termos do Protocolo e Justificação consubstanciada no Laudo de Avaliação da ByNV preparado pela Empresa Avaliadora; (iii) uma vez aprovada a avaliação contábil da ByNV, a incorporação da ByNV pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação; e (iv) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todas as medidas necessárias para a implementação e formalização da incorporação; **4.2.** a manifestação, para fins do disposto no artigo 20, XVII, do Estatuto Social, acerca das matérias da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser convocada nos termos do item 4.1 acima; **4.3.** orientar o voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de acionista detentora da totalidade das ações de emissão da ByNV, na Reunião de Sócios da ByNV, aprovando a Incorporação, nos termos e condições do Protocolo e Justificação, inclusive todas as deliberações conexas da ByNV que sejam necessárias ou convenientes para o aperfeiçoamento da Incorporação; **4.4.** orientar o voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de única acionista da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A. ("Cidade Maravilhosa"), na Assembleia Geral Extraordinária da Cidade Maravilhosa, a ser convocada oportunamente, sobre: (i) no contexto do aumento de capital com integralização por meio de contribuição dos ativos correspondentes ao estoque do atacado atualmente detido pela Companhia e que, originalmente, pertencia à ByNV, aprovar a nomeação da Empresa Avaliadora para a elaboração do laudo de avaliação contábil de tais ativos a serem contribuídos à Cidade Maravilhosa ("Laudo de Avaliação da CM"); (ii) a avaliação consubstanciada no Laudo de Avaliação da CM; (iii) o aumento de capital no valor total de R\$ 37.514.434,81, (trinta e sete milhões, quinhentos e quatorze mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), mediante a emissão de 7.799.259 (sete milhões setecentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove) novas ações ordinárias, ao preço de emissão unitário de R\$ 4,81 (quatro reais e oitenta e um centavos), a serem subscritas pela Companhia, e integralizadas por meio da contribuição dos ativos correspondentes ao estoque da área de atacado e matériaprima que, originalmente, pertencia à ByNV, nos termos do Laudo de Avaliação da CM, bem como todas as deliberações conexas que sejam necessárias ou convenientes para o aperfeiçoamento da referida deliberação; (iv) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Cidade Maravilhosa para prever que, em decorrência do aumento de capital da Cidade Maravilhosa, o capital social passa dos atuais R\$ 4.710.552.141,46 (quatro bilhões setecentos e dez milhões quinhentos e cinco mil cento e quarenta e um reais e seis centavos), dividido em 1.279.012.950 (um bilhão duzentos e setenta e nove milhões doze mil novecentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$4.748.066.576,27 (quatro bilhões setecentos e quarenta e oito milhões sessenta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e sete centavos), dividido em 1.286.812.209 (um bilhão duzentos e oitenta e seis milhões oitocentos e doze mil e duzentas e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (v) a consolidação do Estatuto Social da Cidade Maravilhosa. **5. Deliberações:** após análise das matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, e sem ressalvas: **5.1.** a convocação dos acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral extraordinária a ser realizada no dia 30/03/23, às 16h00 horas, para deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia; **5.2.** a manifestação, para fins do disposto no Artigo 20, XVII, do Estatuto Social, favorável à aprovação de todas as matérias da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser convocada nos termos do item 5.1 acima; **5.3.** a orientação de que o voto a ser proferido pela Companhia na Reunião de Sócios da ByNV seja no sentido de aprovar a Incorporação, devendo-se aprovar todas as matérias correlatas e necessárias à referida Incorporação; e **5.4.** a orientação de que o voto a ser proferido pela Companhia na Assembleia Geral Extraordinária da Cidade Maravilhosa seja no sentido de aprovar: (i) a nomeação da Empresa de Avaliação; (ii) a avaliação consubstanciada no Laudo de Avaliação da CM; (iii) o aumento de capital no valor total de R\$ 37.514.434,81, (trinta e sete milhões quinhentos e quatorze mil quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos) mediante a emissão de 7.799.259 (sete milhões setecentos e noventa e nove mil duzentos e cinquenta e nove) novas ações ordinárias, ao preço de emissão unitário de R\$ 4,81 (quatro reais e oitenta e um centavos), a serem subscritas pela Companhia, e integralizadas por meio de contribuição dos ativos correspondentes ao estoque do atacado atualmente detido pela Companhia e que, originalmente, pertencia à ByNV, nos termos do Laudo de Avaliação da CM, (iv) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Cidade Maravilhosa para prever que, em decorrência do aumento de capital da Cidade Maravilhosa, o capital social passa dos atuais R\$ 4.710.552.141,46 (quatro bilhões setecentos e dez milhões quinhentos e cinco mil cento e quarenta e um reais e seis centavos), dividido em 1.279.012.950 (um bilhão duzentos e setenta e nove milhões doze mil novecentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$4.748.066.576,27 (quatro bilhões setecentos e quarenta e oito milhões sessenta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e sete centavos), dividido em 1.286.812.209 (um bilhão duzentos e oitenta e seis milhões oitocentos e doze mil e duzentas e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e (v) a consolidação do Estatuto Social da Cidade Maravilhosa, bem como todas as deliberações conexas que sejam necessárias ou convenientes para o aperfeiçoamento da referida deliberação. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 27/02/23. Mesa: Marcel Sapir - Presidente; Fernanda Lessa Barreto de Freitas - Secretária. Conselheiros: Marcel Sapir; Fabio Hering; Roberto Luiz Jatayu Gonçalves; Marcello Ribeiro Bastos; Edison Tiele de Andrade Melo e Souza Filho; Maria Laura Tarnow; Gisela Dantas Rodenburg. Jucerja nº 5381014 em 21/03/2023.

PILOT BOAT TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA.
CNPJ 00.337484/0001-69

Assembleia dos Sócios - Convocação Assembleia Geral Ordinária (AGO 2023). Pelo presente EDITAL, ficam os senhores sócios da PILOT BOAT TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA convocados para a Assembleia Geral Ordinária (AGO 2023), que se fará realizar em 13 de abril de 2023, em seu escritório situado na Avenida Rio Branco nº 01, sala 808, Centro, Rio de Janeiro - RJ, em 1ª convocação às 09h30, com o quórum legal, e em 2ª convocação às 10h, com mais da metade do capital social, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: 1 - Aprovação de Contas do Balanço Patrimonial de 2022; 2 - Deliberação sobre o terreno na Ilha do Governador; 3 - Deliberação sobre eventual aquisição de imóvel para ser a base da Manutenção de Lanchas no Rio de Janeiro; 4 - Apresentação de orçamentos, limitações e possibilidades de eventuais lanchas a serem adquiridas; 5 - Abertura de filial em Açu; 6 - Eleição dos Sócios Administradores; 7 - Deliberação sobre ingresso de novos sócios; e 8 - Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, em 15 de março de 2023. a) Leonardo Cardoso Souza.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
CNPJ/MF 03.758.318/0001-24
NIRE: 33.3.002.6.520-1
Companhia Aberta

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Ficam convidados os Srs. Acionistas da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2023, às 11h, em sua sede social, na Praia de Botafogo, nº 501, loja H, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Em Assembleia Geral Ordinária: (i.a) Tomada de contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social de 2022; (i.b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2022; (i.c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; (i.d) Ratificação da nomeação de membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária: (ii.a) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal; (ii.b) Alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. A participação dos acionistas poderá ser pessoal ou por representante legal/procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, conforme abaixo: **Por Representante Legal/Procurador:** Os Representantes Legais/Procuradores deverão apresentar os respectivos instrumentos de mandato e/ou representação, bem como documento que comprove a sua identidade (cédula de identidade e CPF). **Boletim de Voto:** Caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da RCMV 81, poderá enviar o boletim de voto por meio de seu respectivo agente de custódia, do escriturador da Companhia (Itau Corretora de Valores S.A.) ou diretamente à Companhia, aos cuidados da Gerência de Governança Corporativa. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.invepar.com.br/).

Rio de Janeiro, 24 de março de 2023.
Aldo Luiz Mendes
Presidente do Conselho de Administração

SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. - CNPJ/ME nº 01.704.513/0001-46 - NIRE 3330027743-9. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2023. **Data, Hora e Local:** No dia 30 de janeiro de 2023, às 10h30min, por meio de videoconferência. **Presença:** Único acionista representando a totalidade de capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Reinaldo Amorim Lopes; Secretária: Fernanda Bezerra. **Deliberações:** Matérias aprovadas pela única acionista da Companhia, sem quaisquer emendas ou ressalvas: I. Aprovar a destituição, a partir desta data, da Sra. **Alessandra Maia Marinho Basile**, do cargo de Diretora sem designação especial da Companhia. II. Designar o Diretor Vice-Presidente **Reinaldo Amorim Lopes** para assumir a função regulatória de responsável administrativo-financeiro. III. Consignar, em razão das deliberações acima aprovadas e na forma da Resolução CNSP nº 422/2021, os cargos e funções dos membros da diretoria da Companhia, sendo: (i) **Diretor Presidente: Ricardo Bottas Dourado dos Santos**; (responsável pelos controles internos previstos na Resolução CNSP 416/2021); (ii) **Vice-Presidentes: Igoir Schultz** (responsável pela área de tecnologia da informação), **Marcelo Pimentel Mello**, **Patrícia Quirico Coimbra**, e **Reinaldo Amorim Lopes** (responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, responsável pelas relações com a SUSEP e responsável administrativo-financeiro); e (iii) **Diretores sem designação especial: Alessandro Vicente Cogliatti** (responsável pelo cumprimento das disposições previstas na Resolução CNSP nº 383/2020), **Fernanda Ramos Dantas** (responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998 e na Circular Susep nº 612/2020, responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes e responsável pelo zelo e cumprimento da Política de Conduta no Relacionamento com o Cliente, nos termos da Resolução CNSP nº 382/2020), **Gustavo Kohn Giometti**, **Luciano Macedo de Lima**, **Marcelo Suman Mascaretti**, **Simone Cesena Duarte**, **Solange Zaquem Thompson Motta** e **Victor Bernardes** (responsável pela gestão da área técnica, responsável pelo registro de apólices e endossos em contas específicas, responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados e responsável pelo compartilhamento padronizado de dados e serviços de que trata a Resolução CNSP nº 415/2021). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos lavrando-se a presente ata no livro próprio, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pela acionista. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2023. **Assinaturas:** Reinaldo Amorim Lopes, Presidente da Assembleia; Fernanda Bezerra, Secretária da Assembleia. **Acionista:** Sul América Companhia de Seguro Saúde, representada por sua procuradora Fernanda Bezerra, advogada. JUCERJA nº 00005385916 em 23/03/2023. Secretário Geral: Jorge Paulo Magdaleno Filho.

APOLO COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A
CNPJ nº 32.230.526/0001-54 - NIRE nº 33.2.0194923-4

Ata Sumária da Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de março de 2023

Local e Hora: Realizada por videoconferência, às 13:00 horas. **Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Registra-se, ainda, a participação dos Srs. Rafael Alcides Raphael, Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares e Igor de Oliveira Gomes (Diretores da Companhia). **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares - Presidente; e Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Secretário. **Ordem do Dia:** Abertura de filial da Companhia em Volta Redonda. **Deliberação:** Primeiramente, foram declarados abertos os trabalhos da reunião e lida a ordem do dia, tendo o Presidente esclarecido aos demais Conselheiros que a ata a que se refere esta reunião será lavrada na forma sumária, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, na forma da lei. Após debates acerca do tema constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, de votar e sem quaisquer ressalvas, no sentido de aprovar a abertura de filial da Companhia situada na Rodovia dos Metalúrgicos, nº 4.800, Casa de Pedra, na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, CEP 27.258-000, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para desenvolvimento de projetos das atividades constantes do objeto social da companhia, dentre elas o processamento de bobinas em rolo de fitas, fial por desbobinamento, corte longitudinal da chapa em fita e rebobinamento das fitas. Fica a Diretoria autorizada a praticar todos os atos necessários à abertura da referida filial, conforme ora aprovado pelo Conselho de Administração. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se antes a presente ata em livro próprio que, lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos Conselheiros presentes. **Membros Presentes à reunião:** Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares - Presidente do Conselho de Administração; Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Alcides Moraes Filho; Carlos Alberto Silva Lopes e Carlos Eduardo de Sá Baptista - Membros do Conselho de Administração. **Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** Rio de Janeiro, 20 de março de 2023. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Secretário da Reunião. Jucerja em 23/03/2023 sob o nº 33901901412. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)						Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Em milhares de reais)						Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)								
	2022	2021		2022	2021		2022	2021		2022	2021		2022	2021		2022	2021			
Ativo Circulante	626	58	Capital Social	31.493	859	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.527	2.509	Caixa e equivalentes de caixa	40	58	Lucro líquido do exercício	-	-	Caixa gerado pelas atividades operacionais	(18)	(3)			
Caixa e equivalentes de caixa	40	58	Reserva Legal	-	125	Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa	2.545	(2.512)	Dividendos a receber	586	-	Equivalência patrimonial	(2.545)	(2.512)	Caixa gerado pelas atividades operacionais	(18)	(3)			
Dividendos a receber	586	-	Reserva de Lucros	-	1.440	Fluxo de caixa das atividades de investimento	2.754	994	Não Circulante	39.784	40.579	Dividendos recebidos	224	994	Dividendos recebidos	224	994			
Investimentos	39.784	40.579	Distribuição de dividendos	-	(944)	(944)	Resgate de reservas de investida	2.530	-	Total Ativo	40.410	40.637	Caixa usado nas atividades de investimento	2.754	994	Caixa gerado pelas atividades de investimento	2.754	994		
Passivo e patrimônio líquido			Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.493	984	8.156	-	40.633	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.111	984	Dividendos pagos	(2.754)	(944)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(18)	47			
Não circulante	4	4	Lucro líquido do exercício	-	-	2.527	2.527	Caixa e equivalentes de caixa	2.527	2.509	Constituição de reserva legal	-	-	Caixa e equivalentes de caixa	58	11				
Partes relacionadas	4	4	Constituição de reserva legal	-	126	(126)	-	No fim do exercício	58	11	Constituição de reserva de lucros	-	-	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(18)	47				
Patrimônio líquido	40.406	40.633	Distribuição de dividendos	-	-	(2.754)	(2.754)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(18)	47	Capital social	31.493	31.493							
Capital social	31.493	31.493	Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.493	1.110	7.803	-	40.406			Reserva Legal	1.111	984							
Reserva Legal	1.111	984									Reserva de Lucros	7.802	8.156							
Reserva de Lucros	7.802	8.156									Total do passivo e patrimônio líquido	40.410	40.637							
Total do passivo e patrimônio líquido	40.410	40.637																		
Demonstração dos Resultados dos Exercícios de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)																				
Despesas operacionais	2022	2021	Despesas administrativas e gerais	(17)	(1)	Equivalência patrimonial	2.545	2.512	Lucro antes do resultado financeiro	2.528	2.511	Resultado financeiro	1	-	Receitas financeiras	(2)	(2)	Lucro líquido do exercício	2.527	2.509
Despesas administrativas e gerais	(17)	(1)	Resultado financeiro	1	-	Receitas financeiras	(2)	(2)	Lucro líquido do exercício	2.527	2.509									

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 267A-165B-8974-ACFC.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da GSH CORP Participações S.A. ("Companhia" ou "GSH CORP") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração, incluindo os resultados do ano de 2022 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir a melhor forma o negócio da Companhia, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Para informações complementares, recomendamos a leitura dos Demonstrativos Financeiros, Informações Trimestrais e do Formulário de Referência, disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia: <http://ri.gshcorp.com.br/>. A discussão e a análise a seguir, sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia, é baseada e deve ser lida em conjunto com os documentos abaixo, que estão disponíveis na CVM e no site de Relações com Investidores da GSH CORP. • Formulário de Referência 2022. • as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e respectivas notas explicativas. Essas demonstrações financeiras foram auditadas por Ernst & Young Auditores Independentes S.S., de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; • a demonstração financeira individual e consolidada da Companhia, relativa ao período de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2021 e respectivas notas explicativas. Essas demonstrações financeiras foram auditadas por Ernst & Young Auditores Independentes S.S. de acordo com as normas brasilei-

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi um ano de ajustes. Iniciamos o ano de 2022 preparados para mais um ano de forte crescimento e com expectativas que não se concretizaram da forma ou na velocidade que havíamos projetado. Em um cenário de frustração de demanda e de desafio econômico fomos obrigados a rever nossa forma de atuação. Na hemoterapia, estávamos em linha com nossa meta inicial de atender 30 mil leitos até o final do ano. Ao observarmos uma realidade de demanda menor que o esperado, fizemos alguns ajustes: fomos mais criteriosos e disciplinados na busca de novos contratos e decidimos sair de algumas praças que se mostraram inviáveis economicamente resultando em uma base mais saudável para o próximo ano. Terminamos o ano com 27 mil leitos atendidos por 138 agências e 12 bancos de sangue, o que significou uma receita bruta de R\$454 milhões e uma manutenção dos níveis de 2021. Na radiofarmácia, tivemos um ano de amadurecimento e otimização das nossas operações de cold kits e da nossa radiofarmácia de São Paulo. Mas a inauguração e a velocidade de maturação da radiofarmácia do Rio de Janeiro se mostrou desafiadora causando uma postergação dos resultados inicialmente previstos. Neste cenário, tivemos um ano de crescimento relevante com vendas de cold kits e doses, refletindo um aumento de 37% da Receita Bruta, atingindo R\$91 milhões em 2022. O cenário macroeconômico e do setor de saúde onde estamos inseridos também apresentou suas dificuldades. Além da alta taxa de juros em prática no país, que nos afeta diretamente na remuneração do capital de terceiros que sustentam nossa estrutura de capital e nossos investimentos, nossos clientes e as operadoras de planos de saúde também tiveram um ano difícil que se traduziu em aumento dos prazos de recebimento e uma necessidade de aloarmos mais capital em nosso capital de giro. Todas estas tendências começaram a ser observadas ainda no primeiro semestre e nos levou a implementar uma sequência de ajustes na gestão da companhia em busca de eficiência e do resultado operacional necessário para a sustentação da empresa em momento adverso. Os ajustes passaram por mudanças organizacionais em todos os níveis da companhia, iniciativas de redução de custos e maior controle das despesas. É importante ressaltar que este cenário não nos impediu de fazermos os investimentos necessários para o crescimento do grupo. Fomos mais criteriosos nas análises de retorno, alguns projetos foram revistos ou reprogramados, mas seguimos com investimentos em contratos selecionados e no projeto do ciclotron que segue a todo vapor. Estes ajustes, escolhas e planejamento permitiram que a empresa encerrasse o ano com o nível de alavancagem estável e controlado, o que nos garantiu a renovação do rating AA pela Fitch. Na hemoterapia iniciamos o ano com uma base de clientes fortalecida em relação ao ano anterior e com nossa estrutura operacional ajustada para o cenário observado. Na radiofarmácia o processo de maturação das operações, em especial a radiofarmácia do Rio de Janeiro, e a evolução do projeto ciclotron nos fazem acreditar que estamos prontos para um ano de retomada do crescimento.

Carlos Eduardo da Matta
Presidente do Conselho de Administração
Carlos Henrique Delmonaco
Diretor - Presidente da GSH CORP

GSH CORP
Plataforma Gestora de Soluções Especializada em Saúde

A GSH CORP ("Companhia") é uma plataforma gestora de soluções especializadas em saúde, focada no atendimento a hospitais, clínicas e serviços de medicina nuclear, operando, atualmente, em dois segmentos: o de **hemoterapia e terapia celular** e o de **radiofarmácia**, considerados, respectivamente, segmentos subatendido e subpercebido no Brasil. O modelo de atendimento da Companhia "one Company, one platform" e sua capacidade de escalabilidade com qualidade geram diversos benefícios a seus clientes e parceiros, tais como a padronização e eficiência dos serviços oferecidos em quaisquer de seus pontos de atendimento, distribuídos ao longo do território nacional. No segmento de hemoterapia e terapia celular, a Companhia dedica-se à captação, tratamento, logística, sorologia e transfusão hemocomponentes do sangue, bem como ao serviço de coleta de doação de sangue e atendimento aos doadores e pacientes, realizados em seus núcleos de hemoterapia e nos hospitais e clínicas atendidos. A Companhia dispõe de um amplo portfólio de soluções integradas em hemoterapia, incluindo transfusão hospitalar e ambulatorial de hemocomponentes, aférese terapêutica, coleta de plaquetas por aférese, transfusão autóloga, coleta e preservação de célula tronco hematopoética, suporte no transplante de medula óssea e preparo de hemocomponentes para cirurgias. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava presente em 17 estados do país, com 12 bancos de sangue e 138 agências transfusionais, distribuídas em 71 municípios brasileiros. T tamanha capilaridade contribuiu para que a Companhia realizasse atendimento a mais de 27 mil leitos hospitalares. No segmento de radiofarmácia, a Companhia atende a serviços de medicina nuclear. Trata-se de especialidade clínica que, utilizando métodos seguros e não invasivos, emprega materiais radioativos com finalidade diagnóstica (por imagem) e terapêutica, em diversas áreas como cardiologia, oncologia, hematologia, neurologia, entre outras. Nesse segmento, a Companhia oferece serviços de fabricação de reagentes liofilizados (ou cold kits) e manipulação e distribuição de doses individuais e prontas de radiofarmacos, que permitem visualizar processos fisiológicos de forma não invasiva. A Companhia é atualmente a única prestadora de serviços a apresentar solução completa em radiofarmácia, atendendo a mais de 400 clínicas e hospitais com serviços de medicina nuclear, distribuídos em todo o território nacional, com 60 mil pacientes atendidos por ano.

GSH CORP
Reorganização Societária

A reorganização societária é um dos principais fatores a serem considerados na análise da situação financeira e do resultado das operações da Companhia. Até 30 de setembro de 2021, a Companhia (cuja razão social era, até então, Serviço de Hemoterapia Madre Regina S.A.) era controlada diretamente pela GSH Participações S.A. ("GGSH"), que, por sua vez, assim como a Radiopharmacus S.A. ("RPH"), era controlada diretamente pela sociedade então denominada GSH Corp. Participações S.A. ("Antiga GSH Corp"). Em 30 de setembro de 2021, por ocasião da reorganização societária, a Companhia, além de ter sua razão social alterada para GSH Corp. Participações S.A., incorporou a GGSH e a RPH, assim como a Antiga GSH Corp, sucedendo tais companhias, a título universal, em todos os seus respectivos direitos e obrigações. Na medida em que, até 30 de setembro de 2021, a Companhia não detinha qualquer participação no capital social da GGSH ou da RPH, somente com a incorporação acima referida as informações financeiras relativas aos negócios até então desenvolvidos pela GGSH e RPH passaram a ser apresentadas pela Companhia, como segmento de hemoterapia e terapia celular e segmento de radiofarmácia, respectivamente, de acordo com o CPC 22 - Informações por segmento. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020 e ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2021 não consolidam ou não refletem as informações financeiras da GGSH e da RPH. Como resultado, a comparabilidade das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 é limitada, por não refletirem ou consolidarem, conforme o caso, as informações financeiras da GGSH e RPH, o que prejudica a compreensão da evolução da situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Em razão dessa limitação da comparabilidade das informações financeiras, a Companhia utilizará, para as análises deste Relatório relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, as informações gerenciais. **As informações por forma são apresentadas como o propósito meramente ilustrativo e não devem ser interpretadas como uma representação dos resultados contábeis.**

GSH CORP
Principais informações financeiras consolidadas

No exercício social de 2022, a receita bruta da Companhia foi de R\$538,1 milhões, 8,5% superior ao exercício social de 2021. A receita bruta da GSH Corp é composta pela receita proveniente dos segmentos de hemoterapia e terapia celular e o de radiofarmácia. O crescimento da receita líquida entre os anos de 2021 e 2022 foi devido, principalmente, ao crescimento de volume de vendas do segmento de Radiofarmácia e do reajuste de preço em ambos os segmentos de negócio. O segmento de hemoterapia e terapia celular representou 83,1% da receita bruta de 2022, somando R\$446,9 milhões no período. O segmento de radiofarmácia representou 16,9% da receita bruta, atingindo R\$91,2 milhões. Os custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas são compostos majoritariamente pelas contas de pessoal, materiais, exames, serviços de terceiros e alugueis. Encerramos o exercício com 12 bancos de sangue, 138 agências transfusionais, 2 radiofarmácias centralizadas e 1 fábrica de Cold Kits. Em 2022, os custos totalizaram R\$295,3 milhões, registrando crescimento de 17,4% quando comparado com 2021. Diante do exposto acima, o Lucro Bruto do exercício totalizou R\$181,1 milhões e 38,0% de margem bruta. As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$105,7 milhões ante a R\$95,6 milhões em 2021. Em ambos os exercícios, representando 22% da receita líquida. No exercício social de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração dos contratos relativos ao 1º Programa de Outorga de Ações Restritas e, com isso, estabeleceu as condições para a entrega de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia aos administradores e empregados com período de vesting de sete anos, e impacto de R\$0,7 milhões no resultado de 2022. Em 2022, o resultado financeiro foi negativo em R\$63,1 milhões, apresentando alta de 126,1% frente ao ano anterior. A piora no resultado financeiro foi relacionada a um pequeno aumento do endividamento líquido e, principalmente, ao aumento das taxas básicas de juros que encarecem a dívida da Companhia, com objetivo de financiar o plano de expansão da Companhia e manter uma sólida posição de caixa. O lucro líquido da Companhia encerrou o ano em R\$10,4 milhões. A tabela abaixo considera apenas o resultado da Companhia para os dois últimos anos e a evolução trimestral do último exercício social.

Indicadores Financeiros Consolidados (em R\$ milhões)	4T21*	1T22	2T22	3T22	4T22	2021	2022	Var. %
Receita Bruta	124,6	127,9	135,9	139,4	134,9	496,1	538,1	8,5%
Receita líquida	109,7	113,1	120,2	122,9	120,2	436,7	476,4	9,1%
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-72,0	-69,2	-75,2	-76,0	-74,9	-252,6	-295,3	16,9%
Lucro bruto	37,7	43,9	45,0	46,9	45,3	184,1	181,1	-1,7%
Margem bruta	34,4%	38,8%	37,4%	38,2%	37,7%	42,2%	38,0%	-4,2 p.p
Despesas gerais e administrativas	-39,4	-25,2	-26,4	-22,6	-31,5	-95,6	-105,7	10,6%
Outras despesas operacionais/ Equivalência Patrimonial	1,6	0,7	-0,9	0,3	1,8	3,7	1,8	-50,9%
Lucro operacional	-0,1	19,4	17,6	24,7	15,5	92,3	77,2	-16,3%
Resultado financeiro	-9,7	-13,0	-15,3	-16,8	-17,9	-27,9	-63,1	126,1%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-9,7	6,4	2,3	7,8	-2,4	64,4	1,1	-78,1%
Imposto de renda e contribuição social	-2,5	-1,1	-1,3	-4,5	3,5	-18,4	-3,3	-81,8%
Prejuízo das operações descontinuadas	-1,0	-0,5	-0,1	0,0	0,2	-3,5	-0,4	-89,2%
Lucro líquido do período	-13,2	4,8	0,9	3,4	1,3	42,5	10,4	-75,5%
Margem Líquida	-12,1%	4,3%	0,7%	2,7%	1,1%	9,7%	2,2%	-7,6 p.p

GSH CORP
Endividamento

Ao final do exercício social, o saldo da dívida bruta, correspondente a soma dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, foi de R\$448,6 milhões, um crescimento de R\$76 milhões entre os anos. Esta variação foi em função da captação relativa à terceira emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em série única, com amortização de principal a partir de abril de 2024 e conclusão da amortização em abril de 2026, no valor de R\$70 milhões para reforço do caixa. No ano, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia foi de R\$112,6 milhões. Como resultado, a dívida líquida da Companhia encerrou o trimestre em R\$365,6 milhões. Nesse ano de 2022, no mês de junho, a Companhia também realizou uma AGD, junto aos debenturistas da segunda emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em série única para concessão de renúncia e perdão prévios para a eventual não observância dos Índices Financeiros, previstos na escritura de emissão, na cláusula 6.27.2, inciso XI, com relação às datas de 30 de junho de 2022 (inclusive) até 30 de setembro de 2023 (inclusive). De toda forma, a Companhia reitera que durante a vigência da debênture até o encerramento do exercício social de 2022, observou o cumprimento dos Índices financeiros conforme demonstrado no quadro abaixo.

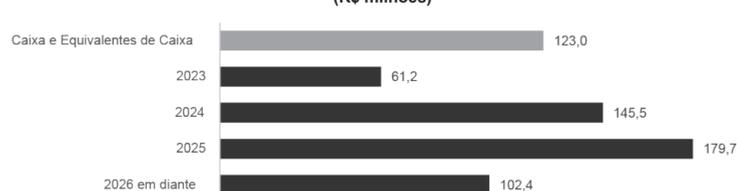
leiras e internacionais de auditoria; • a demonstração financeira intermediária individual e consolidada de GGSH Participações S.A. ("GGSH"), relativas aos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2021, e respectivas notas explicativas. Essas demonstrações financeiras foram objeto de revisão limitada por Ernst & Young Auditores Independentes S.S., de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias; • a demonstração financeira intermediária, individual e consolidada de Radiopharmacus S.A. ("RPH"), relativas aos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2021, e respectivas notas explicativas. Essas demonstrações financeiras foram objeto de revisão limitada por Ernst & Young Auditores Independentes S.S., de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias; • as informações financeiras por forma da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e aos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, e respectivas notas explicativas, elaboradas de acordo com OCPC 06. Essas informações financeiras por forma foram asseguradas por Ernst & Young Auditores Independentes S.S., de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. As avaliações, opiniões e comentários constantes deste Relatório traduzem a visão e a percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período ou data para data, conforme o caso; e (iii) os principais fatores que explicam essas alterações.

Indicadores Financeiros Consolidados (em R\$ milhões)	2022	2021	Var. %
Composição da Dívida			
Empréstimo e Financiamentos	53,8	55,1	-2,4%
Debêntures	434,8	357,9	21,5%
Dívida Bruta	488,6	413,0	18,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	112,6	91,3	23,3%
Dívida Líquida	376,1	321,8	16,9%
Ebitda LTM (Escritura)	106,5	125,0	-14,8%
Dívida Líquida (Escritura)	376,1	321,8	16,9%
Dívida Líquida / Ebitda	3,5	2,6	

(1) Dívida Bruta é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde aos saldos, ativos e passivos, das debêntures, empréstimos e financiamentos. A Dívida Bruta não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas.

(2) Dívida Líquida/Caixa Líquida é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao saldo da Dívida Bruta, líquido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida/Caixa Líquida não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida/Caixa Líquida elaborada por outras empresas.

Em relação ao perfil da dívida, 99,2% estava atrelado ao CDI. O gráfico abaixo ilustra o cronograma de amortização correspondente à soma das parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures, sem os custos de transação.

Cronograma de amortização do Endividamento
(R\$ milhões)

Classificação de Risco

Em 16 de dezembro de 2022, a Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)' à GSH CORP e à sua segunda emissão de debêntures. A perspectiva do rating corporativo é estável.

GSH CORP
Resultado por segmento de negócio

Abaixo reproduzimos a nota explicativa 29 da demonstração financeira individual e consolidada da GSH CORP.

Nota Explicativa 29	Hemoterapia e terapia celular	Radiofarmácia	Total dos segmentos	Eliminações (*)	Consolidado
Receita bruta	454.473	91.221	545.694	-7.619	538.075
Receita líquida (**)	405.248	78.729	483.977	-7.619	476.358
Gastos com pessoal	-133.361	-14.352	-147.713	-	-147.713
RSU	-712	-	-712	-	-712
Materiais, exames e hemocomponentes	-71.908	-35.244	-107.152	7.924	-99.228
Serviços de terceiros e alugueis	-106.479	-10.995	-117.474	-	-117.474
Depreciação e amortização	-22.945	-2.744	-25.689	-	-25.689
Equivalência patrimonial	44.386	-	44.386	-43.119	1.267
Receitas financeiras	10.351	702	11.053	-990	10.063
Despesas financeiras	-71.529	-2.597	-74.126	990	-73.136
Imposto de renda e contribuição social	44	-3.386	-3.342	-	-3.342
Outros montantes que impactam o lucro	-8.923	-698	-9.621	-	-9.621
Prejuízo das operações descontinuadas	-	-70	-70	-305	-375
Lucro líquido do exercício	44.172	9.345	53.517	-43.119	10.398

Reconciliação Ebitda

	4T17	9.345	53.517	-43.119	10.398
Lucro líquido	44.172	9.345	53.517	-43.119	10.398
(+) Resultado financeiro	61.178	1.895	63.073	-	63.073
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	-44	3.386	3.342	-	3.342
(+) Depreciação e amortização	22.945	2.744	25.689	-	25.689
EBITDA (1)	128.251	17.370	145.621	-43.119	102.502
Receita líquida	405.248	78.729	483.977	-7.619	476.358
Margem EBITDA (%) (2)	31,6%	22,1%	30,1%	n.a	21,5%
(+) RSU	712	-	712	0	712
Lucro (Prejuízo) das operações descontinuadas	0	70	70	305	375
EBITDA Ajustado	128.963	17.440	146.403	-42.814	103.589
Receita líquida	405.248	78.729	483.977	-7.619	476.358
Margem EBITDA Ajustado(%)	31,8%	22,2%	30,2%	n.a	21,7%

(1) EBITDA é uma medida não contábil e corresponde ao lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA elaborado por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou para o fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento.

(2) Margem EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde à divisão do EBITDA pela receita líquida. A Margem EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Margem EBITDA elaborada por outras empresas. A Margem EBITDA não deve ser considerada isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou para o fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento.

GSH Corp
Hemoterapia e Terapia Celular

No segmento de hemoterapia e terapia celular as receitas são oriundas, principalmente, da prestação de serviços no segmento de hemoterapia e terapia celular, incluindo a captação, tratamento, logística, sorologia e transfusão de sangue (hemocomponentes), bem como serviço de coleta de doação de sangue e atendimento aos doadores realizados nos pontos de coleta da Companhia. As receitas desse segmento de negócio são historicamente impactadas por: (i) volume de pacientes, (ii) complexidade de serviços prestados, (iii) evolução do número de leitos atendidos e (iv) repasse da inflação nos contratos firmados, principalmente, com operadoras de saúde. Abaixo apresentamos os principais indicadores operacionais que demonstram a capilaridade e dispersão geográfica do Grupo.

Informações Operacionais Hemoterapia e Terapia Celular	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2022	2021	2020	2019
Indicadores Operacionais					
Leitos Atendidos (mil)		27	26	22	19
Estados Atendidos		17	17	12	12
Cidades Atendidas		71	69	52	46
Bancos de Sangue Ativos (pontos de coleta)		12	11	10	8
Agências Transfusionais		138	141	116	98

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a receita bruta da GGSH Participações S.A. foi de R\$ 454,5 milhões, registrando um crescimento de 5,8%, período que alcançou R\$429,4 milhões de receita bruta.

Radiofarmácia

O segmento de radiofarmácia da Companhia está inserido na área de medicina nuclear, que consiste em uma especialidade clínica que, utilizando métodos seguros e não invasivos, emprega materiais radioativos em diversas áreas como cardiologia, oncologia, hematologia, neurologia, entre outras, como ferramenta para acessar o funcionamento dos órgãos e tecidos vivos, realizando imagens, diagnósticos e, também, tratamentos. A Companhia oferece tais serviços e soluções completas às clínicas e hospitais com serviços de medicina nuclear. As receitas são oriundas principalmente da (i) fabricação e comercialização de Cold Kits, os quais são produzidos pela Companhia em sua fábrica localizada na cidade de Porto Alegre (RS) e são utilizados em exames SPECT e PET e (ii) manipulação e distribuição de doses personalizadas de radiofarmacos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía uma Radiofarmácia Centralizada ativa em São Paulo e uma Radiofarmácia Centralizada no Rio de Janeiro, inaugurada em 2022. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a receita bruta do segmento de negócio Radiofarmácia foi de R\$91,2 milhões, registrando um crescimento de 36% em relação a 2022 período que registrou R\$ 66,6 milhões de receita bruta.

GSH CORP
Gente e Gestão

A GSH CORP considera que o reconhecimento de sua excelência em hemoterapia, terapia celular e radiofarmácia se deve à qualificação de sua equipe de profissionais. Por isso, desde o início de suas atividades, a Companhia tem sido bem-sucedida em atrair e reter capital intelectual diferenciado, multidisciplinar, contando com renomados farmacêuticos, biomédicos e biólogos e mantendo longevas parcerias com médicos. A Companhia realiza investimentos contínuos nos programas de captação e desenvolvimento de profissionais, assim como em equipes alocadas em hospitais e clínicas parceiros, como uma média de 10 horas mensais de treinamento por colaborador. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contava com 2004 profissionais no seu quadro de colaboradores, em linha com 31 de dezembro de 2021 que a Companhia contava com 2010 profissionais. As práticas de remuneração e benefícios, assim como a política de RH, seguem as melhores práticas de mercado e incluem remuneração fixa e variável, em decorrência de metas de desempenho. No ano de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas e, com início de vigência em dezembro de 2022, e estabeleceu as condições para a entrega de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia aos administradores e empregados, a exclusivo critério da Companhia.

(Continua...)

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Pesquisa e Desenvolvimento

A Companhia está constantemente investindo em pesquisas e desenvolvimento (P&D), buscando oferecer novas tecnologias, procedimentos e terapias inovadoras, além de novos processos e protocolos. Neste contexto, a Companhia é a única do segmento de prestação de serviços em Hemoterapia a possuir o Certificação Qmentum Diamante. No segmento de hemoterapia e terapia celular nos últimos anos, a Companhia passou a oferecer (i) suporte hemotérico e imuno-hematológico integral às equipes de transplantes de órgãos, especialmente transplantes de coração, fígado e medula óssea nas modalidades autólogo e alogênico; (ii) implantação centros de processamento celular com tecnologia para criopreservação de células em tanques de nitrogênio líquido e em ultra-freezers; (iii) expansão da disponibilização do procedimento de recuperação intra-operatória de sangue, que contribui com a redução da necessidade de transfusões em pacientes cirúrgicos; (iv) disponibilização do procedimento de fotoférese extracorpórea, tecnologia ainda pouco acessível no país e indicada para o tratamento de diversas patologias oncológicas e complicações relacionadas a transplantes e (v) implantação de metodologia exclusiva no Brasil para gestão eletrônica do processo transfusional, de modo a oferecer níveis elevados de segurança aos pacientes que necessitam de transfusão. Além dos serviços listados, a Companhia realizou em 2022 coleta, processamento e criopreservação de linfócitos para a produção de produtos farmacêuticos de terapia celular avançada, incluindo a técnica de congelamento programado. Já no segmento de radiofarmácia, no ano de 2022 inauguramos a segunda radiofarmácia centralizada no Rio de Janeiro. Ainda neste segmento, acompanhando o que há de mais inovador na área em âmbito mundial, a Companhia durante o exercício social de 2022 iniciou a construção de uma indústria de medicamentos radiofarmacos através de ciclotron, com início da operação e distribuição estimada para o primeiro semestre de 2024. O ciclotron é um acelerador de partículas capaz de produzir insumos radioativos para serem utilizados na produção desse tipo de

medicamento. Visando ampliar o rol de procedimentos atendidos, a GSH CORP segue desenvolvendo o seu portfólio de radiofarmacos para diagnóstico e terapêuticos. Atualmente este pipeline engloba inúmeros produtos para uso na área da oncologia: DOTATOC Ga-68 One Step para diagnóstico de tumor neuroendócrino, PSMA-Lu177 para tratamento de câncer de próstata metastático resistente a castração, DOTATOC- Lu177 para tratamento de tumor neuroendócrino, ECD-Tc99m para exame de perfusão cerebral, HMPAO-Tc99m para diagnóstico de processos inflamatórios ocultos, MAA-Tc99m para exame de perfusão pulmonar. Ainda, o radiofarmaco RPH Pyro (Pirofosfato-Tc99m) para realização diagnóstica através de imagens cardíacas e o Illucix (PSMA Ga-68) usado no diagnóstico de câncer de próstata entraram nas suas etapas finais de desenvolvimento e foram disponibilizados no mercado mediante anuência da ANVISA. Além disso, estão sendo constantemente firmadas parcerias com renomadas farmacêuticas e institutos de pesquisas englobando novas tecnologias, procedimentos e terapias inovadoras, novos processos e protocolos.

Relacionamento com os auditores independentes

Em consonância à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa e, para efeito da Instrução Normativa CVM 381/2003, declaramos que, no período findo em 31 de dezembro de 2022, além destes serviços, houve a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para prestação de serviços de due diligence financeira, contábil, trabalhista, previdenciária e fiscal. Os referidos serviços foram contratados por prazo inferior a um ano. A Companhia entende que, pela natureza do serviço contratado e sua representatividade comparada aos serviços de auditoria externa, não há conflito de interesse ou perda de independência em relação ao trabalho dos auditores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	54.623	60.129	112.554	91.252
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	10.452	-
Contas a receber de clientes	6	31.849	26.036	150.057	128.473
Estoques	7	2.765	2.241	19.701	17.544
Tributos a recuperar		2.353	462	3.890	2.415
Despesas antecipadas	8	2.172	904	11.493	7.768
Partes relacionadas	25	11.095	-	-	-
Dividendos a receber		2.065	-	-	-
Juros sobre capital próprio a receber		4.347	-	-	-
		111.269	89.772	308.147	247.452
Ativos de operações descontinuadas	28	-	-	22	481
		111.269	89.772	308.169	247.933
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	-	-	1.318	1.936
Impostos diferidos	24	10.861	-	14.368	1.074
Impostos a recuperar		-	-	1.440	-
Despesas antecipadas	8	-	-	749	-
Partes relacionadas	25	7.046	6.270	-	-
Depósitos judiciais		26	231	743	556
Outros ativos		-	-	214	2.375
Investimentos	9	337.222	293.616	8.130	7.797
Imobilizado	10	10.154	7.577	93.306	83.260
Intangível	11	148.444	151.521	304.236	301.398
		513.753	459.215	424.504	398.396
		625.022	548.987	732.673	646.329
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	8.510	12.393	42.798	40.379
Empréstimos e financiamentos	13	49.753	-	51.307	1.588
Debêntures	14	9.609	7.002	9.609	7.002
Obrigações por arrendamento	15	704	591	3.992	2.859
Contas a pagar por aquisições	16	224	139	1.709	139
Obrigações fiscais	17	3.567	5.859	23.511	21.201
Obrigações trabalhistas	18	7.891	6.218	22.356	19.835
Dividendos a pagar	20.2	2.308	1.189	2.517	1.405
Outros passivos		-	-	536	341
		82.566	33.391	158.335	94.749
Passivos de operações descontinuadas	28	865	2.439	887	2.920
		83.431	35.830	159.222	97.669
Não circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	-	-	1.353
Empréstimos e financiamentos	13	-	49.511	2.496	53.553
Debêntures	14	425.237	350.861	425.237	350.861
Obrigações por arrendamento	15	1.659	2.111	22.000	21.453
Contas a pagar por aquisições	16	4.568	9.611	8.815	15.204
Obrigações fiscais	17	75	283	1.054	577
Partes relacionadas	25	1.606	1.460	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	6	272	1.778	2.748
Outros passivos		-	-	330	460
		433.151	414.109	461.710	446.209
		516.582	449.939	620.932	543.878
Patrimônio líquido					
Capital social	20.1	93.525	93.525	93.525	93.525
Reserva para pagamento baseado em ações	20.6	583	-	583	-
Reservas de lucros		18.037	9.436	18.037	9.436
Transações entre acionistas		(3.705)	(3.913)	(3.705)	(3.913)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		108.440	99.048	108.440	99.048
Participação dos acionistas não controladores		-	-	3.301	3.403
Total do patrimônio líquido		108.440	99.048	111.741	102.451
Total do passivo e do patrimônio líquido		625.022	548.987	732.673	646.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	21	107.958	95.075	476.358	182.997
Custos dos serviços prestados	22	(52.090)	(40.452)	(286.449)	(93.451)
Custos das mercadorias vendidas	22	-	-	(8.814)	(7.484)
Lucro bruto		55.868	54.623	181.095	82.062
Despesas gerais e administrativas	22	(32.593)	(28.461)	(105.718)	(45.046)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	524	983	544	1.512
Equivalência patrimonial	9.3	37.641	9.309	1.267	405
Lucro operacional		61.440	36.454	77.188	38.933
Resultado financeiro		-	-	-	-
Receitas financeiras	23	5.896	1.577	10.063	2.456
Despesas financeiras	23	(68.841)	(10.516)	(73.136)	(11.931)
		(62.945)	(8.939)	(63.073)	(9.475)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.505)	27.515	14.115	29.458
Imposto de renda e contribuição social	24	11.295	(3.637)	(3.342)	(5.042)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		9.790	23.878	10.773	24.416
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas		(70)	(603)	(375)	(1.015)
Lucro líquido do exercício		9.720	23.275	10.398	23.401
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		9.720	23.275	9.720	23.275
Acionistas não controladores		-	-	678	126
Lucro básico/diluído do exercício (em R\$)	20.5	0,036	0,311	-	-
Lucro básico/diluído do exercício de operações continuadas (em R\$)	20.5	0,036	0,319	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		9.720	23.275	10.398	23.401
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		9.720	23.275	10.398	23.401
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		9.720	23.275	9.720	23.275
Acionistas não controladores		-	-	678	126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

Nota	Reservas de lucros						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva para pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros	Reserva para investimentos	Transações entre acionistas			Lucros acumulados
Saldos em 01 de janeiro de 2021	7.117	-	-	-	-	-	15.411	22.528	
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(14.250)	(14.250)	
Acervos líquidos incorporados	86.408	-	-	-	-	(4.075)	82.333	85.888	
Transações entre acionistas	-	-	-	-	-	222	222	(56)	
Alteração na participação de controlada	-	-	-	-	-	(60)	(60)	(60)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	23.275	23.401	
Reserva legal	20.3	-	-	1.164	-	-	(1.164)	-	
Dividendos intercalares pagos	20.2	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)	
Reserva de investimentos	20.4	-	-	-	-	7.111	(7.111)	-	
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	1.161	-	(1.161)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		93.525	-	1.164	1.161	7.111	(3.913)	99.048	
Dividendos prescritos		-	-	-	-	1.189	-	1.189	
Transações entre acionistas	9.3	-	-	-	-	208	-	208	
Dividendos destinados		-	-	-	-	-	-	(310)	
Pagamento baseado em ações	20.6	-	583	-	-	-	-	583	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	9.720	9.720	
Reserva legal	20.3	-	-	486	-	-	(486)	-	
Dividendo mínimo obrigatório	20.2	-	-	-	-	-	(2.308)	(2.308)	
Reserva de investimentos	20.4	-	-	-	-	6.926	(6.926)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		93.525	583	1.650	1.161	15.226	(3.705)	108.440	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Continua...)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade		(1.505)	27.515	14.115	29.458
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas		(70)	(603)	(375)	(1.015)
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	22	6.625	1.332	25.689	6.028
Alienação de ativos imobilizados		-	175	14	2.749
Baixa de arrendamentos		-	-	(85)	-
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquido	19	(266)	(11)	(1.129)	5
Equivalência patrimonial	9.3	(37.641)	(9.309)	(1.267)	(405)
Provisão para descartes de hemocomponentes	7	130	343	585	648
Provisão para perdas de crédito esperadas e glosas	6	5.334	5.346	22.698	7.905
Remensuração contraprestação contingente	16	-	-	(1.306)	-
Pagamento baseado em ações	20.6	712	-	712	-
Atualizações monetárias, juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamento		66.364	10.458	71.781	11.161
Variações dos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(11.147)	(7.887)	(43.664)	(19.033)
Estoques		(654)	(1.825)	(2.742)	(7.198)
Tributos a recuperar		(1.124)	(86)	(2.915)	2.605
Despesas antecipadas		(1.268)	6.659	(4.474)	8.382
Depósitos judiciais		205	(78)	(187)	(293)
Partes relacionadas		(11.095)	-	-	-
Outros ativos		-	-	2.161	-
Fornecedores e outras contas a pagar		(3.737)	4.999	1.066	8.006
Obrigações fiscais		(704)	(2.632)	1.987	(4.754)
Obrigações trabalhistas		1.545	3.365	2.392	(646)
Outros passivos		-	6	(71)	(361)
Variações de ativos e passivos de operações descontinuadas		(1.574)	-	(1.879)	288
Caixa gerado pelas atividades operacionais		10.130	37.767	83.106	43.530
Pagamento de juros de empréstimos e debêntures		(57.585)	(12.924)	(58.556)	(13.032)
Pagamento de juros sobre arrendamento		(171)	(87)	(2.266)	(574)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.363)	(1.836)	(15.836)	(4.186)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(48.989)	22.920	6.448	25.738
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de ativos imobilizados	10/30	(4.314)	(4.140)	(17.986)	(11.727)
Aquisições de ativos intangíveis	11				

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31/12/2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. **Contexto operacional** A GSH Corp Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima, localizada na Praia do Flamengo, 154, 13º andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, que tem como objeto social a prestação de serviços médico hospitalares nas áreas de hematologia, medicina nuclear, farmacêutica e de radiofarmácia e outros segmentos do setor de saúde, além da participação em outras sociedades, de qualquer natureza, na qualidade de sócia ou acionista, atuando como "holding", bem como a administração de bens próprios. A Companhia em conjunto com suas subsidiárias forma o Grupo GSH ("Grupo GSH" ou "Grupo" ou "GSH Corp"). Em 21 de junho de 2022, através de Distrato Social, a GSH Corp Participações S.A., sócia única, decide dissolver e extinguir a controlada V.B.N. Assessoria e Controle de Qualidade em Kits e Liofilizados Ltda. ("VBN"). Todas as suas operações e atividades foram encerradas em 31 de maio de 2022. A sócia nada recebeu, a título de haveres, por inexistência de saldo remanescente. A Administração avalia que a posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 123.006 é suficiente para atender aos compromissos financeiros já contratados. **Processo de reorganização societária** Conforme divulgada nas notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada no dia 30 de setembro de 2021, foi aprovada a incorporação da antiga GSH Corp Participações S.A. (anteriormente denominada Lorem Participações S.A. ("Lorem"), GSH Participações S.A. ("GSH") e da Radiopharmacia S.A. ("RPH") pela Companhia. A incorporação fez parte do processo de reorganização societária da GSH Corp que teve por objetivo o registro da Companhia na categoria A da CVM. Essa reorganização teve como objetivo simplificar e otimizar a estrutura societária do Grupo, e facilitar o acesso do Grupo ao mercado de capitais. **Pandemia de COVID-19** A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial. Em 22 de abril de 2022 o Ministério da Saúde declarou fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela Covid-19. O Ministério da Saúde considerou a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS), a melhoria no cenário epidemiológico no país e o avanço da campanha de vacinação. As atividades da Companhia não foram materialmente afetadas pela pandemia. **Eventos ocorridos durante o exercício de 2022:** (i) Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia obteve o Registro de Emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na Categoria A; (ii) Em 27 de janeiro de 2022, a Fitch Ratings atribuiu à Companhia rating inicial de longo prazo em escala Nacional "AA (bra)"; Perspectiva Estável; (iii) Em 22 de junho de 2022, foi aprovado a dissolução e extinção da controlada VBN; (iv) Em 30 de junho de 2022, em Assembleia Geral de Debenturistas, foi aprovado a suspensão e novas condições de indicadores financeiros das debêntures (Vide Nota 14); e (v) Em 22 de setembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures no montante de R\$ 70.000 (Vide Nota 14); e (vi) Em 16 de dezembro de 2022, a Fitch Ratings afirmou o rating de longo prazo em escala Nacional "AA (bra)"; Perspectiva Estável. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Base de preparação As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, então sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo, e foram elaboradas considerando o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e suas controladas. Em 16 de março de 2023, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Base de consolidação** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do investidor. A Companhia avalia se exerce controle ou não em uma investida, se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada, e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado, e cada componente de outros resultados abrangentes, são atribuídos aos sócios controladores e aos não controladores da Companhia. Mesmo se isso resultar em prejuízo aos sócios não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. **Base de consolidação** A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, bem como a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas, cuja participação percentual na data do balanço encontra-se apresentada abaixo.

preende a execução das atividades de coleta, proteção ao doador e ao receptor mediante a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue e seus componentes. As operações seguem a regulamentação no Ministério da Saúde portaria nº 158 de 4 de fevereiro de 2016 - Regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos. (b) **Radiofarmácia** Fabricação e comercialização de preparações farmacêuticas e reagentes de diagnósticos e tratamento; prestação de serviços nas áreas farmacêuticas, radiofarmácia e medicina nuclear e assessoria em controle de qualidade em kits liofilizados para uso em imagens médicas. **3. Principais políticas contábeis** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Combinações de negócios e ágio** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.2. Conversão de moeda estrangeira** As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes na data da transação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado, em rubrica de receitas e despesas financeiras. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **3.4. Títulos e valores mobiliários** Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até um ano, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo. **3.5. Instrumentos financeiros** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial** No reconhecimento inicial o Grupo mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. **Ativos financeiros - mensuração subsequente** • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **Redução ao valor recuperável** O Grupo reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial** Todos os passivos financeiros do Grupo são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. **Passivos financeiros - mensuração subsequente** • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.6. Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para perdas de créditos esperadas. A provisão para perdas de créditos esperadas e glosas foram constituídas por montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **3.7. Estoques** Os estoques são demonstrados a custo ou a valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda e/ou de utilização estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, adicionados aos custos necessários para efetuar sua utilização e/ou venda. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matéria-prima, mão de obra direta, insumos, hemocomponentes, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (como base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável na data de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. A provisão para descartes de hemocomponentes foi constituída por montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas de seu processo produtivo e de armazenamento. Estas provisões são analisadas e avaliadas periodicamente pelo Grupo. **3.8. Imobilizado** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Quando partes significativas de um item do imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Benfeitorias em propriedades de terceiros 5 a 25 anos Máquinas, aparelhos e equipamentos 10 anos Móveis e utensílios 10 anos

Veículos 4 anos Equipamentos de informática 5 anos Instalações 10 anos Equipamentos hospitalares e laboratoriais 10 anos O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.9. Intangível** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revistos no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revista anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. i) **Softwares e licenças de sistemas** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. ii) **Direitos de exclusividade** O Grupo possui contratos de direito de exclusividade de serviços com hospitais para a prestação exclusiva dos serviços de Hemoterapia, os quais serão amortizados pelos prazos de vigência dos contratos que variam de 5 a 50 anos. iii) **Carteira de clientes** O Grupo possui intangíveis de carteira de clientes que foram reconhecidos no âmbito de processo de combinação de negócios, que possuem vida útil definida são amortizados em prazos que variam de 17 a 50 anos. iv) **Capitalização de intangível desenvolvido internamente** O Grupo possui ativos intangíveis gerados internamente referentes a novos radioisótopos, tendo como objetivo a dispensa de doses unitárias de radiofármacos, bem como novos radiofármacos para possibilitar um melhor diagnóstico nos tumores de próstata, ambos se encontram em fase de desenvolvimento, o qual a Companhia está capitalizando a mão de obra e as despesas essenciais das atividades de desenvolvimento, em concordância com as premissas estabelecidas pelo CPC 04 (R1) - Ativo Intangível / IAS 38 ("CPC 04 (R1)"). Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e • O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. Os ativos em uso são amortizados em 5 anos. **3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados disponíveis, entre outros indicadores. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Quando existente, a perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração não identificou eventos que indicassem riscos de não recuperabilidade dos ativos da Companhia e de suas controladas. **3.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.12. Provisões** **3.12.1. Provisões Gerais** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.12.2. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.13. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas** O Grupo classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado. Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 28. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma. **3.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** **Imposto de renda e contribuição social correntes** O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. O Grupo possui empresas optantes por regime tributário através do lucro real e lucro presumido. Para as investidas optantes pelo lucro real, o imposto de renda foi calculado a alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, definidos pela legislação vigente, e a contribuição social foi calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para as empresas optantes pelo lucro presumido, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados através de aplicação dos percentuais de presunção do lucro definidos pela legislação vigente em 8% e 12% respectivamente. Sobre estas bases são calculados o imposto de renda e contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$60 por trimestre) e contribuição social sobre o lucro

(Continua...)

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31/12/2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

líquido (9%). **Impostos diferidos** Determinadas controladas indiretas apresentam imposto de renda e contribuição social diferidos pelas seguintes razões: (i) Diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **Imposto sobre vendas e serviços** Despesas, ativos e passivos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	0%, 0,65% e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	0%, 3,00% e 7,6%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza ("ISS")	2,00% a 5,00%
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	7% a 18%*
Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI")	0% a 5%

(* Refletem as alíquotas básicas vigentes de cada Estado de operação do Grupo **3.15. Reconhecimento de receita** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços médicos hospitalares em hematologia e hemoterapia, bem como, serviços de logística e vendas de itens industrializados realizados no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo revisa periodicamente suas perdas históricas ("glossas") sobre os procedimentos efetuados, materiais e medicamentos utilizados que usualmente não são aprovados pelos planos e operadoras de saúde e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou de cada serviço. **3.16. Receitas e despesas financeiras** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e impostos parcelados, tarifas e comissões bancárias. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva. **3.17. Arrendamentos** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo como arrendatário O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3.9. **Passivos de arrendamento** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo na data de início uma vez que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento nos contratos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.18. Lucro por ação** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ação da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em ações efetivas. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto diluitivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Companhia não possuía instrumentos de patrimônio. Portanto, os lucros básicos e diluído são idênticos. **3.19. Demonstração do valor adicionado** A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. **3.20. Demonstração do fluxo de caixa** A informação sobre fluxo de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e as necessidades da entidade para utilizar estes fluxos de caixa. O CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7) define os requisitos para a apresentação da demonstração do fluxo de caixa e respectivas divulgações (CPC 26 (R1)). Os seguintes tópicos principais devem ser apresentados em todos os fluxos de caixa: • Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade; • Atividades de investimento: são as aquisições e vendas de ativos de longo prazo; e • Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da empresa. As somas e subtrações destes itens resultam na mudança do caixa mais equivalentes e compreendem numerário, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com alta liquidez e baixíssimo risco. **3.21. Informação por segmento** Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pelo Conselho de Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente os custos para emissão de instrumentos patrimoniais. **3.22. Transações envolvendo pagamento baseado em ações** O incentivo dos executivos baseada em ações é mensurado e reconhecida a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituído na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original. **3.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022** As normas apresentadas a seguir foram reavaliadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. a) Alterações ao CPC 37 (R1), CPC48/IFRS 9, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O Grupo pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis. **3.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. (i) Revisão 21/2022 do CPC: Alterações ao CPC 50 (IFRS 17), CPC 26 (IAS 1), CPC 23 (IAS 8) e CPC 32 (IAS 12). Alterações no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros; de classificação de passivos com circulantes ou não circulantes; divulgação das estimativas contábeis e políticas con-

tábeis; aplicabilidade do julgamento de materialidade para divulgação de políticas contábeis, divulgações de políticas contábeis e tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação. O Grupo não possui expectativa de que estas alterações produzirão quaisquer impactos sobre as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: a) **Provisão para riscos tributários e trabalhistas** O Grupo reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. b) **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e glossas** O Grupo utiliza uma matriz de provisão por unidade de negócio para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e glossas. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelas unidades de negócio. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas considerando o histórico de recebimento por operadora, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte e havendo necessidade é realizado o provisionamento total da carteira em aberto desses clientes. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber do Grupo estão divulgadas na Nota 6. c) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 10. d) **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos** O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos do Grupo (como o rating de crédito da subsidiária). **5. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa				
Caixa e bancos	154	425	2.858	5.505
Aplicações financeiras	54.469	59.704	109.696	85.747
	54.623	60.129	112.554	91.252

As aplicações financeiras constituem investimentos de curto prazo com alta liquidez, compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB pós-fixados). Os rendimentos médios em 31 de dezembro de 2022 foram de 99% do CDI para Controladora e 99% do CDI para o Consolidado (em 31 de dezembro de 2021 os rendimentos foram de 90% do CDI para Controladora e 99% do CDI para o Consolidado). O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de o Grupo manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Assamed	3.167	3.169	-	-
BSSST	6.570	6.333	-	-
BSSP	32.151	32.015	-	-
CHS	5.441	6.976	-	-
GSHMED	13.492	12.380	-	-
Hemato	39.005	31.229	-	-
MJM	24.372	15.814	-	-
RFC	8.859	8.340	-	-
SERUM	50.416	37.522	-	-
SHNF	3.105	1.942	-	-
SHSC	13.184	8.243	-	-
SMTS	97.180	91.520	-	-
SHHAN	692	926	-	-
SHH	31.458	29.395	-	-
VBN	-	15	-	-
LIAC	8.130	7.797	8.130	7.797
	337.222	293.616	8.130	7.797

O valor correspondente ao saldo de investimentos no consolidado é composto pelo investimento na LIAC, para o qual a Companhia possui controle compartilhado. Abaixo demonstramos os ágios (*goodwill*) e mais valia de ativos gerados quando da aquisição das controladas e controlada em conjunto

	31/12/2022	31/12/2021
Investidas		
Ágio (<i>goodwill</i>)		
Assamed Assessoria e Atendimento em Área Médica Ltda.	2.700	2.700
Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda.	31.589	31.589

	Assamed Assessoria e Atendimento em Área Médica Ltda.	Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda.
Investidas		
Assamed	2.700	2.700
BSSST	6.570	6.333
BSSP	32.151	32.015
CHS	5.441	6.976
GSHMED	13.492	12.380
Hemato	39.005	31.229
Hemopan	53.211	15.457
MJM	24.372	15.814
RFC	8.859	8.340
SERUM	50.416	37.522
SHNF	3.105	1.942
SHSC	13.184	8.243
SMTS	97.180	91.520
SHHAN	692	926
SHH	31.458	29.395
VBN	-	15

9.3. Movimentação dos investimentos A seguir, demonstramos a movimentação dos investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	5.833	405
Equivalência patrimonial	9.309	-
Integralização de capital	585	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.523	-
Amortização da carteira de clientes	(238)	-
Transações entre acionistas (**)	222	275
Dividendos recebidos	(12.380)	(680)
Incorporação	287.762	7.797

				Consolidado	
	Taxa	Indexador	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	102,5%	CDI	29/08/2023	10.452	-
				10.452	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Operadoras de saúde e convênios	22.111	20.841	99.832	92.377
Partes relacionadas (Nota 25)	7.269	5.074	38.264	14.323
Particulares	5.903	2.281	23.526	24.905
Outras contas a receber	24	-	11.657	11.720
Provisão para perdas de crédito esperadas e glossas	(3.458)	(2.160)	(21.904)	(12.916)
Total do contas a receber de clientes	31.849	26.036	151.375	130.409
Circulante	31.849	26.036	150.057	128.473
Não circulante	-	-	1.318	1.936

A composição dos saldos de clientes vencidos e a vencer está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	20.732	22.964	125.261	111.161
Vencidos de 1 a 30 dias	3.500	1.858	12.208	8.824
Vencidos de 31 a 90 dias	1.777	486	6.692	2.429
Vencidos de 91 a 120 dias	3.628	126	4.074	2.268
Vencidos de 121 a 180 dias	955	261	2.710	1.666
Vencidos de 181 a 360 dias	2.021	747	7.669	2.589
Vencidos a mais de 361 dias	2.670	1.754	14.665	10.997
	35.283	28.196	173.279	139.934

Movimentação da provisão para glossas e créditos de liquidação duvidosa A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda e glossa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(791)	(791)
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(14)	(305)
Constituição de glossa de contas a receber	(5.332)	(7.600)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	3.977	6.915
Incorporação	-	(11.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.160)	(12.916)
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(9)	(5.290)
Constituição de glossa de contas a receber	(5.325)	(17.408)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	4.036	13.710
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.458)	(21.904)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
7. Estoques				
Insumos	1.789	1.643	7.718	9.314
Hemocomponentes	1.318	870	6.612	6.651
Material de uso e consumo	395	335	2.228	2.068
Matéria-prima	-	-	2.581	1.071
Produto intermediário	-	-	3.625	1.036
Produto acabado	-	-	632	514
Provisão para perda de estoques de hemocomponentes	(737)	(607)	(3.695)	(3.110)
	2.765	2.241	19.701	17.544

O Grupo avalia quanto ao valor recuperável dos estoques e, em caso de perda por descarte, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda de hemocomponentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(264)	(264)
Provisões	(343)	(648)
Incorporação	-	(2.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(607)	(3.110)
Provisões	(130)	(585)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(737)	(3.695)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
8. Despesas antecipadas				
Adiantamento à fornecedores	2.084	745	11.912	6.841
Adiantamento a empregados	88	81	314	646
Outros	-	78	16	281
	2.172	904	12.242	7.768
Circulante	2.172	904	11.493	7.768
Não circulante	-	-	749	-

9. Investimentos O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras dos investimentos em controladas. **9.1. Composição dos investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
LIAC - Laboratório Integrado de Análises Clínicas Ltda.	7.160	7.160	7.160	7.160
Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda.	2.306	2.306	2.306	2.306
GSHMED Hemoterapia S.A.	103	103	103	103
Centro de Hematologia Santos S.A.	2.617	2.617	2.617	2.617
Mais valia de ativos (carteira de clientes) (*)	-	-		

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31/12/2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

nistas, decorrente de ganhos/perdas na aquisição de participação e ganhos/perdas na distribuição desproporcional de dividendos. 9.4. Principais informações sobre controlada em conjunto LIAC Balanço patrimonial		31/12/2022
Ativo circulante		620
Caixa e equivalentes de caixa		4.142
Contas a receber		1.520
Outros ativos circulantes		-
Ativo não circulante		1.128
Imobilizado		178
Outros		7.588
Total do ativo		11.083
Passivo circulante		2.130
Fornecedores		1.083
Outros passivos circulantes		-
Passivo não circulante		1.882
Obrigações tributárias		336
Outros passivos não circulantes		5.431
Total do passivo		2.157
Patrimônio líquido da joint venture		8.926
Valor contábil		-

Participação proporcional da Companhia sobre o patrimônio líquido (45%)		970
Ágio por rentabilidade futura (vide Nota 9.1)		7.160
Valor contábil do investimento		8.130
Demonstrações do resultado		
	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	25.584	25.584
Custos dos serviços prestados	(20.238)	(20.238)
Lucro bruto	5.346	5.346
Despesas gerais e administrativas	(1.586)	(1.586)
Outras receitas operacionais	-	-
Lucro operacional	3.760	3.760
Receitas financeiras	1	1
Despesas financeiras	(80)	(80)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.681	3.681
Imposto de renda e contribuição social	(865)	(865)
Lucro líquido do exercício	2.816	2.816
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	2.816	2.816
10. Imobilizado		

	31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo							
Ativos de direito de uso	-	2.869	-	127	2.996	261	3.257
Benfeitorias em propriedades de terceiros	354	1.915	(74)	125	2.320	2.161	4.481
Veículos	28	-	-	-	28	-	28
Máquinas e equipamentos	48	1	-	9	58	22	80
Equipamentos de informática	504	148	(3)	960	1.609	203	1.812
Móveis e utensílios	183	291	-	64	538	1.025	1.563
Instalações	969	72	-	12	113	28	1.411
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	969	1.713	(46)	-	2.636	681	3.317
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-	194
Total do custo	2.115	7.009	(123)	1.297	10.298	4.575	14.873
Depreciação acumulada							
Ativos de direito de uso	-	(300)	-	(127)	(427)	(643)	(1.070)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(325)	(64)	-	(133)	(522)	(774)	(1.296)
Veículos	(28)	-	-	-	(28)	-	(28)
Máquinas e equipamentos	(26)	(3)	-	(7)	(36)	(7)	(43)
Equipamentos de informática	(376)	(71)	-	(681)	(1.128)	(85)	(1.213)
Móveis e utensílios	(89)	(22)	-	(49)	(160)	(86)	(246)
Instalações	(12)	(3)	-	(8)	(23)	(11)	(34)
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	(283)	(114)	-	(397)	(397)	(392)	(789)
Total da depreciação acumulada	(1.139)	(577)	-	(1.005)	(2.721)	(1.998)	(4.719)
Total do imobilizado líquido	976	6.432	(123)	292	7.577	2.577	10.154

	31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo							
Ativos de direito de uso	-	4.288	-	24.635	26.846	5.771	31.382
Benfeitorias em propriedades de terceiros	354	6.805	(162)	25.991	32.988	4.365	38.829
Veículos	28	-	-	1.189	1.217	-	1.217
Máquinas e equipamentos	189	378	-	5.456	6.023	2.042	8.000
Equipamentos de informática	507	1.238	(5)	7.703	9.443	2.722	12.165
Móveis e utensílios	201	601	-	5.989	6.791	1.713	8.504
Instalações	36	201	(1)	2.875	3.111	2.101	3.736
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	970	2.504	(58)	17.249	20.665	3.735	24.400
Imobilizado em andamento	-	-	-	5.248	5.248	1.308	6.556
Total do custo	2.285	16.015	(2.303)	96.335	112.332	23.757	134.789
Depreciação acumulada							
Ativos de direito de uso	-	(1.072)	844	(5.215)	(4.443)	(4.488)	(9.703)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(325)	(689)	-	(2.420)	(3.434)	(4.502)	(7.936)
Veículos	(28)	(2)	-	(1.175)	(1.205)	(7)	(1.212)
Máquinas e equipamentos	(30)	(111)	-	(3.216)	(3.357)	(469)	(3.775)
Equipamentos de informática	(351)	(295)	-	(3.883)	(4.529)	(1.401)	(5.930)
Móveis e utensílios	(118)	(149)	-	(2.879)	(3.146)	(640)	(3.786)
Instalações	(19)	(57)	-	(1.273)	(1.349)	(244)	(1.593)
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	(283)	(618)	-	(5.708)	(6.609)	(939)	(7.548)
Total da depreciação acumulada	(1.154)	(2.993)	844	(25.769)	(29.072)	(12.690)	(41.483)
Total do imobilizado líquido	1.131	13.022	(1.459)	70.566	83.260	11.067	93.306

	31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo							
Ativos de direito de uso	-	4.288	-	24.635	26.846	5.771	31.382
Benfeitorias em propriedades de terceiros	354	6.805	(162)	25.991	32.988	4.365	38.829
Veículos	28	-	-	1.189	1.217	-	1.217
Máquinas e equipamentos	189	378	-	5.456	6.023	2.042	8.000
Equipamentos de informática	507	1.238	(5)	7.703	9.443	2.722	12.165
Móveis e utensílios	201	601	-	5.989	6.791	1.713	8.504
Instalações	36	201	(1)	2.875	3.111	2.101	3.736
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	970	2.504	(58)	17.249	20.665	3.735	24.400
Imobilizado em andamento	-	-	-	5.248	5.248	1.308	6.556
Total do custo	2.285	16.015	(2.303)	96.335	112.332	23.757	134.789
Depreciação acumulada							
Ativos de direito de uso	-	(1.072)	844	(5.215)	(4.443)	(4.488)	(9.703)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(325)	(689)	-	(2.420)	(3.434)	(4.502)	(7.936)
Veículos	(28)	(2)	-	(1.175)	(1.205)	(7)	(1.212)
Máquinas e equipamentos	(30)	(111)	-	(3.216)	(3.357)	(469)	(3.775)
Equipamentos de informática	(351)	(295)	-	(3.883)	(4.529)	(1.401)	(5.930)
Móveis e utensílios	(118)	(149)	-	(2.879)	(3.146)	(640)	(3.786)
Instalações	(19)	(57)	-	(1.273)	(1.349)	(244)	(1.593)
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	(283)	(618)	-	(5.708)	(6.609)	(939)	(7.548)
Total da depreciação acumulada	(1.154)	(2.993)	844	(25.769)	(29.072)	(12.690)	(41.483)
Total do imobilizado líquido	1.131	13.022	(1.459)	70.566	83.260	11.067	93.306

Análise da redução ao valor recuperável A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e não identificou evidências que pudessem indicar deterioração ou perda de valor do ativo imobilizado. 11. Intangível

	31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo (vida útil definida)							
Softwares	25	274	(50)	3.071	3.320	590	3.910
Licenças	127	130	(2)	2.054	2.309	26	2.335
Direito de exclusividade	-	40	-	74.960	75.000	-	75.000
Total do custo	152	444	(52)	80.085	80.629	616	81.245
Intangível identificado na aquisição de participação societária							
Carteira de clientes	-	-	-	40.334	40.334	-	40.334
Total do custo (vida útil definida)	152	444	(52)	120.419	120.963	616	121.579
Custo (vida útil indefinida)							
Ágio de rentabilidade futura	-	-	-	39.696	39.696	-	39.696
Total do custo	152	444	(52)	160.115	160.659	616	161.275
Amortização acumulada							
Softwares	(14)	(31)	-	(2.285)	(2.330)	(659)	(2.989)
Licenças	(79)	(5)	-	(1.785)	(1.869)	(38)	(1.907)
Direito de exclusividade	-	(334)	-	(208)	(542)	(1.878)	(2.420)
Carteira de clientes	-	(196)	-	(4.201)	(4.397)	(1.118)	(5.515)
Total da amortização acumulada	(93)	(566)	-	(8.479)	(9.138)	(3.693)	(12.831)
Total do intangível líquido	59	(122)	(52)	151.636	151.521	(3.077)	148.444

	31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Custo (vida útil definida):							
Softwares	25	278	(52)	4.489	4.740	787	5.527
Licenças	129	224	(8)	2.936	3.281	202	3.483
Direito de exclusividade	-	1.160	(1.230)	128.491	128.421	8.299	136.720
Projetos	-	2.201	(89)	5.302	7.414	6.549	13.963
Outros	-	-	-	903	903	-	903
Total do custo	154	3.863	(1.379)	142.121	144.759	15.837	160.596
Intangível identificado na aquisição de participação societária							
Carteira de clientes	3.036	-	-	60.510	63.546	-	63.546
Total do custo (vida útil definida)	3.190	3.863	(1.379)	202.631	208.305	15.837	224.142
Custo (vida útil indefinida)							
Ágio de rentabilidade futura	2.617	-	-	112.160	114.777	-	114.777
Total do custo	5.807	3.863	(1.379)	314.791	323.082	15.837	338.919
Amortização acumulada							
Softwares	(14)	(65)	-	(3.071)	(3.150)	(785)	(3.935)
Licenças	(79)	(27)	-	(2.128)	(2.234)	(107)	(2.341)
Projetos	-	(248)	-	(2.617)	(2.865)	(1.091)	(3.956)
Direito de exclusividade	-	(2.104)	-	(5.840)	(7.944)	(8.619)	(16.563)
Carteira de clientes	-	(591)	-	(4.900)	(5.491)	(2.397)	(7.888)
Total da amortização acumulada	(93)	(3.035)	-	(18.556)	(21.684)	(12.999)	(34.683)
Total do intangível líquido	5.714	828	(1.379)	296.235	301.398	2.838	304.236

Abaixo demonstramos os ágios (goodwill) e mais valia de ativos:

	31/12/2022	31/12/2021
Investidas		
Ágio (goodwill)		
GGSH Participações S.A.	18.200	18.200
Radiopharmacus S.A.	21.496	21.496
Assamed Assessoria e Atendimento em Área Médica Ltda.	2.700	2.700
Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda.	67.247	67.247
Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda.	2.306	2.306
GSHMED Hemoterapia S.A.	103	103
GSHMED Leste Fluminense S.A.	108	108
Centro de Hematologia Santos S.A.	2.617	2.617
Total	114.777	114.777
Mais valia de ativos (carteira de clientes) (*)		
GGSH Participações S.A.	31.607	32.334
Radiopharmacus S.A.	3.212	3.603
Centro de Hematologia Santos S.A.	2.664	2.843
GSHMED Hemoterapia S.A.	8.596	9.352
GSHMED Leste Fluminense S.A.	9.579	9.923
Total	55.658	58.055
Total	170.435	172.832

(*) líquido de amortização do exercício Análise para redução ao valor recuperável O ágio é alocado às Unidades geradoras de caixa (UGC), identificados pela Administração como sendo os segmentos de hemoterapia e de radiofarmácia. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de projeções de fluxo de caixa, baseado em premissas aprovadas pela Administração para um período de 5 anos, utilizando para os 3 anos subsequentes uma taxa de crescimento decrescente para fins de ajustes de perpetuidade. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor de carregamento do dinheiro e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP considera tanto o custo de dívida quanto de capital. O custo de capital é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento hospitalar é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis ao público. Em 31 de dezembro de 2022 a taxa de desconto utilizada pela Companhia foram de 13,5% para o segmento de hemoterapia e de radiofarmácia. A taxa de crescimento na perpetuidade adotada para as empresas foi 3,0%. A Administração realizou análise de impairment dos ágios e não identificou indicadores de perda que levasse a necessidade de registrar qualquer provisão de perda

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31/12/2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Acionistas fundadores (a)	774	5.757	2.259	5.793
HVL Logística (b)	2.955	2.634	2.955	2.634
LIAC (c)	1.063	1.359	1.063	1.359
GSHMED 2 (d)	-	-	4.247	5.552
Circulante	4.792	9.750	10.524	15.343
Não circulante	224	139	1.709	139
	4.568	9.611	8.815	15.204

(a) Refere-se à aquisição da controlada Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda. ("BSSP"), os quais são atualizados monetariamente a 85% da variação da taxa DI e com previsão de pagamento de parcelas em dezembro de 2023 e maio de 2024. (b) Valor devido pela aquisição da investida HVL, com pagamento final em julho de 2024, bem como atualizações monetárias com base a 85% da variação da taxa DI; (c) Valor devido referente a aquisição de 45% do Laboratório Integrado de Análises Clínicas do Rio de Janeiro Ltda. ("LIAC"), com fluxos de pagamentos anuais até o ano de 2024, bem como atualizações monetárias com base na SELIC; e (d) Refere-se à aquisição da GSHMED 2, pela controlada GSHMED à título de *earn-out* (contraprestação contingente) previsto nos termos do contrato de compra e venda. Os pagamentos adicionais para o antigo proprietário são previstos nos termos do contrato de compra e venda que estipula marcos a serem atingidos na prestação dos serviços e receita apurada para realização dos mesmos. Na data da aquisição e em 31 de dezembro de 2021, o valor justo da contraprestação contingente foi estimado em R\$5.552. Em 31 de dezembro de 2022 a contraprestação contingente foi remensurada com base em seu valor justo trazida a valor presente e com expectativa de atingimento do marco total ao fim do quadriagésimo oitavo mês contados da data da aquisição, tendo sido reconhecido no resultado do exercício a remensuração no montante de R\$1.306 (vide Nota 22).

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em menos de um ano	-	2.244	-	1.709
Entre um e dois anos	-	4.568	-	4.568
Entre dois e três anos	-	-	-	4.247
	4.792	9.611	10.524	15.204

17. Obrigações fiscais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	1.697	3.771	10.688	10.246
PIS e COFINS	1.024	1.260	5.468	4.688
ISS	645	723	5.095	4.654
ICMS	-	-	766	794
IRRF e CSRF	122	285	1.278	523
Outros	154	103	1.270	873
	3.642	6.142	24.565	21.778

Circulante	3.567	5.859	23.511	21.201
Não circulante	75	283	1.054	577

18. Obrigações trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Férias a pagar	3.295	2.408	10.033	8.884
Salários e ordenados a pagar	1.485	1.518	3.919	4.630
INSS, IRRF e FGTS a recolher	3.045	1.913	8.208	6.037
Provisão 13º salário	66	113	196	284
Outros	7.891	6.218	22.356	19.835

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a provisão registrada em relação a aquelas causas consideradas como perda provável apresenta a seguinte movimentação:

	Controladora			Total
	Trabalhista	Tributário	Cível	
Saldo em 31/12/2020	11	-	-	11
Incorporação	-	272	-	272
Reversões	(11)	-	-	(11)
Saldo em 31/12/2021	-	272	-	272
Provisões	24	-	-	24
Reversões	(18)	(272)	-	(290)
Saldo em 31/12/2022	6	-	-	6

	Controladora			Total
	Trabalhista	Cível	Tributário	
Saldo em 31/12/2020	11	-	-	11
Incorporação	539	-	2.193	2.732
Provisões	410	-	37	447
Reversões	(19)	-	(423)	(442)
Saldo em 31/12/2021	941	-	1.807	2.748
Provisões	334	3	48	385
Reversões	(528)	-	(986)	(1.514)
Atualização monetária	-	-	159	159
Saldo em 31/12/2022	747	3	1.028	1.778

Passivos contingentes com expectativa de perda possível Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração do Grupo, baseada no entendimento dos seus consultores jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	366	372	3.137	2.920
Cíveis	61	-	252	23.152
Tributárias	-	-	3.223	1.943
	427	372	6.612	28.015

Abaixo um breve resumo dos processos com probabilidade de perda classificadas como possível, por natureza: Trabalhistas Referem-se a reclamações trabalhistas oriundas de diferenças de encargos e benefícios, bem como, pedidas correspondentes a acidentes de trabalho. Cíveis Em 31 de dezembro de 2021, a controlada BSSP era autora em ação de dissolução de sociedade para exclusão dos réus (antigos acionistas dissidentes) dos quadros societários das sociedades BSSP e UHSP. Adicionalmente, foi pedida a restituição de valores que teriam sido recebidos indevidamente pelos réus entre os anos 2007 a 2011. Esta ação é conexa ao processo mencionado abaixo. A dissolução da sociedade para exclusão dos sócios perdeu o objeto, pois os réus espontaneamente pediram a retirada da sociedade. Foi realizada perícia cujo laudo pericial está sendo impugnado. A despeito disso, a perícia afirmou que houve retiradas de dividendos a maior pelos réus, no valor de R\$ 8.167 (valores atualizados). Eventuais créditos apurados nessa ação serão compensados com eventuais débitos da ação descrita abaixo. Foi proferida decisão homologando o laudo pericial, dando por encerrada a instrução processual e concedendo prazo para as partes apresentarem alegações finais. Considerando as deficiências do laudo pericial, bem como ausência de motivação na decisão que encerrou a instrução processual, foi apresentado recurso perante o Tribunal de Justiça, que determinou a suspensão do processo até o julgamento do mérito. A controlada BSSP era ré em processo de dissolução e liquidação de sociedade que requer apuração de haveres em razão do exercício do direito de retirada da sociedade. Esta ação é conexa ao processo mencionado acima, e apurou os haveres devidos aos réus pela retirada da BSSP. Em 29 de julho de 2022, foi firmado Instrumento Particular de Contrato de Transação e Outras Avenças ("Transação") que, homologados em agosto de 2022, pelo juízo competente, extinguiu os processos judiciais mencionados acima. As obrigações da BSSP e a UHSP assumidas na Transação são, basicamente, limitadas à renúncia aos direitos pleiteados através dos processos judiciais existentes entre as partes e terceiros e a outorga de quitação geral entre as partes em relação aos referidos processos judiciais. Em outubro e novembro de 2022 os processos transitaram em julgado, sem impactos financeiros para a Companhia.

20. **Patrimônio líquido 20.1. Capital social** Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R\$93.525, sendo representado por 272.756.849 unidades de ações, sendo 229.371.078 unidades de ações ordinárias nominativas e 43.385.771 unidades de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações são representadas conforme tabela abaixo:

	Quantidade de ações (unidades)		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Rede D'Or São Luiz S.A.	114.685.589	-	114.685.589
EP Investments Corp LLC	59.132.672	-	59.132.672
Opus Medical - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	18.789.332	-	18.789.332
Paulo Carvalho de Gouvêa	15.848.903	-	15.848.903
Carlos Eduardo Reis da Matta	7.990.902	-	7.990.902
Bernardo Werther de Araújo	6.495.119	-	6.495.119
José Mario Caldas Osório	3.995.451	-	3.995.451
Vitor Hugo Ribeiro Roquete	2.397.270	-	2.397.270
Eduardo Ferro de Carvalho	35.840	-	35.840
Carlos Gama Sausaia	-	14.680.226	14.680.226
Carlos Henrique Delmonaco	-	12.124.692	12.124.692
Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto	-	4.894.035	4.894.035
Sergio Domingos Vieira	-	4.035.927	4.035.927
Rafael Ribeiro Madke	-	3.614.964	3.614.964
Fabio Nastari	-	2.017.963	2.017.963
Ações em tesouraria	-	2.017.964	2.017.964
Total	229.371.078	43.385.771	272.756.849

20.2. **Distribuição de lucros** O estatuto social da Companhia estabelece dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos valores destinados à constituição de reserva legal e à formação ou reversão da reserva de contingências, para pagamento de dividendo obrigatório, ali incluídos proventos distribuídos a título de juros sobre capital próprio, a todos os seus acionistas, observado o disposto no Artigo 202, incisos II e III da Lei das S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o montante de R\$2.308 como dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2021, a Companhia pagou dividendos no montante de R\$ 29.250, dos quais R\$14.250 foram pagos a conta de lucros acumulados e R\$15.000 à título de dividendos intercalares).

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	9.720	23.275
Reserva legal (artigo 193 Lei nº6.404)	(486)	(1.164)
Lucro ajustado	9.234	22.111

Dividendos mínimos obrigatórios	(2.308)	-
Dividendos intercalares pagos (*)	-	(15.000)
Reserva de investimento	(6.926)	(7.111)

(*) Por deliberação do Conselho de Administração realizado em 08 de dezembro de 2021, foram deliberados dividendos no montante de R\$15.000 sob a forma de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social. O montante foi pago no dia 10 de dezembro de 2020. 20.3. **Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2022 foi constituída a reserva legal no valor de R\$486 (R\$1.164 em 31 de dezembro de 2021). 20.4. **Reserva de investimento** O estatuto social da Companhia prevê a destinação de até 100% do saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções legais previstas, para reserva de investimentos, com aprovação em Assembleia Geral, que tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, e/ou (ii) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, amortização, reembolso ou aquisição de valores mobiliários de emissão da própria Companhia, ou para pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 foi proposto a destinação para a reserva de investimentos o montante de R\$6.926 (R\$7.111 em 31 de dezembro de 2021). 20.5. **Lucro básico e diluído por ação** O lucro básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de quotas de cada período. Para os exercícios apresentados, os lucros básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes, considerando que a Companhia não possui nenhum instrumento com potencial dilutivo. A média ponderada da quantidade de ações utilizadas no cálculo corresponde à quantidade de ações média dos exercícios apresentados.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	9.790	23.878
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(70)	(603)
Lucro líquido do exercício	9.720	23.275
Quantidade média ponderada por lote de mil ações/quotas	272.757	74.800
Lucro líquido por ação/quota básico e diluído (em R\$)	0,036	0,311

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	9.790	23.878
Quantidade média ponderada por lote de mil ações/quotas	272.757	74.800
Lucro líquido por ação/quota básico e diluído (em R\$)	0,036	0,319

Exercício	Período de carência		Unidade de ações
	31/12/2022	31/12/2021	
2024	02/04/2023 a 01/04/2024	-	1.655.634
2025	02/04/2024 a 01/04/2025	-	1.655.634
2026	02/04/2025 a 01/04/2026	-	1.655.634
2027	02/04/2026 a 01/04/2027	-	1.655.634
2028	02/04/2027 a 01/04/2028	-	1.655.634

21. Receita líquida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	120.545	107.141	483.777	194.621
de serviços prestados	-	-	54.299	12.086
(-) Receita bruta de produtos	(6.538)	(5.450)	(42.258)	(14.442)
(-) Impostos sobre serviços	(5.325)	(5.332)	(17.408)	(7.600)
(-) Glosas	(724)	(1.284)	(2.052)	(1.668)
(-) Outros abatimentos	107.958	95.075	476.358	182.997

22. Custos e despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(29.616)	(21.881)	(147.713)	(46.474)
Pagamento baseado em ações	(712)	-	(712)	-
Serviços de terceiros	(36.340)	(37.050)	(117.474)	(60.509)
Materiais, exames e hemocomponentes	(9.657)	(7.558)	(71.908)	(20.931)
Depreciação e amortização	(6.625)	(1.332)	(25.689)	(6.028)
Materia-prima e demais insumos da produção	-	-	(27.320)	(7.109)
Despesas tributárias	(669)	(167)	(3.016)	(562)
Despesas com vendas	(499)	(242)	(1.454)	(1.126)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(9)	(14)	(5.290)	(305)
Reversão (provisão) de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	266	11	1.129	(373)
Remensuração contraprestação contingente	-	-	1.306	-
Provisão para de estoques de hemocomponentes	(130)	(343)	(585)	(648)
Outras receitas (despesas) líquidas	(168)	646	(1.711)	(404)
	(84.159)	(67.930)	(400.437)	(144.469)

Classificados como:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custos das mercadorias vendidas	-	-	(8.814)	(7.484)
Custos dos serviços prestados	(52.090)	(40.452)	(286.449)	(93.451)
Despesas gerais e administrativas	(32.593)	(28.461)	(105.718)	(45.046)
Outras receitas operacionais, líquidas	524	983	544	1.512
	(84.159)	(67.930)	(400.437)	(144.469)

23. Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	8	33	70	333
Descontos obtidos	-	-	-	-
Rendimentos em aplicações financeiras	4.513	1.423	9.155	1.905
Ganho com variação de instrumento financeiro	576	-	576	-
Outras receitas financeiras	799	121	262	218
	5.896	1.577	10.063	2.456

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre empréstimos e debêntures	(66.548)	(9.668)	(67.493)	(9.884)
Taxas sobre debêntures (fees covenants)	(730)	-	(730)	-
Juros sobre arrendamentos	(171)	(111)	(2.266)	(550)
Comissões e despesas bancárias	(89)	(65)	(730)	(221)
Outras despesas financeiras	(1.303)	(672)	(1.917)	(1.276)
	(68.841)	(10.516)	(73.136)	(11.931)
	(62.945)	(8.939)	(63.073)	(9.475)

24. **Imposto de renda e contribuição social** A partir de 01 de janeiro de 2022, a Companhia alterou seu regime de tributação para o lucro real. Desta forma, a conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, aplicando as alíquotas fiscais do lucro real e lucro presumido, respectivamente, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de serviços prestados	-	-	107.141	107.141
(-) G				

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31/12/2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Resumo das transações com partes relacionadas

Ref.:	31/12/2022	Controladora 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo circulante				
Contas a pagar (Nota 12)				
Rede D'Or São Luiz S.A.	(c) 3.669	3.679	10.267	10.075
Centro de Hematologia Santos S.A.	(d) -	1.606	-	-
Laboratório Integrado de Análises Clínicas Ltda. (LIAC)	(g) 63	23	1.731	1.343
Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda.	(a) 462	486	-	-
Serviços de Hematologia e Hemoterapia Alta Noroeste S/S Ltda.	(a) 126	106	-	-
Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda.	(a) 243	80	-	-
GSHMED Hemoterapia S.A.	(a) 29	-	-	-
Mútuos	4.592	5.980	11.998	11.418
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção Ltda	1.606	1.460	-	-
Passivo não circulante				
Contas a pagar por aquisições (Nota 16)	(f) 774	5.757	2.259	5.798
Acionistas pessoa física				

Ref.:	31/12/2022	Controladora 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Recceitas				
Rede D'Or São Luiz S.A.	(b) 15.211	27.105	35.270	31.344
Unimed Participações e Investimentos S.A.	(d) -	-	22.985	-
Custos	15.211	27.105	58.255	31.334
Rede D'Or São Luiz S.A.	(c) 16.931	17.242	37.134	21.866
Laboratório Integrado de Análises Clínicas Ltda. (LIAC)	(g) 569	23	10.592	2.869
CHS	(d) -	1.801	-	-
Saldo de custos com partes relacionadas	17.500	19.066	47.726	24.735
Saldo resultado com partes relacionadas	(2.289)	8.039	10.529	6.609

a) Roteio de compartilhamento de recursos e roteio de despesas corporativas, como jurídico, marketing, contabilidade, tesouraria, contas a pagar e contas a receber, entre outros, cujo critério de roteio varia de acordo com a natureza do serviço; b) Receita da Companhia com prestação de serviços médicos hospitalares em hematologia e hemoterapia recebida pela Rede D'Or e Sul América Serviços de Saúde S.A.; c) Remuneração paga à Rede D'Or pela atuação da Companhia e suas controladas em seus hospitais, conforme contrato celebrado entre as partes; d) Referente à prestação de serviços médico-hospitalares em hematologia e hemoterapia; e) Em 27 de setembro de 2021 foi assinado o contrato de mútuo no montante de R\$ 6.150 entre a Companhia e sua controlada MJM. O contrato possui prazo de vencimento de 3 anos e será remunerado a 100% do CDI; f) Contas a pagar com acionistas pessoa física por aquisições de participação societária (vide Nota 16); e g) Contas a pagar e custos pelos serviços prestados pela LIAC, relativos à atividade laboratorial e análises clínicas. **Contrato de exclusividade do Grupo GSH com a Rede D'Or** O Grupo GSH possui contrato de exclusividade com o Grupo Rede D'Or, onde suas investidas prestam serviços de hemoterapia com exclusividade a todos os hospitais do Grupo Rede D'Or, que compreendem a Rede D'Or São Luiz S.A. e suas afiliadas. Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados (i) diretamente por meio das operadoras de planos privados de assistência à saúde, no caso de pacientes que possuem plano de saúde credenciado; ou (ii) no caso de pacientes particulares ou pacientes que sejam beneficiários de plano de saúde ao qual o hospital Rede D'Or seja credenciado e o Grupo GSH não seja credenciado, por meio de faturamento dos serviços pela Rede D'Or e reembolso a Companhia e suas controladas. Adicionalmente, nos termos do contrato de exclusividade celebrado com a Rede D'Or, a Companhia e suas controladas deverão pagar à Rede D'Or um valor mensal equivalente a percentual do valor bruto total faturado pela Companhia e suas controladas, em todos os hospitais e agências transfusionais do Grupo Rede D'Or, a título de remuneração pelos serviços de suporte prestados pela Rede D'Or. Referida remuneração encontra-se consistente e em condições de mercado com os demais contratos de exclusividade celebrados pelo Grupo GSH. Ademais, não há quaisquer garantias dadas ou recebidas entre as partes. O contrato permanecerá em vigor por 25 anos, a contar de

seu celebração em 08 de setembro de 2016, ou seja, até setembro de 2041, renovado automaticamente por igual período caso não haja manifestação contrária de nenhuma das partes. **26. Seguros** O Grupo mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de responsabilidade civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente associados às edificações próprias no segmento de prevenção de incêndio. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros.

Descrição de seguro	Data de vigência	Até	Valor da cobertura
Responsabilidade civil	Abril/2022	Abril/2023	15.000
Patrimonial/Outros	Dezembro/20	Dezembro/2027	3.612
Consolidado			
Descrição de seguro	Data de vigência	Até	Valor da cobertura
Responsabilidade civil	Abril/2022	Novembro/2023	15.000
Patrimonial/Outros	Dezembro/2020	Dezembro/2027	42.081
Garantia fiscal	Abril/2022	Abril/2024	1.125
Veículos	Julho/2022	Setembro/2023	276

27. Instrumentos financeiros e gestão de risco O Grupo efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros do Grupo, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, são como segue:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022		Controladora 31/12/2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	54.469	54.469	59.704	59.704
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	28.038	28.038	23.122	23.122
Contas a receber com partes relacionadas	Custo amortizado	-	7.269	7.269	5.074	5.074
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	7.046	7.046	6.270	6.270
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	-	3.918	3.918	6.413	6.413
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	49.753	49.753	49.511	49.511
Debêntures	Custo amortizado	-	434.846	450.870	357.863	357.863
Obrigações por arrendamento	Custo amortizado	-	2.363	2.363	2.702	2.702
Contas a pagar por aquisições	Custo amortizado	-	4.792	4.792	9.750	9.750
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	4.592	4.592	5.980	5.980

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022		Consolidado 31/12/2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	109.696	109.696	85.747	85.747
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	10.452	10.452	1.452	1.452
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	135.015	135.015	129.002	129.002
Contas a receber com partes relacionadas	Custo amortizado	-	38.264	38.264	14.323	14.323
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	-	30.800	30.800	30.314	30.314
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	53.803	53.803	55.141	55.141
Debêntures	Custo amortizado	-	434.846	450.870	357.863	357.863
Obrigações por arrendamento	Custo amortizado	-	25.992	25.992	24.312	24.312
Contas a pagar por aquisições	Custo amortizado	-	10.524	10.524	15.343	15.343
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	11.998	11.998	11.418	11.418

A Administração do Grupo é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **27.2. Risco de crédito** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Grupo registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria Financeira. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência além dos montantes provisionados para essas contrapartes. As provisões para perdas de crédito esperadas estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às perdas na realização dos valores faturados, considerando o histórico de recebimento por operadora/cliente, além da análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **27.3. Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos as debêntures, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Controladora		
		Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores e outras contas a pagar	3.918	3.918	-	-
Empréstimos	49.753	-	49.753	-
Debêntures	442.767	12.767	322.465	107.535
Obrigações por arrendamento	2.363	704	1.394	265
Contas a pagar por aquisições	4.792	224	4.568	-
Contas a pagar a partes relacionadas	4.592	4.592	-	-
	508.185	22.205	378.180	107.800
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores e outras contas a pagar	6.413	6.413	-	-
Empréstimos	49.511	-	49.511	-
Debêntures	367.002	7.002	-	360.000
Obrigações por arrendamento	2.702	591	643	1.468
Contas a pagar por aquisições	9.750	139	6.246	3.365
Contas a pagar a partes relacionadas	5.980	5.980	-	-
	441.358	20.125	56.400	364.833

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -5%	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -5%
Ativo							
Equivalentes de caixa	CDI	54.469	61.877	61.506	62.247	109.696	124.615
Títulos e valores mobiliários	CDI	-	-	-	-	10.452	11.873
Mútuos com partes relacionadas	CDI	7.046	8.004	7.956	8.052	-	-
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	CDI (50.030)	(56.834)	(56.494)	(57.174)	(52.881)	(60.073)	(59.713)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	-	-	(1.199)	(1.199)	(1.199)
Debêntures	CDI (442.767)	(502.983)	(499.972)	(505.994)	(442.767)	(502.983)	(499.972)
Contas a pagar por aquisições	85% do CDI (3.729)	(4.160)	(4.139)	(4.182)	(5.214)	(5.817)	(5.877)
Contas a pagar por aquisições	SELIC (1.063)	(1.201)	(1.194)	(1.208)	(1.063)	(1.201)	(1.194)
Passivo líquido		(436.074)	(495.297)	(492.336)	(498.259)	(382.976)	(432.194)
Efeito líquido		(384.605)	(433.420)	(431.830)	(436.530)	(433.380)	(433.380)
CDI (a.a.)		13,60%	12,92%	14,28%	13,60%	12,92%	14,28%
SELIC (a.a.)		13,00%	12,35%	13,65%	13,00%	12,35%	13,65%
TJLP (a.a.)		-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%

Risco cambial Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava exposta a risco de variação cambial decorrente de operações comerciais das suas controladas MJM e RFC com fornecedores no exterior. A análise de sensi-

bilidade, da taxa de câmbio sobre o passivo financeiro consolidado, utilizou a projeção do Euro (€) e do Dólar (US\$) para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável. Foi obtida a projeção de R\$5,25 e R\$5,62,

respectivamente, divulgada no relatório de projeções econômicas de longo prazo do Bradesco. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Operação	Risco	Consolidado		
		Valor em Euros	Valor contábil	Cenário provável
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	€	(578)	(3.219)	(3.248)
Efeito líquido da variação do Euro		-	-	(29)
Euro em 31 de dezembro de 2022		-	-	R\$5,57
Euro projetado para 12 meses		-	-	R\$5,62
Operação	Risco	Valor em Dólar	Valor contábil	Cenário provável
Fornecedores estrangeiros	US\$	(452)	(2.359)	(2.33)
Efeito líquido da variação do Dólar		-	-	(14)
Dólar em 31 de dezembro de 2022		-	-	R\$5,22
Euro projetado para 12 meses		-	-	R\$5,25

Operação de derivativos A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados. Em 30 de novembro de 2022, a GSH Corp liquidou as operações com instrumentos financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demonstrado abaixo.

Instrumento	Risco	Instituição	Saldo inicial	reconhecido no resultado	Saldo final
NDF (Dólar)	Câmbio	Bradesco	-	-	576

Tipo de operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor base USD	Moeda	Taxa a mercado
NDF	Bradesco	24/05/2022	30/11/2022	2.500	USD	5,433

27.5. Gestão de capital O Grupo utiliza capital próprio para continuidade de suas atividades. O Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Condição com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e debêntures, menos o montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O Grupo apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	49.753	53.803
Debêntures (Nota 14)	434.846	434.846
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(54.623)	(112.554)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	-	(10.452)
Dívida líquida (a)	429.976	366.643
Patrimônio líquido (b)	108.440	111.741
Total do capital (a+b)	538.416	477.384
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	79,86%	76,59%

28. Operação descontinuada Em 27 de setembro de 2021 o Conselho de Administração decidiu pelo encerramento das atividades da controlada HVL Assessoria e Planejamento em Proteção Radiológica Ltda. ("HVL"), no contexto de alteração na estratégia do Grupo GSH e reavaliação dos custos dos serviços. O plano de encerramento possui como principais ações, os seguintes itens: (i) cancelamento de contrato de clientes; (ii) devolução do prédio administrativo e cancelamento do contrato de locação; (iii) desligamento de colaboradores; (iv) alienação de determinados ativos em transações a valores de mercado. A Companhia avaliou que o seu investimento na HVL passou a atender aos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS5) e como resultado desta operação, reclassificou os ativos e passivos da HVL para o grupo de ativos mantidos para venda e como operação descontinuada. Adicionalmente, o resultado das operações descontinuadas da HVL e itens relacionados ao mesmo, foram reclassificados para a rubrica "operações descontinuadas" para fins de uma melhor comparabilidade das informações financeiras como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo. Abaixo divulgamos as informações dos ativos e passivos da HVL que compõe a linha de ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2022:

Ativo circulante	31/12/2022	Passivo circulante	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	18	Fornecedores e outras contas a pagar	-
Outros ativos circulantes	4	Obrigações fiscais	887
	22		887
Ativo não circulante		Patrimônio líquido	
Imobilizado	-	Capital social	1.136
Intangível	-	Prejuízos acumulados	(4.846)
	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	2.845
	-		(865)
	22	Total do passivo e do patrimônio líquido	22

Demonstrações do resultado a) Na controladora Resultado de equivalência patrimonial da controlada HVL relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de (R\$ 70). b) No consolidado: O prejuízo apresentado pela controlada HVL relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de (R\$ 375), após as devidas eliminações para fins de consolidação, está sendo apresentado em uma única rubrica da demonstração do resultado denominada "operações descontinuadas". Conforme mencionado anteriormente, houve consolidação do resultado da Companhia e das demais controladas. Segue abaixo detalhamento do impacto das operações descontinuadas no resultado consolidado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022: **Demonstrações dos resultados consolidado**

	31/12/2022
Receita líquida	244
Custos dos serviços prestados	(227)
Lucro bruto	17
Despesas gerais e administrativas	(32)
Outras receitas/despesas operacionais	

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.397.078/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31/12/2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	31/12/2022					31/12/2021				
	Hemoterapia e terapia celular	Radio-farmácia	Total dos segmentos	Eliminações (*)	Consolidado					
Receita bruta	454.473	91.221	545.694	(7.619)	538.075	187.008	20.915	207.923	(1.217)	206.706
Receita líquida (**)	405.248	78.729	483.977	(7.619)	476.358	166.462	17.752	184.214	(1.217)	182.997
Gastos com pessoal	(133.361)	(14.352)	(147.713)	-	(147.713)	(44.383)	(2.091)	(46.474)	-	(46.474)
Pagamento baseado em ações	(712)	-	(712)	-	(712)	(20.931)	(8.738)	(29.669)	1.629	(28.040)
Materiais, exames e hemocomponentes	(71.908)	(35.244)	(107.152)	7.924	(99.228)	(58.577)	(1.932)	(60.509)	-	(60.509)
Serviços de terceiros e alugueis	(106.479)	(10.995)	(117.474)	-	(117.474)	(5.503)	(525)	(6.028)	-	(6.028)
Depreciação e amortização	(22.945)	(2.744)	(25.689)	-	(25.689)	11.618	-	11.618	(11.213)	405
Equivalência patrimonial	44.386	-	44.386	(43.119)	1.267	2.347	109	2.456	-	2.456
Receitas financeiras	10.351	702	11.053	(990)	10.063	(11.150)	(781)	(11.931)	-	(11.931)
Despesas financeiras	(71.529)	(2.597)	(74.126)	990	(73.136)					
Imposto de renda e contribuição social	44	(3.386)	(3.342)	-	(3.342)					

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da GSH Corp Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GSH Corp Participações S.A. ("GSH Corp" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de serviços prestados** Conforme mencionado nas notas explicativas 3.15 e 21, as receitas da Companhia são oriundas de prestação de serviços médicos hospitalares em hematologia e hemoterapia, e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços executados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar de forma apropriada o montante da receita a ser reconhecida, faturada ou não faturada, e a estimativa das perdas ("glosas") sobre os procedimentos efetuados, materiais e medicamentos utilizados que usualmente não são aprovados pelos planos e operadoras de saúde. Estes processos envolvem controles e análises complexas para assegurar que as receitas dos serviços prestados sejam contabilizadas dentro do correto período de competência e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, bem como assegurar que os saldos a receber correspondentes estejam reconhecidos pelo valor realizável. Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo as receitas a faturar e as estimativas relacionadas à mensuração das glosas, assim como o impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) o entendimento do ambiente de controles internos relacionados aos processos de reconhecimento de receita; (ii) procedimentos de confirmação para uma amostra do saldo de clientes mediante o envio de cartas de confirmação; (iii) avaliação do reconhecimento da receita de acordo com o progresso do serviço prestado, por meio de testes documentais para uma amostra selecionada; (iv) análise mensal das receitas para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e da indústria na qual está inserida; (v) análise das premissas utilizadas para determinação dos percentuais de perda com glosas; (vi) cálculo das provisões para glosas, com base na receita reconhecida em 31 de dezembro de 2022 e

percentuais de perdas com glosas auferidas; e (vii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento de provisão para glosas, o qual não foi realizado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Recuperabilidade de ágio gerado em combinação de negócios** Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia possui contabilizado ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 114.777 mil em 31 de dezembro de 2022, que representa 16% do total do ativo consolidado da Companhia naquela data. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e das IFRS emitidas pelo IASB, a Companhia deve testar anualmente o valor do ágio para determinar se houve perda do valor recuperável. Esse teste foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos envolver subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, entre outros. **Como nossa auditoria conduziu o assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de nossos especialistas para auxílio na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperabilidade destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia e critérios matemáticos sobre cálculo e análise de sensibilidade das premissas aplicadas pela diretoria; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos** **Demonstrações do valor adicionado** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Diogo Afonso da Silva
Contador CRC RJ114783/O

GRUPO DE MODA SOMA S.A.
CNPJ nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 27/02/23:
1. **Data, Horário e Local:** No dia 27/02/23, às 10:00 horas, por meio de videoconferência, considerada realizada na sede do Grupo de Moda SOMA S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 7º do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do parágrafo único do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia e do parágrafo segundo do artigo 7º do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Luiz Claudio Fontes; Secretária: Fernanda Lessa Barreto de Freitas. 4. **Ordem do Dia:** Analisar e opinar acerca da incorporação da ByNV Comércio Varejista de Artigos de Vestuário Ltda., com sede na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Avenida Cem, sem número, sala 1, Terminal Intermodal da Serra, CEP 29.161384, inscrita no CNPJ sob o nº 34.526.105/0001-09 ("ByNV"), nos termos e condições do "Protocolo e Justificação de Incorporação da ByNV Comércio Varejista de Artigos de Vestuário Ltda. pelo Grupo de Moda Soma S.A.", celebrado em 27/02/23 ("Protocolo e Justificação"). 5. **Deliberações:** Após a análise dos documentos apresentados, os membros do Conselho Fiscal manifestaram-se favoravelmente à proposta de incorporação da ByNV pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação. 6. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. 7. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Luiz Claudio Fontes; Secretária: Fernanda Lessa Barreto de Freitas. Conselheiros Presentes: Luiz Claudio Fontes, José Luiz de Souza; Gurgel e Vitor Hidalgo Bonfim. Rio de Janeiro, 27/02/23. Mesa: Luiz Claudio Fontes - Presidente e Conselheiro Fiscal; Fernanda Lessa Barreto de Freitas - Secretária. Conselheiros Presentes: Luiz Claudio Fontes; José Luiz de Souza Gurgel; Vitor Hidalgo Bonfim. Jucerja nº 5382533 em 22/03/2023.

PRÁTICOS DO RIO SOCIEDADE DE PRATICAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA
CNPJ 09.646230/0001-05
Assembleia dos Sócios
Convocação Assembleia Geral Ordinária 2023
Pelo presente EDITAL, ficam os senhores sócios da PRÁTICOS DO RIO SOCIEDADE DE PRATICAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA., convocados para a Assembleia Geral Ordinária 2023 que se fará realizar em 19 de abril de 2023 em sua sede na Rua Dom Gerardo, nº 63, sala 1806, Centro, Rio de Janeiro - RJ, em 1ª Convocação às 14h, com o quórum legal e em 2ª Convocação às 14h30, com qualquer número de sócios, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: 1 - Aprovação de Contas do Balanço Patrimonial de 2022. 2 - Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 20 de março de 2023. a) Ricardo Rangel Ferreira, sócio.

LAR PEDRO RICHARD
CNPJ/MF nº 42.244.293/0001-00
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
De acordo com o Art. 9º do Estatuto do LAR PEDRO RICHARD são convocados os seus Associados Efetivos para em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede à Rua Comandante Simeão nº 200, Praça Seca, Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no dia 1º de abril de 2023, às 09:00, em 1ª convocação ou às 09:30, em 2ª e última convocação para tratar a seguinte Ordem do Dia: 1) Eleição de Diretoria para o período de abril de 2023 até abril de 2026.
Rio de Janeiro, 22 de março de 2023.
Eloy Carvalho Villela - Diretor Presidente do Lar Pedro Richard

BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS
CNPJ/MF nº 33.644.865/0001-40 - NIRE nº 33300138820
COMPANHIA FECHADA
CARTA DE RENÚNCIA
Rio de Janeiro/RJ, 17 de março de 2023. À **BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS** ("Companhia"), Praça XV de Novembro, 21, Sobrado, bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.010-010. Ref.: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **LUCIANO JOSÉ PORTO FERNANDES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. M 88.764/SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº. 251.456.816-15, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 13/04/2021 às 11h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **LUCIANO JOSÉ PORTO FERNANDES** - Ciente em: 17/03/2023. **BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS** - Marcio Magalhães Hannas - Diretor. JUCERJA nº 00005380460 em 21/03/2023 e Protocolo: 00-2023/225066-9 em 20/03/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

VIBRA ENERGIA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 34.274.233/0001-02 - NIRE 33300013920
AVISO AOS ACIONISTAS

VIBRA ENERGIA S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.274.233/0001-02 ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, comunica aos Senhores Acionistas que os documentos e informações relacionadas às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 27 de abril de 2023, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, localizada no Edifício Lubrax, na Rua Correia Vasques, nº 250, 6º andar, Cidade Nova, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20211-140 e nos *websites* da Companhia (ri.vibraenergia.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm/) e da B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão (www.b3.com.br/), na forma da legislação e da regulamentação aplicáveis. A publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia no jornal "Diário Comercial". Rio de Janeiro, 27 de março de 2023. **Sérgio Agapito Lires Rial** - Presidente do Conselho de Administração

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

SAÚDE

Governo do RJ entrega ambulâncias do Samu para três municípios

O governador Cláudio Castro e o secretário de Estado de Saúde, Doutor Luizinho, entregaram, nesta sexta-feira (24/3), sete ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) aos municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty. Foram disponibilizadas três ambulâncias para Angra dos Reis, duas para Paraty e duas para Rio Claro. Em fevereiro, já haviam sido entregues três viaturas para Mangaratiba, totalizando 10 ambulâncias para toda a região da Costa Verde.

"Vamos levar o Samu para 100% dos municípios. A entrega dessas ambulâncias para a Costa Verde é um avanço para toda a região, que é turística, cortada por várias rodovias grandes, e necessita dessas viaturas, para que possamos levar mais saúde e qualidade de vida pro nosso povo", declarou Cláudio Castro.

A entrega das ambulâncias faz parte do projeto "Samu 100% RJ", que disponibilizará 249 veículos a todos os 92 municípios fluminenses, além de reparar integralmente o valor de custeio do serviço, por um ano, aos municípios que estão implantando o atendimento. "O Governo do Estado faz o financiamento dessas ambulâncias, para que o serviço possa ser executado. É preciso reforçar o Samu nesta região, porque Angra dos Reis e Rio Claro são cidades que precisam de um atendimento diferenciado, já que são cidades cortadas por rodovias. Angra dos Reis, por exemplo, recebe vítimas de acidentes de uma rodovia federal", disse Dr. Luizinho, secretário de Estado de Saúde.

RIO PILOTS EMPRESA DE PRATICAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA
CNPJ 01.643.573/0001-04
Assembleia dos Sócios
Convocação Assembleia Geral Ordinária 2023
Pelo presente EDITAL ficam os senhores sócios da RIO PILOTS EMPRESA DE PRATICAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA. convocados para a Assembleia Geral Ordinária 2023, que se fará realizar em 20 de abril de 2023 na Avenida Rio Branco, nº 1, sala 808, Centro, Rio de Janeiro - RJ, em primeira convocação às 14h com a presença de sócios quotistas que representem no mínimo 3/4 do Capital Social, em não havendo quórum, em 2ª convocação às 14h30 com qualquer número de sócios, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: 1 - Aprovação de Contas do Balanço Patrimonial de 2022; 2 - Eleição de sócio administrador; e 3 - Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, em 20 de março de 2023. a) Matusalem Gonçalves Pimenta, sócio.

COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 36.012.579/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo de R\$1.910.637 e patrimônio líquido de R\$1.041.136. Os membros da administração agradecem pelo apoio e pela confiança que lhes foi depositada e colocam-se à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito dos documentos acima mencionados. Rio de Janeiro, 21 de março de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL			
31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Ativo			Não Auditado
Circulante		5.364.104	2.227.403
Caixa e equivalentes de caixa	4	763.613	364
Contas a receber de clientes	5	135.642	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	6	2.858	364
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	7	8.466	-
Despesas antecipadas	9	80.346	-
Transações com partes relacionadas	10	383.621	-
Outros ativos		1.562	-
Não Circulante		3.987.996	2.227.039
Realizável a longo prazo		846.824	1.225
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	6	5.937	1.225
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	840.887	-
Imobilizado	11	2.885.892	2.196.107
Intangível	12	255.280	29.707
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		5.364.104	2.227.403
Total do Passivo		4.322.968	-
Circulante		1.900.282	-
Passivo de arrendamento	13	903.342	-
Fornecedores	14	235.493	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	15	111.175	-
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	16	39.873	-
Receitas diferidas	17	42.588	-
Transações com partes relacionadas	10	456.185	-
Outros passivos	20	111.628	-
Não Circulante		2.422.686	-
Passivo de arrendamento	13	1.979.650	-
Autorizações a pagar	18	15.174	-
Provisão para processos judiciais e administrativos	19	3	-
Outros passivos	20	427.857	-
Patrimônio Líquido		1.041.136	2.227.403
Capital social		2.993.889	2.269.658
Reserva de capital		137	-
Prejuízos acumulados		(1.952.890)	(42.255)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2022	2021
Receita líquida	22	2.297.352	-
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	23	(4.205.669)	(42.004)
Lucro bruto		(1.908.317)	(42.004)
Receitas (despesas) operacionais:			
Comercialização	23	(821.346)	(59)
Gerais e administrativas	23	(18.608)	(190)
Outras receitas (despesas), líquidas	24	(13.797)	-
		(853.751)	(249)
Prejuízo antes de receitas e despesas financeiras		(2.762.068)	(42.253)
Receitas (despesas) financeiras:			
Receitas financeiras	25	52.864	-
Despesas financeiras	26	(42.320)	-
		10.544	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.751.524)	(42.253)
Imposto de renda e contribuição social	27	840.887	-
Prejuízo líquido do exercício		(1.910.637)	(42.253)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)			
Prejuízo básico por ação	28	(0,66)	(0,22)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020			
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(42.253)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(42.253)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas			
Acervo líquido na empresa	2.269.656	-	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	2.269.656	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não Auditado)			
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(1.910.638)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.910.638)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(1.910.638)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas			
Aumento de capital por recebimento do acervo líquido	473.511	-	-
Aumento de capital via aporte pela TIM S.A.	250.722	-	-
Constituição de reserva	-	137	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	724.233	137	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
	2.993.889	137	(1.952.891)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			Não Auditado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.751.524)	(42.253)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		3.106.006	42.253
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		9.718	-
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		22.494	-
Provisão para processos judiciais e administrativos		10	-
Juros sobre passivo de arrendamento		2.099	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	23	64.640	-
Remensuração do CPC 06 e outros ajustes financeiros		(199.042)	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais		152.536	-
Contas a receber de clientes		(383.621)	-
Transações com partes relacionadas		(15.671)	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		346.351	-
Despesas antecipadas		(1.562)	-
Outros ativos		-	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais		235.483	-
Fornecedores		456.185	-
Transações com partes relacionadas		(95.266)	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		-	-
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(7)	-
Autorizações a pagar		14.337	-
Receitas diferidas		(53.293)	-
Outros passivos		262.896	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.172.769	-
Atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado e intangível		(21.182)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(21.182)	-
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital social		250.722	-
Pagamento de passivo de arrendamento		(572,196)	-
Realização de reserva de capital		(66.500)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(387.974)	-
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		763.613	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		763.613	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 22).

(e) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 13), sendo que determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto; (iii) eventuais multas por cancelamento antecipado.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

Em processos de combinação de negócios, o Grupo mensura os passivos de arrendamento assumidos pelo valor presente dos pagamentos remanescentes como se o contrato de arrendamento adquirido fosse um novo contrato de arrendamento na data de aquisição. Os ativos de direito de uso foram mensurados por montante equivalente ao passivo de arrendamento e ajustados para refletir os termos favoráveis ou desfavoráveis dos arrendamentos em comparação aos termos de mercado. Considerando que a natureza fora de mercado desse arrendamento é refletida no ativo de direito de uso, o Grupo não reconhece separadamente um ativo intangível ou passivo relativos aos termos favoráveis ou desfavoráveis em relação ao valor de mercado.

► **4. Caixa e equivalentes de caixa**

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	2022
Caixa e bancos	280
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:	
CDB/Compromissadas	763.333
	763.613

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDBs é de 96,77% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

► **5. Contas a receber de clientes**

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2022.

► **6. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar**

	2022	2021
Contas a receber de clientes	135.642	135.642
Contas a receber bruta	155.290	155.290
Serviços faturados	96.369	96.369
Serviços a faturar ("unbilled")	19.910	19.910
Uso de rede	20.639	20.639
Venda de mercadorias	18.372	18.372
Perdas por crédito de liquidação esperada	(19.648)	(19.648)
Parcela circulante	135.642	135.642

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	-	-
Constituição de provisão, líquida de reversão	64.640	64.640
Baixas de provisão	(44.992)	(44.992)
Saldo Final	19.648	19.648

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2022	2021
Total	155.290	155.290
A vencer	100.191	100.191
Vencidos até 30 dias	23.680	23.680
Vencidos até 60 dias	595	595
Vencidos até 90 dias	5.190	5.190
Vencidos há mais de 90 dias	25.634	25.634

► **7. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar**

	2022	2021
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8.795	1.589
ICMS	8.795	1.589
Parcela circulante	2.858	364
Parcela não circulante	5.937	1.225

► **8. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Cozani" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM S.A. ("TIM"). A TIM S.A. detém 100% do capital social da Cozani em 31 de dezembro de 2022 (não detinha participação societária em 31 de dezembro de 2021). A Companhia detém autorização para o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") em diversos estados brasileiros e no Distrito Federal.

A Cozani foi adquirida em fevereiro de 2020 pela Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi") e pela Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Telemar"), com o objetivo de viabilizar a formação de uma das Unidades Produtivas Isoladas ("UPI") Ativos Móveis para posterior alienação mediante processo competitivo, conforme previsto no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi ("PRJ") aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 8 de setembro de 2020, e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 5 de outubro de 2020.

Para formação da UPI Ativos Móveis Cozani, foram realizadas duas operações societárias de aumentos de capital da Companhia com o objetivo de formar um acervo líquido de ativos, passivos e direitos associados à operação de telefonia e dados móveis. Esses atos societários foram realizados em 27 de dezembro de 2021 e 9 de fevereiro de 2022.

Em 27 de dezembro de 2021, foi aprovado o primeiro aumento de capital social da Companhia, no montante R\$ 2.269.656, mediante a emissão de 2.269.655 milhares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o qual foi subscrito e integralizado pela Oi Móvel, mediante conferência acervo formado por ativos representados pelos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, conforme laudo de avaliação elaborado para a ocasião, ingressando, então, no quadro societário da Companhia. Em virtude do referido aumento, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 2.269.658, dividido em 2.269.658 milhares de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL, em deliberação na 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor, concedeu anuência prévia à operação de alienação da UPI Ativos Móveis pela Oi e Oi Móvel para as Compradoras.

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal do CADE, em deliberação na 190ª Sessão Ordinária de Julgamento, aprovou a Operação UPI Ativos Móveis, condicionada à celebração e ao cumprimento de Acordo em Controle de Concentração.

Os Termos de Autorização do Direito de Uso das Radiofrequências associadas do Serviço Móvel Pessoal da Cozani foram publicados no Diário Oficial da União em 9 de fevereiro de 2022. No mesmo dia, houve um novo aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, cuja ata foi ratificada em AGE realizada em 6 de abril de 2022, no montante de R\$ 540.145, mediante a emissão de 482.491 milhares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o qual foi subscrito e integralizado pela Oi Móvel, mediante contribuição de ativos, passivos e direitos associados à operação de telefonia e dados móveis, entre eles as outorgas de direito de uso de radiofrequências e a carteira de clientes da Oi Móvel. Do valor total do aumento do capital social ratificado, R\$ 473.508 foram destinados ao capital social e R\$ 66.637 foram destinados para a formação de reserva de capital. Em virtude do referido aumento, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 2.743.167, dividido em 2.752.149 milhares de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Abaixo um breve resumo dos efeitos dos dois movimentos societários de drop down do acervo líquido realizados para a constituição da UPI Móvel Cozani:

	27/12/2021	09/02/2022	Total
Ativo	2.269.656	4.831.452	7.101.108
Contas a receber	-	352.819	352.819
Despesas antecipadas	-	426.695	426.695
Imobilizado	2.238.687	3.759.306	5.997.993
Intangível	30.969	292.632	323.601
Passivo	-	4.291.306	4.291.306
Outros tributos	-	9.864	9.864
Arrendamentos	-	3.961.700	3.961.700
Autorizações a pagar	-	837	837
Receitas a apropriar	-	95.882	95.882
Demais obrigações	-	223.023	223.023
Acervo líquido	2.269.656	540.146	2.809.802

Em 20 de abril de 2022, a TIM, em conjunto com as empresas Compradoras, após o cumprimento dos condicionantes prévios estabelecidos pelo CADE e pela ANATEL, concluiu a transação de aquisição da Cozani, passando a TIM, a deter 100% do capital social da Cozani, empresa que corresponde à parte da unidade de ativos, direitos e obrigações da Oi Móvel adquirida pela TIM S.A. Deste modo, em abril de 2022, a TIM S.A., em função da aquisição da Cozani, avaliou o acervo líquido da empresa, procedendo com ajustes contábeis para adequar os ativos e passivos da Companhia em acordo com as práticas contábeis do Grupo TIM. Deste modo, o patrimônio líquido da Cozani em 30 de abril de 2022, foi ajustado para adequação às práticas contábeis da Companhia, tendo como impactos principais relacionados ao impairment de ativos tangíveis, registro de contrato oneroso de capacidade e impostos diferidos (mais detalhes, vide respectivas notas explicativas), para posterior incorporação pela TIM S.A., que deverá ocorrer no decorrer de 2023.

► **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. **Crítérios gerais de elaboração e divulgação**

COZANI RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 36.012.579/0001-50

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia.
Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.
Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2022	2021
	auditado	Não auditado
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	129.954	14.366
Diferenças temporárias:		
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	21.978	-
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	39.135	-
Ajustes norma CPC 06 (R2) (ii)	128.382	-
Depreciação acelerada (iii)	(51.738)	-
Contrato oneroso de capacidade (iv)	60.701	-
Perda por redução ao valor recuperável (v)	557.933	-
Outros	84.496	-
	970.841	14.366
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas, ainda não reconhecidos	(129.954)	(14.366)
Parcela imposto ativo diferido	892.625	-
Parcela imposto passivo diferido	(51.738)	-
	840.887	-

(i) Representa principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente ao exercício de 2022. Os pagamentos foram suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 16.

(ii) Representa a adição de novos contratos, principalmente em função da aplicação da norma CPC 06 (R2), em que com as modificações de premissas e parâmetros para os contratos existentes (prazo contratual, cancelamentos antecipados, taxa de desconto) em abril de 2022, houve a baixa dos saldos remanescentes de direito de uso e passivos de arrendamentos e cálculo dos mesmos contratos com as premissas e parâmetros do Grupo TIM na data de aquisição, ou seja, 30 de abril de 2022.

(iii) A Cozani exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

(iv) Refere-se a contrato de capacidade transferido à Cozani, onde existe uma obrigação *take or pay* por uma vigência definida. Para mais detalhes vide nota 20.

(v) Refere-se aos valores relacionados ao *impairment* do ativo tangível da Companhia constituído na data de aquisição. Para mais detalhes vide notas 1 e 11.

Expectativa de recuperação de créditos tributários
As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2022.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Diferenças temporárias
2023	240.681
2024	141.957
2025	509.987
Total	892.625

► 9. Despesas antecipadas

	2022
Despesas Antecipadas	80.346
Despesas antecipadas contratuais (i)	77.810
Outros	2.536
Parcela circulante	80.346

(i) Refere-se ao pagamento em abril de 2022 (momento da aquisição da Cozani pela TIM S.A.) do TSA (Contrato de serviço de transição), no montante de R\$250.722, a título de remuneração, por até 12 meses de prestação de serviço na fase de transição da Cozani.

► 10. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui transações com sua controladora TIM S.A., tendo saldos de contas a receber em aberto no montante de R\$383.621 e de fornecedores no montante de R\$456.185 em 31 de dezembro de 2022.

Além disso, auferiu receitas de serviços móveis no montante total de R\$392.784, principalmente relacionadas a cessão de meios de rede e cessão de radiofrequências, e incorreu em custos de serviços prestados de interconexão e meios de conexão de R\$460.448, principalmente relacionados a cessão de meios de rede, com a sua controladora ao longo do ano de 2022.

A transações são realizadas a preços e condições semelhantes àqueles realizados com terceiros.

► 11. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

No ano de 2022 foi constituída uma provisão para desvalorização dos ativos tangíveis da Cozani no montante total de R\$1.807.834 em função da avaliação sobre a obsolescência de tais ativos. Tal provisão foi contabilizada pela nova controladora TIM S.A. nos saldos ativos existentes no mês de aquisição. Até 31 de dezembro de 2022 houve a depreciação de parte do *impairment* alinhado à realização do ativo tangível, gerando um impacto de R\$166.856, restando um montante de R\$1.640.978 a realizar.

Em linha com o previsto no CPC 06(R2), a Cozani avaliou que os contratos de arrendamento tiveram modificações significativas nos parâmetros principais em abril de 2022 em função da reavaliação sobre os prazos remanescentes dos contratos de arrendamento, taxas de desconto no cálculo a valor presente com a mudança do controlador, expectativa de antecipação de término dos contratos com o pagamento de multas pelo cancelamento antecipado em função da avaliação do adquirente. Deste modo, a Cozani remensurou os direitos de uso de arrendamentos e os passivos de arrendamentos para todos os contratos de arrendamento existentes no mês de abril de 2022, com os efeitos do valor remanescente de ativos e passivos anteriormente registrados sendo reconhecidos ao resultado da empresa.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

• Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/21 (Não auditado)	Dropdown em 09/02/2022	Impairment	Adições/depreciação	Transfe-rências (i)	Saldo em dez/22
Total do Custo do Imobilizado Bruto	8.830.208	4.778.411	(1.807.835)	3.685.445	(5.156.535)	920.690
Equipamentos de comutação / transmissão	7.909.059	(86.673)	(1.590.992)	275.002	(1.522)	23.475
Aparelhos em comodato	-	-	-	-	920.690	6.528.349
Infraestrutura	548.862	244.400	(215.978)	-	(11.762)	6.828
Bens de informática	328.225	7.906	-	-	(336.131)	-
Bens de uso geral	44.062	2.092	(865)	-	(36.990)	37
Direito de uso em arrendamentos	-	4.580.537	-	3.410.052	(4.769.930)	-
Terrenos	-	200	-	-	(200)	-
Obras em andamento	-	29.949	-	391	-	(30.340)
Total Depreciação Acumulada	(6.634.101)	(1.019.105)	166.856	(1.387.082)	1.428.500	(919.560)
Equipamentos de comutação / transmissão	(5.900.608)	116.012	151.642	(517.300)	1.499	(6.148.755)
Aparelhos em comodato	-	-	-	(1.059)	(919.560)	(920.619)
Infraestrutura	(387.884)	(173.935)	15.156	(26.998)	1.311	(572.350)
Bens de informática	(304.638)	(360)	-	(20.897)	325.895	-
Bens de uso geral	(40.971)	(873)	58	(369)	34.647	-
Direito de uso em arrendamentos	-	(959.949)	-	(820.459)	1.065.148	(715.260)
Total Imobilizado líquido	2.196.107	3.759.306	(1.640.979)	2.298.363	(3.728.035)	1.130
Equipamentos de comutação / transmissão	2.008.451	29.339	(1.439.350)	(242.298)	(23)	23.475
Aparelhos em comodato	-	-	-	(1.059)	-	1.130
Infraestrutura	160.978	70.465	(200.822)	(26.998)	(10.451)	6.828
Bens de informática	23.587	7.546	-	(20.897)	(10.236)	-
Bens de uso geral	3.091	1.219	(807)	(369)	(2.343)	37
Direito de uso em arrendamentos	-	3.620.588	-	2.589.593	(3.704.782)	-
Terrenos	-	200	-	-	(200)	-
Obras em andamento	-	29.949	-	391	-	(30.340)

(i) No momento da aquisição a nova controladora realizou adequação às práticas contábeis do Grupo, com transferências de valores relativos a comodato e outros itens relacionados a licenciamento de equipamentos de intangível para tangível.

As obras em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

	Saldo em dez/20	Adições/depreciação	Acervo líquido do trans-ferido em 27/12/2021	Transfe-rências para ICMS a recuperar	Transfe-rências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	-	-	8.831.885	(1.566)	(111)	8.830.208
Equipamentos de comutação / transmissão	-	-	7.910.483	(1.424)	-	7.909.059
Infraestrutura	-	-	548.975	(113)	-	548.862
Outros ativos	-	-	372.427	(29)	(111)	372.287
Total Depreciação Acumulada	(40.903)	(6.593.198)	-	-	-	(6.634.101)
Equipamentos de comutação / transmissão	(37.676)	(5.862.932)	-	-	-	(5.900.608)
Infraestrutura	(2.491)	(385.393)	-	-	-	(387.884)
Outros ativos	(736)	(344.873)	-	-	-	(345.609)
Total Imobilizado líquido	(40.903)	2.238.687	(1.566)	(111)	-	2.196.107
Equipamentos de comutação / transmissão	(37.676)	2.047.551	(1.424)	-	-	2.008.451
Infraestrutura	(2.491)	163.582	(113)	-	-	160.978
Outros ativos	(736)	27.554	(29)	(111)	-	26.678

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na regra do CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede e terrenos (Rede), conforme abaixo:

	Infraestrutura de rede	Terrenos (Rede)	Total
Direito de uso em arrendamento	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	-	-	-
Direitos de uso – drop down 09.02.2022	3.583.358	37.230	3.620.588
Adições	2.507.274	902.778	3.410.052
Remensuração	(3.708.547)	3.766	(3.704.781)
Depreciação	(673.595)	(146.864)	(820.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.708.490	796.910	2.505.400
Vida útil - %	14,81%	14,42%	

• Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação / transmissão	6,66 a 14,28
Aparelhos em comodato	50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de uso geral	10

Em 2022, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

► 12. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software* e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/21 (Não Auditado)	Dropdown em 09/02/2022	Adições/Amortização	Baixas	Transfe-rências (i)	Saldo em dez/22
Total Custo do Intangível Bruto	2.214.229	1.861.395	15.174	(8.878)	(920.690)	3.161.230
Direito de uso de softwares	1.277.648	89.212	-	-	-	1.366.860
Autorizações	100	1.544.613	15.174	-	-	1.559.887
Outros ativos	936.481	227.570	-	(8.878)	(920.690)	234.483
Total Amortização Acumulada	(2.184.522)	(1.568.763)	(77.945)	5.720	919.560	(2.905.950)
Direito de uso de softwares	(1.254.526)	(89.115)	(12.244)	-	-	(1.355.885)
Autorizações	(100)	(1.369.076)	(49.701)	-	-	(1.418.877)
Outros ativos	(929.896)	(110.572)	(18.000)	5.720	919.560	(131.188)
Total Intangível Líquido	29.707	292.632	(62.771)	(3.158)	(1.130)	255.290
Direito de uso de softwares (c)	23.122	97	(12.244)	-	-	10.975
Autorizações	-	175.537	(34.527)	(3.158)	(1.130)	141.010
Outros ativos	6.585	116.998	(16.000)	-	-	103.295

(i) No momento da aquisição a nova controladora realizou adequação às práticas contábeis do Grupo, com transferências de valores relativos a comodato e outros itens relacionados a licenciamento de equipamentos de intangível para tangível.

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

	Saldo em dez/20 (Não auditado)	Adições/Amortização	Transfe-rências para ICMS a recuperar	Transfe-rências	Saldo em dez/21 (Não auditado)
Total Custo do Intangível Bruto	-	2.214.141	-	(21)	109
Direito de uso de softwares	-	1.277.669	-	(21)	-
Outros ativos	-	936.472	-	-	109
Total Amortização Acumulada	-	(2.183.151)	(1.350)	(21)	-
Direito de uso de softwares	-	(1.253.546)	(959)	-	-
Outros ativos	-	(929.605)	(391)	-	-
Total Intangível Líquido	-	30.969	(1.350)	(21)	109
Direito de uso de softwares (c)	-	24.106	(959)	(21)	-
Outros ativos	-	6.863	(391)	-	109

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5
Outros ativos	5,5

(c) **Direito de uso de software**
Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos. Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto *software* estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

► 13. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contêm) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Conforme descrito na nota 11, a Cozani remensurou os passivos de arrendamento assumidos pelo valor presente dos pagamentos remanescentes em função de modificações contratuais (prazo de arrendamento, eventuais cancelamentos antecipados e taxa média incremental dos empréstimos) no mês de abril de 2022 com aquisição pela TIM S.A. O valor registrado na data de aquisição foi R\$ 2.929.449.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

	2022
Passivos de arrendamento	2.039.481
Arrendamentos - Infraestrutura de Rede	843.511
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	2.882.992
Parcela circulante	(903.342)
Parcela não circulante	1.979.650

O montante de juros pagos no período findo em 31 de dezembro de 2022 referente ao CPC 06 (R2) é de R\$ 197.812. A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 29. A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2023	Janeiro de 2024 a dezembro de 2028	Janeiro de 2028 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	716.302	1.450.590	1.513.237	3.680.129	2.882.992
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	449.368	903.314	917.460	2.270.142	2.039.481
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	266.934	547.276	595.777	1.409.987	843.511

A Companhia possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2022 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 13,24%.

Os valores de arrendamento de infraestrutura de rede e direito de uso incluem em 31 de dezembro de 2022 R\$737 milhões referentes a penalidades de cancelamentos de contratos previstas nos contratos de arrendamento.

Não foram ident



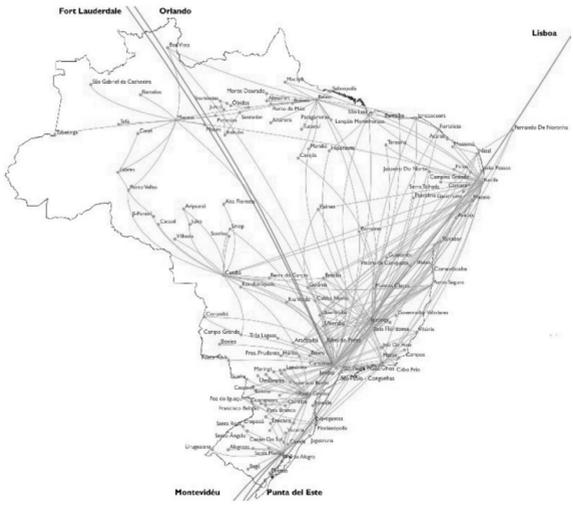
AZUL S.A.
CNPJ nº 09.305.994/0001-29
Relatório de Administração

Mensagem da Administração: A Azul teve mais um ano excepcional em 2022. Depois de sermos reconhecidos como a "Melhor Companhia Aérea do Mundo" pela TripAdvisor, esse ano fomos reconhecidos como a "Companhia Aérea Mais Pontual do Mundo". Esta é uma conquista notável, e eu gostaria de agradecer aos nossos mais de 13 mil Tripulantes Apoiadores e motivados por oferecer experiência superior e excelência operacional todos os dias. Com R\$16 bilhões de receita total, 2022 também foi um ano recorde, um forte aumento de 40% em relação a 2019. A receita unitária do ano, de R\$40,29 centavos, também foi recorde, um aumento de 26% em relação ao ano de 2019. Em 2022 entregamos um EBITDA de R\$3,2 bilhões, com uma margem de 20%. Continuamos expandindo as nossas margens mesmo com o preço do combustível subindo 112% em relação a 2019 e 64% comparado com 2021. Isso demonstra claramente a força do nosso modelo de negócios e nossa capacidade de criar vantagens competitivas sustentáveis. Encerramos 2022 com liquidez imediata de R\$2,5 bilhões e, incluindo aplicações financeiras e recebíveis, depósitos em garantia e reservas para manutenção, nossa liquidez total foi de R\$5,9 bilhões. Nossas unidades de negócio também tiveram resultados recorde em 2022. TudoAzul, nosso programa de fidelidade, quase dobrou em faturamento bruto. Nosso negócio de logística Azul Cargo cresceu 153% em receita em comparação com 2019 e terminou 2022 como o maior fornecedor de logística aérea doméstica no Brasil. Finalmente, a Azul Viagens teve um excelente desempenho em 2022, crescendo 90% comparado a 2019 com R\$1,3 bilhão em faturamento bruto. Estamos entusiasmados com o crescimento contínuo e a margem de contribuição de nossas unidades de negócios. Recentemente, uma empresa independente avaliou nossas unidades de negócios em mais de R\$25 bilhões. Olhando para 2023, estamos animados pelo forte ambiente de demanda e pelas importantes conquistas da nossa malha. Em 27 de março, começaremos a voar a nossa malha ampliada no aeroporto de Congonhas, no centro da cidade de São Paulo. Vamos mais do que dobrar nossas operações para 84 voos diários, servindo os maiores destinos corporativos e mostrando aos nossos clientes de São Paulo tudo que a Azul tem a oferecer. Além disso, nossa capacidade internacional irá se recuperar integralmente em 2023, apoiada por nossas novas rotas e destinos, incluindo Paris e Curaçao, recentemente anunciados. Também estamos adicionando mais voos internacionais para os Estados Unidos saindo de Belo Horizonte, Recife, Manaus e Belém. Estamos animados e otimistas com o que enxergamos no horizonte. Para o ano, esperamos gerar uma receita recorde de R\$20 bilhões e um EBITDA também recorde de mais de R\$5 bilhões, aproximadamente 40% acima em comparação com 2019. Com o suporte dessas fortes tendências operacionais, estamos implementando um plano de longo prazo abrangente, descrito abaixo, para enfrentar os efeitos colaterais da COVID-19 em nossa estrutura de capital.

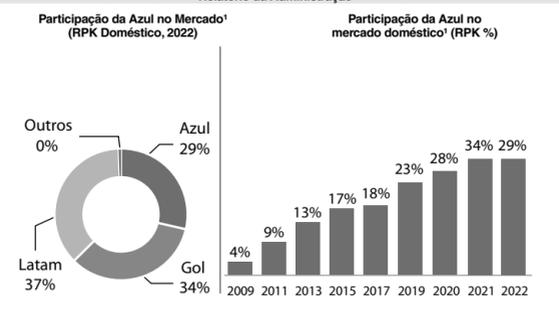
John Rodgers, CEO da Azul S.A.

Eventos Subsequentes: A força e exclusividade do modelo de negócio da Azul é bem conhecida e há consenso no mercado de que nosso EBITDA de 2023 será o maior da nossa história e terá uma das margens mais elevadas do mundo. Ainda assim, a estrutura de capital da Azul foi fortemente afetada pela COVID-19 e seus impactos, como a desvalorização do real e o impacto significativo no nosso fluxo de caixa sem um suporte governamental correspondente, ao contrário de várias companhias aéreas ao redor do mundo. Desde o início da pandemia, enfrentamos com sucesso esses impactos através do aumento da receita, produtividade e do valor ativo do nosso parceiro e das várias transações financeiras. A volatilidade macro adicional e as incertezas do mercado de capitais tornaram a reta final mais difícil. Como resposta a isso, desenvolvemos e começamos a implementar um plano abrangente e permanente, desenhado para melhorar a geração de caixa da Azul e fortalecer nossa estrutura de capital, envolvendo nossos principais stakeholders incluindo arrendadores e fabricantes. Hoje, temos o prazer de anunciar acordos comerciais com arrendadores representando mais de 90% do nosso passivo de arrendamento, sujeitos a algumas condições e aprovações corporativas. Através desses acordos, os pagamentos de arrendamento serão reduzidos para eliminar diferimentos relacionados à COVID-19, bem como a diferença entre as taxas contratuais de arrendamento da Azul e as taxas de mercado atuais. Em troca, os arrendadores receberão títulos de dívida com amortização em 2030 e ações a um preço que reflete a nova geração de caixa, melhor estrutura de capital e menor risco de crédito da Azul. Consistente com nossos valores e histórico, este plano é projetado para proporcionar 100% de recuperação aos nossos parceiros através desta combinação de dívida de longo prazo e ações em um balanço reestruturado. Os arrendadores representam quase 80% de nossa dívida bruta nominal, portanto a celebração desses acordos demonstra um enorme sucesso em nossa abordagem. Os arrendadores reconheceram que apoiar a Azul é uma decisão empresarial inteligente que maximiza sua receita, mas ainda assim nos sentimos honrados e gratos pelo valioso apoio. Nenhuma aeronave saiu da nossa frota durante essas negociações e, na verdade, nossos parceiros nos entregaram 12 aeronaves nos últimos cinco meses. As negociações continuam e estamos confiantes de que chegaremos a acordos com todos os arrendadores. Como parte do nosso plano abrangente permanente, também estamos negociando com os fabricantes de aeronaves e motores (OEMs), outro grupo vital de stakeholders, para melhorar os prazos de pagamento para a maior parte dos diferimentos relacionados à COVID-19, aumentar nossos limites de crédito e trocar os diferimentos restantes por uma estrutura similar à dos arrendadores, também levando a uma recuperação de 100% para nossos parceiros e uma redução significativa em nosso Capex em 2023 e nos anos seguintes. Como resultado dessas negociações bem-sucedidas com arrendadores e fabricantes, a necessidade de caixa originalmente projetada pela Azul para 2023 será agora eliminada e o fluxo de caixa deverá ser positivo em 2024 e nos anos seguintes. Além disso, esta solução abrangente e sua correspondente redução do nosso risco de crédito deverá reduzir significativamente nosso custo de capital, refletindo nossas altas margens e geração de caixa, aumentando nosso acesso ao mercado de capitais. Através das nossas sólidas operações suportando o forte EBITDA de mais de R\$5 bilhões em 2023, com receita recorde de R\$20 bilhões, combinada com os benefícios desse plano abrangente, temos agora a capacidade de nos concentrar em nosso crescimento e expansão de margem para os próximos anos, com grandes resultados para todos os nossos stakeholders.

- ✓ Maior companhia aérea do Brasil em cidades atendidas e decolagens, com um pico de 1.000 voos diários para 158 destinos
- ✓ Frota operacional com 177 aeronaves com uma idade média de 7,1 anos (excluindo aeronaves Cessna)
- ✓ Market share doméstico: 38% em decolagens e 29% de demanda (RPK)
- ✓ Companhia aérea mais pontual do mundo



Mercado de aviação: Com melhorias significativas na capacidade, receita e lucros em comparação com o ano anterior, 2022 foi um ano de forte demanda para a Azul. Em 2022, com a intensificação do retorno das atividades econômicas, as viagens de negócios voltaram a crescer e o número de viagens de turismo se manteve elevado. Como resultado, a receita operacional atingiu mais uma vez um recorde histórico, já que a demanda por viagens permaneceu forte. A receita operacional total atingiu R\$ 15,9 bilhões, alta de 39,4% em relação a 2019 e 59,9% acima de 2021. RASK também recorde, atingindo R\$40,29 centavos, um aumento de 26,8% em comparação a 2021. Durante o ano, a Azul reconstruiu gradualmente sua malha, encerrando o ano com um aumento de capacidade de 26,1% ano contra ano e um aumento de 27,0% em RPK, resultando em uma taxa de ocupação de 79,7%. Em comparação com 2019, a capacidade doméstica e o RPK aumentaram 22,1% e 16,4%, respectivamente.



Resultados Consolidados: As demonstrações de resultados e os dados operacionais apresentados nas tabelas a seguir devem ser lidos em conjunto com os comentários dos resultados anuais apresentados posteriormente.

Demonstrações de Resultados (R\$ milhões)¹

	2022	2021	% Δ	2019	% Δ
Receita Líquida	14.595,6	8.811,0	65,7%	10.907,9	33,8%
Cargas e outras receitas	1.352,5	1.164,7	16,1%	534,4	153,1%
Receita líquida total	15.948,1	9.975,7	59,9%	11.442,3	39,4%
Custos e Despesas Operacionais					
Combustível de aviação	6.561,3	3.257,2	101,4%	3.085,6	112,6%
Salários e benefícios	1.954,6	1.748,4	11,8%	1.868,4	4,6%
Depreciação e amortização	2.094,4	1.544,3	35,6%	1.591,4	31,6%
Tarifas aeroportuárias	911,2	677,7	34,9%	725,0	25,7%
Gastos com passageiros	641,9	389,3	64,9%	476,5	34,7%
Comerciais e publicidade	689,0	404,1	73,0%	444,1	57,4%
Manutenção	592,1	546,6	8,3%	281,6	110,3%
Outros	1.357,8	1.360,9	-0,2%	938,4	44,7%
Total custos e despesas operacionais	14.812,4	9.928,7	49,2%	9.410,9	57,4%
Resultado operacional	1.135,7	47,0	2316,4%	2.031,4	-44,1%
Margem operacional	7,1%	0,5%	+6,6 p.p.	17,8%	-10,6 p.p.
EBITDA	3.230,1	1.591,3	103,0%	3.622,8	-10,8%
Margem EBITDA	20,3%	16,0%	+4,3 p.p.	31,7%	-11,4 p.p.
Resultado Financeiro²					
Receitas financeiras	277,3	154,3	79,7%	72,1	284,7%
Despesas financeiras	(4.538,1)	(3.638,4)	25,3%	(1.346,5)	233,5%
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	438,1	35,0	1153,0%	325,5	34,6%
Variáveis cambiais, líquidas	1.327,4	(1.365,6)	n.a.	(391,9)	n.a.
Resultado antes do IR e contribuição social²	(1.379,6)	(4.767,7)	-71,1%	690,6	n.a.
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	n.a.	(2,2)	n.a.
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	n.a.	135,4	n.a.
Resultado líquido do período²	(1.379,6)	(4.767,7)	-71,1%	823,7	n.a.
Margem líquida	-8,7%	-47,8%	+39,1 p.p.	7,2%	-2,2%
Resultado líquido ajustado²	(2.667,6)	(3.461,6)	-22,9%	845,5	n.a.
Margem líquida ajustada²	-16,2%	-34,7%	+18,0 p.p.	7,4%	n.a.
Diluição das ações	417,8	406,3	2,8%	344,0	21,4%
Lucro (prejuízo) diluído por ação PN	(3,30)	(11,74)	-71,9%	2,39	n.a.
Lucro (prejuízo) diluído por ação PN (US\$)	(0,64)	(2,18)	-70,6%	0,61	n.a.
Lucro (prejuízo) diluído por ADS (US\$)	(1,92)	(6,53)	-70,6%	1,82	n.a.
Lucro (prejuízo) ajustado por ação PNF¹	(6,39)	(8,25)	-25,1%	2,46	n.a.
Lucro (prejuízo) ajustado por ação PNF (US\$)	(1,24)	(1,58)	-21,7%	0,62	n.a.
Lucro (prejuízo) ajustado por ADS² (US\$)	(3,71)	(4,74)	-21,7%	1,87	n.a.

¹ Resultados operacionais ajustados para itens não recorrentes totalizando um ganho líquido de R\$299,9 milhões em 2022 referente à reversão parcial do impairment dos E1s e outros itens relacionados, parcialmente compensado pela revisão de provisões e outras despesas. Os resultados operacionais em 2021 e 2020 foram ajustados para itens não recorrentes totalizando um ganho líquido de R\$7,8 milhões e R\$62,5 milhões, respectivamente.

² Resultados financeiros ajustados para despesas com debêntures conversíveis.

³ Lucro líquido (prejuízo) e EPS/EPADR ajustado para resultados de derivativos não realizados e taxa de câmbio de moeda estrangeira. Um ADR equivale a três ações preferenciais (PNs).

Dados Operacionais¹

	2022	2021	% Δ	2019	% Δ
ASK (milhões)	39.579	31.386	26,1%	35.868	10,3%
Doméstico	33.605	29.380	14,4%	27.521	22,2%
Internacional	5.974	2.007	197,9%	8.348	-28,4%
RPK (milhões)	31.561	24.851	27,0%	29.941	5,4%
Doméstico	26.517	23.431	13,2%	22.790	16,4%
Internacional	5.044	1.419	255,4%	7.151	-29,5%
Taxa de ocupação (%)	79,7%	79,2%	+0,6 p.p.	83,5%	-3,7 p.p.
Doméstico	78,9%	79,8%	-0,8 p.p.	82,8%	-3,9 p.p.
Internacional	84,4%	70,7%	+13,7 p.p.	85,7%	-1,2 p.p.
Tarifa média (R\$)	531,0	378,0	40,5%	394,2	34,7%
Passageiros pagados (milhares)	27.485	23.311	17,9%	27.674	-0,7%
Horas-voo	518.813	409.424	26,7%	495.262	4,7%
Utilização de Aeronaves (Horas/Dia)	9,1	8,3	9,7%	11,3	-19,5%
Número de decolagens	304.429	245.102	24,2%	295.354	3,1%
Etapas média (Km)	1.105	1.057	4,5%	1.050	5,2%
Aeronaves de passageiros operacionais final do período	177	161	9,9%	128	38,3%
Combustível de aviação (milhares litros)	1.206.925	979.762	23,2%	1.203.486	0,3%
Combustível de aviação por ASK	30,5	31,2	-2,3%	33,6	-9,1%
Funcionários equivalentes em tempo integral (FTE)	13.543	12.485	8,5%	13.189	2,7%
FTE no final do período por aeronave	77	78	-1,3%	103	-25,7%
Yield (centavos)	46,25	35,46	30,4%	36,43	26,9%
RASK (centavos)	40,29	31,78	28,8%	31,90	26,3%
PRASK (centavos)	36,88	28,07	31,4%	30,41	21,3%
CASK (centavos)	37,42	31,63	18,3%	26,24	42,6%
CASK excluindo combustível (centavos)	20,85	21,26	-1,9%	17,63	18,2%
Custo de combustível por litro	5,44	3,32	63,5%	2,56	112,0%
Break-even da taxa de ocupação (%)	74,1%	78,8%	-4,7 p.p.	68,7%	5,4 p.p.
Taxa de Câmbio Média	5,16	5,40	-4,3%	3,95	30,9%
Taxa de Câmbio no fim do período	5,22	5,58	-6,5%	4,03	29,7%
Inflação (IPCA últimos 12 meses)	5,79%	10,06%	-4,3 p.p.	4,31%	+1,5 p.p.
WTI (média por barril, US\$)	93,72	67,97	37,9%	57,64	62,6%
Heating oil (US\$)	354,88	206,44	71,9%	193,23	83,7%

¹ Resultados operacionais ajustados para itens não recorrentes.

Receita Líquida: Em 2022, a Azul registrou receita operacional líquida recorde de R\$15,9 bilhões, uma alta de 59,9% em relação a 2021, representando um aumento de 39,4% das receitas de 2019. Em comparação com 2021, a receita de passageiros aumentou 65,7%, um crescimento de 33,8% comparado com 2019, mesmo com o tráfego internacional ainda não recuperado totalmente. O PRASK aumentou 31,4% em relação a 2021, principalmente devido à nossa capacidade de aumentar tarifas, demonstrando claramente nosso aumento racional de capacidade e as vantagens competitivas sustentáveis de nossa malha e modelo de negócio. Em relação a 2019, o PRASK aumentou 21,3%. A receita de carga e outras aumentaram 16,1% em 2022 comparado a 2021 para R\$1,4 bilhão, principalmente devido ao aumento de 10,7% na receita de carga impulsionada pela forte demanda por nossas soluções logísticas e por nossa malha exclusiva. Em relação a 2019, as receitas de cargas e outras aumentaram 153,1%. A tabela abaixo apresenta a composição de nossas receitas e despesas operacionais em uma base por ASK nos períodos indicados:

RS centavos¹

	2022	2021	% Δ	2019	% Δ
Receita líquida por ASK					
Transporte de passageiros	36,88	28,07	31,4%	30,41	21,3%
Cargas e outras receitas	3,42	3,71	-7,9%	1,49	129,3%
Receita líquida (RASK)	40,29	31,78	26,8%	31,90	26,3%
Custos e despesas Operacionais por ASK¹					
Combustível de aviação	16,58	10,38	59,7%	8,60	92,7%
Salários e benefícios	4,94	5,57	-11,4%	5,21	-5,2%
Depreciação e amortização	5,29	4,92	7,5%	4,44	19,3%
Tarifas aeroportuárias	2,30	2,16	6,6%	2,02	13,9%
Gastos com passageiros	1,62	1,24	30,7%	1,33	22,1%
Comerciais e publicidade	1,77	1,29	37,2%	1,24	42,6%
Manutenção	1,50	1,74	-14,1%	1,70	90,6%
Outras despesas operacionais, líquidas	3,43	4,34	-20,9%	2,52	31,1%
Total custos e despesas operacionais (CASK)	37,42	31,63	18,3%	26,24	42,6%
Resultado Operacional por ASK (RASK/CASK)	2,87	0,15	1816,2%	5,66	-49,3%

¹ Os resultados operacionais foram ajustados para itens não recorrentes.

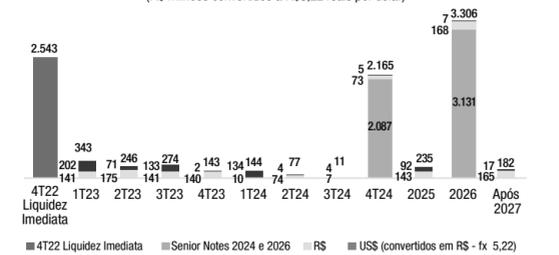
Custos e Despesas Operacionais: Em 2022, a Azul registrou despesas operacionais de R\$14,8 bilhões, comparado com R\$9,9 bilhões em 2021, representando um aumento de 49,2%, principalmente devido ao aumento de capacidade de 26,1% e ao aumento de receita de 59,9%. Em comparação com 2019, as despesas operacionais totais aumentaram 57,4% ou R\$5,4 bilhões, principalmente devido ao aumento de 112,0% nos preços do combustível de aviação e uma depreciação média do real em relação ao dólar de 30,9%, parcialmente compensada por maior produtividade e iniciativas de redução de custos implementadas ao longo do ano. A composição de nossas principais despesas operacionais em relação a 2021 é a seguinte: • **Combustível de aviação** aumentou 101,4% para R\$6.561,3 milhões, principalmente devido a um aumento de 63,5% no preço do litro do combustível de aviação e ao crescimento de 26,1% na capacidade, parcialmente compensado por uma redução no consumo de combustível por ASK, como resultado de nossa frota de próxima geração mais eficiente. • **Salários e benefícios** aumentaram 11,8% para R\$1.954,6 milhão, principalmente devido a um aumento salarial de 7,9% resultante de acordos coletivos com sindicatos aplicáveis a todos os funcionários de empresas aéreas no Brasil, ao aumento de 8,5% no número de funcionários em tempo integral em relação a 2021 para garantir nosso aumento de capacidade de 26,1%, parcialmente compensado por uma maior produtividade. • **Depreciação e amortização** aumentaram 35,6% ou R\$550,1 milhões, impulsionados pelo aumento no

tamanho de nossa frota em relação a 2021 e pela mudança na política de provisionamento de custos de devolução de aeronaves. • **Tarifas aeroportuárias** aumentaram 34,5% ou R\$233,6 milhões, principalmente devido ao aumento de 26,7% nas horas-bloco e 24,2% nas decolagens, além da inflação de 5,8% no período. • **Gastos com passageiros** aumentaram R\$252,6 milhões, principalmente devido a um aumento de 17,9% no número de passageiros, 24,2% crescimento nas decolagens em 2021 além da retomada após dois anos do renomeado serviço de bordo da Azul e a inflação de 5,8% no período. • **Comerciais e publicidade** aumentaram 73,0%, ou R\$294,9 milhões, principalmente devido a um aumento de 59,9% na receita, levando a um aumento nas comissões e taxas de cartão de crédito, o aumento nos embarques de carga expressa, que possuem taxas de comissão mais elevadas e a aceleração da demanda por voos internacionais, que têm maiores custos de distribuição. • **Manutenção** aumentaram R\$45,5 milhões em relação a 2021, principalmente devido a um maior número de eventos de manutenção, parcialmente compensados por eventos realizados internamente, uma valorização média de 4,3% do real em relação ao dólar e menores custos decorrentes da renegociação de contratos de manutenção de motores. • **Outras** em linha com 2021, principalmente impulsionadas pelo crescimento de 26,1% na capacidade, por despesas relacionadas ao crescimento do nosso negócio de logística, parcialmente compensadas pela redução de nossa operação logística internacional que tem maiores gastos de carga, pela redução das contingências no período como resultado de nossa melhor operação e pela valorização de 4,3% do real em relação ao dólar. • **Disponibilidades e Endividamento:** A Azul encerrou o ano de 2022 com R\$2,5 bilhões em liquidez imediata, incluindo caixa e equivalentes, recebíveis e investimentos de curto prazo, R\$408,3 milhões menor versus o 4T19, principalmente devido ao pagamento de R\$7,1 bilhões em arrendamentos, empréstimos, diferimentos, reservas para manutenção, depósitos em garantia, juros e investimentos. Esta liquidez imediata representa 15,9% da nossa receita dos últimos doze meses. A liquidez total incluindo depósitos em garantia, reservas para manutenção, investimentos de longo prazo e recebíveis foi de R\$5,9 bilhões em 31 de dezembro de 2022. Isto não inclui peças de reposição ou outros ativos desonerados, como as nossas unidades de negócio TudoAzul, Azul Cargo e Azul Viagens. Recentemente, uma empresa independente avaliou nossas unidades de negócios de rápido crescimento em mais de R 25 bilhões.

Líquidez (R\$ milhões)

	2022	2021	% Δ	2019	% Δ
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	668,3	3.075,2	-78,3%	1.709,9	-60,9%
de curto prazo	1.874,2	1.083,5	73,0%	1.240,9	51,0%
Contas a receber	2.542,5	4.158,7	-38,9%	2.950,8	-13,8%
Liquidez imediata	5.920,0	7.227,8	-18,1%	6.204,5	-4,6%
Caixa como % da Receita Líquida	15,9%	41,7%	-25,7 p.p.	25,8%	-9,8 p.p.
Recebíveis de longo prazo	838,9	1.104,7	-24,1%	1.602,2	-47,6%
Depósitos em garantia e reservas para manutenção	2.539,6	1.964,4	29,3%	1.651,5	53,8%
Liquidez Total	5.920,0	6.204,5	-4,6%	6.204,5	-0,0%

A amortização da dívida da Azul em 31 de dezembro de 2022 está reportada abaixo e ainda não considera os acordos comerciais para extensão dos prazos de pagamentos das dívidas com nossos parceiros. O gráfico abaixo converte nossa dívida em dólares para reais utilizando a taxa de câmbio do final do ano de 5,22:



¹ Exclui as debêntures conversíveis.

A dívida bruta reduziu 5,3% ou R\$1,2 bilhão em comparação com 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao nosso processo contínuo de desalavancagem com R\$5,1 bilhões em pagamentos de empréstimos e arrendamentos durante o ano e à valorização de 6,5% do real, parcialmente compensado pelo aumento de R\$1,8 bilhão em obrigações de arrendamento relacionadas a novas aeronaves entrando em nossa frota. Excluindo o impacto da entrada das novas aeronaves na frota, a dívida bruta seria reduzida em R\$ 3,0 bilhões em 2022.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)¹

	2022	2021	% Δ	2019	% Δ
Arrendamento sem opção de compra	13.771,3				

★ continuação

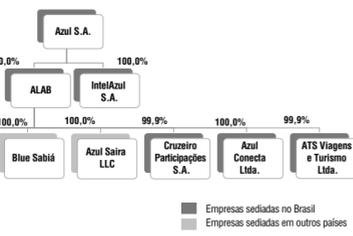
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Azul S.A.	
Descrição	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes acumulados
Em 31 de dezembro de 2020		2.246.367	655
Prejuízo líquido do exercício		-	(4.213.208)
Benefício pós-emprego		-	1.144
Total dos resultados abrangentes		-	5.144
Recuperação de ações	27	-	(16.198)
Remuneração baseada em ações (*)		44.509	(20.505)
Em 31 de dezembro de 2021		2.290.876	120
Prejuízo líquido do exercício		-	(722.367)
Benefício pós-emprego		-	518
Total dos resultados abrangentes		-	(202.849)
Recuperação de ações	27	-	(3.923)
Remuneração baseada em ações (*)		23.065	(59)
Em 31 de dezembro de 2022		2.313.941	61

(*) Refere-se ao recebimento do exercício de opção de ações, já registradas e a registrar em atos societários, transferências de ações em tesouraria para o pagamento de ações restritas líquido de imposto de renda e a constituição de provisão dos planos de remuneração baseada em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto Operacional: A Azul S.A. ("Azul" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo seu estatuto social, pela Lei 6.404/76 e pelo regulamento de listagem nível 2 de governança corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia foi constituída em 3 de janeiro de 2008, tendo primordialmente como objeto social a exploração dos serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, tratamento de passageiros, prestação de serviços de manutenção e hangaragem de aeronaves, motores, partes e peças, aquisição e arrendamentos de aeronaves, desenvolvimento de programas de fidelidade, desenvolvimento de atividades conexas e participação em outras sociedades desde o início.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia descrevem suas atividades por meio de suas controladas, principalmente a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB") e Azul Conecta Ltda. ("Conecta") que detém autorização das autoridades governamentais para operar com companhias aéreas. As ações da Companhia são negociadas na B3 e na New York Stock Exchange ("NYSE") sob os códigos AZUL4.AZUL, respectivamente. A Companhia está sediada na avenida Marcos Parenteado de Ulihôs Rodrigues, 939, 8º andar, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, Brasil. **1.1 Estrutura organizacional:** A estrutura organizacional da Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2022, está apresentada a seguir:



Apresentam-se abaixo as atividades operacionais em que as controladas da Companhia estão engajadas, bem como as alterações nas participações societárias ocorridas no período, quando aplicável.

Empresa	Tipo de Investimento	Atividade principal	% Participação		
			País	31.12.22	31.12.21
IntelAzul S.A. (*)	Direto	Programa de fidelidade	Brasil	100,0%	100,0%
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (ALAB)	Direto	Operações aéreas	Brasil	100,0%	100,0%
Azul Conecta Ltda. (Conecta)	Indireto	Operações aéreas	Brasil	100,0%	100,0%
ATS Viagens e Turismo Ltda.	Indireto	Serviço de turismo	Brasil	99,9%	99,9%
Cruzeiro Participações S.A.	Indireto	Participação em outras sociedades	Brasil	99,9%	99,9%
Azul Investments LLP	Indireto	Captação de recursos	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul SOL LLC	Indireto	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Finance LLC	Indireto	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Finance 2 LLC	Indireto	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Blue Sabiá LLC	Indireto	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Canela Investments LLC	Indireto	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Canela Turbo Three LLC	Indireto	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Saira LLC	Indireto	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 18 de março de 2022, foi aprovada a alteração na razão social da Tudu Azul S.A., que passou a ser denominada IntelAzul S.A.

1.2 Impactos causados pela pandemia de COVID-19: A Administração da Companhia acompanha atentamente os desenvolvimentos relacionados à pandemia de COVID-19 avaliando o impacto nos seus negócios e priorizando o bem-estar e a saúde de seus tripulantes e clientes. Durante todo o período da pandemia de COVID-19, foram adotadas medidas austeras de preservação do caixa, destacando-se a postergação de pagamentos de contraprestações de arrendamentos e fornecedores, suspensão de projetos que continham gastos não-essenciais e busca contínua de oportunidades para redução de custos e captação de recursos financeiros no mercado de capitais, buscando o equilíbrio econômico-financeiro entre todo o conjunto de stakeholders. Com a redução significativa dos casos de infecções por COVID-19 e retomada das operações, a recuperação da demanda da Companhia se fez de maneira acelerada, e hoje os níveis de capacidade e tarifa já se encontram acima dos níveis pré-pandemia. A geração de caixa operacional voltou a ser positiva e assim, os pagamentos de contraprestações de arrendamentos e fornecedores também foram retomados. A Companhia segue gerenciando diligentemente seus recursos de forma a cumprir com as obrigações assumidas através da operação da malha mais abrangente do país, conectando mais de 158 destinos. **1.3 Impactos causados pela invasão russa à Ucrânia:** Os recentes desenvolvimentos globais relacionados à invasão russa à Ucrânia contrariou os preços do petróleo Brent durante o exercício de 2022, tendo impactado negativamente o preço do petróleo no início de 2022, com reflexo direto sobre os custos com combustível. Para mitigar tais efeitos, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022, contratos de termo de combustível (nota explicativa 2.2). **1.4 Capital circulante líquido e estrutura de capital:** A Administração da Companhia em conjunto com o Conselho de Administração monitora constantemente a posição de liquidez da Companhia e as projeções de caixa, bem como, quaisquer fatores que possam afetar a capacidade de geração de receitas e colocar em risco a capacidade da Companhia em honrar com os compromissos financeiros assumidos. Apresenta-se abaixo a variação do capital circulante líquido consolidado e do patrimônio líquido:

Descrição	31.12.22	31.12.21	Varição	31.12.20	Varição
Capital circulante líquido	(10.184.169)	(5.863.917)	(4.320.252)	(4.795.208)	(1.068.709)
Patrimônio líquido	(19.007.500)	(5.333.000)	(13.674.497)	(14.148.750)	(4.194.253)

A variação do capital circulante líquido deve-se principalmente à retomada das operações da Companhia face ao aumento da demanda e pagamento de postergações de obrigações no período de pandemia de COVID-19, conforme detalhado a seguir: • redução de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$2.405.451, resultado das seguintes ações: (a) amortizações de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamentos no montante de R\$3.591.763; (b) aquisições de ativos imobilizado e intangíveis no montante de R\$1.451.057; (c) geração de caixa operacional de R\$2.437.315; (d) entradas de caixa decorrente de captação de empréstimos no montante de R\$200.000 e vendas de ativos e operações de retroarrendamento de R\$840.005; e (e) extensão do prazo médio para pagamentos de fornecedores, acarretando no incremento das rubricas de: • "Fornecedores" no montante de R\$902.363; • "Risco sacado" no montante de R\$745.658, este totalmente liquidado até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras; • aumento da dívida de curto prazo de empréstimos, financiamentos e arrendamentos pelo recebimento de novas aeronaves e transferências de longo prazo para curto prazo em valores superiores aos pagos no mesmo período. Por sua vez, o aumento na posição negociada de caixa e equivalentes de caixa decorrente do prejuízo líquido ajustado da Companhia no exercício final em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$722.367. Apesar de apresentar lucro operacional superior ao exercício anterior no montante de R\$1.374.760, o mesmo não foi suficiente para fazer face à despesas financeiras líquidas de R\$2.151.922. A Administração vem enviando esforços contínuos para garantir a continuidade operacional da Companhia. No período entre o encerramento do exercício e a divulgação dessas demonstrações financeiras a mesma iniciou diversas tratativas com arrendadores buscando a redução das obrigações de arrendamento por meio do fortalecimento das parcerias estabelecidas aos longos dos anos com esses stakeholders. Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 5 de março de 2023, foram celebrados acordos comerciais com arrendadores representando mais de 90% do seu passivo de arrendamento, sujeito a certas condições e aprovações corporativas aplicáveis. Estes acordos representam uma parte significativa de um plano abrangente que visa fortalecer a geração de caixa da Azul, e melhorar a estrutura de capital, além de entregar aos arrendadores 100% dos valores previamente acordados, através da combinação de dívida de longo prazo e ações precificadas sobre um balanço patrimonial reestruturado. Com base nesses acordos, os arrendadores reduziram os pagamentos de arrendamento da Azul para eliminar diferimentos negociados durante a pandemia de COVID-19 bem como a diferença entre as taxas de arrendamento contratuais da Azul e as taxas de mercado atuais. Em troca, os arrendadores receberam um título de dívida negociável com vencimento em 2030 e ações precificadas de forma a refletir a nova geração de caixa da Azul, sua melhor estrutura de capital e a redução em seu risco de crédito. A Companhia planeja também acessar o mercado de capitais com taxas competitivas refletindo sua melhor geração de caixa e menor risco de crédito. Para tanto, contratou bancos de investimento e advogados para levantar novos recursos, com a possibilidade de oferecer seus ativos desonerados TuduAzul, Azul Cargo Express e Azul Viagens como colateral para obter as melhores condições possíveis para essa captação. A Companhia contratou ainda uma consultoria especializada, que avaliou esses ativos conjuntamente, indicando plena capacidade de obter os recursos necessários. A Administração avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações de acordo com os vencimentos contratuais. Tal avaliação baseia-se no plano de negócios da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em 8 de dezembro de 2022. Esse plano inclui ações futuras planejadas, premissas macroeconômicas e do setor de aviação, como por exemplo, recuperação da demanda por transporte aéreo com correspondente aumento de tráfego e tarifas, estimativa de taxas de câmbio e preço de combustível. A Administração da Companhia monitora e informa o Conselho de Administração sobre o desempenho realizado em relação ao plano aprovado. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional. **1.5 Aceleração da transformação da frota:** Em 2019, a Administração da Companhia aprovou o plano de substituição das aeronaves modelo Embraer E195 ("E195"). Nessa mesma data, a Companhia assinou cartas de intenção de subarrendar esses ativos a outros operadores aéreos. A alteração no uso pretendido da aeronave desencadeou uma revisão para verificação da recuperação dos ativos (impairment) que resultou no reconhecimento de uma perda de R\$2.075.582 e constituição de um passivo oneroso de R\$281.715 naquela ocasião. Durante o exercício final em 31 de dezembro de 2022 e 2021, houve reversões parciais das provisões para impairment e passivo oneroso, no montante de R\$1.102.791 e R\$1.075.682, respectivamente, decorrente da decisão da Administração de retornar esses ativos definitivamente às suas operações, considerando mudanças na posição dos outros operadores em função das consequências econômicas da pandemia de COVID-19. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para impairment dos E1s corresponde a um total de 8 aeronaves (28 aeronaves em 31 de dezembro de 2021). As principais premissas utilizadas na análise incluíram: • Receita prevista nos contratos de subarrendamento; • Preço estimado de início do subarrendamento; • Custos de entrega e manutenção das aeronaves; • Valor residual para aeronaves próprias no final dos contratos de arrendamento; • Taxas de câmbio; e • Taxas de desconto. **1.5.1 Composição dos saldos de provisão para perda (impairment) e passivo oneroso**

Descrição	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.21
Provisão para perda (impairment) sobre direito de uso	(110.349)	(605.651)
Provisão para perda (impairment) sobre imobilizado	(279.077)	(294.490)
Provisão para perda (impairment) sobre outros ativos	-	(12.013)
Total provisão para perda (impairment) sobre ativos da Companhia	(389.426)	(912.154)
Provisão para passivo oneroso	-	(693.407)
Total	(389.426)	(1.605.561)

Descrição	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.21
Impairment de ativos	1.218.548	2.559.070
Passivo oneroso	(1.340.522)	(2.559.070)
Em 31 de dezembro de 2020	306.394	769.288
Reversões (adições), líquidas	-	1.075.682
Consumo	188.842	188.842
Juros incorridos	(156.516)	(156.516)
Variação cambial	(103.858)	(103.858)
Reconhecimento inicial de subarrendamento	(50.641)	(50.641)
Em 31 de dezembro de 2021	(912.154)	(693.407)
Reversões (adições), líquidas	516.157	1.102.791
Consumo	178.126	178.126
Juros incorridos	(100.975)	(100.975)
Variação cambial	29.622	29.622
Transferências	6.571	6.571
Em 31 de dezembro de 2022	(389.426)	(389.426)

1.6 Sazonalidade: As receitas operacionais da Companhia dependem substancialmente do volume geral de tráfego de passageiros e cargas, que está sujeito a mudanças sazonais. Nossas receitas de passageiros são geralmente mais altas durante o período de férias de verão e inverno, em janeiro e julho respectivamente, e nas duas últimas semanas de dezembro, que corresponde à temporada de festividades de final de ano. Considerando a distribuição dos custos fixos, essa sazonalidade tende a causar variações nos resultados operacionais entre os trimestres do exercício social. Cabe ressaltar que a pandemia de COVID-19 impactou o comportamento relacionado à regularidade de viagens dos clientes da Companhia, podendo alterar a sazonalidade usual dos negócios. **2. Declaração da administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no real ("RS") como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia realiza seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua. A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade das informações das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (iv) informações provenientes de outras entidades participantes do mercado de transporte aéreo de passageiros. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios. Com o objetivo de garantir uma melhor apresentação e comparabilidade dos saldos, foram realizadas algumas reclassificações no balanço patrimonial do ano anterior.

Passivo Circulante

	31.12.2021	Publicado	Reclassificações	Representado
Fornecedores	1.771.663	(241.183)	-	1.530.480
Taxas e tarifas aeroportuárias	217.863	288.475	-	506.338
Tributos a recolher	127.685	22.399	-	150.084
Programa de parcelamento governamental	69.691	(69.691)	-	-
Total	2.186.902	-	-	2.186.902

Não circulante

	31.12.2021	Publicado	Reclassificações	Representado
Fornecedores	563.502	(221.302)	-	342.200
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	472.364	-	472.364
Tributos a recolher	-	101.046	-	101.046
Programa de parcelamento governamental	352.108	(352.108)	-	-
Total	915.610	-	-	915.610

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Pelo valor justo: • Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa; • Aplicações financeiras compostas principalmente pelo *Bond TAP*; • Instrumentos financeiros derivativos; e • Direito de conversão de debêntures. Outros: • Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial; **2.1 Aprovação e autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 06 de março de 2023. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios comparativamente apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3.1 Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações da Companhia e de suas controladas nas quais detém o controle de forma direta ou indireta. O controle de uma controlada é obtido quando a Companhia está exposta aos riscos ou detém os direitos sobre retornos variáveis em tais controladas e possui poder de influenciar em decisões operacionais e financeiras da investida. As informações financeiras das controladas foram preparadas adotando-se as mesmas práticas contábeis da Companhia. Todos os ativos, passivos, patrimônio, receitas e despesas referentes a transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação. **3.2 Normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** As seguintes novas normas e pronunciamentos ainda não foram adotados, pois, estarão vigentes no exercício de 2023. Na opinião da Administração, não impactará significativamente no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia na adoção. • CPC 26 (R1) 1 e expediente prático 2 do IFRS - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e Políticas Contábeis • CPC 23/IAS 8 - Definição de estimativas contábeis. • CPC 32/IAS 12 - Imposto diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável. **3.3 Demonstração de valor adicionado ("DVA"):** A DVA, tem a finalidade de evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira com parte integrante de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme normas do IFRS, sendo preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. **3.4 Informações por segmento:** Segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia analisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Companhia efetua análises quantitativas e qualitativas conforme os pronunciamentos contábeis vigentes. Para o exercício final em 31 de dezembro de 2021, a receita com transporte de passageiros sofreu forte influência da pandemia de COVID-19 e, portanto, as outras receitas mesmo excedendo o parâmetro de 10%, não terão suas informações divulgadas. Adicionalmente, a Companhia regularmente administra seus negócios e toma decisões de alocações de recursos considerando a existência de apenas um segmento operacional:

Parâmetros	% da Receita Total	
	31.12.22	31.12.21
Qualitativo	-	-
Transporte de passageiros	91,5%	88,3%
Outros	8,5%	11,7%

3.5 Principais estimativas contábeis: Conforme divulgado na nota explicativa 2, a Administração faz julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, a saber: • provisão para impairment com aeronaves e motores e passivo oneroso (nota explicativa 1.5); • provisão para perdas estimadas com recebíveis (nota explicativa 6); • provisão para perdas com reservas para manutenção (nota explicativa 9); • análise do valor recuperável de ágio e slots (nota explicativa 17); • receita de *breakage* de passagens e programas de fidelidade (nota explicativa 23); • provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa 25.1.1); • provisão para riscos tributários, civis, trabalhistas e outros (nota explicativa 25.1.2); • provisão para benefício pós-emprego (nota explicativa 25.1.4); e • remuneração baseada em ações (nota explicativa 29). A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no exercício em que tais revisões são efetuadas. **3.6 Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de "Variações cambiais, líquidas" na demonstração do resultado do exercício. As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

	Taxas de câmbio				
	Taxa final	Exercício findo em	Taxa média		
31.12.22	31.12.21	Varição %	31.12.22	Varição %	
Dólar americano	5,2177	5,5805	-6,5%	5,1655	-3,95%
Euro	5,5694	6,3210	-11,9%	5,4420	-6,78%

3.7 Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros: Anualmente é realizada revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil (impairment). A perda por impairment anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo. A reversão é limitada, de modo que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, como também, não exceda o valor contábil determinado anteriormente, líquido de depreciação ou amortização. A Companhia opera uma única unidade geradora de caixa. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. As aeronaves e motores em operação são testadas por impairment por meio da comparação do valor contábil líquido com o valor de mercado apontado por publicações especializadas. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** **4.1 Prática contábil:** São contabilizados neste grupo os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata, consideradas prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa classificadas nesse grupo são mensuradas a valor justo por meio do resultado. **4.2 Composição de caixa e equivalentes de caixa:**

Descrição	Taxa média ponderada a.a.			
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e depósitos bancários	-	5.784	10.724	101.737
Equivalentes de caixa	-	-	-	229.745
Certificação de depósito bancário - CDB	101,8%	CDI	2.333	282.833
Operações com emissoras	88,0%	CDI	-	210.443
Time Deposit - TD (a)	0,4%	-	-	2.616
Fundos de investimentos	10,4%	-	-	581
Total	-	8.117	293.557	668.348

(a) Aplicação em dólar americano. **5. Aplicações financeiras:** **5.1 Prática contábil:** Na apresentação e mensuração das aplicações financeiras, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias: **5.1.1 Custo amortizado:** As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado quando todas as seguintes condições forem atendidas: (a) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente; (b) Os fluxos de caixa contratuais representam somente o pagamento de juros e principal ("SPPI"); e (c) a Companhia não optou pela metodologia de valor justo de forma a eliminar inconsistências de mensuração denominadas "descaimento contábil". **5.1.2 Valor justo:** Por meio do resultado abrangente: as aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado abrangente quando ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI. • Por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são utilizados para eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil, sendo desta forma avaliados a valor justo. **5.2 Bond TAP:** Em 14 de março de 2016, a Companhia adquiriu dívidas conversíveis de série A emitidas pela TAP ("Bond TAP") no montante de C90 milhões. O Bond TAP tem vencimento de 10 anos a partir de sua emissão, com juros anuais de 3,75% até 20 de setembro de 2016 e 7,5% nos anos seguintes. Os juros provisionados serão pagos na data de vencimento ou até o resgate antecipado dos títulos, o que ocorrer primeiro. **5.3 Composição de aplicações financeiras**

Descrição	Taxa média ponderada a.a.		
	31.12.22	31.12.21	31.12.21
Certificado de depósito bancário - CDB	101,8%	CDI	1.430
Bond TAP	7,5%	733.043	906.719
Total	-	733.043	906.719

Circulante

	31.12.22	31.12.21
Não circulante	733.043	906.719

6. Contas a receber: **6.1 Prática contábil:** Os valores a receber estão mensurados com base no valor futuro, líquido das perdas esperadas, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Observando os requerimentos do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9, as perdas esperadas são mensuradas através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando a perda ao longo da vida do contrato, por meio da segmentação do prazo de recebimento em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento e constitui provisão, se necessário. **6.2 Composição do contas a receber:**

Descrição	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Moeda nacional	1.109.197	411.092
Administradoras de cartões de crédito	282.438	209.621
Agências de cargas e viagens	135.168	106.824
Fornecedores de pacotes de viagens	69.025	128.018
Outras	41.773	32.889
Total moeda nacional	1.637.811	888.454

Moeda estrangeira

	31.12.22	31.12.2
--	----------	---------

★ continuação

Descrição	Consolidado		Valor justo	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Reembolso a clientes	-	(13.822)	(173.636)	(173.636)
Seguros a pagar	(84.965)	(92.793)	(84.965)	(92.793)
Instrumentos financeiros derivativos	2	(244.575)	(287.051)	(244.575)

33.3 Riscos de mercado: 33.3.1 Risco de taxa de juros: Para mitigar as perdas atreladas às flutuações das taxas de juros, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022, contratos de swap (nota explicativa 22.2).

33.3.1.1 Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha ativos e passivos atrelados a diversos tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto dos juros anuais apenas sobre as posições com valores expostos a tais oscilações:

Descrição	Consolidado		Taxa ponderada	
	Exposição ao CDI	Exposição ao SOFR	Exposição a LIBOR	Taxa

Descrição	Consolidado		Taxa ponderada	
	Taxa a.a.	31.12.22	Taxa a.a.	31.12.22
Passivos expostos, líquidos	13,7%	(670.898)	4,3%	(250.659)

Efeito no resultado
Desvalorização da taxa de juros em -50% 6,8% 48.568 2,2% 5.389 2,5% 8.832
Desvalorização da taxa de juros em -25% 10,2% 24.284 3,2% 2.695 3,7% 4.416
Valorização da taxa de juros em 50% 20,5% (48.568) 6,5% (5.389) 7,5% (8.832)
Valorização da taxa de juros em 25% 17,1% (24.284) 5,4% (2.695) 6,2% (4.416)

33.3.2 Risco de preço de combustível de aviação ("QAV"): O preço do QAV varia em função da volatilidade de preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar as perdas atreladas às variações de mercado do combustível, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022, contratos de termo de combustível (nota explicativa 22.2).

33.3.2.1 Análise de sensibilidade: O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade em dólares norte-americanos da oscilação dos preços do litro do QAV:

Descrição	Consolidado		Preço médio por litro (em reais)	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Combustível de aviação	5,45	(6.561.288)		

Efeito no resultado
Desvalorização do preço em -50% 2,73 3.280.644
Desvalorização do preço em -25% 4,09 1.640.322
Valorização do preço em 50% 8,18 (3.280.644)
Valorização do preço em 25% 6,81 (1.640.322)

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais os fluxos de caixa da Companhia estão expostos. Para mitigar as perdas atreladas às variações cambiais, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022, contratos de termo de moeda estrangeira (nota explicativa 22.2).

A exposição patrimonial às principais variações das taxas de câmbio está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Ativo	56.487	244.239	8.052	4.352

Caixa e equivalentes de caixa 56.487 244.239 8.052 4.352
Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nome	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	56.487	244.239	8.052	4.352

Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nome	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	56.487	244.239	8.052	4.352

Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nome	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	56.487	244.239	8.052	4.352

Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nome	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	56.487	244.239	8.052	4.352

Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nome	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	56.487	244.239	8.052	4.352

Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nome	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	56.487	244.239	8.052	4.352

Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nome	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	56.487	244.239	8.052	4.352

Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nome	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	56.487	244.239	8.052	4.352

Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nome	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	56.487	244.239	8.052	4.352

Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nome	Consolidado		Exposição ao C	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	56.487	244.239	8.052	4.352

Aplicações financeiras 166.012 100.640 - -
Subarrendamento de aeronaves 176.053 274.198 - -
Depósitos em garantia e reservas para manutenção 2.471.349 1.918.517 - -
Outros ativos 12.636 154.198 - -
Total ativo 2.882.537 2.691.792 741.095 911.071

Passivo
Empréstimos e financiamentos (7.299.291) (8.506.445) - -
Arrendamentos (14.525.385) (14.814.400) - -
Fornecedores (1.051.379) (624.162) - -
Provisões e outros passivos (3.020.347) (3.908.012) - -
Total passivo (25.897.032) (27.753.019) - -
Exposição líquida (23.014.465) (25.061.227) 741.095 911.071
Exposição líquida em moeda estrangeira (4.410.845) (4.490.857) 133.066 144.134

A Diretoria
Contadora
Renata Bandeira Gomes do Nascimento
Diretora de Controladoria e Impostos - CRC 1SP 215231/O-3

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Infracommerce CXaaS S.A.

CNPJ nº 38.456.921/0001-36

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fintos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensagem da Administração
O ano de 2022 foi focado na integração das empresas adquiridas ao longo de 2021 e na expansão de margem EBITDA e rentabilidade. Os resultados desta estratégia puderam ser observados nos números do 4T22/2022 e devem se intensificar ao longo de 2023.
Finalizamos o ano de 2022 com um resultado expressivo em receita, mesmo com o mercado de e-commerce crescendo apenas 1,6% no ano. A Companhia atingiu crescimento de 110,9% em termos de receita no período, sendo 24,5% orgânico. O crescimento do GMV foi de 92,7%, em comparação ao ano anterior, e o EBITDA Ajustado cresceu 301% no ano, com uma expansão na margem de 6,1% para 11,6%.
Uma das principais razões para o crescimento da Infracommerce é a sua atuação no segmento de *direct-to-consumer* (D2C), que é uma tendência global, por meio da qual a indústria tem buscado maior eficiência no seu *go to market*, acessando diretamente seus clientes. Essa tendência, aliada à capacidade de execução da Infracommerce em entregar um alto nível de serviço às operações de D2C de seus clientes, permite um crescimento desproporcional ao do mercado de e-commerce como um todo.

Além disso, entregamos mais do que o esperado em rentabilidade. O EBITDA Ajustado em 2022 da Companhia atingiu R\$103,1 milhões no período, superior ao *guidance* divulgado ao mercado. Mesmo com um cenário macroeconômico desafiador, conseguimos estender nossas linhas bancárias, captando a taxas competitivas, suportando o plano de crescimento e a lucratividade da Companhia. Aumentamos, o prazo médio de nossas dívidas com a renegociação de linhas de crédito, onde em uma delas o prazo de pagamento foi estendido de 1 para 4 anos, e em outra de 1,5 para 3 anos. Aprovamos também a 2ª emissão de Debêntures Simples no valor de R\$165 milhões, cujo objetivo principal é a rolagem de parte da 1ª emissão de Debêntures anunciada em 2021. Ainda, negociamos parcelas diferidas relacionadas a M&As realizados entre 2020 e 2021, finalizando 2022 com posição de caixa de R\$293,1 milhões e dívida bancária/EBITDA Ajustado de 2,12x.
Neste ano e para os próximos ciclos, aceleramos as iniciativas para atingir geração de fluxo de caixa livre e lucro líquido positivos, com nosso caminho para lucratividade se dando por meio de esforços de eficiência, avançamos operacional e da captura de sinergias como detalhamos neste Release. Como consequência, divulgamos no começo de fevereiro deste ano o *guidance* de 2023 de R\$120 milhões a

R\$140 milhões de capex e de R\$150 milhões a R\$170 milhões de EBITDA Ajustado. Por fim, como parte da estratégia de consolidação do mercado na América Latina, anunciamos no início de 2023 o *signing* para aquisição da Ecomsur, empresa fundada em 2011 no Chile, que também possui operações no México, Colômbia, Peru e Panamá. O seu faturamento total em 2022 foi de aproximadamente US\$24 milhões. Além da consolidação das operações na Colômbia, Peru e Chile, países em que a Infracommerce já está presente, a Companhia também passará a ter maior exposição no México, território estratégico para a sua atuação, e que possui o maior potencial de crescimento do mercado de e-commerce na América Latina. Agradecemos aqui a confiança que nossos acionistas, clientes e Infrãs tem depositado em nós. Seguimos trabalhando para que 2023 seja um ano de crescimento e expansão de rentabilidade para a Companhia. A nossa marca registrada é sempre entregar além do esperado e assim seguirmos.
#GolpIn #CXaaS #AlwaysDeliverMoreThanExpected
Kai Hoffner, Fundador e CEO da Infracommerce CXaaS

Ativo	Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	127.009	110.668	278.896
Aplicações financeiras		1.168	–	14.223
Contas a receber	7	–	–	431.452
Adiantamentos de fornecedores	8	913	–	141.186
Impostos a recuperar	9	6.141	2.621	123.695
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		–	–	99
Despesas pagas antecipadamente		526	–	4.822
Outros ativos financeiros		–	–	1.477
Outras contas a receber	10	–	4.258	3.509
Total do ativo circulante		135.757	117.547	997.882
Não circulante				
Mútuo a receber de partes relacionadas	29	268.111	10.096	–
Outras contas a receber	10	69.780	69.780	71.834
Impostos a recuperar	9	–	–	29.686
Depósitos judiciais	20.1	2	–	169.634
Investimentos em controladas	11	1.618.665	1.753.306	–
Investimentos em coligadas		–	–	698
Imobilizado	12	–	–	98.636
Intangível	13	–	–	1.735.415
Dívidas a longo prazo	14a	–	–	106.495
Total do ativo não circulante		1.956.558	1.833.182	2.211.700
Total do ativo		2.092.315	1.950.729	3.209.582

Passivo	Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Circulante				
Emprestimos e financiamentos	18	99.661	–	257.093
Debêntures	19	23.394	–	2.276
Arrendamento	14b	–	–	50.470
Fornecedores	15	237	568	428.941
Risco sacado a pagar	16	–	–	49.453
Adiantamento de clientes		–	–	2.598
Salários, encargos e provisão para férias		–	–	55.910
Impostos a pagar	17	1.044	585	36.400
Mútuo a pagar para partes relacionadas	29	–	–	3.862
Contas a pagar pela combinação de negócio	21	46.813	245.161	91.456
Outros a pagar	22	1.227	1.49	10.322
Total do passivo circulante		172.376	254.300	1.006.037
Não circulante				
Emprestimos e financiamentos	18	–	–	2.162
Debêntures	19	229.648	247.519	229.648
Impostos a pagar	17	–	–	162.295
Arrendamento	14b	–	–	69.090
Impostos diferidos		2.740	3.629	2.600
Instrumentos financeiros	28	72.262	68.284	73.056
Contas a pagar pela combinação de negócio	21	64.089	–	99.15
Salários, encargos e provisão para férias	22	–	–	5.800
Outras contas a pagar	21	–	–	840
Provisão para passivo descoberto	11	38.076	16.217	–
Provisões para contingências	20	69.780	73.891	79.726
Receita diferida	11	–	–	1.586
Total do passivo não circulante		476.595	410.380	760.201
Total do passivo líquido		2.092.315	1.950.729	3.209.582
Patrimônio líquido				
Capital social	23	1.592.544	1.332.787	1.592.544
Reserva de capital		177.495	6.323	177.495
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.212)	(506)	(1.212)
Prejuízos acumulados		(325.483)	(52.555)	(325.483)
Total do patrimônio líquido		1.443.344	1.286.049	1.286.049
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.092.315	1.950.729	3.209.582

Saldo em 1º de janeiro de 2021	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados
Resultados abrangentes do exercício				2.700
Prejuízo do exercício				(39.068)
Ajuste de conversão em controladas				(506)
Total de resultados abrangentes do período				(36.368)
Movimentação da reserva de capital	23	(25.373)	25.373	1.820
Transferência do plano de pagamento baseado em ações			1.820	–
Emissão/subscrição de ações Synapcom	23b	394.637	–	–
Aumento de capital - por caixa	23	15.118	–	–
Aumento de capital - por dívida	23	5.860	–	–
Aumento de capital - opções de ações exercidas	23	6.151	(329)	–
Bônus subscrição de ações Synapcom	11	–	1.980	–
Oferta pública		902.388	–	–
Gastos com emissão de ações		(47.699)	–	–
Renúnciação <i>put option</i>	11	–	–	(13.335)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.332.787	6.323	(52.555)
Resultados abrangentes do exercício				(264.939)
Ajuste de conversão em controladas				(706)
Total de resultados abrangentes do exercício				(264.939)
Aumento de capital - por caixa	23	250.800	–	–
Subscrição de ações	23b	8.958	–	–
Renúnciação <i>put option</i>	23b	–	150.000	–
Transações de pagamentos baseados em ações, liquidável em ações	23	–	–	(7.989)
Bônus de subscrição de ações - Synapcom	11	–	–	19.112
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022		1.592.545	177.495	(325.483)

Outros Resultados Abrangentes	Atribuível aos acionistas controladores			
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados
Depreciação de imobilizado	11/13	45.512	–	–
Amortização de intangível	14	–	–	94.674
Depreciação de direitos de uso	14	–	–	37.098
Juros sobre arrendamentos	14	–	–	7.540
Juros sobre transações entre partes relacionadas	29	719	–	–
Rendimento sobre aplicações financeiras, líquido de imposto de renda	6	(68)	–	(2.448)
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	11	121.791	47.657	–
(Reversões) provisões para contingências	20	–	–	(38)
Reversões em provisionamentos de empréstimos	18	8.553	–	15.947
Encargos financeiros de debêntures	19	36.066	3.052	36.066
Ajuste a valor presente	4	–	–	2.828
Atualização monetária	29	29.022	853	36.443
Remuneração pós-combinação	21	4.911	4.011	20.727
Transações de pagamentos baseados em ações, liquidável em ações	31	2.060	1.820	2.060
Variação cambial não realizada	21	293	546	10.754
Resultado na renúnciação de investimento	11	–	(18.624)	(8.670)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7	–	–	(1.029)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	12	–	–	467
Bônus de subscrição - Synapcom	11	19.112	1.980	19.112
Outros		–	–	82
Total		2.143	2.227	13.270

1 Contexto operacional: A Infracommerce CXaaS S.A. ("IFC" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP. A Companhia tem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão). A Companhia e suas controladas, têm como principais atividades oferecer soluções digitais para marcas e indústrias líderes em suas jornadas de digitalização. A partir de um ecossistema digital *White label*, a Companhia apoia empresas desde 2012 em diferentes níveis de maturidade digital, contribuindo para que elas subam para o próximo nível de digitalização de seus negócios. Este ecossistema é composto por cinco grandes blocos: (i) Infracorp; (ii) Infracorp; (iii) Infracorp; (iv) Infracorp; (v) Infracorp. A Companhia atua com um ecossistema centrado na experiência do usuário, a partir de soluções integradas e plataformas flexíveis de acordo com a necessidade de nossos clientes em cada um dos níveis de suas respectivas jornadas digitais. Nossas soluções digitais integradas oferecidas aos nossos clientes compreendem, mas não se limitam, as seguintes atividades: (i) Plataformas de e-commerce para B2C e B2B, com soluções omni-channel, social commerce e marketplace; (ii) Serviços de gestão e operação de e-commerce, alinhados ao consumidor, CRM e marketing digital; (iii) Inteligência Artificial de Dados, Behavioral Targeting e relatórios de Business Intelligence; (iv) Um conjunto de soluções de inteligência logística dentro do nosso serviço de fulfillment ("fulfillment 3.0") composto por múltiplos centros de distribuição e dark stores, tracking de pedidos e gestão de fretes; (v) Gestão de pagamentos por meio de nossa fintech, onde nossos clientes se beneficiam de um gateway de pagamento certificados pelo PCI (Payment Card Industry), com gestão processo de contas a receber e financiamento comercial. Todos esses componentes fazem parte da oferta de soluções integradas para e-commerce, compoem o nosso ecossistema digital *white label*. A Infracommerce CXaaS S.A. foi constituída em 15 de dezembro de 2020, com o objetivo de ser a holding não operacional consolidadora do resultado do Grupo econômico, denominada "IFC", e exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas conforme demonstrado na nota 2. A Companhia é listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento específico denominado Novo Mercado, sob o código IFSCM3 onde negocia suas ações ordinárias. **2 Lista de entidades consolidadas:** A lista a seguir descreve todas as entidades relevantes da Companhia, incluindo controladas e não controladas.

Notas explicativas da administração às informações financeiras individuais e consolidadas
(i) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. **Moeda de economia hiperinflacionária - Pesos argentinos:** Os resultados e a posição financeira da Companhia em moeda funcional é a moeda de economia hiperinflacionária foram convertidos para moeda de apresentação, adotando-se o seguinte procedimento: (i) Todos os montantes (isto é, ativos, passivos, itens do patrimônio líquido, receitas e despesas, incluindo saldos comparativos) foram convertidos pela taxa de câmbio de fechamento da data do balanço patrimonial mais recente. (ii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os procedimentos de conversão de moeda estrangeira para moeda funcional são realizados conforme os termos do CPC 42 (IAS 29) - Contabilidade em economia hiperinflacionária, e estão descritos abaixo na sessão Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras vide nota 4.2. **3.2 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação dessas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 11 -** aquisição de controlada; pagamentos a ex-proprietários da adquirida; **Nota 12 -** desativação de ativos; **Nota 13 -** aquisição de controlada; valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e valor justo da *put-option*; (ii) **Mensuração do valor justo:** Algumas das políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. São considerados, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida, os custos de mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, sempre que possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são observáveis de mercado (inputs não observáveis). Se os inputs usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo se enquadram em níveis diferentes da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como o menor nível de entrada que seja significativo para toda a mensuração. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 8 -** aplicações financeiras; **Nota 11 -** aquisição de subsidiárias; **Nota 12 -** desativação de ativos; **Nota 13 -** aquisição de controlada; **Nota 14 -** prazo do arrendamento; **Nota 15 -** pagamento baseado em ações; **4 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, a menos que mencionado de outra forma. **4.1 Consolidação: (i) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuem para a geração de receita, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida, ou se o conjunto de ativos e atividades adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relação preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é mensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são registradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. (ii) **Mensuração do valor justo:** Na mensuração do valor justo, foram utilizadas técnicas de valores cotados, preços de mercado para ativos sem mercado ativo, fluxo de caixa descontado e outros métodos de avaliação. Os valores justos são determinados com base no custo histórico em moeda estrangeira que os ativos assumidos são geralmente reconhecidos no resultado. (ii) **Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado da alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que incluía uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é retribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado. As taxas de câmbio em Reais em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:

Participação acionária	Controladas	Abreviação	País	Participação	Controladora	2022	2021
Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.	IFC Ltda.	Brasil	Direta	IFC	100%	100%	
Infracommerce Soluções em Informática Ltda. - EPP	Inframédia	Brasil	Direta	IFC	100%	100%	
Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda.	IFC Varejo	Brasil	Direta	IFC	100%	100%	
Infracommerce Negócios Y Soluções em Internet MX	IFC MEX	México	Direta	IFC	100%	100%	
Infracorp Negócios e Soluções em Internet Ltda.	IFS Ltda	Brasil	Direta	IFC	100%	100%	
Infracorp Administração de Pagamentos Ltda	Infracorp	Brasil	Direta	IFC	100%	100%	
Pier 8 Serviços de Varejo Ltda.	Pier 8	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	100%	
Armazéns Gerais Furusho & Salzano Ltda.	Armazém	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	100%	
Synapcom Comércio Eletrônico S.A.	SYN	Brasil	Direta	IFC	100%	100%	
Synapcom Soluções de E-commerce Ltda.	SYN Sol	Brasil	Indireta	SYN	100%	100%	
Synapcom Consultoria Ltda.	SYN Consult	Brasil	Indireta	IFC	100%	100%	
New Retail Limited	New Retail	Cayman	Direta	IFC	61,44%	61,44%	
New Retail LLC	New Retail	Delaware	Indireta	New Retail	100%	100%	
Brandive Argentina S.A.	Brandive	Argentina	Indireta	New Retail	100%	99%	
Brandive Chile S.A.	Brandive	Chile	Indireta	New Retail	100%	100%	
Tatix Comércio e Participações Ltda.	Tatix	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	100%	
Summa Solutions	Summa	Argentina	Indireta	New Retail	100%	100%	
Sigurd S.A.P.I. de C.V.	Sigurd	México	Indireta	New Retail	100%	100%	
Brandive Peru S.A.	Brandive	Peru	Indireta	New Retail	100%	100%	
Brandive Uruguai S.A.	Brandive	Uruguai	Indireta	New Retail	100%	100%	
Infracommerce Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tevec Sistemas S.A (a)	FIDC	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	100%	
Brandive Colômbia SAS (b)	Brandive	Colômbia	Indireta	New Retail	100%	–	
Brandive Equador (c)	Brandive	Equador	Indireta	New Retail	100%	–	

★ continuação

vendidos (GMV). Outros serviços, que não estão vinculados ao serviço de gestão logística e de transportes dos produtos do cliente, são reconhecidos quando o valor de receita pode ser estimado de forma confiável, os prováveis benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia, e a etapa de conclusão da transação no final do período de relatório pode ser mensurada de forma confiável, bem como quando seu valor e custos puderem ser mensurados confiavelmente. Os preços dos serviços são estabelecidos com base em ordens de serviços ou contratos. Todos os serviços são prestados em um curto período, principalmente dentro de um mês. **4.4 Adiantamento de fornecedores:** Os acordos com os clientes deixam claro que, mesmo que a Companhia compre/gere/encare os produtos do cliente, não há risco nem benefícios para a Companhia, uma vez que pode ser devolvida a qualquer momento em caso de término das operações e a Companhia não tem o poder para definir o preço e quantidade dos produtos do cliente, que são vendidos exclusivamente nos sites de seus clientes. No entanto, a Companhia entende que contratualmente a operação e o serviço para o cliente equivalem a atuar como agente na transação, conforme aplicado na nota 4.3, como o "adiantamento de fornecedores" é reconhecido ao custo de aquisição das notas fiscais emitidas pelo fornecedor de mercadorias, que também é cliente da Companhia neste caso, contra a conta de "fornecedores". A Companhia possui os direitos legais sobre o "adiantamento de fornecedores" que somente é liquidado pelo custo de aquisição quando o produto do cliente é vendido e entregue ao consumidor final, e "fornecedores" são liquidados somente quando a Companhia recebe o valor do consumidor final pela venda. **4.5 Fornecedores - Risco sacado:** A Companhia celebrou contratos de risco sacado com instituições bancárias, pelo qual os bancos se comprometem a pagar valores ao fornecedor referentes a faturas devidas pela Companhia, que liquidará tal valor com o banco em vencimento posterior. Uma vez que o fornecedor recebe o dinheiro do parceiro bancário, o Grupo é legalmente liberado da obrigação para o fornecedor e os seguintes passos são realizados: (i) Desreconhecimento das contas a pagar originais e reconhecimento de novas contas a pagar; (ii) Classificação dos fluxos de caixa correspondentes na demonstração dos fluxos de caixa. O novo passivo com o parceiro bancário é contabilizado no momento do desreconhecimento da dívida original com o fornecedor, sendo então classificadas como passivos financeiros ao custo amortizado e apresentado como um empréstimo, uma vez que a sua natureza é a de conceder financiamento à Companhia. Portanto, as saídas de caixa para tais acordos são classificadas como fluxos de caixa de financiamento. **4.6 Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha a obrigação legal de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável e provisionados no Passivo, reconhecidas como despesas de pessoal conforme andamento do contrato. (ii) **Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes. (iv) **Acordos de pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos executivos é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e desempenho serão atendidas de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*). **4.7 Recitas financeiras e despesas financeiras:** As recitas financeiras da Companhia compreendem: Rendimentos de aplicações financeiras e ganhos líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros, descontos obtidos à liquidação monetária. As despesas financeiras compreendem despesas com multa, atualização monetária, juros sobre empréstimos e debêntures, antecipação de recebíveis, arrendamento e contraprestação contingente. A receita ou despesa com juros são reconhecidas utilizando o método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados através da vida esperada do instrumento financeiro para o custo amortizado do passivo financeiro. **4.8 Imposto de renda e contribuição social: (i) Brasil:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro líquido excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e a redução da compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia determinou que os juros e as penalidades relativas ao imposto de renda e a contribuição social, não atendem à definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados nos termos do CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. (ii) **América latina:** De acordo com o Brasil, as operações da Argentina apresentaram maior relevância no exercício de 2022. Em 23 de dezembro de 2019, o congresso argentino aprovou uma lei que mantém a alíquota do imposto de renda corporativo de 30% por 2 anos, em vez de reduzir a alíquota para 25% conforme estabelecido na lei anterior. A lei também mantém a taxa de retenção de dividendos na fonte de 7% por mais dois anos para os lucros acumulados durante o ano fiscal a partir de 1º de janeiro de 2020, em vez da alíquota de retenção de 13% conforme previsto no estabelecido. Em relação aos direitos de exportação, a nova lei reduziu o percentual de 12% (considerando o referido limite, a alíquota efetiva do imposto era equivalente a 6,7% em 31 de dezembro de 2019) a 5% sem limite e prorrogou a aplicação do imposto de exportação até 31 de dezembro de 2023. (iii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de imposto decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se determinados critérios forem atendidos. **4.9 Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos imobilizados, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso. A depreciação é calculada para abater os custos do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, como vidas úteis e quantidade residual, são revisados no final de cada ano, ou quando há mudanças significativas sem um padrão esperado, como em casos específicos relevantes e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como alterações nas estimativas contábeis, de acordo com a necessidade. A depreciação é calculada linearmente sobre a vida útil estimada dos ativos, como segue:

Anos	
Beneficiárias em imóveis de terceiros	5
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

4.10 Ativos Intangíveis e ágio: (i) Reconhecimento e mensuração: Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Plataforma:** Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. (ii) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) **Amortização:** A amortização é calculada para abater os custos do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados, usando o método linear sobre a vida útil estimada, e é geralmente reconhecida no resultado. • **Ágio não é amortizado.** • Plataformas e carteira de clientes a vida útil utilizada é de 3 a 7 anos. • Cláusula de não competição e marca amortizam de acordo com o contrato, a vida útil utilizada é de 3 a 5 anos. A amortização é calculada linearmente sobre a vida útil estimada dos ativos, como segue:

Anos	
Contratos de clientes	5 a 7
Plataforma	3 a 7
Cláusula de não competição	3

4.11 Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja o contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente medido a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são inicialmente mensurados ao preço da operação. (ii) **Classificação e mensuração subsequente -**

Aos Administradores e Acionistas da Infracommerce CxaaS S.A. O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas responsabilidades previstas em seu Regimento Interno, procederam a análise e revisão do Relatório da Administração e das demonstrações financeiras da Infracommerce CxaaS S.A. referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Aos acionistas e administradores da Infracommerce CxaaS S.A. - São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infracommerce CxaaS S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas foram preparadas em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade patrimonial e financeira da Infracommerce CxaaS S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Infracommerce CxaaS S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento, profissionais são significativos em nossa auditoria e que foram tratados de forma independente nos termos do contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios. Veja as Notas 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios. Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) avaliar o risco de que os dados utilizados para a estimativa do valor em uso das UGCs foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto,

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 15.561.610/0001-31RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2022. Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos necessários.

Balancos Patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	951	274	456.147	248.011	Forneceadores	10	26	9	70.803	50.334
Aplicações financeiras	5	-	-	791.033	747.330	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	352.531	322.347
Contas a receber	6	-	-	298.658	221.058	Debêntures	11	-	-	144.955	129.849
Estoques	-	-	-	11.559	11.686	Tributos a receber	7d	-	22	106.695	106.695
Tributos a recuperar	7a	36	35	63.855	38.928	Obrigações com empregados e administradores	12	-	-	2.317.587	2.204.864
Adiantamentos	-	-	-	9.485	7.077	Concessão de serviço público	15	-	-	55.326	25.413
Partes relacionadas	8	-	-	9	-	Recicla diferida	8	-	-	59.702	56.466
Total do ativo circulante	987	309	1.630.746	1.274.090	1.274.090	Adiantamentos de clientes	16	-	-	120.191	63.724
Não circulante						Outros passivos	26	31	3.222.916	2.983.488	
Aplicações financeiras	5	-	-	175.022	158.385	Total do passivo circulante					
Contas a receber	6	-	-	12.490	9.855	Não circulante					
Impostos diferidos ativos	7b	-	-	867.080	787.619	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	1.717.656	2.047.212
Estoques	-	-	-	3.595	4.171	Debêntures	11	-	-	465.320	536.209
Tributos a recuperar	7a	8	64	312.474	336.977	Concessão de serviço público	12	-	-	12.402.606	12.521.796
Partes relacionadas	8	-	-	38.557	36.449	Provisão para riscos processuais	13	-	-	8	39.598
Depósitos judiciais	-	-	-	28.539	27.183	Dividendos a pagar	8	12.306	12.306	387.339	152.617
Total do não ativo circulante	8	64	1.437.757	1.360.639	1.360.639	Provisão para passivo descoberto	14	1.547.880	1.477.544	-	-
Imobilizado						Adiantamentos de clientes	-	-	-	7.022	3.619
Intangível	9	-	-	12.138.646	12.749.399	Total do passivo não circulante	1.560.186	1.489.858	15.032.241	15.311.641	
Total do ativo não circulante	8	64	13.578.015	14.111.922	14.111.922	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Total do ativo	995	373	15.208.761	15.386.012	15.386.012	Capital social	17a	1.359.049	1.359.049	1.359.049	1.359.049
						Prejuízos acumulados		(2.921.361)	(2.850.660)	(2.921.361)	(2.850.660)
						Adiantamento para futuro aumento de capital		3.095	2.095	3.095	2.095
								(1.559.217)	(1.489.516)	(1.559.217)	(1.489.516)
								(1.559.217)	(1.489.516)	(1.487.179)	(1.419.601)
										(3.046.396)	(2.909.117)
										995	373
										15.208.761	15.386.012

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	18	-	-	2.333.463	1.602.775
Receita de construção	18	-	-	54.715	32.024
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(1.613.410)	(1.255.344)
Custo de construção	19	-	-	(54.715)	(32.024)
Lucro bruto				720.053	347.431
Recargas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	19	(377)	(163)	(131.108)	(69.235)
Equivalência patrimonial	14	(70.336)	(499.736)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	8	292	654.676	702.795
Resultado operacional				(70.705)	(499.607)
Recargas (despesas) financeiras					
Recargas financeiras	20	31	15	253.530	91.401
Despesas financeiras	20	(27)	(20)	(1.702.342)	(2.229.923)
Total	4	(5)	(1.448.812)	(2.138.522)	
Prejuízo do exercício de operações antes dos impostos				(70.701)	(499.612)
Imposto de renda e contribuição social	7d	-	(23)	66.911	117.757
Corrente	-	-	(23)	66.911	117.757
Diferido	-	-	-	72.560	177.757
Prejuízo do exercício				(70.701)	(499.635)
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(67.579)	(480.139)
Atribuído aos acionistas controladores	(70.701)	(499.635)	(138.280)	(979.774)	(499.635)
Prejuízo básico por lote de mil ações (R\$)	21	(0,000323)	(0,001168)	-	-
Prejuízo diluído por lote de mil ações (R\$)	21	(0,000323)	(0,001168)	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	18	-	-	2.333.463	1.602.775
Receita de construção	18	-	-	54.715	32.024
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(1.613.410)	(1.255.344)
Custo de construção	19	-	-	(54.715)	(32.024)
Lucro bruto				720.053	347.431
Recargas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	19	(377)	(163)	(131.108)	(69.235)
Equivalência patrimonial	14	(70.336)	(499.736)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	8	292	654.676	702.795
Resultado operacional				(70.705)	(499.607)
Recargas (despesas) financeiras					
Recargas financeiras	20	31	15	253.530	91.401
Despesas financeiras	20	(27)	(20)	(1.702.342)	(2.229.923)
Total	4	(5)	(1.448.812)	(2.138.522)	
Prejuízo do exercício de operações antes dos impostos				(70.701)	(499.612)
Imposto de renda e contribuição social	7d	-	(23)	66.911	117.757
Corrente	-	-	(23)	66.911	117.757
Diferido	-	-	-	72.560	177.757
Prejuízo do exercício				(70.701)	(499.635)
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(67.579)	(480.139)
Atribuído aos acionistas controladores	(70.701)	(499.635)	(138.280)	(979.774)	(499.635)
Prejuízo básico por lote de mil ações (R\$)	21	(0,000323)	(0,001168)	-	-
Prejuízo diluído por lote de mil ações (R\$)	21	(0,000323)	(0,001168)	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas	-	-	-	4.060.622	3.157.186
Receita operacional	-	-	-	3.286.549	2.257.356
Receita de construção	18	-	-	54.715	32.024
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(3.463)	54.482
Outras receitas	5.a	-	-	722.821	813.324
Insumos adquiridos de terceiros	(366)	(159)	(1.222.366)	(901.606)	
Custo das mercadorias e serviços vendidos	19	-	-	(1.029.220)	(729.676)
Custo de construção	-	-	-	(54.498)	(32.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(366)	(159)	(1.384.649)	(1.339.906)	
Valor adicionado bruto	(366)	(159)	2.838.589	2.255.580	
Relações					
Depreciação e amortização	-	-	-	(1.004.937)	(806.767)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(366)	(159)	1.833.319	1.448.813	
Valor adicionado recebido em transferência	(70.306)	(499.736)	253.530	91.401	
Resultado de equivalência patrimonial	(70.337)	(499.736)	-	-	
Recargas financeiras	20	31	15	253.530	91.401
Total do valor adicionado a distribuir	(70.672)	(499.895)	2.086.849	1.540.214	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos	-	-	-	99.158	93.357
Remuneração direta	-	-	-	67.891	64.415
Benefícios	-	-	-	26.640	24.224
FGTS	-	-	-	4.627	4.718
Impostos, taxas e contribuições	4	28	435.476	200.603	
Federais	4	28	322.473	119.069	
Municipais	-	-	113.003	81.534	
Remuneração capital de terceiros	25	(288)	1.690.495	2.226.028	
Juros	3	(17)	288.064	305.739	
Atualização outorga	20	-	1.382.869	1.857.137	
Outros	22	(271)	19.562	63.152	
Remuneração de capital próprio	(70.701)	(499.635)	(138.280)	(979.774)	
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(67.579)	(480.139)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(70.701)	(499.635)	(138.280)	(979.635)	

Reapresentação vide nota 2.24.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Informações gerais

O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("Companhia" ou "GRUPAR"), cuja sede está localizada na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, 3º andar - sala 307, foi constituída sob a forma de "sociedade anônima".

A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objetivo (i) exercer o controle de sociedade da Companhia do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia" ou "GRU Airport") de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Guarulhos e do respectivo complexo aeroportuário; (ii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; e (iii) participar em outras sociedades com atividades relacionadas ao objeto social, como acionista ou sócia-quotista.

A GRUPAR é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém 80% do capital da Companhia, sendo os outros 20% da Airports Company South Africa Soc Limited ("ACSA").

A Companhia do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia" ou "GRU Airport") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída por seus acionistas GRUPAR, com 51% das ações ordinárias, uma controladora do grupo INVEPAR, e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B" e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Guarulhos.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.3. Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a GRUPAR e sua controladora GRU Airport, na qual a participação de GRUPAR é apresentada como segue:

% de participação da GRUPAR	
	Votante
31/12/2022	51%
31/12/2021	51%

GRU Airport

Controlada

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a uma conta variável decorrente de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A controladora é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia perde o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre GRUPAR e sua controladora são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

A consolidação é feita a partir da data de aquisição da investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre controladora e controlada; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados da empresa consolidada.

O período da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme na controladora e controlada.

2.4. Reconhecimento de receita

Uma receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contabilidade à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços.

(a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Quando a efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, Companhia pode explorar outras atividades econômicas como cessão de espaços, estacionamento, publicidade e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.561.610/0001-31

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.20. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os instrumentos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Valor justo por meio dos resultados (VJR): quando os instrumentos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentada da Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.21. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.22. Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam sujeitas a seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das Companhias porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos à Companhia no término do Contrato de Concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Companhia dentro do prazo do Contrato de Concessão.

A moeda funcional da Concessionária é o real (R\$).

2.23. Normas de interpretação e alterações adotadas

Durante o exercício de 2022, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das normas descritas abaixo. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir do ano de 2023, tendo sido avaliados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia.

Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) - 1º de Janeiro 2023;

Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2 - 1º de Janeiro 2023;

Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) - 1º de Janeiro 2023;

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) 1º de Janeiro 2023;

Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture - alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) 1º de Janeiro 2023.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas).

2.24. Representação das cifras comparativas - DVA

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações contábeis e atendimento às normas do Pronunciamento Técnico CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a Companhia está representando as cifras comparativas de 31 de dezembro de 2021 da DVA em decorrência das seguintes reclassificações:

Table with columns: Nota, Consolidado 2022, DVA 2021, 2021. Rows include Receitas, Receita operacional, Receita de construção, Reversões/(Perdas) estimada em créditos de liquidação duvidosa, Outras receitas, Insumos adquiridos de terceiros, Custo das mercadorias e serviços vendidos, Custo de construção, Materiais, energia, serviços, de terceiros e outros, Valor adicionado bruto, Retenções, Depreciação e amortização, Valor adicionado líquido produzido pela entidade, Valor adicionado recebido em transferência.

Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa

Table with columns: Total, vencido e sem perda por redução de valor, < 30 dias, 31 a 60 dias, 61 a 90 dias, 91 a 120 dias, 121 a 150 dias, 151 a 180 dias, > 180 dias. Rows for 31 de dezembro de 2022 and 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são de R\$ 85.964 (R\$ 82.501 em 31 de dezembro de 2021).

Movimentação nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:

Table with columns: Consolidado 2022, 2021. Rows for Saldo no início do período, Adições/Reversões, Baixa, Saldo no fim do período.

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir das premissas de projeções de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas.

Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido à deterioração da situação financeira dos clientes, dados históricos dos recebíveis, a Administração mensurou como perda incorrida o valor integralmente provisionado para o ano corrente de 2022, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

7. Impostos, taxas e contribuições

(a) Impostos a recuperar

Table with columns: Consolidado 2022, 2021. Rows for PIS e COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL, Total circulante, IRPJ e CSLL, PIS e COFINS, Total não circulante, Total tributos a recuperar.

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCP 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

O montante de IRRF apresentado, refere-se a rendimentos de aplicação financeira após a compensação de R\$ 9.364 de IRPJ apurado sobre lucro tributável em 2022.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Consolidado)

A Companhia, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2022 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre os prejuízos fiscais, bases de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de projeções.

A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Table with columns: Consolidado 2022, 2021. Rows for Natureza, Ativo diferido, Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis, Total do ativo fiscal diferido.

O Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração do resultado abrangente, Demonstração das mutações do patrimônio líquido e Demonstração dos fluxos do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram impactados pelas reclassificações acima referidas.

3. Contrato de concessão

a) Objeto
O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Prazo de vigência
O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema
Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, a partir da assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000,00 em parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os aditamentos ao contrato de concessão em 2017 e 2020 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão
A concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como, edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, peças de reposição e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres
Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos
Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no Contrato de Concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no Contrato de Concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária
Recargas tarifárias
São constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Recargas não tarifárias
São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transfêrencia da concessão e do controle societário
A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário
Disposições gerais
A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Table with columns: Controladora, Consolidado 2022, 2021. Rows for Caixa e bancos, Aplicações financeiras, Total de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras são representadas por produtos diversificados que incluem CDB de curto prazo e fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais do Tesouro Nacional com remuneração média de 104,3% do CDI (101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021), investimentos de curto prazo e de alta liquidez.

5. Aplicações financeiras vinculadas

Table with columns: Consolidado 2022, 2021. Rows for Circulante, Não circulante, Total não circulante, Total de aplicação financeira.

A empresa possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os saldos das contas reservas outorga, permanecem aplicados, até a conclusão sobre o pedido de repactuação realizado pela Concessionária no ano anterior (vide Nota explicativa nº12).

Os fundos são remunerados pela taxa média de 100,1% do CDI (102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021) sem prazo de carência, com baixo risco que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

6. Contas a receber

Table with columns: Consolidado 2022, 2021. Rows for Ativo circulante, Aeronaves e passageiros, Armazenagem e capatazia, Receitas decorrentes, Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, Total ativo circulante, Ativo não circulante, Cessão de espaço, Total ativo não circulante, Total contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

Table with columns: Consolidado 2022, 2021. Rows for Natureza, Passivo diferido, Amortização do direito de concessão e margem de construção (*), AVP - Amortização de outorga e reequilíbrio, Outros diferidos passivos, Total do passivo fiscal diferido, Impostos diferidos - Ativo.

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituem sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Companhia não constitui IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$ 1.393.835 (R\$ 1.391.959 saldo em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais nos seguintes exercícios:

Table with columns: Consolidado 2022, 2021. Rows for Projeções de resultados tributáveis, 2024, 2025, 2026, 2027 em diante, Total dos ativos fiscais diferidos, Total dos passivos fiscais diferidos, Total dos impostos diferidos.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

(c) Imposto de renda e contribuição social no resultado (Consolidado)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Table with columns: Consolidado 2022, 2021. Rows for Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes, Adições/Exclusões permanentes, Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Total dos impostos no resultado, Imposto de renda e contribuição social corrente, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Total dos impostos no resultado, Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social.

Durante o exercício de 2022 a Concessionária gerou um montante de R\$ 1.876 relacionados a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, os quais não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras por não estarem suportados pelas projeções de resultado elaboradas pela Administração da Companhia.

O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2022 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.393.835 (R\$ 1.391.959 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Tributos a recolher

Table with columns: Consolidado 2022, 2021. Rows for PIS e COFINS, ISS, IRPJ e CSLL, INSS sobre terceiros, IRRF e CSRF.

8. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradoras, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos

Table with columns: Consolidado 2022. Rows for Parte relacionada, Transação, Relação, Circulante, Ativo Não circulante, Passivo Não circulante, Resultado Receita/Despesa.

(a) Sumário das transações entre partes relacionadas
(a) A Companhia e a Infraero possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação.
(ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Companhia.
Em março de 2022, a Concessionária efetuou a compra de equipamentos de informática usados da empresa INVEPAR no valor de R\$ 277.

(b) Remuneração da Administração
A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o exercício da Companhia e sua controlada foi a seguinte:

Table with columns: Consolidado 2022, 2021. Rows for Composição, Diretores, Encargos, Outros benefícios, Total.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado. A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022 para o exercício de 2022, é de R\$ 10.478.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da Administração totalizava R\$ 2.825 (R\$ 3.401 em 31 de dezembro de 2021).

9. Intangível (Consolidado)

Table with columns: Taxas anuais de amortização %, 2021, Adições, Baixas, Transferências, 2022. Rows for Custo, Software, Outorga fixa - concessão GRU, Investimento para concessão, Em andamento.

Amortização
Software 20 (22.243) (1.053) - - (23.296)
Outorga fixa - concessão GRU (a) (5.107.739) (745.300) - - (5.853.039)
Investimento para concessão (a) (1.544.262) (259.205) 610 - (1.803.857)
(6.874.244) (1.004.558) 610 - (7.878.192)
12.749.399 (609.604) (1.149) - 12.138.646

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Table with columns: Taxas anuais de amortização %, 2020, Adições, Baixas, Transferências, 2021. Rows for Custo, Software, Outorga fixa - concessão GRU, Investimento para concessão, Em andamento.

Amortização
Software 20 (2.090) (1.153) - - (3.243)
Outorga fixa - concessão GRU (a) (4.554.215) (553.324) - - (5.107.539)
Investimento para concessão (a) (1.292.839) (25.149) 26 - (1.318.162)
(5.868.144) (806.126) 26 - (6.674.244)
13.334.361 (584.913) (49) - 12.749.399

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX). Segundo orientações contidas no OCP 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota explicativa nº 12.

As adições no exercício referem-se ao projeto APM que se refere a elaboração de projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato Automated People Mover, entre a estação Aeroporto, linha 13 - Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, e capitalização da atualização monetária da outorga fixa de R\$ 136.062 e R\$ 4.295 referente a juros sobre empréstimos e financiamentos.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável ("Impairment")
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para o período até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização em suas quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhoraram a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2023 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do Contrato de Concessão).

10. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

(a) Composição da dívida

Table with columns: Pagamento, Provisão, Juros, 2021. Rows for Credor, Tipo / Credor, Vencimento, Indexador, Encargos, 2021, Principal, Juros, Juros capitalizados, 2022.

BNDES Fimem Repasse Direto Dez/27 TULP 2,88% 1.646.982 (219.447) (131.596) 142.426 - 1.438.365
BNDES Fimem Repasse Direto Dez/27 TULP 0,00% 2.778 (397) (151) 168 - 2.398
BNDES (a) Fimem Repasse Indireto Dez/27 TULP 3,40% 7.119,35 (93.604) (60.136) 60.261 4.295 622.751
Daycoval Arrendamentos Ago/25 CDI 7,71% 2.864 (2.041) (557) 1.407 - 6.873

Total dívida Parcela do circulante 322.347 352.531
Parcela do não circulante 2.047.212 1.717.656

Table with columns: Pagamento, Provisão, Juros, 2021. Rows for Credor, Tipo / Credor, Vencimento, Indexador, Encargos, 2020, Principal, Juros, Juros capitalizados, 2021.

BNDES Fimem Repasse Direto Dez/27 TULP 2,88% 1.856.612 (209.492) (129.572) 129.434 - 1.646.982
BNDES Fimem Repasse Direto Dez/27 TULP 0,00% 3.167 (390) (138) 139 - 2.778
BNDES (a) Fimem Repasse Indireto Dez/27 TULP 3,40% 800.936 (88.928) (59.612) 58.767 772 711.935
Daycoval Arrendamentos Ago/25 CDI 7,71% 9.257 (1.751) (640) 998 784 7.864

Total dívida Parcela do circulante 297.842 322.347
Parcela do não circulante 2.372.130 2.047.212

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal
Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante capitalizado foi de R\$ 4.295 (R\$ 772 em 31 de dezembro de 2021).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

Table with columns: 2024, 2025, 2026 em diante. Rows for 2024, 2025, 2026 em diante.

Financiamento de longo prazo - Fimem Repasse Direto
Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 435.000, (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 487.000, e (iv) "subcrédito C" no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Fimem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 643.000; (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 187.000; e (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debêntures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as seguintes cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avanças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avanças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAP) o contrato de penhor de ações e outras avanças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
A Companhia possui o contrato de suporte de acionistas e outras avanças (ESA - Equity Support Agreement) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Companhia

continuação

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.561.610/0001-31

12. Concessão de serviço público (Consolidado)								
	2021	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamentos	2022
Outorga variável	183.077	266.343	-	-	-	-	(183.077)	266.343
Outorga fixa	1.983.354	-	196.338	19.318	1.430.411	(314.011)	(1.247.483)	2.067.927
(-) Reequilíbrio	38.433	(351.570)	(17.557)	-	-	-	-	(16.883)
Circulante	2.044.864	(85.227)	178.781	19.318	1.430.411	(314.011)	(1.430.560)	2.317.587
Outorga fixa	12.624.248	-	1.186.531	116.744	1.430.411	-	-	12.497.112
(-) Reequilíbrio	(1.02.452)	-	7.946	-	-	-	-	(94.506)
Não Circulante	12.521.796	-	1.194.477	116.744	(1.430.411)	-	-	12.402.606
Total	14.726.660	(85.227)	1.373.258	136.062	-	(1.430.560)	-	14.726.660

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.
(b) Compensação de Outorga Fixa conforme Ofício 158/2022 ANAC.

	2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamentos	2021
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	(156.002)	-	183.077
Outorga fixa	1.293.640	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	-	1.983.354
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.079.651	-	38.433
Circulante	1.207.381	(580.709)	216.983	26.715	1.334.494	(923.649)	-	2.204.864
Outorga fixa	12.183.712	-	1.604.984	170.046	1.334.494	-	-	12.624.248
(-) Reequilíbrio	(94.560)	(9.504)	1.612	-	-	-	-	(102.452)
Não Circulante	12.089.152	(9.504)	1.606.596	170.046	(1.334.494)	-	-	12.521.796
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	196.761	-	-	-	14.726.660

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.
(b) Compensação de Outorga Fixa conforme Decisão nº 191, nº 138 e nº 215 da ANAC.

Outorga Fixa
Pela assinatura do contrato de concessão, a Companhia se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a Orientação Técnica OCCP 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Essas parcelas ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são requisitados pelo IPCA/IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19 (vide Nota explicativa nº 1.1), houve a adesão à postergação do pagamento da Outorga Fixa e Variável da Companhia do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2022, conforme o art. 2º da Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Reputação da Outorga Fixa
Reputação - Termo aditivo nº 006/2020

Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, onde prevê nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 10 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia da COVID-19. Mediante esta alteração, a Companhia em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao Contrato de Concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2020, 2020 e 2021, e
- Postergação dos pagamentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Plêto de reputação

Em 07 de dezembro de 2021, a Companhia protocolou um novo pedido de reputação da Outorga Fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme Portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Companhia impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar. (vide Nota Explicativa nº 27)

Em 06 de julho de 2022, a ANAC protocolou apelação em face da referida sentença e apresentou pedido de efeito suspensivo à Apelação, ainda não apreciado até a presente data de publicação deste relatório.

Em 15 de dezembro de 2022, a ANAC publicou o Ofício nº 158/2022/GERE/SRA, informando que o valor da contribuição fixa referente a 2021, encontra-se parcialmente quitada e suspensa a exigibilidade do pagamento remanescente, por meio de decisão judicial sujeita à revisão futura.

Outorga Variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Em 11 de maio de 2022, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 183.077, referente a parcela de 2021.

Reequilíbrio econômico-financeiro - Cargas Importadas em trânsito
(Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016)

Em 30 de outubro de 2014, a Companhia protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicado ao INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou a Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicado conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revisados quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre o pagamento da contribuição fixa anual e a parcela de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão nº 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico-financeiro - Novas exigências para alandamento, (Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020)

Em 07 de março de 2019, a Companhia interps o pedido de revisão extraordinária do Contrato de Concessão relativo ao evento "Novas exigências para alandamento". A Companhia sustentou que em razão de alteração da regulamentação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), materializada pela Portaria nº 1001, de 06 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâners) nas áreas de alandamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.875
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	924
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	589
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico-financeiro - COVID-19

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão. (Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020)

O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante. Deste reequilíbrio, a Companhia compenso a parcela da Outorga Fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Companhia compenso o montante de R\$ 156.002 referente a Outorga Variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 89.079 foi deduzido da parcela da Outorga Fixa paga em 18 de dezembro de 2021.

A Diretoria

	2022	2021
Contribuição Mensal (a)	120.106	62.939
Repassa PAN/PAT (b)	84	687
Repassa ao Tesouro Nacional (c)	3	97
Total	120.193	63.723

Em 25 de agosto de 2021, conforme Decisão nº 404, o qual aprovou a revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio concedido decorrente dos impactos da pandemia da COVID-19 para o ano de 2020, dos meses de outubro a dezembro de 2020, devido as projeções utilizadas. Em decorrência dessa atualização o montante de desequilíbrio devido à Companhia passou a corresponder R\$ 832.281, portanto uma redução correspondente a R\$ 22.633. (Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021)

O valor do desequilíbrio verificado em 2021, corresponde ao montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. Em 30 de maio de 2022 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional FOS COVID-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2021 o montante de R\$ 750.866. Deste reequilíbrio, a Concessionária compenso a parcela da Outorga Fixa a pagar de 2021 com vencimento em 18 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 799.675. O saldo remanescente a recolher de R\$ 48.809 foi atualizado pelo IPCA e acessado a parcela da Outorga Fixa de 2022.

(Decisão nº 563 da ANAC de 04 de novembro de 2022)
O valor do desequilíbrio verificado em 2022, corresponde ao montante de R\$ 304.218, a valores de 18 de dezembro de 2022, concedido com base em valores realizados dos meses janeiro a setembro de 2022 e projetados dos meses de outubro a dezembro de 2022. Deste reequilíbrio, a Concessionária compenso a parcela da Outorga Fixa a pagar de 2022 com vencimento em 18 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 304.218 que será revisado no decorrer do ano de 2023 pela ANAC.

Desequilíbrio econômico-financeiro - Automated People Mover
(Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022)
Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Minfra, para (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 - Jd. da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal. (vide Nota explicativa nº 16)
O projeto denominado APM - *Automated People Mover* terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971. (Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 16 de dezembro de 2022)
Em 16 de dezembro de 2022 passou a vigorar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com vistas a: (i) destinar o valor residual do reequilíbrio econômico-financeiro relativo à elaboração do projeto e construção do APM após a extinção da contribuição mensal trazida pela Lei 14.368 de 14 de Junho de 2022, o montante de R\$ 49.273 compensado com a contribuição fixa de 2022 e (ii) incluir no montante a ser reequilibrado após o início da operação do APM, o valor de R\$ 124,42 mil, atualizado pelo IPCA, a valores de dezembro de 2020, para ser compensado da contribuição fixa.

13. Provisão para riscos (Consolidado)
A Companhia é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, civis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	2022	2021			
Natureza do risco	Constituição	Reversões	Atualização	2021	
Trabalhistas (a)	30.220	4.582	(8.931)	2.615	28.486
Cíveis (b)	6.330	709	(448)	1.271	7.862
Tributários (c)	54	7	(25)	2	38
Administrativos (c)	1.278	2.327	(614)	221	3.212
Total	37.882	7.625	(10.018)	4.109	39.598

	2022	2021			
Natureza do risco	Constituição	Reversões	Atualização	2021	
Trabalhistas (a)	25.775	11.910	(8.556)	1.191	30.320
Cíveis (d)	6.919	6.894	(6.272)	273	6.330
Tributários (b)	165	10	(124)	3	54
Administrativos (c)	310	1.597	(627)	(2)	1.278
Total	29.869	20.411	(13.863)	1.465	37.882

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	2022	2021
Natureza do risco	2022	2021
Tributários (a)	659.511	605.641
Cíveis (b)	186.389	169.764
Administrativo (c)	6.444	40.965
Trabalhistas (d)	852	1.570
Total	853.396	817.910

(a) Riscos tributários
Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2022, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, mas sem decisão administrativa. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

(b) Riscos civis
Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Companhia, ou processos promovidos porcessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

(c) Riscos administrativos
Autuções oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Companhia figura no polo passivo.

(d) Riscos trabalhistas
A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente do projeto APM (vide Nota explicativa nº 13). Os processos representam 68,7% do total das contingências.

Depósitos recursais e judiciais
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 28.539 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 27.183 em 31 de dezembro de 2021).

14. Provisão para perda de investimento

	2021	2022		
Investida	Provisão	Equiva-	Provisão	
GRU Airport Controlada	1.477.544	51%	70.336	1.547.880
	1.477.544		70.336	1.547.880
	2020	2021	2021	
	1.477.544	1.477.544	1.477.544	
	1.477.544	1.477.544	1.477.544	

O Investimento em GRU Airport, passou a ser uma provisão de plano, mensalmente a Companhia vem informando a INVEPAR sobre seu plano de negócio com a finalidade de recuperação de suas receitas e redução de custo para que esse cenário tenha uma melhora no decorrer de períodos futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, GRU Airport apresentou prejuízo no montante de R\$ 137.916 (R\$ 979.875 no período findo em 31 de dezembro de 2021), em 31 de dezembro de 2022, apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.593.137 (R\$ 1.709.681 em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante R\$ 3.035.065 (R\$ 2.897.149 em 31 de dezembro de 2021).

	2021	Adição	pré-Transfe- rências	2022
Cessão de espaço	11.256	500	(38.941)	68.210
Reequilíbrio(*)	14.157	413.650	(427.625)	14.119
Circulante	25.413	414.150	(466.566)	82.329
Cessão de espaço	67.191	315.411	-	(68.210)
Reequilíbrio	85.426	-	2.034	(14.119)



Genial Institucional Corretora de Câmbios Títulos e Valores Mobiliários S.A. CNPJ nº 05.816.451/0001-15

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Os Diretores e Acionistas da Genial Institucional Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Genial Institucional Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data...

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes...

NU PAGAMENTOS S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO CNPJ nº 18.236.120/0001-58

PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FORMA RESUMIDA Com a evolução tecnológica e consequente migração dos conteúdos impressos para a forma digital, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitiu o Parecer de Orientação nº 39, de 20 de dezembro de 2021, que define os requisitos de publicação a serem observados nas Demonstrações Financeiras Resumidas...

https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/ https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/cd/sfn

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Nu Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia" ou "Nu Pagamentos") apresenta as suas Demonstrações Contábeis individuais relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN")...

milhões em 31 de dezembro de 2021 para 71 milhões em 31 de dezembro de 2022. O crescimento de 103% das despesas se deve substancialmente ao aumento das "Despesas de juros com depósitos remunerados" em 360%, e das "Despesas de juros com recebíveis cedidos" em 368% em comparação com o exercício anterior...

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Milhares de Reais) Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021, listing assets and liabilities.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais) Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021, showing income and expenses.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais) Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021, showing cash flows.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais) Table showing changes in equity components.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais) Table showing consolidated results.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais) Table showing consolidated cash flows.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais) Detailed notes on accounting policies and results.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais) Table showing consolidated results.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais) Table showing consolidated cash flows.

O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 14 de fevereiro de 2023, sem modificações

NU PAGAMENTOS S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO | CNPJ nº 18.236.120/0001-58

Advertisement for Diário Comercial with headline 'O melhor custo-benefício do mercado está no Diário Comercial. Faça uma cotação e comprove.' and contact information.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 267A-165B-8974-AFCO.

SAÚDE

Estado de São Paulo registra queda no número de casos de dengue em 2023

O estado registrou de janeiro até o último dia 16 de março, 35,6 mil casos e 25 óbitos ocasionados por dengue

O estado de São Paulo registrou de janeiro até o último dia 16 de março, 35,6 mil casos de dengue e 25 óbitos ocasionados pela doença, segundo balanço da Secretaria de Estado da Saúde (SES). No mesmo período de 2022, foram confirmados 41 mil casos e 39 óbitos. O período de maior transmissão da dengue começa no final da primavera e se estende até o início do outono, quando as condições climáticas são mais favoráveis à proliferação do vetor.

Segundo as informações da SES, a pasta realiza permanentemente ações de combate ao mosquito transmissor da dengue com apoio aos municípios, que são responsáveis pelo trabalho de campo para a prevenção à doença. O alerta é para o controle e eliminação do criadouro do mosquito Aedes aegypti, porque com o clima mais quente a proliferação é mais fácil.

“Nossa maior preocupação é o Noroeste do estado, onde o clima é mais quente, a região metropolitana de São Paulo e a capital paulista. Es- ses locais são os chamados hot spots para os quais sempre mantemos o alerta. Com essa temperatura mais alta, intensidade de chuva e a completa adaptação do mosquito, temos o pacote perfeito para que o mosquito se prolifere se não tivermos controle sobre os criadouros”, explicou a diretora da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD) da SES, Regiane de Paula.

De acordo com diretor da SES, o número menor de casos e óbitos em re- lação ao ano passado se deve sazonalidade da doença. No inverno, a tendência é de diminuição de casos, mas além de haver meses do ano em que é possível observar uma alta na taxa de transmissão, há outros períodos em que ocorrem ciclos epidêmicos e interepidêmicos de um ano para outro.

“Em 2016 tivemos uma epidemia no estado. Aí temos que saber qual vírus está circulando, se é o 1 ou 2. Há uma série de fatores que podem levar a isso. Temos a notificação e a questão do limite de município. Há cidades que fazem fronteira com outras que têm alta incidência, mas estão silenciosas. Para esses pedimos atenção especial para notificação e para os sintomas”, disse Paula.

A orientação é para que ao perceber febre abrupta, náusea, dor no cor- po, dor atrás dos olhos, a pessoa procure atendimento médico e faça o exame para se certificar. De Paula falou que os casos atuais têm sido mais leves, mas é extremamente importante que a população esteja alerta a qualquer sinal. “Se tiver qualquer sintoma, deve-se começar a hi- dratação e procurar unidade de saúde. Temos pico de sazonalidade, mas não podemos esquecer da dengue o ano inteiro. Importante também que as pessoas tirem um dia da semana para cuidar do entorno do jardim, da calha da casa, eliminar os criadouros. Isso faz toda diferença”, lembrou a diretora.

Sobre o cenário atual, de Paula reforçou que apesar do número mais baixo de casos em relação ao ano passado, a dengue nunca oferece um cenário muito tranquilo. “Nós trabalhamos para que todos façamos o controle e evitando um caso que seja, já estamos obtendo êxito. O cenário está menos intenso, mas sempre preocupa, porque de um momento para o outro pode haver aumento. O que queremos e que esses casos não aconteçam”.

Sobre a vacina contra a dengue, ela afirmou que o imunizante passou pela Análise da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que é um dos critérios para que o governo passe a comprar e distribuir a vacina, mas ainda não há nenhuma sinalização sobre a compra.

Walter de Paula, diretor de Saúde Pública do Estado de São Paulo, afirmou que o controle da dengue é uma tarefa complexa, mas que o Estado de São Paulo tem se destacado por sua capacidade de resposta rápida e eficiente. “A dengue é uma doença que pode ser evitada com medidas simples, como a eliminação dos criadouros do mosquito. É importante que a população esteja alerta e tome as medidas necessárias para evitar a doença”, afirmou.

Segundo o balanço da Secretaria de Estado da Saúde, o número de casos de dengue em 2023 já apresenta uma queda em relação ao mesmo período de 2022. No entanto, a vigilância epidemiológica continua sendo prioritária para o Estado de São Paulo, especialmente em regiões com maior incidência de casos.

Segundo o balanço da Secretaria de Estado da Saúde, o número de casos de dengue em 2023 já apresenta uma queda em relação ao mesmo período de 2022. No entanto, a vigilância epidemiológica continua sendo prioritária para o Estado de São Paulo, especialmente em regiões com maior incidência de casos.

Segundo o balanço da Secretaria de Estado da Saúde, o número de casos de dengue em 2023 já apresenta uma queda em relação ao mesmo período de 2022. No entanto, a vigilância epidemiológica continua sendo prioritária para o Estado de São Paulo, especialmente em regiões com maior incidência de casos.

NU DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ nº 39.544.456/0001-58

PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FORMA RESUMIDA

Com a evolução tecnológica e consequente migração dos conteúdos impressos para a forma digital, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitiu o Parecer de Orientação nº 39, de 20 de dezembro de 2021, que define os requisitos de publicação a serem observados nas Demonstrações Financeiras Resumidas, de acordo com as alterações no artigo nº 289, I e II, da Lei nº 6.404/76, introduzidas pela Lei nº 13.818/2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Com isto, a Companhia optou por divulgar a versão impressa de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de forma resumida, com as seguintes observações: **a)** As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável; **b)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

<https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>
<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cdfs/>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Nu Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Companhia” ou “Nu DTVM”) apresenta as suas demonstrações contábeis Individuais relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). **Perfil Corporativo.** A Nu DTVM foi constituída com o objetivo de distribuição e operações com títulos e valores mobiliários e foi autorizada a funcionar pelo BACEN na forma de Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em dezembro de 2020, de acordo com a publicação no Diário Oficial. A Companhia faz parte do Grupo Nu (“Grupo” ou “Nu”) no Brasil e que possui como controladora final a entidade Nu Holdings Ltd (“Nu Holdings”). **Destques**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em Milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativo			Passivo		
Caixa e equivalentes de caixa	38.981	10.842	Outras obrigações	70.737	2.783
Disponibilidades	4.982	836	Obrigações fiscais	18.559	315
Aplicações interfinanceiras de liquidez	33.999	9.006	Corrente	18.559	315
Instrumentos financeiros	123.158	–	Total do Passivo	89.296	3.098
Títulos e valores mobiliários	123.158	–	Patrimônio líquido	4.707.093	1.733.800
Outros créditos	68.009	7	Capital social	4.727.000	1.802.000
Ativos fiscais	91.131	17.126	Reservas de Capital	52.730	26.281
Corrente	3.242	288	Outros resultados abrangentes	(1.562)	(21)
Diferido	87.899	16.858	(-) Prejuízos acumulados	(131.075)	(94.460)
Investimentos em participações em controladas	4.444.548	1.696.088	Total do Passivo e Patrimônio líquido	4.796.389	1.736.898
Intangível	34.293	13.063			
Amortizações	(3.731)	(228)			
Total do Ativo	4.796.389	1.736.898			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2020	2.000	–	–	–	2.000
Aumento de capital	1.800.000	–	–	–	1.800.000
Outorgas de Plano de ações - controladas	–	26.281	–	–	26.281
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa - reflexo de controlada	–	–	(5)	–	(5)
Ajustes de avaliação patrimonial - marcação a mercado - reflexo de controlada	–	–	(16)	–	(16)
Resultado do exercício	–	–	–	(94.460)	(94.460)
Saldo em 31/12/2021	1.802.000	26.281	(21)	(94.460)	1.733.800
Mutações do período	1.800.000	26.281	(21)	(94.460)	1.731.800
Saldo em 31/12/2022	1.802.000	26.281	(21)	(94.460)	1.733.800

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	54.293	59.538
Resultado de títulos e valores mobiliários	54.209	59.399
Resultado com taxa de distribuição	84	139
Despesas da intermediação financeira	(503)	(515)
Despesa de juros e similares	(495)	(495)
Despesa com tarifas e similares	(8)	(20)
Resultado de intermediação financeira	53.790	59.023
Outras receitas/despesas operacionais	(24.915)	(148.439)
Despesas tributárias	(2.506)	(2.753)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(172)	(356)
Outras despesas administrativas	(3.399)	(5.408)
Resultado de participações em controladas	90.582	37.614
Amortização de ativo intangível na aquisição de investimentos	(109.404)	(177.568)
Outras receitas operacionais	10	58
Outras despesas operacionais	(26)	(26)
Resultado antes de tributos e participações	28.875	(89.416)
Tributos e participações	25.779	52.801
Provisão para imposto de renda	(10.971)	(11.118)
Provisão para contribuição social	(7.012)	(7.108)
Imposto diferido	43.762	71.027
Resultado líquido	54.654	(36.615)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
2º Semestre Exercício	Exercício	Exercício
Resultado líquido	54.654	(36.615)
Outros resultados abrangentes	–	–
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:	–	–
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(26)	(7)
Variação de valor justo	(43)	(11)
Imposto diferido	17	4
Outros resultados abrangentes - reflexo de controlada	(1.244)	(1.534)
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(243)	(318)
Variação de valor justo	(404)	(523)
Imposto diferido	161	205
Hedge de Fluxo de Caixa	(1.001)	(1.216)
Parcela eletiva das mudanças no valor justo	(1.668)	(2.028)
Imposto diferido	667	812
Total de outros resultados abrangentes	(1.270)	(1.541)
Resultado Abrangente líquido	53.384	(38.156)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

1. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

31/12/2022

Participação direta	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado líquido do exercício	Resultado abrangente do exercício	Valor contábil do investimento	Ágio	Total
No país	3.301.837	1.174.947	1.273.416	3.238.359	3.203.368	37.614	41.690	3.203.368	1.241.180	4.444.548	
Nu Participações (i)	100%	–	–	–	–	1.356	–	–	–	–	
Nu Invest (ii)	100%	3.195.194	1.174.217	1.272.141	3.127.847	3.097.270	32.916	31.388	3.097.270	1.070.903	4.168.173
Vérios (iii)	100%	106.643	730	1.275	110.512	106.098	10.302	106.098	170.277	276.375	
Total geral	3.301.837	1.174.947	1.273.416	3.238.359	3.203.368	37.614	41.690	3.203.368	1.241.180	4.444.548	

(i) Nu Participações S.A. (anteriormente denominada Easyinvest Participações S.A.); Sociedade anônima, subsidiária direta da Companhia, possuía como titular a participação societária em sociedades no Brasil ou no exterior. Em 17 de agosto de 2021, através de assembleia geral extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação social da companhia para Nu Participações S.A. A Nu Participações detinha 100% das ações nas empresas Nu Corretora de Seguros Ltda., Vérios Gestão de Recursos S.A. e Easyinvest Gestão de Recursos Ltda. Em 31 de maio de 2022, foi realizado o evento de incorporação da Nu Participações S.A pela Vérios Gestão de Recursos Ltda.

(ii) Nu Invest Corretora de Valores S.A. (anteriormente denominada Easyinvest – Título Corretora de Valores S.A.); Sociedade anônima, subsidiária direta da Companhia, possuía como atividades principais a corretagem, distribuição e custódia de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, assim como intermediar ofertas públicas e administrar carteiras e fundos de investimento. Em 17 de agosto de 2021, através de assembleia geral extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação social da companhia para Nu Invest Corretora de Valores S.A., homologada pelo BACEN em 16 de setembro de 2021. (iii) Vérios Gestão de Recursos S.A.; Sociedade Anônima, subsidiária direta da Companhia, possuía como atividades principais a administração e/ou gestão de fundos de investimentos e carteiras de ativos, inclusive títulos e valores mobiliários no Brasil, sendo vedada a gestão de recursos próprios e a prática de atividades privativas de instituições financeiras.

31/12/2021

Participação direta	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado líquido do exercício	Resultado abrangente do exercício	Valor contábil do investimento	Ágio	Total
No país	1.248.951	178.029	1.149.642	367.858	277.338	(71.257)	14	277.338	1.418.750	1.696.088	
Nu Participações Financeiras (i)	0%	–	–	–	–	(14.724)	–	–	–	–	
Nu Participações	100%	14	10.146	2.259	10.011	7901	–	7901	177.569	185.490	
Nu Invest	100%	1.248.937	167.883	1.147.383	357.847	269.437	(56.390)	14	269.437	1.241.161	1.510.598
Total geral	1.248.951	178.029	1.149.642	367.858	277.338	(71.257)	14	277.338	1.418.750	1.696.088	

(i) Nu Participações Financeiras S.A. (anteriormente denominada Easyinvest Holding Financeira S.A.); Sociedade anônima, subsidiária direta da Companhia, possuía como atividades principais a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Em 17 de agosto de 2021, através de assembleia geral extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação social da companhia para Nu Participações Financeiras S.A.; e em 31 de dezembro de 2021, a Nu Participações Financeiras S.A foi incorporada pela Nu Invest Corretora de Valores S.A., desta forma, o saldo de seu investimento é ágio foi transferido para o investimento da Nu Invest.

O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 08 de março de 2023, sem modificações

NU DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. | CNPJ nº 39.544.456/0001-58

EXPOMEAT 2023

Evento na capital paulista movimentou setor frigorífico da América Latina

Feira Internacional da Indústria de Processamento de Proteína Animal e Vegetal é considerada um ótimo ponto de encontro de negócios para este setor. Evento ocorre de 28 a 30 de março no Pavilhão Anhembi

Desde 2004, o Brasil vem garantindo sua liderança na exportação mundial de carne de frango e detém, hoje, 35% desse mercado, segundo dados do Governo Federal. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) afirmou que o país vem mantendo o título de maior exportador de carne bovina do planeta por 20 anos. A alta demanda pelo produto brasileiro no mercado global pode ser atribuída aos cuidados sanitários e sustentáveis empregados pelos produtores, que se dedicam a entregar produtos de qualidade, conforme salienta a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Neste sentido, para garantir que os lares brasileiros e mun-

diais recebam a carne no estado de conservação ideal para consumo, é necessário investir na qualidade de funcionamento dos frigoríficos. Por isso, as feiras neste ramo estão demandadas, como a Expomeat – Feira Internacional da Indústria de Processamento de Proteína Animal e Vegetal –, que já está na 4ª edição e se consagrou como um excelente ponto de encontro de negócios para a indústria de conservação, refrigeração e congelamento no Brasil e na América Latina.

O evento ocorrerá de 28 a 30 de março, no Pavilhão de Exposições Anhembi, em São Paulo/SP. Mais de 8 mil pessoas já confirmaram participação. Nos estandes, 200 marcas apresentarão as maiores novidades do setor. Entre elas, destaque

Mais de 8 mil pessoas já confirmaram participação no evento que terá estandes com 200 marcas expositoras

para os artigos da SKG, autoridade em materiais de corte para frigoríficos. Localizada em Valinhos, no interior de São Paulo, a nova fábrica da empresa, produtora de lâminas de serra fita, foi desenvolvida em parceria com a Munkfors, empresa sueca que figura entre as líderes mundiais no segmento.

Wagner Huber, gerente de operações da marca, explica

que, além das lâminas de serra fita, também serão exibidos: tesouras, ganchos, afiadores de facas, luvas anticorte, facas e rebolos para afiação; todos com controle de qualidade, essencial para que a empresa atenda o consumidor com produtos seguros para o consumo e que não causem danos à saúde.

Entre as inovações apresentadas pela SKG estão a máquina

de afiação de facas, uma proposta desenvolvida com parceiros da Datec, empresa com expertise em projetos de automação; e as linhas de facas com cabo na cor laranja, para facilitar a identificação por sistemas de visão internos nas plantas, minimizando o risco de corpo estranho (cabo de faca, por exemplo) junto com a carne.

“Todo o nosso portfólio leva em conta a gestão de ergonomia em frigoríficos, fundamental para mapear as situações e os riscos. A linha de lâminas de serra fita pode ser aplicada, também, em máquinas automatizadas, e os equipamentos de afiação podem ser automatizados, em projetos específicos com a Datec, por exemplo, mediante as necessidades do cliente”, sublinha Huber.

A SKG também oferece apoio técnico e treinamento em todas as áreas de utilização de seus produtos, bem como auxílio na indicação da lâmina de serra que entregará a melhor solução de acordo com o produto a ser cortado.

A SKG iniciou sua história no fim dos anos 1990, na região Sul. Em 2015, a marca assumiu sua atual identidade: o nome SKG vem do alemão “Schmitt Knall Gespan” ou, traduzindo, “Time de Especialistas em Corte”. Em 2019, a SKG inaugurou nova fábrica, em Valinhos/SP, dando início à produção de lâminas de serra fita em parceria com a empresa sueca Munkfors, uma das maiores do mundo no ramo. A marca é também distribuidora da Tramontina.

NU FINANCEIRA S.A. – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ nº 30.680.829/0001-43

PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FORMA RESUMIDA

Com a evolução tecnológica e consequente migração dos conteúdos impressos para a forma digital, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitiu o Parecer de Orientação nº 39, de 20 de dezembro de 2021, que define os requisitos de publicação a serem observados nas Demonstrações Financeiras Resumidas, de acordo com as alterações no artº 289, I e II, da Lei nº 6.404/76, introduzidas pela Lei nº 13.818/2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Com isto, a Companhia optou por divulgar a versão impressa de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de forma resumida, com as seguintes observações:

a) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável; b) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

<https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>
<https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/cdfsfn>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia" ou "Nu Financeira") apresenta as suas Demonstrações Contábeis Individuais relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). **Perfil Corporativo:** A Nu Financeira foi constituída e autorizada a funcionar pelo BACEN na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 2018. A Companhia faz parte do Grupo Nu ("Grupo" ou "Nu") e tem como controladora direta a Nu Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento ("Nu Pagamentos"). A Companhia foi constituída com o objetivo de distribuir novos produtos para os clientes do Nu. Lançado em fevereiro de 2019, o empréstimo pessoal oferece aos clientes um processo de contratação de empréstimo totalmente customizável em termos de valores e prazos, de forma 100% digital através do aplicativo Nu. As informações do contrato são apresentadas de forma clara e transparente com a divulgação dos juros e encargos envolvidos na contratação; além disso, os recursos da operação são disponibilizados 24 horas por dia através da Conta do Nubank, que é uma conta 100% digital, sem cobrança de tarifas de manutenção e com remuneração de 100% do CDI. O cliente consegue realizar o gerenciamento dos pagamentos de

maneira fácil e prática dentro do próprio aplicativo. Em setembro de 2021, o Grupo celebrou um acordo com a Creditas Financial Solutions Ltd. ("Creditas") por meio do qual distribuirá produtos financeiros aos nossos clientes na América Latina, tais como empréstimos garantidos, crédito imobiliário e de veículos, crédito consignado, e financiamento de veículos e motocicletas. O acordo previa investimento de até US\$200 milhões em veículos de securitização recém-criados pela Creditas. Em 31 de dezembro de 2022, a Nu Financeira havia investido R\$1,3 bilhões nesses veículos (nota 6), concluindo, desta forma, os investimentos. Em junho de 2022, a Companhia lançou o empréstimo pessoal com garantia, no qual o cliente tem a possibilidade de contratar um empréstimo com taxas menores caso utilize um depósito de RDB como garantia. **Destaques financeiros. a. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Durante o exercício de 2022, a Companhia aumentou a carteira de empréstimo pessoal e a concessão de crédito aos portadores de cartões de crédito emitidos pela Nu Pagamentos. As operações de empréstimo pessoal, em 31 de dezembro de 2022, somaram o montante de R\$11,8 bilhões, o que representa um aumento de cerca de 53% em comparação a R\$7,7 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de

R\$3,0 bilhões, um aumento de 174% se comparado com os R\$1,1 bilhões em 31 de dezembro de 2021. As operações de cartão de crédito, em 31 de dezembro de 2022, somaram o montante de R\$8,2 bilhões, o que representa um aumento de cerca de 190% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando registrou-se o valor de R\$2,8 bilhões. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito referente às operações de cartão de crédito apresentou, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$2,9 bilhões, um aumento de cerca de 157%, se comparado com R\$1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2021. **Depósitos:** A Companhia demonstrou, durante o exercício, um aumento nas suas operações de captação em decorrência do RDB oferecido através da Conta do Nubank. Ao contrário da conta de pagamentos tradicional, cujo dinheiro fica lastreado em títulos públicos, os valores aplicados em RDB são utilizados como *funding* para as operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Nu Financeira possuía o saldo total de R\$5,3 bilhões captados através de RDB, o que representa um aumento de 74% quando se compara o montante de R\$4,0 bilhões em 31 de dezembro de 2021. **Investimentos:** Durante o exercício de 2022, foram realizados aportes de capital em empresas controladas com o objetivo de suportar e consolidar o aumento das operações do Grupo. Em 11 de setembro de 2020, o Nu anunciou a aquisição de 100% das ações das empresas

integrantes da plataforma de investimentos Easyinvest; e em maio de 2021, o BACEN aprovou a transferência do controle societário. A aquisição da Easyinvest proporciona maior leque de produtos e serviços financeiros, a serem oferecidos pela Companhia, impulsionando assim o seu crescimento alinhado ao seu plano de negócios. Em 31 de dezembro de 2021, para simplificar a árvore societária do Grupo Nu, a empresa Nu Participações Financeiras S.A. foi incorporada pela Nu Invest Corretora de Valores S.A. e em 29 de abril de 2022, com o mesmo objetivo, a empresa Nu Participações S.A. foi incorporada pela Vérios Gestão de Recursos S.A. **d. Aumento de capital e política de destinação de lucros:** A companhia encorreu o exercício de 2022 com um capital social de R\$4 bilhões. Em relação à destinação do lucro líquido, quando houver, após apuração no exercício fiscal, o estatuto social da Companhia estabelece que deverá ser destinado pela assembleia geral após a Companhia designar 5% para reserva legal, até que atinja 20% do capital social, e pelo menos 1% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. Em 2022 foram pagos juros sobre capital próprio no valor de R\$10 milhões, que são parte do dividendo mínimo obrigatório.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
	31/12/2022		



NU INVEST CORRETORA DE VALORES S.A.
CNPJ nº 62.169.875/0001-79

PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE FORMA RESUMIDA

Com a evolução tecnológica e consequente migração dos conteúdos impressos para a forma digital, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitiu o Parecer de Orientação nº 39, de 20 de dezembro de 2021, que define os requisitos de publicação a serem observados nas Demonstrações Financeiras Resumidas, de acordo com as alterações no artigo nº 289, I e II, da Lei nº 6.404/76, introduzidas pela Lei nº 13.818/2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Com isto, a Companhia optou por divulgar a versão impressa de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de forma resumida, com as seguintes observações: a) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável; b) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/> e <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cdfsfn>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Nu Invest Corretora de Valores S.A. ("Companhia" ou "Nu Invest") apresenta suas Demonstrações Contábeis individuais relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). **Perfil Corporativo:** A Nu Invest foi constituída e autorizada a funcionar pelo BACEN na forma de Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em agosto de 1968, de acordo com a publicação em Diário Oficial. A Companhia faz parte do Grupo Nu ("Grupo" ou "Nu") e tem como controladora direta a Nu Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda ("Nu DTMV"). **Destaque financeiro. a. Resultado de intermediação financeira:** A Companhia obteve um resultado líquido positivo de R\$32.913 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o

qual foi motivado, principalmente, pelo aumento de 56% no resultado de intermediação financeira, que saiu de R\$170.999 em 31 de dezembro de 2021 para R\$267.259 em 31 de dezembro de 2022, gerados a partir de recursos financeiros provenientes da operação bem como do aumento de capital de R\$2,7 bilhões. **b. Aumento de capital e política de destinação de lucros:** A Companhia encerrou o exercício de 2022 com um capital social de R\$3.127.847. Em relação à destinação do lucro líquido, quando houver, após apuração no exercício fiscal, o estatuto social da Companhia estabelece que deverá ser destinado pela assembleia geral após a Companhia designar 5% para reserva legal, até que atinja 20% do capital social, e pelo menos 1% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. São Paulo, 08 de março de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em Milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativo			Passivo		
Caixa e equivalentes de caixa	337.806	100.589	Instrumentos financeiros	125.082	9.305
Disponibilidades	25.098	1.894	Obrigações por empréstimos	124.680	—
Aplicações interfinanceiras de liquidez	279.998	98.695	Instrumentos financeiros derivativos	402	12
Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil	32.799	—	Obrigações por operações compromissadas	—	9.293
Instrumentos financeiros	3.774.768	1.186.265	Outras obrigações	1.137.645	1.133.781
Títulos e valores mobiliários	3.774.163	1.186.265	Provisões legais e contingências passivas	373	343
Instrumentos financeiros derivativos	605	—	Obrigações fiscais	9.046	3.954
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	—	(910)	Corrente	8.764	3.887
Outros créditos	46.115	36.743	Diferido	282	67
Ativos fiscais	160.922	78.969	Total do Passivo	1.272.146	1.147.383
Corrente	418	510	Patrimônio líquido	3.097.264	269.434
Diferido	160.504	78.459	Capital social	3.127.847	357.847
Imobilizado de uso	17.413	16.399	Reservas de capital	55.528	29.078
Intangível	46.378	9.607	Outros resultados abrangentes	(1.596)	(63)
Depreciações e amortizações	(13.992)	(10.845)	Prejuízos acumulados	(84.515)	(117.428)
Total do Ativo	4.369.410	1.416.817	Total do Passivo e Patrimônio líquido	4.369.410	1.416.817

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2020	87.361	—	(3.188)	(28.237)	55.936
Aumento de capital	270.486	—	—	—	270.486
Outorgas de Plano de ações controladas, líquido das ações retidas	—	29.078	—	—	29.078
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	—	—	3.130	—	3.130
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa	—	—	(5)	—	(5)
Resultado do exercício	—	—	—	(89.191)	(89.191)
Saldo em 31/12/2021	357.847	29.078	(63)	(117.428)	269.434
Mutações no período	270.486	29.078	3.125	(89.191)	213.498
Saldo em 31/12/2021	357.847	29.078	(63)	(117.428)	269.434
Aumento de capital	2.770.000	—	—	—	2.770.000
Outorgas de Plano de ações controladas, líquido das ações retidas	—	26.450	—	—	26.450
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	—	—	(314)	—	(314)
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa	—	—	(1.219)	—	(1.219)
Resultado do exercício	—	—	—	32.913	32.913
Saldo em 31/12/2022	3.127.847	55.528	(1.596)	(84.515)	3.097.264
Mutações no período	2.770.000	26.450	(1.533)	32.913	2.827.830
Saldo em 30/06/2022	357.847	58.333	(353)	(171.500)	244.327
Aumento de capital	2.770.000	—	—	—	2.770.000
Outorgas de Plano de ações controladas, líquido das ações retidas	—	(2.805)	—	—	(2.805)
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	—	—	(242)	—	(242)
Ajustes de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa	—	—	(1.001)	—	(1.001)
Resultado do semestre	—	—	—	86.985	86.985
Saldo em 31/12/2022	3.127.847	55.528	(1.596)	(84.515)	3.097.264
Mutações no período	2.770.000	(2.805)	(1.243)	86.985	2.852.937

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

1. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital Social
Em 14 de abril de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") o aumento de capital social no valor de R\$40.000, com a emissão de 379.778 ações, divididas igualmente entre ordinárias e preferenciais. O referido aumento foi aprovado pelo BACEN em janeiro de 2021. Na AGE realizada em 26 de maio de 2021, foi aprovado a conversão de 570.290 ações preferenciais em ordinárias, além da emissão de 1.140.580 ações preferenciais referentes aos exercícios dos planos de opções, resultando na capitalização de R\$49.879. Na AGE realizada em 12 de agosto de 2021, foi aprovado aumento de capital no valor de R\$40.000 através da emissão de 7.873.935 ações ordinárias. O ato foi aprovado pelo BACEN em setembro de 2021.
O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 08 de março de 2023, sem modificações.

Na AGE realizada em 1º de novembro de 2021, foi aprovado aumento de capital no valor de R\$180.000 através da emissão de 39.523.776 ações ordinárias. O ato foi aprovado pelo BACEN em dezembro de 2021. Na AGE realizada em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada a incorporação reversa da Nu Participações Financeiras pela Companhia. Esse evento foi realizado com o objetivo de simplificar a árvore societária do Grupo Nu. O acervo líquido transferido pela Nu Participações Financeiras à Companhia nesta data foi de R\$568. Não houve passivos e contingências não contabilizados a serem assumidos mediante a incorporação. Esse evento gerou um aumento no capital social no valor líquido de R\$607.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira	180.125	294.410
Receita de operações de crédito	—	192
Receita de tarifas e similares	23.624	46.649
Resultado de títulos e valores mobiliários	151.769	241.996
Variação cambial	—	21
Resultado de depósitos voluntários	4.733	5.765
Despesas da intermediação financeira	(9.852)	(27.153)
Despesa com tarifas e similares	(3.419)	(19.647)
Despesa de juros e similares	(4.680)	(4.680)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.753)	(2.826)
Resultado de intermediação financeira	170.274	267.257
Outras receitas/despesas operacionais	(125.515)	(315.152)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(22.545)	(54.491)
Despesas de pessoal	(56.527)	(163.248)
Despesas tributárias	(9.550)	(16.407)
Despesas de provisões legais	(12)	(30)
Outras despesas administrativas	(39.658)	(86.644)
Outras receitas operacionais	4.967	9.379
Outras despesas operacionais	(2.190)	(3.711)
Resultado antes de tributos e participações	44.759	(47.895)
Tributos e participações sobre o lucro	42.226	80.808
Imposto diferido	42.226	80.808
Resultado líquido	86.985	32.913

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido	86.985	32.913
Outros resultados abrangentes	—	—
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	—	—
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(242)	(314)
Variação de valor justo	(403)	(525)
Imposto diferido	161	211
Hedge de Fluxo de Caixa	(1.001)	(1.219)
Parcela efetiva das mudanças no valor justo	(3.882)	(4.245)
(Ganhos) / Perdas transferidos ao resultado	2.214	2.214
Imposto diferido	667	812
Total de Outros resultados abrangentes	(1.243)	(1.533)
Resultado Abrangente líquido para o exercício	85.742	31.380

Na AGE realizada em 9 de novembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$170.000.000 através da emissão de 37.093.607 ações ordinárias. O ato foi aprovado pelo BACEN em 13 de dezembro de 2022. Na AGE realizada em 14 de novembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$2.600.000.000 através da emissão de 898.100.173 ações ordinárias. O ato foi aprovado pelo BACEN em 27 de dezembro de 2022. O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.127.847 (R\$357.847 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 998.827.223 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país (63.633.443 em 31 de dezembro de 2021).

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	86.985	32.913
Ajustes ao resultado líquido	2.194	3.834
Depreciação/amortização	2.194	3.834
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(1.211)	(910)
Resultado com tributos diferidos	(42.226)	(80.808)
Despesas de provisões para participações no resultado	—	12.553
Despesas de provisões legais	12	30
Variação de valor justo de títulos e valores mobiliários	213	(340)
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(2.178)	(2.246)
Juros de obrigações por empréstimos	4.680	4.680
Plano de ações	(17.792)	18.165
Baixas de ativo intangível	—	528
Resultado ajustado	66.261	(24.154)
(Aumento/redução líquido de ativos operacionais:	(2.860.491)	(2.588.038)
Instrumentos financeiros	(2.860.491)	(2.588.038)
Operações de crédito	—	758
Outros créditos	(4.525)	(9.372)
Impostos correntes	4.969	4.969
Impostos diferidos	—	2.016
Aumento/(redução) líquido de passivos operacionais:	182.709	12.150
Outras obrigações	182.709	12.150
Obrigações por operações compromissadas	(9.293)	(9.293)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	(2.620.370)	(2.613.783)
Fluxo de caixa de atividades de investimento	(175)	(859)
Aquisição de ativo imobilizado	(175)	(1.701)
Aquisição/transfêrencia de ativo intangível	(22.866)	(37.299)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento	(23.041)	(39.000)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	270.486	270.486
Aumento de capital	2.770.000	2.770.000
Empréstimos	120.000	120.000
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento	2.890.000	2.890.000
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	91.217	100.589
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	337.806	337.806
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	246.589	237.217

DIRETORIA
DIRETORES
Alessandro da Costa Prado (*)
Caio Cezar Banti
Daniel Benkenendorfer Salama
Ramon Martinez Ribeiro Neto
Rodrigo Santos Silva
CONTADORA
Valesca Cidroni Gomes
CRC - 1SP-30999/9-6
(*) Diretor responsável pela contabilidade

NU INVEST CORRETORA DE VALORES S.A. | CNPJ nº 62.169.875/0001-79

Kantar Mídia Participações S.A.

CNPJ: 21.314.742/0001-61

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em reais - R\$)		
	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	22.978	6.557
Impostos a recuperar	3	4
Total do Ativo Circulante	22.981	6.561
NÃO CIRCULANTE		
Investimentos	248.222.992	218.332.454
Total do Ativo Não Circulante	248.222.992	218.332.454
TOTAL DO ATIVO	248.245.973	218.339.015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Outros passivos	12	—
Total do Passivo Circulante	12	—
NÃO CIRCULANTE		
Partes relacionadas	35.375	15.000
Total do Passivo Não Circulante	35.375	15.000
Patrimônio Líquido		
Capital social	573.843.649	573.843.649
Reserva de capital	333.322	333.322
Prejuízos acumulados	(325.966.385)	(355.852.956)
Total Patrimônio Líquido	248.210.586	218.324.015
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	248.245.973	218.339.015

Fernando Silva de Oliveira - Diretor Executivo Financeiro - CPF: 101.571.468-47

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO 2022 (Valores expressos em reais - R\$)		
	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	—	—
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	—	—
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	—	—
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	—	—
Comerciais	—	—
Gerais e administrativas	(3.138)	(583)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(4)	(1.000)
Resultado de equivalência patrimonial	29.890.539	72.308.441
LUCRO OU (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	29.887.397	72.306.858
Resultado financeiro	(825)	(835)
LUCRO OU (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	29.886.572	72.306.023
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	—	—
Correntes	—	—
LUCRO OU (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	29.886.572	72.306.023
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO 2022 (Valores expressos em reais - R\$)		

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/267A-165B-8974-ACF0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 267A-165B-8974-ACF0



Hash do Documento

6291AF6446A03D3352AE5C9F22AA78E7C0CDB6E9A39D02B904057DD6A700001B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
25/03/2023 03:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

